

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGEFB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
NORMALISTAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
(1946 – 1980).**

LUCIMARA LEMIECHEK

FRANCISCO BELTRÃO – PR

2014

LUCIMARA LEMIECHEK

**ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
NORMALISTAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
(1946 – 1980).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – nível de mestrado - Área de Concentração: Educação, Linha de Pesquisa “Sociedade, Conhecimento e Educação” da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr André Paulo Castanha.

FRANCISCO BELTRÃO – PR

2014

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Lemiechek, Lucimara

L554a Aspectos históricos da formação de professores normalistas no município de Laranjeiras do Sul - PR (1946 – 1980). / Lucimara Lemiechek. – Francisco Beltrão, 2014.
280 f.

Orientador(a): Prof^o Dr^o André Paulo Castanha.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão, 2014.

1. Ensino normal. 2. Educação - História. 3. Professores – Formação. I. Castanha, André Paulo. II. Título.

CDD 20. ed. – 370.71

Sandra Regina Mendonca CRB – 9/1090

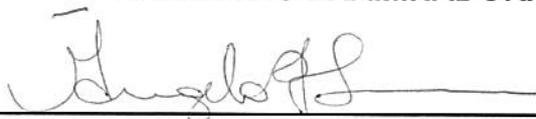
FOLHA DE APROVAÇÃO

Lucimara Lemiechek

Título do Trabalho: Aspectos Históricos da Formação de Professores Normalistas no Município de Laranjeiras do Sul - PR (1946-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Nível de Mestrado, Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestre em Educação a autora.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.ª. Dr.ª. Ângela Maria Silveira Portelinha
UNIOESTE – Francisco Beltrão



Prof. Dr. Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia
UFSS - Realeza



Prof.ª. Dr.ª. Yolanda Zancanella
UNIOESTE – Francisco Beltrão

Prof. Dr. André Paulo Castanha

Orientador – PPGEFB - UNIOESTE – Francisco Beltrão

Francisco Beltrão, 18 de setembro de 2014.

Aos que se dedicam à tarefa de ensinar.

AGRADECIMENTOS

Ao professor André Paulo Castanha pela orientação, positividade e confiança;

Aos colegas e professores do mestrado pelo enriquecimento pessoal e profissional durante essa jornada;

A Marco Aurélio Pelizzari Lopes pela generosidade ao socializar documentos e contar histórias;

Aos representantes das escolas municipais e estaduais e todas as instituições nas quais pesquisamos dados para abordar esse tema;

Aos professores e ex-normalistas Anastácia, Maria Luiza, Nair, Sueli, Ondina e Teófilo que abriram as portas de suas casas para nos receber e o seu coração para partilhar suas histórias de vida;

A todos os que, silenciosa ou participativamente, estiveram ao nosso lado e nos apoiaram durante essa caminhada, em especial Klaus, Ana, Giovana, Izabela e Lusmary, minha família;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização dessa pesquisa.

LEMIECHEK, Lucimara. **ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NORMALISTAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR (1946 – 1980)**. 280 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2014.

RESUMO

A pesquisa teve como objeto de estudo a formação de professores no município de Laranjeiras do Sul – PR entre os anos de 1946 a 1980, com ênfase para a história da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto (1946 – 1967) e da Escola Normal Colegial Dr. Leôncio Correia (1958 – 1980). Uma das questões centrais do estudo foi: como se constituiu a formação de professores normalistas no município? Esta questão originou outros questionamentos, que auxiliaram na compreensão da trajetória das escolas normais. Caracterizando-se como documental e de abordagem qualitativa, a pesquisa teve como objetivo analisar o percurso histórico dessas instituições considerando o contexto econômico, político e social da época e buscando perceber as relações que se estabeleceram entre a trajetória da educação local e a educação estadual e nacional. Quanto ao recorte temporal, o ano de 1946 marcou a criação do Curso Normal Regional em Iguazu, capital do Território Federal do Iguazu, atualmente sede do município de Laranjeiras do Sul. Por sua vez, 1980 foi o último ano em que aquele modelo de Escola Normal funcionou, sendo substituída pela oferta da Habilitação Específica para o Magistério, instituída pela Lei nº 5.692/71. Para compreender historicamente como se constituíram essas duas instituições, alicerçamos a análise em diferentes fontes: a legislação educacional, documentos produzidos no interior das escolas, fotografias, artigos de jornais e em fontes orais com a realização de seis entrevistas com ex-professores e ex-normalistas. Para a fundamentação teórico-metodológica, utilizamos os estudos de Ghiraldelli Jr. (2003, 2009), Hilsdorf (2011), Lazier (2004), Lelis (1989), Lopes (2002), Miguel (1997, 2005), Romanelli (2012), Saviani (1999, 2008, 2009, 2011), Tanuri (2000), Wachowicz (1987), Xavier (1990, 2005), entre outros. Com relação ao trabalho com as fontes primárias, concluímos que seu levantamento, catalogação, análise e interpretação auxiliaram na preservação da memória histórica local e nos permitiram compreender a história das instituições, como parte de um contexto mais amplo. Ao término da pesquisa constatamos que ambas as escolas tiveram sua origem num processo articulado entre as políticas públicas nacionais e as necessidades da elite local, que via a escolarização como um elemento importante na conquista por postos mais altos no mercado de trabalho. Concluímos que embora as Escolas Normais não tenham cumprido o seu real papel formativo para suprir as escolas do interior, se evidenciaram como uma vitória para a sociedade local, formando, desde suas primeiras turmas, grandes expoentes da educação do município.

Palavras-chave: Escolas Normais; História da Educação; Formação de Professores; Laranjeiras do Sul-PR.

ABSTRACT

The object of research was to study the training of teachers in the city of Laranjeiras do Sul - PR between the years 1946-1980, with emphasis on the history of the Normal Junior High School Floriano Peixoto (1946-1967) and the Normal High School Dr. Leoncio Correia (1958-1980). One of the central questions of the study was: How did the training of normalist teachers in the municipality? This question led to other questions, which helped in understanding the trajectory of normal schools. Characterized as documental and qualitative approach, the research aimed to analyze the historical background of these institutions considering the economic, political and social context of the time seeking to notice the relations established between the trajectory of local education and state and national education. Regarding the time frame, the year 1946 marked the creation of the Regional Normal Course in Iguaçu, the Federal Capital Territory of Iguaçu, currently the town of Laranjeiras do Sul. Meanwhile, 1980 was the last year for which that model of School Normal worked, being replaced by the offer of Empowerment Specific to the Magisterium, established by Law No. 5,692 / 71. To understand how historically constituted these two institutions, we built analysis in different sources: the educational legislation, documents produced within schools, photographs, newspaper articles and oral sources with conducting six interviews with former teachers and former normalists. For the theoretical and methodological foundation, we use studies Ghiraldelli Jr. (2003, 2009), Hilsdorf (2011), Lazier (2004), Lelis (1989), Lopes (2002), Miguel (1997, 2005), Romanelli (2012), Saviani (1999, 2008, 2009, 2011), Tanuri (2000), Wachowicz (1987), Xavier (1990, 2005), among others. With regard to work with primary sources, we conclude that their survey, cataloging, analysis and interpretation aided the preservation of local historical memory and allowed us to understand the history of institutions, as part of a broader context. At the end of the survey found that both schools had their origin in an articulated between national policies and the needs of the local elite, who saw education as an important element in the achievement of the senior posts in the job market. We conclude that although the Normal Schools have not fulfilled their real formative role in supporting schools in the interior, is revealed as a victory for the local society, forming, since their first classes, great exponents of education in the municipality.

Keywords: Normal Schools; History of Education; Teacher Training; Laranjeiras do Sul-PR.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 - Construção do Grupo Escolar Tiradentes na década de 1950.....	78
FOTOGRAFIA 2 - Lavabo da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia no início da década de 1970.....	156
FOTOGRAFIA 3 - Interior de sala de aula. Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia. Início da década de 1970.....	157
FOTOGRAFIA 4 - Normalistas da 3ª série do Curso Normal Regional do ano de 1946.....	174
FOTOGRAFIA 5 - Normalistas da 2ª série do Curso Normal Regional no ano de 1946.....	175
FOTOGRAFIA 6 – Normalistas da 4ª série da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto em 1959.....	176
FOTOGRAFIA 7 – Diretora da Escola Normal Regional Floriano Peixoto Java Coelho de Souza Poletto acompanhada da professora Iracemise Branco durante evento da escola. Sem data.....	180
FOTOGRAFIA 8 - Local onde funcionou a Escola de Aplicação entre os anos de 1968 a 1972. Foto de 1945.....	216
FOTOGRAFIA 9 - Antigo Hospital de caridade. Vista lateral pela rua General Espírio Santo. Sem data.....	217
FOTOGRAFIA 10 – Construção das novas instalações da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia e da Escola de Aplicação. Sem data.....	218
FOTOGRAFIA 11 - Professoras da Escola de Aplicação. Sem data.....	221
FOTOGRAFIA 12 – Turma do Jardim de Infância - Escola de Aplicação. 1968	230
FOTOGRAFIA 13 – Alunos da 4ª série da Escola de Aplicação. Cerimônia de entrega de certificados de conclusão do ensino primário. Sem data.....	233
FOTOGRAFIA 14 – Normalistas em atividade no Clube Agrícola do Curso Normal Regional em 1946.....	236
FOTOGRAFIA 15 - Formanda da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto recebendo o anel de formatura no ano de 1962.....	239
FOTOGRAFIA 16 - Formatura da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia. Sem data.....	240

FOTOGRAFIA 17 – Normalistas e parte da fanfarra da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto no ano de 1967.....	243
FOTOGRAFIA 18 - Professores representando a 46ª Inspeção Regional de Ensino em desfile. Sem data.....	244
FOTOGRAFIA 19 - Normalista da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leoncio Correia. Desfile comemorativo ao aniversário do município. 1969.....	245
FOTOGRAFIA 20 – Normalistas e professores da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leônicio Correia preparados para viagem de final de ano. Sem data.	248

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Estrutura do ensino conforme as Leis Orgânicas na década de 1940.....	53
IMAGEM 2 - Organização do sistema de ensino antes e após a Lei nº 5.692/71...	70
IMAGEM 3 - Organograma da Divisão de Educação do Território Federal do Iguazu em 1946.....	123
IMAGEM 4 - Página da cartilha <i>O sonho de Talita</i>	232

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Território Federal do Iguazu.....	116
---------------------------------------------------	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Ano e locais de Escolas Normais Regionais e Secundárias no Paraná entre 1876 a 1957.....	93
QUADRO 2 - Relação de instituições de ensino e número de professores no Território Federal do Iguazu em 1946.....	124
QUADRO 3 – Professores que atuaram na direção da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto.....	136
QUADRO 4 - Professores que atuaram na direção da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia.....	143
QUADRO 5 - Local e condição de funcionamento da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto.....	153
QUADRO 6 - Locais e condições de funcionamento da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia.....	154
QUADRO 7 - Relação de turmas e alunos matriculados na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia entre os anos de 1958 a 1980.....	171
QUADRO 8 - Professores que ministraram aulas na Escolas Normais de Laranjeiras do Sul.....	185
QUADRO 9 – Grade curricular do Curso Normal Regional em 1946.....	195
QUADRO 10 – Grade curricular do Curso Normal Ginásial ofertado na Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto ao final de 1958.....	197
QUADRO 11 - Grade curricular do Curso Normal Ginásial ofertado na Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto ao final de 1966.....	199
QUADRO 12 – Grade curricular do Curso Normal Colegial no ano de 1946.....	200
QUADRO 13 – Grade curricular do Curso Normal Colegial oferecido pela Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia ao final do ano de 1961....	201
QUADRO 14 – Grade curricular do Curso Normal Colegial ao final do ano de 1980.....	202
QUADRO 15 - Número de turmas, alunos e os respectivos professores da Escola de Aplicação entre os anos de 1968 a 1980.....	227

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABE** - Associação Brasileira de Educação.
- CANGO**- Companhia Agrícola Nacional General Osório.
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- CBPE** – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.
- CEDOC/G** - Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual do Centro Oeste.
- CENAFOR** - Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional.
- CETEPAR** - Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Paraná.
- CFE**- Conselho Federal de Educação.
- CIC** – Conselho de Imigração e Colonização.
- CNPQ** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- CNR** – Curso Normal Regional.
- CNS** – Curso Normal Superior.
- CRPEs** - Centros Regionais de Pesquisas Educacionais.
- DEPG** – Departamento de Ensino de Primeiro Grau.
- DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda.
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos.
- FACIPAL** – Faculdades Integradas de Palmas.
- FAFIG** – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava.
- FUNDEPAR**- Fundação Estadual de Ensino do Paraná.
- HAPRONT** - Habilitação de Professor não Titulado.
- HEM** – Habilitação Específica para o Magistério.
- HISTEDBR** – Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil”.
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- INCE** – Instituto Nacional do Cinema Educativo.
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases.
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura.
- NAP** – Núcleo de Apoio Pedagógico.
- NUPEMARX** – Núcleo de Pesquisa Educação e Marxismo da Universidade Federal do Paraná.

OSPB – Disciplina de Organização Social e Política Brasileira.

PR - Partido Republicano.

PRP - Partido de Representação Popular.

PSD - Partido Social Democrático.

PSP - Partido Social Progressista.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

PUC – Pontifícia Universidade Católica.

QG – Quartel General.

SEEC – Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Paraná.

SEED - Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

SEEN - Serviço de Ensino Normal da Secretaria de Educação e Cultura.

SENAI – Serviço Nacional da Indústria.

SENAC – Serviço Nacional do Comércio.

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

TFI – Território Federal do Iguaçu.

UDN - União Democrática Nacional.

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul.

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

ULES – União Laranjeirense de Estudantes Secundaristas.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná.

USAID - Agência Internacional para o Desenvolvimento - *Agency for International Development*.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Professoras do Grupo Escolar Tiradentes (Aluisio Maier).

ANEXO B - Ata de inauguração do Curso Normal Regional no dia 27 de abril de 1946.

ANEXO C - Capa e contracapa do disco de vinil produzido em 1966 com repertório escolhido pelos formandos da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto.

ANEXO D – Primeira turma de formandos do Curso Normal Regional no ano de 1946.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - A ESCOLA NORMAL NO CONTEXTO DA <i>MARCHA PARA OESTE</i> E INTERIORIZAÇÃO DO BRASIL	25
1.1 A Revolução de 1930 e a <i>Marcha para Oeste</i>	25
1.2 O manifesto dos pioneiros e seus impactos na educação brasileira	38
1.3 A legislação educacional e a formação de professores.....	46
1.4 As Leis Orgânicas: Decreto-Lei nº 8.529/46 (Ensino Primário) e Decreto-Lei nº 8.530/46 (Ensino Normal).....	51
1.5 A Lei nº 4.024/61.....	60
1.6 A Lei nº 5.692/71.....	67
CAPÍTULO II – O PARANÁ E O MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL: DETERMINANTES PARA A OFERTA DO ENSINO PRIMÁRIO E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	75
2.1 Os grupos escolares e o ideário do Estado para a educação primária.....	75
2.2 A reforma da década de 1920 e a educação paranaense no início do século XX	79
2.3 A reforma na Escola de Professores de Curitiba: bases para a extensão das diretrizes no Paraná.....	89
2.4 O avanço das Escolas Normais Regionais e as orientações de Erasmo Pilotto (1946- 1961).....	92
2.5 A educação no Paraná na década de 1960.....	100
2.6 A colonização de Laranjeiras do Sul e as primeiras formas de escolarização....	103
2.7 Território Federal do Iguaçu: criação, ápice e desaparecimento.....	113
2.8 A Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto (1946 - 1967)	128
2.9 A Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia (1957 – 1980).....	140
CAPÍTULO III – ASPECTOS DA VIDA NO INTERIOR DAS ESCOLAS NORMAIS DE LARANJEIRAS DO SUL	150
3.1 A estrutura física	151
3.2 Os normalistas.....	159
3.3 Os docentes e sua prática pedagógica.....	178
3.4 Os exames de admissão.....	186
3.5 As matrizes curriculares e programas.....	194
3.6 Os estágios docentes.....	209
3.7 A Escola de Aplicação	214
3.8 As atividades extracurriculares, trabalhos complementares e eventos.....	234

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	250
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	258
ANEXOS.....	277

INTRODUÇÃO

A história da educação, da formação de professores e da escola pública tem sido objeto de inúmeros estudos e essa pesquisa se constitui em mais um deles ao abordar a trajetória percorrida pelas Escolas Normais no município de Laranjeiras do Sul – PR, a partir de uma perspectiva dialética, compreendendo a história da educação local como parte de um contexto mais amplo que é o universo educacional nacional.

Natural deste município, iniciei minha escolarização no ano de 1975 como aluna da 1ª série da Escola de Aplicação vinculada à Escola Normal Colegial Dr. Leôncio Correia. No ano seguinte, por motivos familiares, passei a morar com uma tia na cidade de São José dos Pinhais - PR onde concluí, no Grupo Escolar Silveira da Motta, o antigo ensino primário. Retornando para a cidade natal, passei a estudar na Escola Érico Veríssimo concluindo o 1º Grau em meados da década de 1980. Em 1989, já casada e com o primeiro filho, Klaus, reiniciei os estudos no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, no qual me formei como professora das séries iniciais com Habilitação Específica para o Magistério em 1991. Durante o curso de Magistério, nasceu minha filha Ana, no ano de 1990. No início de 1992, recém-formada, tive minha terceira e última filha, Giovana. Com três filhos pequenos, passei os dois anos seguintes me dividindo entre as tarefas de mãe, dona de casa e esposa. Em 1994, ao ser aprovada no concurso público para docentes, no município de Laranjeiras do Sul- PR, iniciei a carreira como professora dos anos iniciais numa grande escola de um bairro periférico de minha cidade, permanecendo na função até março de 2010. Durante esse tempo, cursei Pedagogia na Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO de Guarapuava - PR me formando no ano de 2004.

Atuando por 17 anos na Educação Básica alternando as funções de regente de classe e coordenadora pedagógica, sempre estive próxima da vida e das questões que se desenvolvem em torno dos anos iniciais do Ensino Fundamental, suas dificuldades, lutas e conquistas. Em 2009, motivada pelo desejo de alçar novos voos, reiniciei os estudos em casa para prestar concurso público para a função de pedagoga, na recém-criada Universidade Federal da Fronteira Sul, cujo um dos *campus* se instalou no município de Laranjeiras do Sul – PR. Iniciei as atividades na nova instituição em março de 2010. Na função, lotada na Assessoria Acadêmica, meu trabalho está ligado, entre outras ações, à formação continuada de professores dentro do Núcleo de Apoio

Pedagógico (NAP), da instituição.

Apesar de estar afastada do trabalho com os anos iniciais, a passagem por essa etapa do Ensino Fundamental ficou profundamente marcada em minha memória. Como professora primária na Escola Municipal Aluísio Maier, tive a oportunidade de trabalhar a disciplina de História, e, um dos pontos que sempre me despertou interesse no programa foi o estudo de questões relacionadas ao município. Dessa forma sempre me interessei pela leitura de materiais sobre o extinto Território Federal do Iguaçu, página importante para a história da população laranjeirense e de minha própria história. Interessada no assunto, ao ler a obra *O Território Fedral do Iguaçu no contexto da Marcha para Oeste*, do pesquisador Sérgio Lopes, lançado em 2002, pela Edunioeste, me deparei com uma informação que chamou a atenção: a criação de um Curso Normal Regional em 1946 na antiga capital do Território Federal do Iguaçu, a cidade de Iguaçu, atual Laranjeiras do Sul. Embora, naquele momento, eu não soubesse exatamente o que significava o Curso Normal Regional, essa informação mudaria a minha trajetória e me oportunizaria a realização de um projeto profissional e pessoal: o curso de Mestrado. Desta forma, o envolvimento com a história local, aliado ao caminho percorrido como professora nos anos iniciais, naturalizou a opção por um projeto de pesquisa que estivesse relacionado à formação de professores primários. Apresentei o projeto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *campus* Francisco Beltrão, na linha de pesquisa *Sociedade, Conhecimento e Educação*, no qual tive a felicidade de ser selecionada na primeira turma iniciada em 2012. A proposta inicial era pesquisar a trajetória do Curso Normal Regional, mas ao levantar a documentação sobre a escola, descobri que no município, também existiu uma instituição que ofertava o 2º ciclo do Ensino Normal: a Escola Normal Colegial Dr. Leôncio Correia. Não tive dúvidas, ampliei o objeto visando estudar também a trajetória desta escola.

O Curso Normal Regional¹ da cidade de Iguaçu foi criado em abril de 1946, logo após a promulgação do Decreto-Lei nº 8.530 – Lei Orgânica do Ensino Normal e possivelmente foi a primeira instituição a ofertar a formação de professores em nível ginásial (regente) em todo o território brasileiro. Desativada no final do mesmo ano em razão da extinção do Território Federal do Iguaçu, ficou fechada durante o ano de 1947.

1 Com a promulgação do Decreto-Lei nº 8.530 – Lei Orgânica do Ensino Normal, o Curso Normal foi dividido em dois ciclos: o primeiro tinha a duração de quatro anos, correspondia ao ginásial e formava regentes de ensino primário. O segundo ciclo correspondia ao colegial ou secundário, e formava professores primários, em três anos. Ambos os ciclos pertenciam ao nível médio que, até a promulgação da LDB nº 5.692/71, era o que dava continuação ao nível primário.

Em 1948, administrada pelo Governo do Estado do Paraná, reiniciou suas atividades com a denominação de Escola Normal Regional Floriano Peixoto² funcionando até o ano de 1967, quando parou de ofertar a formação para regente do ensino primário, passando a ser apenas a uma escola ginásial sem o caráter de terminalidade. Na década de 1950, a sociedade local começou a exigir uma escola que ofertasse o 2º ciclo do ensino médio e, naturalmente, como já existia o 1º ciclo na formação de professores, foi criada, no ano de 1957 a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia.³ Esta exerceu suas funções até o ano de 1980, quando, determinada pela Lei nº 5.692/71 foi gradativamente desativada.

Isso posto, o problema que alicerça o meu objeto de pesquisa é: como se constituiu a formação de professores normalistas no município de Laranjeiras do Sul? Para responder esta questão desmembrei o questionamento inicial em vários outros: para quê e para quem eram formados esses professores (projeto educacional da época e perspectivas profissionais do futuro professor)? Quem eram os normalistas (gênero, idade, procedência e vivências anteriores)? Como e através de que meios eram formados (currículos, métodos, teorias)? Que tipo de infraestrutura ofereciam os estabelecimentos de ensino dessa modalidade (número de turmas e vagas e condições estruturais)? Quem eram os professores que ministravam aulas nos cursos normais? Que tipo de relações se estabeleceram entre as Escolas Normais (corpo docente e discente) e a comunidade laranjeirense? Essas questões deram o amparo e direcionamento necessários à pesquisa.

O recorte histórico contemplou o período compreendido entre 1946 a 1980. O ano inicial foi escolhido por marcar a criação do Curso Normal Regional na capital do Território Federal do Iguaçu e o período final se refere ao último ano em que a Escola Normal Colegial funcionou, ocasionado pelo processo de cessação que se iniciou em 1979, quando não houve mais matrículas para a 1ª série. A partir daquele ano, os alunos que buscavam a docência se matricularam na Habilitação Específica para o Magistério (HEM), prevista pela Lei nº 5.692 de 1971. No entanto, pela necessidade de contextualizar histórica, econômica, política e socialmente, a pesquisa recuou alguns

2 Para que não haja confusão em decorrência das mudanças de nomes pelas quais passou essa instituição, nessa pesquisa optamos por utilizar Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto que foi o nome com o qual ela foi extinta. Usaremos Curso Normal Regional apenas quando se referir exclusivamente ao ano de 1946 quando ela pertencia administrativamente ao Território Federal do Iguaçu. No capítulo II faremos referência aos seus nomes.

3 Da mesma forma, em virtude da mudança de nome, optamos por utilizar apenas a última nomenclatura, ou seja, Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia. No capítulo II faremos referência à mudança de nomes.

anos.

Nacionalmente, as pesquisas sobre a história da educação que contemplam a legislação educacional, a formação de professores e as políticas educacionais são bastante frequentes e há uma vasta literatura. Utilizei os trabalhos de autores como: Ghiraldelli Jr. (2003, 2009), Hilsdorf (2011), Lelis (1989), Romanelli (2012), Saviani (1999, 2008, 2009, 2011), Tanuri (2000), Xavier (1990, 2005). Para embasar os estudos sobre a história da educação paranaense, a legislação, formação de professores e políticas educacionais e ainda a história regional, me reportei as obras de Lopes (2002), Lazier (2004), Miguel (1997, 2005), Wachowicz (1987). Ao realizar o levantamento bibliográfico não localizei trabalhos anteriores que tenham como foco as escolas normais no município de Laranjeiras do Sul, apenas poucos trabalhos acadêmicos enfatizando o Território Federal do Iguaçu. Existem duas obras publicadas sobre o município, as quais foram utilizadas amplamente nessa pesquisa. A primeira foi publicada no ano de 1999 pela Editora Vicentina com o título “*Nerje Laranjeiras do Sul. Raízes da Nossa Terra: a história épica e contemporânea*” de autoria de João Olivir Camargo, com ênfase na história de Laranjeiras do Sul. Por sua vez, o livro escrito pelo professor Arno Bento Mussoi intitulado *Laranjeiras do Sul: o espaço em construção* produzido pela editora Edunioeste no ano de 2002 possui uma abordagem sob a perspectiva da Geografia.

Sem fontes escritas que abordassem a formação de professores em nível local, dirigi meu olhar para outras regiões do Paraná e me deparei com teses e dissertações de Nascimento (2004), Hervatini (2011) e Facchi (2013) que estudam respectivamente a formação de professores nos municípios de Ponta Grossa, Maringá e Cascavel, as quais foram de extrema relevância para a pesquisa.

Para compreender o movimento da história optei pela perspectiva dialética, articulando estudos bibliográficos, fontes documentais e depoimentos orais. Ou seja, metodologicamente adotei os seguintes instrumentos: 1 – *pesquisa bibliográfica* que me embasou teoricamente na compreensão da história da educação e da formação de professores em nível nacional e estadual, bem como no entendimento e reconstrução da história regional e local considerando o que já havia sido produzido sobre o assunto; 2 – *pesquisa documental* composta pela legislação educacional nacional, estadual e municipal, bem como a documentação legal produzida no interior das escolas como boletins escolares, certificados, históricos, memorando, atas, ofícios, relatórios, livros de registros entre outros; 3 – *as entrevistas semiestruturadas*, que complementaram, no

terceiro capítulo, as informações obtidas através da bibliografia e fontes documentais acerca das duas instituições pesquisadas. Elas estavam previstas desde o início do projeto e se justificaram pela escassez de fontes primárias que auxiliariam na compreensão do cotidiano no interior das escolas. Os sujeitos foram escolhidos por seu vínculo com o objeto, ora como discente, ora como docente ou diretor das instituições constituindo-se, portanto, pessoas importantes para a história educacional do município; 4 – *matérias de jornais*, fonte relevante para essa pesquisa. Considerando a visibilidade das Escolas Normais para o município, as atividades importantes realizadas pelos estabelecimentos de ensino eram noticiadas para toda a comunidade e acabaram se tornando significativos registros da história local; 5 – *fotos* que auxiliaram na comprovação dos fatos citados e nos ajudaram a compreendê-los além de enriquecer visualmente a pesquisa.

No que diz respeito às fontes documentais produzidas nas escolas, é importante ressaltar que é escassa a documentação das duas instituições pesquisadas. Atualmente, os documentos da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto se encontram sob os cuidados do Colégio Estadual Floriano Peixoto, os da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia estão no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck e os documentos da Escola de Aplicação estão arquivados na Escola Municipal Padre Gerson Galvino e também no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck. São raros os documentos que escaparam ao despreparo e à ação de pessoas inexperientes, que, de forma intencional ou não, se desfizeram de uma história construída em 20 anos de formação de professores em cada instituição. A situação é idêntica em ambos os colégios estaduais e na escola municipal. Percebi que muitas vezes há a preocupação apenas com a documentação dos alunos, sendo desconsiderados outros documentos produzidos no ambiente escolar como atas, ofícios e memorandos. Embora tenha sido recebida muito bem nas escolas e com total acesso aos documentos, me surpreendi negativamente com a escassa documentação. Na busca às fontes, encontrei poucas atas. Documentos como: livro ponto dos docentes e funcionários, relatório de atividades, registro de matrículas inexistem ou são incompletos. Não há ofícios, relatório de atividades docentes, relatórios de estágio, currículos e programas, registro de reuniões com pais, reuniões pedagógicas, atividades extraclasse, atividades festivas ou cívicas, memorandos, fotos, registro de formaturas. Não há explicação razoável para que isso tivesse ocorrido. Ou seja, todo o material que é tão caro e indispensável ao pesquisador, na hora de reconstruir a trajetória de uma instituição, se perderam.

Uma maneira que encontrei para amenizar a inexistência de registros mais estruturados e que facilitariam a pesquisa foi analisar as pastas individuais dos alunos. Verifiquei 507 pastas de alunos da Escola Normal Ginásial e 473 da Escola Normal Colegial. Deparei-me então com outros problemas: documentação incompleta, lacunas, informações desconexas e divergentes, documentos que apresentavam várias grafias para o nome de um mesmo aluno (Diósenes, Deogenes, Diogenes; Halina, Alina, Aline), boletins rasurados, escritos a lápis, sem data, sem assinatura do diretor. O problema foi maior ao descobrir que no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, embora as pastas dos alunos da Escola Normal Colegial estivessem bem organizadas, elas foram armazenadas por ordem alfabética junto com pastas de alunos da Escola Comercial Otaviano Amaral, quando as escolas se uniram no final da década de 1970. Isso redobrou o trabalho. No entanto, nas pastas, localizei fontes vitais para a pesquisa: exames de admissão, relatórios de estágio, históricos, avaliações, manuscritos dos docentes e alunos.

Outra forma de tentar reconstruir a história, comparando os relatos orais dos entrevistados com documentos escritos foi procurar fontes fora das escolas, em locais como, por exemplo, a Biblioteca Pública Municipal e a Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul, locais onde encontrei importantes fontes documentais. Também consegui fontes com os entrevistados, especialmente as fotos. Com relação às entrevistas, elas foram do tipo semiestruturadas. Optei por elas, e não pelo questionário, por considerar este último enfadonho e formal, diferentemente da interação que o contato entrevistado/entrevistador proporciona. No início da pesquisa, ainda não tinha muita noção do que precisaria e quem teria informações relevantes que contribuiriam com o estudo. Desta forma não previ um número exato que culminou com um total de seis sujeitos entrevistados (um do sexo masculino e cinco do sexo feminino) escolhidos por seu vínculo com o objeto, sendo ex-normalistas, ex-professores e uma ex-diretora da Escola Normal. Os nomes surgiram por meio de indicação, por exemplo, na primeira entrevista foram citados nomes que, pela história contada no momento, nos pareciam ideais para ajudar na compreensão de determinado assunto: o Curso Normal Regional em 1946, a Escola de Aplicação, a cessação da Escola Normal Colegial no início da década de 1980. A entrevista semiestruturada permitiu a fuga da característica lista de perguntas. O entrevistado era convidado e incentivado a contar a sua experiência com o Curso Normal. Nessa conversa, poucos questionamentos ficavam sem resposta e caso isso acontecesse, a pergunta era feita da forma mais natural possível, inserida no

diálogo. Depois de transcritas, as falas foram comparadas com os documentos escritos, ora contradizendo, ora confirmando as informações.

No que diz respeito aos jornais, esses foram relevantes para essa pesquisa. Muito embora eu tenha consciência, de que a mídia pode trabalhar a favor ou contra determinados grupos políticos posicionando-se ideológica e politicamente acerca de determinados assuntos procurando interferir na opinião pública, compreendo que, no caso dessa pesquisa, os fatos citados nos artigos do jornal podem ser entendidos como reais, uma vez que foram confirmados por outras fontes documentais e também por meio de depoimentos orais. Cabe salientar que as informações das Escolas Normais registradas no único jornal local dizem respeito à década de 1960, considerando a fundação do jornal no ano início daquela década. Era no jornal local que os comunicados, convites para reuniões, bailes e formaturas eram publicados. Também no jornal eram publicados trabalhos, textos e poesias criados pelos normalistas, bem como se utilizavam desse meio de comunicação para informar sobre as atividades dos Centros e Grêmios Estudantis. Infelizmente, não localizei as edições impressas na década de 1970, época em que o jornal foi arrendado e não houve, por parte dos editores, o interesse em organizar um acervo.

Outro fator que prejudicou o andamento da pesquisa foi a inexistência, no município, de um centro histórico, museu ou casa da cultura onde estivessem arquivados documentos importantes da história local e regional. Até mesmo documentos produzidos na época do Território Federal do Iguazu se perderam ou estão se perdendo pela falta de interesse, por parte das autoridades, de preservar a memória do município. Localizei acervos particulares que me apresentaram fontes valiosas, como por exemplo, o do colecionador Marco Aurélio Pellizzari Lopes. Sob seus cuidados estão, entre outros materiais, um exemplar do *Relatório de atividades do Governador Frederico Trotta encaminhado para o presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946*. Esse documento foi vital para a compreensão de particularidades do cotidiano do Curso Normal Regional no ano de 1946.

Portanto, minha pesquisa caracteriza-se como documental e tem como objetivo investigar a história da formação de professores normalistas no município de Laranjeiras do Sul, procurando estabelecer relações entre o que ocorreu no interior das escolas e as mudanças na legislação educacional, nas políticas educacionais e na sociedade nacional, estadual e local entre meados da década de 1940 e 1980. Também se constituíram como objetivos desta pesquisa: identificar o perfil dos normalistas e

docentes das Escolas Normais; explicitar a organização interna das instituições observando sua estrutura física, sua organização, currículo, métodos e teorias que sustentavam o fazer pedagógico, bem como suas lutas, sucessos e incertezas; reconstruir a história das Escolas Normais Floriano Peixoto e Dr. Leôncio Correia; analisar a repercussão das atividades das Escolas Normais na vida cotidiana da cidade.

Para cumprir os objetivos propostos, a pesquisa foi organizada em três capítulos. Considerando que as demandas educacionais estão articuladas ao modo de produção em que a sociedade se estrutura, e sabedores de que a passagem da sociedade agroexportadora, dominante até o fim da Primeira República para a sociedade urbano industrial trouxe consigo a consolidação do capitalismo, contextualizei o Brasil econômica, política e socialmente a partir da década de 1930. Dessa forma, o primeiro capítulo propôs-se a abordar a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e sua política de integração das regiões menos desenvolvidas economicamente ao contexto socioeconômico nacional que se materializou sob a forma da *Marcha para Oeste*. Prosseguindo, enfoquei as circunstâncias da publicação do *Manifesto dos Pioneiros* que, além de suscitar fervorosa batalha entre escolanovistas e católicos, pode ser considerado o documento crucial para a re (construção) da legislação educacional brasileira. A legislação educacional também foi objeto de análise, com especial atenção para o Decreto-lei nº 8.529 - Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto-lei nº 8.530 - Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946, Lei n. 4.024/61 – LDB de 1961 e a Lei de Diretrizes e Bases para o 1º e 2º graus, Lei nº 5.692/71. Na análise dessas leis o foco foi a formação de professores no Brasil. Embora o intuito dessa pesquisa seja compreender a história da formação de professores normalistas no município de Laranjeiras do Sul, não há como fazer um recorte desconsiderando o todo, ou seja, o contexto econômico, político e social da época, no qual estavam inseridas aquelas escolas e as relações que se estabeleceram a partir de tais determinações que influenciaram a trajetória da educação brasileira.

O segundo capítulo explicitou como os grupos escolares se inseriram no projeto de nacionalidade previsto pelo Estado Brasileiro como local de educação formal apto a preparar o indivíduo para pertencer e colaborar com o desenvolvimento da nação. Enfocou ainda as reformas ocorridas no ensino primário e normal no estado do Paraná a partir da década de 1920 e também na Escola Normal de Curitiba, que em 1938 foi transformada em Escola de Professores. Procurou mostrar como a reforma da escola normal de Curitiba serviu de base para as escolas normais regionais do interior Paraná

por meio das propostas do professor Erasmo Pilotto e sua equipe, num momento em que tais escolas se expandiam pelo interior após a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946. Abordei ainda alguns aspectos da história do município de Laranjeiras do Sul, as primeiras formas de escolarização oferecidas à população bem como a criação, ápice e desaparecimento do Território Federal do Iguaçu. O capítulo ainda traz uma breve história da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto e à Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia.

No terceiro e último capítulo analisei o cotidiano das Escolas Normais de Laranjeiras do Sul, abordando questões como: a estrutura física dos prédios (tipo de construção, número de turmas e de vagas disponíveis a cada ano); o levantamento do perfil dos discentes e dos docentes (gênero, idade, procedência); os currículos bem como as teorias e métodos que sustentavam o fazer pedagógico; os exames de admissão e a organização interna da Escola de Aplicação; perspectivas profissionais; parcerias entre professores, alunos e funcionários das Escolas Normais e a comunidade laranjeirense para realizar atividades com fins diversos.

Espero que a leitura desse trabalho suscite mais debates acerca do tema proposto, de forma que o conhecimento aqui registrado sirva para a produção de novos conhecimentos.

CAPÍTULO I

A ESCOLA NORMAL NO CONTEXTO DA *MARCHA PARA OESTE* E INTERIORIZAÇÃO DO BRASIL

1.1 A Revolução de 1930 e a *Marcha para Oeste*

No início da década de 1920, a política do café-com-leite⁴ sustentada pelas oligarquias começava a dar sinais de desgaste. Esse problema se acentuou quando se juntou a outros acontecimentos sociais, políticos e econômicos da década como a crise financeira, os levantes militares, as revoltas populares pelo interior do país e o crescimento das camadas sociais urbanas. A economia cafeeira financiou o início da industrialização e originou a classe média, o operariado e a burguesia industrial que começaram a contestar o domínio político exercido pelas oligarquias cafeeiras complexificando desta forma as relações econômicas, sociais e políticas.

A importância do Tenentismo⁵ é inquestionável para a Revolução de 1930. Ocorrendo entre os anos de 1922 e 1927, pode ser considerado um dos principais agentes políticos da transformação social pela qual passou o Brasil, sendo um movimento que amadureceu e se fortificou política e ideologicamente ao longo daquela década. Forjaz explicita que

Nessa fase inicial, marcada pela crise da sociedade agroexportadora e do Estado Oligárquico no Brasil, o Tenentismo apenas começa a elaborar o projeto de transformação da sociedade, que amadureceria no próprio processo de sua prática política e ganharia seu contorno mais definitivo num momento histórico em que essa crise estrutural já estava deflagrada, no nível econômico e no nível político (a crise capitalista internacional de 1929 e a revolução de 30) e a sociedade brasileira dava seus primeiros passos no sentido da constituição de uma sociedade capitalista urbano industrial (1977, p. 15).

Ainda de acordo com Forjaz “[...] o tenentismo assumiu o papel de porta-voz das

4 O cargo de Presidente da República se alternava entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. Com essa negociação arquitetada nos bastidores da política nacional, os paulistas maiores produtores de café, revezavam seus candidatos com os maiores criadores de gado e derivados de leite do país, os mineiros (PONTAROLO, 2012).

5 O movimento recebeu esta denominação uma vez que teve como principais figuras não a cúpula das forças armadas, mas oficiais de nível intermediário do Exército – os tenentes e os capitães. O alto comando militar do Exército manteve-se alheio a uma ruptura pelas armas, assim como a Marinha (FERREIRA e PINTO, 2011, p. 400).

aspirações das camadas médias urbanas” (1977, p. 31). Esta afirmação é corroborada por Resende (2011) quando afirma que a partir da Guerra do Paraguai, os militares assumiram uma consciência mais crítica de sua importância no interior da sociedade.

Os tenentes, que inegavelmente lideraram os acontecimentos, não têm ainda um projeto para a sociedade, mas agem num momento de despertar da consciência, como membros de uma instituição ofendida, que vêm como responsável pela República e o que é fundamental, começam, de forma vaga e imprecisa a enxergá-la como representante dos interesses da nacionalidade (FORJAZ, 1977, p. 48).

Mesmo com acontecimentos esparsos e pouco articulados, todos os movimentos que ocorreram na década de 1920 e anteriormente a ela, podem ser tratados de forma conjunta como movimentos sócio-políticos e se espalharam pelo Brasil. Para outro autor

Movimentos sociais urbanos e rurais como, por exemplo, a Revolta da Vacina, Canudos, Contestado, a Revolta dos Marinheiros, foram interpretados como desvios indesejáveis da história, símbolos do atraso e da barbárie, e seus agentes, como *ignorantes, inferiores racialmente*, que não compreendiam e, por isso mesmo, *não tinham o direito de questionar o processo em curso e de escolher seus próprios destinos enquanto seres humanos brasileiros* (ARIAS NETO, 2011, p.194, grifos no original).

Além desse clima de agitação político-social, uma série de pequenos incidentes marcou a crise de relações entre o Governo Federal e os militares. Desta forma, em 1924, estes não falavam mais em nome de uma corporação, mas se pronunciavam em nome da coletividade nacional em busca de uma sociedade democrática que incluiria novos grupos sociais no processo político e não apenas as oligarquias que com seu coronelismo⁶ comandava a política nacional desde as grandes cidades até o interior (FORJAZ, 1977). Resende afirma que a ampliação do poder decisório, ameaçava a manutenção do sistema vigente tanto político como de produção considerando que era “[...] baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria dos processos de participação política” (2011, p. 91). Essa concentração de poder era

6 O termo se origina do cargo de coronel que, mesmo extinto em 1919, permanecia como aura do poder político desses líderes regionais que conduziam as eleições de modo a satisfazer seus interesses. Para isso manipulavam as atas eleitorais e entregavam cédulas já preenchidas aos eleitores caracterizando o voto de cabresto. Sem poder contar com o governo para a provisão do essencial, era na figura do coronel que os mais pobres recorriam para resolver questões básicas como saúde e alimentação e até mesmo atritos e rixas entre vizinhos. Desta forma, votar conforme o coronel mandava era uma forma de devolver um favor (PONTAROLO, 2012, p. 21). Para Resende, sobre o princípio do coronelismo “[...] edifica-se a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal” (2011, p. 93).

favorecida pelo federalismo que implantado com a República, dava amplos poderes aos governos estaduais. No entanto, mesmo negados pelas forças políticas dominantes, todos esses movimentos empoderaram o povo no sentido de iniciar uma participação política mais estruturada e consciente dentro do sistema republicano que começava a se firmar enquanto regime.

Em julho de 1924 irrompeu a revolução em São Paulo com a tomada do Palácio do Governo pelos revoltosos comandados pelo general Isidoro Lopes. Acuados pelas tropas legalistas, os revolucionários se retiraram para o interior do Paraná se instalando na região de Foz do Iguaçu e Catanduvas e ali permanecendo até março de 1925. Nessa região, esperaram a chegada da chamada *Coluna Prestes* comandada pelo Coronel Luís Carlos Prestes líder de um foco revolucionário no Rio Grande do Sul. No entanto, quando se encontraram, os revoltosos paulistas já haviam perdido muitas batalhas e seus comandantes desistiram das lutas armadas, resolvendo marchar pelo país, numa espécie de revolução “em movimento” alertando a população sobre a necessidade de mudanças urgentes no sistema político.

Do Paraná, a Coluna seguiu para o Paraguai, Mato Grosso e Goiás. Foi fortemente combatida tanto pelas tropas do Governo como pela população, que em sua maioria era contra suas atividades. “Essa atitude de repulsa das populações rurais e dos pequenos núcleos urbanos era favorecida pela maciça propaganda governamental que apregoava não passarem os revolucionários de um bando desorganizado e mal-armado de ladrões, estupradores e assassinos” (FORJAZ, 1977, p. 99). A Coluna marchou ainda pelos estados de Minas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Maranhão e Piauí tendo o rumo da marcha determinado por fatores como comunicação, condições climáticas e de sobrevivência e estratégia. Fragilizados, vencidos pelo cansaço, fome e doenças e fortemente perseguidos e combatidos

A coluna tinha aspecto desolador: exaustos, maltrapilhos, famintos pela escassez de recursos, acometidos de impaludismo, os homens da Coluna iam vencendo penosamente a pé os atoleiros em que as estradas tinham se convertido. Acresce-se a isso o desânimo e a moral abatida desses revolucionários que tinham alimentado tantas esperanças de incendiar o Nordeste com sua revolução libertadora (1977, p. 105).

No entanto, os revolucionários evitaram enfrentamentos com os legalistas e “[...] nunca a Coluna teve a intenção de destruir o inimigo, mas apenas sobreviver, já que a

propaganda armada era encarada pelos tenentes como etapa necessária no longo caminho para a tomada do poder (1977, p. 109).

E foi com esse espírito revolucionário que os 620 remanescentes em companhia de seu líder Luis Carlos Prestes chegaram à Bolívia em fevereiro de 1927. Nesse momento, novo foco revolucionário surgia no Rio Grande do Sul, de forma que é possível afirmar que a Coluna foi vitoriosa em suas intenções de propaganda revolucionária, apesar de não lograr êxito em seu intento de tomar diretamente o poder na capital da República. Para Forjaz (1977), a Coluna Prestes é uma continuidade dos primeiros movimentos revolucionários, e mesmo fracassando em sua intenção devido à subordinação econômica e política da massa rural às oligarquias e a propaganda governamental contra a revolução, daria a base de sustentação à Revolução de 1930.

Esses acontecimentos se somaram e foram agravados pela quebra da Bolsa de Valores nos Estados Unidos no ano de 1929 e consequente crise do setor cafeeiro. Atingidos pela crise econômica mundial, os países importadores deixaram de comprar o produto que sustentava as exportações brasileiras. Dessa forma, houve superprodução de café e sem o apoio irrestrito do Governo, os produtores tiveram inúmeros prejuízos, pois o Estado sempre havia tratado os cafeicultores com privilégios lançando mão de ações intervencionistas para ajudá-los. Para Arias Neto

[...] a principal fonte de arrecadação do Estado brasileiro provinha das rendas alfandegárias, isto é, dos impostos cobrados sobre as importações. Com a queda destas, ficavam impossibilitados os pagamentos da dívida externa, e os credores internacionais passaram a recusar novos empréstimos ao país (2011, p. 213).

Isso enfraqueceu politicamente a parceria entre Governo e oligarquias cafeeiras que até aquele momento havia dado certo. Rangel reforça essa informação ao sustentar que

[...] a política da Primeira República dava sinais de esgotamento. As botas empoeiradas dos coronéis e os sapatos com polainas dos chefes, na capital, tinham dificuldades para *acertar o passo*, fosse por questões econômicas, aprofundadas pela crise de 1929-1932, fosse pela tentativa frustrada de construir um consenso entre os estados preponderantes da federação (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia) a respeito da sucessão presidencial (2007, p. 17, grifos no original).

O país estava na mão dos cafeicultores que além de controlarem o Brasil

economicamente através das exportações o dirigiam politicamente, nos níveis federal, estadual e também municipal por meio do coronelismo. Para a disputa presidencial de 1929, no entanto, o presidente Washington Luis não aceitou a indicação de Minas Gerais e optou pelo candidato paulista Júlio Prestes. Isso irritou os mineiros que partiram para a oposição, formando com paraibanos e gaúchos a chamada *Aliança Liberal* indicando Getúlio Vargas como candidato a presidente e João Pessoa como vice. Na eleição presidencial, ocorrida em 01 de março de 1930, o candidato da situação foi eleito, no entanto sua vitória foi contestada pela oposição e o clima de indecisão perdurou por meses. Em julho, a tensão se agravou com o assassinato de João Pessoa. Assim, a posse de Júlio Prestes prevista para o dia 15 de novembro não chegou a ocorrer, pois o clima de revolução estava instalado e facilitado, entre outras coisas, pela Revolução Tenentista que havia espalhado militares por todos os cantos do país e estes foram estratégicos para Getúlio e seus aliados naquele momento.

No início de outubro de 1930, foi deflagrada a “Revolução” e Getúlio partiu do Rio Grande do Sul para São Paulo. Washington Luis foi deposto em 24 de outubro sem maiores dificuldades, pois não contava com o apoio das massas e tampouco das oligarquias cafeeiras.

Getúlio Vargas tomou posse em novembro de 1930 formando o chamado Governo Provisório que se estendeu até 1934. Revogou a Constituição de 1891 e com amplos poderes passou a governar por decretos. Foram depostos os presidentes dos estados e nomeados interventores que, em sua maioria, eram militares revolucionários. Ou seja, o cenário político brasileiro foi drasticamente alterado, tornando-se mais adequado ao que se esperava para um país em processo de industrialização. No entanto, isso não significou, a princípio, maior participação popular nas decisões. Apenas aos poucos, “[...] o papel das camadas médias ganhou contornos e a questão social foi finalmente entronizada como questão política, crescendo em boa medida o espaço que os trabalhadores ocupavam nos cálculos do poder” (SZMRECSANYI e GRANZIERA, 1986. p. 15).

Vargas governou o Brasil pela primeira vez entre 1930 e 1945 e esse foi um período de intensas transformações sociais, políticas e econômicas com a modernização da indústria e fortalecimento dos sindicatos⁷. Getúlio Vargas se destacou entre os ex-

7 Conforme COSTA, o Estado introduziu “[...] uma forma de estrutura sindical, colaboracionista e diferente das anteriores que aplicavam o princípio das lutas de classes, que eram consideradas nocivas à unidade e ao organismo nacional” fazendo surgir “[...] uma ideologia na qual o governo, principalmente seu chefe, seriam os interlocutores diretos dos interesses dos trabalhadores, junto às classes proprietárias. A legislação trabalhista apareceria, portanto, como uma forma de se acenar aos

presidentes não apenas pela personalidade carismática e controversa, mas também pelo papel histórico que desempenhou na política brasileira caracterizada por “[...] um quadro político tão rico e contraditório” (SZMRECSANYI e GRANZIERA, 1986, p. 40). Há consenso de que seu jeito de governar e fazer política foi controverso sendo sua gestão “[...] um campo permeado de construções simbólicas, face a forte presença do Estado” (FREITAG, 2001 p. 19). Desta forma, como tudo que envolve a subjetividade, a compreensão e as inferências variam portanto, “[...] segundo a perspectiva do observador” (SZMRECSANYI e GRANZIERA, 1986, p. 25).

Em 1937, depois do golpe militar, iniciou-se o período que ficou conhecido como Estado Novo. De acordo com Hilsdorf (2011) a Constituição de 1934 foi substituída por outra, elaborada em 1937 por Francisco Campos e que apresentava nas suas Disposições Transitórias o mecanismo chave do novo governo: o uso do decreto-lei pelo Executivo central e pelos interventores. Era o poder ditatorial infringindo as leis sem que elas pudessem ser questionadas pela representação popular por meio do Poder Legislativo.

Dirigindo um país desestruturado depois das revoltas armadas, tendo as crises mundial e brasileira como pano de fundo, com a ascensão de novos grupos ao poder e necessitando fortalecer a sua própria atuação como governante, Getúlio tomou medidas consideradas drásticas para reverter o quadro de instabilidade geral que pairava sobre o país. Essas ações estavam comprometidas com os interesses do capital industrial. A meta era investir na produção de bens de consumo tendo em vista que “[...] esse setor industrial não exigia alta tecnologia, pois as máquinas e equipamentos necessários eram facilmente encontráveis no mercado mundial, enquanto a mão-de-obra não precisava ser altamente qualificada e nem o investimento inicial de capital era grande” (COSTA, 2007, p. 58).

Para Lelis

[...] o acentuado processo de industrialização e urbanização, que se delineia nos principais centros urbanos, gera uma nova composição das classes sociais (que se expressa no fortalecimento de um pequeno proletariado urbano e no alargamento da classe média); essa mudança leva a um aumento na demanda pela escolarização, na medida em que se passa a requerer do indivíduo um maior preparo escolar, como meio de ascensão em sua atividade profissional (1989, p. 38).

Portanto, nesse período, houve maior aparelhamento do Estado para apoiar o

interesses dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que procurava controlá-los” (2007, p. 107).

processo produtivo, com a criação de órgãos, departamentos e medidas administrativas “[...] voltados a intervir nas atividades e assuntos econômicos” (COSTA, 2007, p. 61). No que se refere ao setor educacional, Hilsdorf esclarece que

Foram criados órgãos federais que instalaram a estrutura administrativa definitiva do ensino e passaram a estabelecer regras a serem cumpridas no plano estadual: o Ministério da Educação e Saúde (1931), o Conselho Nacional de Educação (1931), a Comissão Nacional do Ensino Primário (1938), o Fundo Nacional do Ensino Primário (1942), o Inep – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938), o Instituto Nacional de Estatística (1934), que deu origem ao IBGE (1938), o Instituto Nacional do Livro, o Serviço de Radiodifusão Educativa, o Ince – Instituto Nacional do Cinema Educativo, e o Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2011, p. 101).

O sistema educacional passou a ser determinado então, por fatores que provocariam a expansão da rede pública de ensino e a redefinição do papel da escola e também do Estado diante da escolarização das massas (LELIS, 1989). Em 1933, ao fazer um balanço do ensino primário no Brasil, Vargas expõe aos constituintes os seguintes e preocupantes dados:

[...] pode-se determinar que, entre 1.000 brasileiros aptos para receberem a educação cultural elementar, 513 não ingressam na escola e dos 487 restantes 110 matriculam-se mas não frequentam os cursos; 178 frequentam o primeiro ano de estudos, não chegando bem a ler; 85 frequentam somente até o segundo ano, alfabetizando-se muito superficialmente; 84 vão um pouco além mas não chegam a concluir os estudos; e apenas 30 adquirem integralmente a instrução elementar comum assim mesmo em condições de grande desigualdade de aproveitamento e reconhecida eficiência, atinente à profundidade do ensino que não se prolonga em média, além de três anos, com todas as lacunas pedagógicas da maior parte das escolas do interior (BRASIL, Mensagem presidencial, 1933).

Tendo como premissa a estreita relação entre miséria e falta de escolarização, propagada a partir a Primeira República, haveria que se encontrar uma maneira de instruir a população, especialmente a que se encontrava nas regiões mais afastadas, a fim de que esses indivíduos pudessem colaborar com o desenvolvimento da nação.

No início dos anos 1930, a principal meta do governo era fazer com que o país se garantisse economicamente, não mais apenas através das exportações de matérias-primas, mas com o fortalecimento da indústria nacional a fim de promover o desenvolvimento através da produção de bens de consumo voltados ao mercado interno

caracterizando a “[...] a passagem de uma sociedade de base agroexportadora para uma sociedade de base urbano industrial” (SZMRECSANYI e GRANZIERA, 1986. p. 42). No entanto, essa passagem encontrava alguns entraves. Lopes afirma que “[...] pode-se concluir que para Getúlio Vargas o país tinha o seu desenvolvimento econômico fragmentado e desigualmente desenvolvido” (2002, p. 44). Costa apresenta a mesma argumentação ao afirmar que

[...] teoricamente o mercado brasileiro possuía fortes possibilidades de crescimento devido às dimensões continentais de seu território. Contudo, era necessário que esse território fosse povoado, integrado e articulado ao centro de onde partiam os influxos do desenvolvimento industrial (2007, p. 20).

Considerando essa constatação, as regiões tidas como despovoadas ou que não se desenvolviam de forma adequada, contribuindo economicamente de maneira satisfatória, tornaram-se alvo das políticas de impulso ao desenvolvimento. Para o mesmo autor, o objetivo do governo seria

[...] articular as diferentes regiões do país por meio de especializações produtivas e pela combinação dos seus graus diferenciados de desenvolvimento e, com isso, alavancar o desenvolvimento econômico e o processo de industrialização” (2007, p. 27).

Essas regiões precisavam ser povoadas e inseridas como produtoras e consumidoras para garantir o pleno desenvolvimento da economia nacional e estando Vargas disposto a estabelecer “[...] uma nova ordem jurídico-política calcada na necessidade da integração e do alargamento do território nacional” (FREITAG, 2001, p. 19), sua política de desenvolvimento se traduziu, entre outras ações, na conhecida *Marcha para Oeste*. Lopes afirma que

[...] é sob a ótica do nacionalismo⁸ que pode se entender a

8 Acerca do conceito de nacionalismo usado, optamos por Costa quando afirma que a visão demonstrada por Vargas era de que as fronteiras políticas não coincidiam com as fronteiras econômicas. Assim, a construção de uma nacionalidade brasileira implicaria numa integração econômica do território. Para o autor “[...] a correta expressão do nacionalismo e a construção da nacionalidade brasileira passavam, necessariamente, pela adoção de algumas medidas básicas, tais como: a superação da situação de atraso e de abandono do trabalhador do campo, localizado além das fronteiras econômicas, e das características autônomas e localistas possibilitadas pelas grandes propriedades rurais improdutivas ou subaproveitadas economicamente; a padronização, não apenas das características culturais, como a língua e os costumes, mas, também, das relações sociais de produção” (2007, p. 87).

preocupação do governo federal com as questões do povoamento e ocupação dos espaços vazios das fronteiras brasileiras. Nesse sentido, o caráter centralizador e autoritário do Estado Novo vai ser determinante quando da implementação das políticas territoriais e da criação dos territórios federais de fronteiras (2002, p. 40).

Antes de lançar a campanha da *Marcha para Oeste*, ainda na década de 1930, Vargas já havia dado início ao que poderíamos chamar de (re)conquista, pelos próprios brasileiros, das regiões despovoadas criando mecanismos para deter o avanço estrangeiro especialmente nas áreas de fronteira em todo o território brasileiro. Costa esclarece que

[...] imigrantes estrangeiros, efetivamente passaram a representar ameaças por expressarem duas grandes características que se antepunham à consolidação de um capitalismo brasileiro, construído pela integração do mercado nacional, inclusive o mercado de trabalho: por um lado, o nacionalismo exacerbado e a lealdade dos imigrantes aos seus países de origem; por outro, o internacionalismo, relacionado ao comunismo (2007, p. 100).

Lopes (2002) afirma que a presença brasileira no Oeste do Paraná era incipiente até a década de 1920 e considerando essa realidade, os governos Federal e paranaense, cujo interventor, Mario Tourinho, havia sido nomeado por Vargas, efetivaram várias ações de afirmação da nacionalidade e a primeira foi a nomeação do engenheiro Otton Mäeder para a prefeitura de Foz do Iguaçu por meio do Decreto nº 380/31 (PARANÁ, Mensagem do Interventor, 1931). Entre as medidas administrativas que o prefeito tomou estavam a obrigatoriedade do idioma português na grafia de documentos oficiais e anúncios comerciais; a informação do preço nos estabelecimentos comerciais através da moeda brasileira; taxas e impostos cobrados em moeda nacional e a distribuição gratuita em todas as repartições públicas de jornais oriundos da capital a fim de haver maior entrosamento entre essas regiões do estado (2001). O governo do Paraná decidiu pela

“[...] progressiva nacionalização das terras paranaenses, através do Decreto nº 300, editado em 3 de novembro de 1930, que anulou a concessão da empresa inglesa *Brazil Railway Company*.⁹ Dessa forma,

9 Empresa construtora de parte da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, cujas obras tiveram início em 1889 através da concessão dada por D. Pedro II ao engenheiro João Teixeira Soares. A concessão previa como pagamento a cessão gratuita de 15km de terras devolutas de cada lado da ferrovia para serem exploradas e colonizadas tendo como prazo de conclusão 5 anos. 15 anos depois, apenas 599km estavam entregues. Em 1906, o norte-americano Percival Farquhar fundou a *Brazil Railway Co.* adquirindo a concessão, tendo concluído a obra em 1910 conquistou os direitos sobre as terras ao longo da ferrovia para utilizar para fins de colonização (LOPES, 2002, p. 50).

um total aproximado de 3 milhões de hectares voltou a fazer parte do domínio público paranaense” (FREITAG, 2001, p. 66).

Paralelamente a isso, em 1930 o Governo Federal publicou o Decreto nº 19.482 de 12 de dezembro que ficou conhecido como a *lei dos dois terços*. Em seu artigo 3 previa que dois terços do número de empregados de todas as empresas públicas ou privadas fossem brasileiros natos. Essa exigência atingiu em cheio empresas colonizadoras.

Em 1931, Vargas criou uma comissão que sob a chefia de Zeno Silva¹⁰ percorreu todo o Oeste do Paraná fazendo um levantamento completo da região (LOPES, 2002). Tal comissão, depois de verificar a situação de abandono em que se encontrava a região sugeriu em seu relatório, a criação de um Território Federal. No entanto, o governo do Paraná, contrário ao desmembramento de parte de sua área, através da Secretaria do Interior, Viação e Obras Públicas também fez um estudo *in loco*¹¹ que resultou em relatório com parecer contrário ao feito pela comissão presidida por Zeno Silva. Concluímos que Governo Federal e governo do Estado do Paraná empurravam um para o outro a responsabilidade pela situação de abandono em que se encontrava a região.

Segundo Lopes

O fato do governo paranaense, que era conduzido pelo Interventor Federal General Mario Tourinho, ter solicitado ou permitido que sua Secretaria do Interior, Viação e Obras Públicas, montasse uma equipe técnica, especialmente designada para produzir um estudo a fim de contrapor as conclusões da Comissão Federal, demonstra que o Interventor paranaense não concordava com aquelas constatações e sobretudo com as conclusões a que chegara aquela Comissão Federal (2002, p. 104).

Essa afirmação pode ser comprovada pelo fato de que, em 1932, o General Mario Tourinho foi afastado do governo paranaense e em seu lugar nomeado o interventor Manoel Ribas.

A fim de conter a entrada de imigrantes no país e melhorar a qualidade da mão de obra estrangeira que aqui se encontrava, foram baixados decretos que tratavam especificamente dessas questões.

10 Não há informações detalhadas sobre ele, mas é provável tratar-se de um funcionário do Governo Federal.

11 Em sua obra, Lopes não informa a data precisa que isso ocorreu, mas inferimos que também foi no ano de 1931, devido ao seguinte excerto: “O jornal curitibano *Gazeta do Povo*, em edições de 25, 27, 28 e 29 de agosto e 1º de setembro de 1931 publicou o parecer da referida comissão, sob a manchete “O PROBLEMA DAS FRONTEIRAS – O Território Federal do Iguaçu” (LOPES, 2002, p. 98).

No ano de 1938, somente em relação a questões que envolviam diretamente a problemática dos estrangeiros, foram publicados 10 Decretos e 11 Decretos-Lei, sendo que os mais importantes, segundo o Major Euclides Sarmiento, em comunicação ao Ministro Gustavo Capanema, haviam sido os Decretos-Leis 383 de 18 de abril, 406 de 4 de maio, 868 de 18 de novembro e 948 de 13 de dezembro, que tratavam da proibição de atividades políticas por parte de estrangeiros, da entrada e permanência destes no Brasil, da nacionalização do ensino nos núcleos estrangeiros e da centralização no CIC¹² das medidas destinadas a promover a assimilação dos estrangeiros, respectivamente (COSTA, 2007, p. 127).

No bojo dos decretos publicados em 1938 houve uma medida legal relacionada à educação. O Decreto nº 868 de 18 de novembro criou a Comissão Nacional do Ensino Primário e dentre suas atribuições estava a *nacionalização* do ensino nos núcleos formados por estrangeiros. No Paraná, foram afetados especialmente os núcleos polonês, alemão e japonês.

Em 1939, Vargas baixou o Decreto-Lei nº 1.164 de 18 de março que determinava que apenas brasileiros natos poderiam deter a posse das terras que ficavam numa extensão de até 150 km das fronteiras. Também foi de fundamental importância a criação de núcleos de colonização, predominantemente formado por brasileiros e que foram instalados em regiões estratégicas do país, como é o caso da CANGO.¹³ Os moradores destes núcleos seriam pequenos proprietários que comprariam produtos e produziriam para o mercado em expansão em detrimento aos núcleos coloniais formados por imigrantes que além de produzirem apenas para o seu sustento, importavam produtos de seus países de origem, não ajudando no desenvolvimento da economia nacional.

Portanto, no início da década de 40, quando a materialização do projeto de interiorização do Brasil foi se estreitando, e a *Marcha para Oeste* ficando mais explícita, já haviam sido efetivadas uma série de ações que detinham o avanço da imigração, que no século XIX havia sido apoiada e estimulada pelos governos.

Em agosto de 1940, Vargas fez um discurso carregado de intenções político-ideológicas na inauguração da Associação Cívica *Cruzada Rumo ao Oeste*. Conforme citado por Lopes, Vargas assim se expressou:

12 Conselho de Imigração e Colonização ligado diretamente ao Gabinete de Presidência da República, representou a centralização, no nível federal, da definição das diretrizes e da fiscalização dos assuntos relativos à imigração e à colonização (COSTA, 2007, p. 127-128).

13 Colônia Agrícola Nacional General Osório, criada por Getúlio Vargas em 1943 na região Sudoeste do Paraná que impulsionou o desenvolvimento do município de Francisco Beltrão.

Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução, figura no programa de Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. [...] Deste modo, o programa de “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro de nossas próprias fronteiras (LOPES, 2002, p. 42).

Analisando o discurso presidencial, inferimos que a principal razão da *Marcha para Oeste* era a preocupação com as imensas áreas despovoadas. No entanto, havia ainda o temor com relação aos “redutos étnicos” formados no interior dessas áreas e com a “[...] presença de estrangeiros na fronteira extremo-oeste do Paraná” (FREITAG, 2001, p. 19). Eram problemas críticos que teriam que ser superados para integrar essas áreas ao processo de desenvolvimento econômico do país.

Desde a sua posse, e mais precisamente após a instalação do Estado Novo em 1937, Vargas se utilizou de intensa campanha publicitária para “[...] despertar no povo o sentimento de brasilidade e de disposição para ocupar os espaços considerados vazios do território brasileiro” (LOPES, 2002, p. 41). Uma das armas mais poderosas para o convencimento da população era a propaganda que seria “[...] impregnada de sentimento nacionalista, na qual os intelectuais ajustados com as ideias do governo tratavam com ideologia e simbolismo os programas do governo” (2002, p. 45). Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que

[...] era responsável por fazer a divulgação das ações do governo, produzindo e coordenando a propaganda política que era realizada através de festas cívicas, folhetos, cartilhas escolares e músicas. Além disso, o DIP também tinha a função de analisar e censurar filmes, programas de rádio, peças teatrais, jornais e obras literárias que fossem considerados impróprios ou ameaçadores para o governo (PONTAROLO, 2012, p. 52).

O DIP era comandado por um grupo de intelectuais ligados à Vargas. De acordo com Freitag

Esse grupo seletivo de teóricos envolvia a população no sentimento de identidade nacional, oferecendo a ela a representação de uma sociedade homogênea, indivisa e idêntica utilizando para tal inúmeras operações ideológicas. Essas foram efetivamente trabalhadas pelo discurso do poder, que montou uma lógica de identificação sócio-cultural para a população (2001, p. 38).

Para esta autora, a forma de governar de Vargas foi de certa forma legitimada e “[...] alimentada pelos discursos da intelectualidade que trabalhava na sustentação da estrutura política instituída” (2001, p. 40) e o retorno à nacionalidade e a *Marcha para Oeste* materializaram-se em várias ações amparados por esses discursos. Para Hilsdorf

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), organizado em 1939, fazia simultaneamente a defesa da “raça de bandeirantes”, do culto à pátria, da família tradicional, da mulher-mãe, do trabalhador-herói, da nação eugênica.¹⁴ Assim, o Estado Novo também procurava orientar a *mentalidade* da sociedade para instituir a moderna nação brasileira (2011, p. 99, grifos no original).

Considerando o excerto acima, é possível inferir que a escola era vista pelo governo do Estado Novo como disseminadora dos ideais por ele proclamados, especialmente a escola elementar ou primária, pois era nela que começavam a se concentrar as massas. Desta forma, a partir de 1940 houve uma grande expansão dos Grupos Escolares¹⁵ onde haveria a naturalização de práticas que contemplavam os ideais nacionalistas.

Portanto, alicerçado por ações que continham a imigração e o domínio estrangeiro em terras brasileiras, munido de instrumentos legais como a Constituição de 1937, que garantia em seu artigo 6º “A União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, Territórios Federais, cuja administração será regulada em lei especial” e “[...] inserida naquele projeto mais amplo do Governo Federal” (LOPES, 2002, p. 21) estaria legalmente fundamentada a criação dos territórios federais. Isso no entanto, apenas se efetivaria na década seguinte e para esta pesquisa é considerada a ação mais importante ligada a campanha da *Marcha para*

14 Davila (2005) define o pensamento eugênico como um conjunto de ideias desenvolvidas nas ciências sociais e biológicas que visavam o aperfeiçoamento do ser humano.

15 Esse tema será aprofundado no Capítulo II.

Oeste, considerando o Território Federal do Iguaçu que, criado no ano de 1943, acelerou a implantação no ano de 1946, da Escola Normal Regional a primeira instituição a oferecer o nível ginásial numa região esquecida pelo Poder Público. No entanto, mais importante que ofertar o nível ginásial, era formar professores para atuar na região tão carente de professores habilitados e escolas para atender a população.

Depreende-se que a *Marcha para o Oeste*, foi portanto, um programa que abrangeu um conjunto de ações variadas inseridas numa conjuntura mais ampla, ou seja, de um programa de Governo que tinha como meta principal o avanço do capitalismo industrial alicerçado na integração econômica de todo o território brasileiro. Essa integração econômica exigiria um novo tipo de trabalhador rural, que até aquele momento era indiferente ao capitalismo e suas exigências sendo considerado “[...] arcaico, indisciplinado e incapaz de produzir para o mercado” (COSTA, 2007, p. 88).

Dessa forma, para dar as condições necessárias para que trabalhadores das áreas urbana e rural de todas as regiões fossem atores na promoção do desenvolvimento econômico brasileiro, a área educacional do país começou a ser reestruturada num longo processo com reformas e legislação que envolveriam todos os níveis de ensino.

1.2 O manifesto dos pioneiros e seus impactos na educação brasileira

Conforme já citado, na década de 1920, ocorreram manifestações populares e também movimentos lideradas por civis e militares. Entre os eventos importantes da época, podemos citar a Semana de Arte Moderna no ano de 1922 e a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) no ano de 1924. Ledesma afirma que

Partindo do pressuposto de que o fenômeno educacional não é independente e autônomo da realidade social de determinado momento histórico, ao analisar uma realidade histórica vamos vê-la sempre em conjunto, não analisando seus fatos de forma isolada, mas dentro de uma realidade que se estrutura basicamente em alguns planos ou níveis inter-relacionados: econômico, político e ideológico (2010, p. 7).

O mesmo autor sustenta que “[...] assim, convivem nessa sociedade as ideias e movimentos socialistas, anarquistas, nacionalistas, catolicistas, tenentistas, dos idealizadores da Semana de Arte Moderna, entre outros (2010, p. 54). Para Xavier, esse novo tempo exigia novas atitudes e “[...] a década de 30 foi decisiva para o avanço das

relações capitalistas na área da produção nacional” (1990, p. 37).

Retrocedendo ao início do século XX, observamos que o Brasil foi marcado por dois movimentos educacionais distintos, mas que se entrelaçavam e ficaram conhecidos como *Entusiasmo pela educação* e *Otimismo Pedagógico*.¹⁶ Segundo Ghiraldelli Jr.

O primeiro movimento ia em um sentido *quantitativo*, o segundo em um sentido *qualitativo*. O primeiro solicitava a abertura de escolas. O segundo se preocupava com os métodos e conteúdos do ensino. Tais movimentos se alternaram e em alguns momentos se somaram durante a Primeira República (2003, p. 16, grifos nossos).

Esse segundo fenômeno, por tratar das bases pedagógicas do processo educacional, buscava a (re)construção da educação nacional, priorizando métodos e técnicas vanguardistas utilizadas na Europa e Estados Unidos e sinalizando para a necessidade urgente de uma escola que laica, gratuita e pública, fosse estendida a todas as camadas da população brasileira. O mesmo autor pondera que, após o fim da Primeira Guerra, os Estados Unidos surgem como potência ganhando visibilidade mundial por meio da imprensa, cinema e literatura.

Nesse contexto, absorvemos ou começamos a absorver de modo mais intenso, a literatura pedagógica norte-americana.¹⁷ Esta literatura foi, em parte, o conteúdo do movimento do “otimismo pedagógico”. Não era *apenas* a abertura de escolas que queríamos, mas, como diziam os livros que nos chegavam, era preciso também alterar nossa pedagogia, nossa arquitetura escolar, nossa relação ensino-aprendizagem, nossa forma de administrar as escolas e a educação em geral, nossas formas de avaliação, nossa psicopedagogia (2003, p. 17, grifos no original).

Orientada pelos ideais do *Otimismo Pedagógico* e na onda de efervescência cultural, a Associação Brasileira de Educação (ABE) foi fundada em 1924, no Rio de Janeiro. De acordo com Saviani

[...] embora na origem o grupo tivesse intenção de organizar um 'partido de ensino', a ABE afirmou-se como órgão apolítico, destinado a congregar todos os interessados na causa da educação, independentemente de doutrinas filosóficas ou religiosas ou de posições políticas (2008a, p. 229).

16 Jorge Nagle foi o criador dessas duas categorias. Para saber mais, consultar sua obra *Educação e sociedade na primeira república* da editora DP&A.

17 Para Miguel, além da influência de educadores norte-americanos, com relação a reforma educacional no Estado do Paraná, Lysimaco Ferreira da Costa foi influenciado por autores europeus especialmente o filósofo alemão Johann Friedrich Herbart. Este fato caracterizou o currículo pelo excesso de metodologias (1997).

Dessa forma, ela nasceu plural no que dizia respeito às ideias e posicionamentos teóricos. Entre a sua fundação em 1924 e o final do ano de 1931, católicos, não-católicos e ateus conviveram de forma pacífica, apesar de calorosos debates no interior da organização.

Ao criar o Ministério da Educação e Saúde Pública, Vargas nomeou Francisco Campos para o cargo de ministro. Campos, no início de 1931 baixou um conjunto de sete decretos relacionados à educação que ficaram conhecidos como *Reforma Francisco Campos*. Segundo Saviani “[...] com essas medidas resultou evidente a orientação do novo governo de tratar da educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central” (2008a, p.196). Desta maneira, entendemos que embora essa reforma não tenha tratado de regular a educação primária ou a formação de professores, ela pode ser percebida como uma primeira tentativa de organizar a educação em nível nacional e adequar o sistema educativo ao novo modelo econômico.

Convém salientar que até aquele momento, o modo como se estruturavam as relações sociais e de produção não exigiam maior atenção por parte dos governos para o ensino primário e, conseqüentemente, para a formação de professores. A camada que necessitava da escola a tinha contemplada por meio da educação privada especialmente no que dizia respeito ao ensino médio que era o degrau que alçava ao nível superior. Romanelli lembra que “[...] enquanto não predominavam nessa sociedade relações de teor capitalista, nenhuma contradição de caráter excludente pode ocorrer entre as camadas que procuravam a educação: a aristocracia rural e os estratos médios” (2012, p. 42). Para a autora, a estrutura começou a se complexificar no momento em que surgiu a heterogeneidade de classes com os estratos sociais emergentes: camada média de intelectuais letrados e padres,¹⁸ militares, industriais, imigrantes, ou seja, uma pequena burguesia que complexificou o organismo social que já não conseguia atender à demanda através de instituições de caráter tão simplista.

Antes da Reforma Francisco Campos, outras haviam acontecido como a Lei Orgânica Rivadávia Correia (1911), a reforma Carlos Maximiliano e a reforma Rocha Vaz (1925). No entanto, segundo Romanelli (2012) todas elas não passaram de tentativas frustradas, e mesmo quando aplicadas, estavam longe de se comparar a uma

¹⁸ Os padres e os intelectuais já se faziam presentes na sociedade brasileira desde o Império, pois eram oriundos de famílias que buscavam nas universidades europeias, especialmente em Portugal, a melhor formação para seus filhos.

política nacional de educação representando apenas o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos.

Francisco Campos, educador escolanovista que havia participado da reforma educacional no estado de Minas Gerais, através do Decreto-Lei nº 19.941 de 30 de abril de 1931 fez ressurgir o Ensino Religioso facultativo nas escolas públicas que fora abolido desde a cisão entre Igreja e Estado após a Proclamação da República. Estudos de Romanelli (2012), Xavier (2005) e Hilsdorf (2011), apontam na mesma direção no que diz respeito aos interesses da Igreja Católica. Romanelli argumenta que “[...] o ensino religioso poderia ser considerado uma questão de ordem secundária na evolução do sistema educacional brasileiro, se não fossem as polêmicas que suscitou e as lutas ideológicas em que se envolveu” (2012, p.145). Realmente, o ensino religioso, representava apenas a *ponta do iceberg*. O que estava em jogo, na verdade, era o predomínio da Igreja Católica sobre a oferta do ensino, especialmente o Ensino Secundário que era o meio de acesso das elites ao ensino superior. Hilsdorf, por sua vez, esclarece que “[...] a Igreja tentava abrir um espaço de influência no ensino popular, que era majoritariamente público, além daquele que já detinha no secundário, dominado por instituições privadas e confessionais” (2011, p. 94). Xavier corrobora com ambos os autores e acrescenta que “era uma luta que emergia no âmbito econômico, passava pelo político-cultural e desembocava no educacional” (2005, p. 288).

O clima amistoso entre católicos e renovadores começou a mudar na IV Conferência Nacional de Educação (13 a 20 de dezembro de 1931) que contou com a presença do ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos e do presidente Getúlio Vargas. Ambos discursaram e este último incitou os presentes a encontrar alternativas que dessem conta de resolver os problemas que começavam a perturbar sociedade e governo considerando as novas necessidades educativas que se apresentavam. O desafio foi aceito e Fernando de Azevedo escolhido para redigir um documento que manifestasse as proposições na busca da resolução dos problemas que afligiam a educação nacional. Embora o documento tenha sido escrito por Fernando de Azevedo, ele, Anísio Teixeira e Lourenço Filho são considerados por Saviani (2008) como *trindade cardinalícia* do Movimento Escolanovista por terem se destacado à época e durante as décadas seguintes no campo educacional brasileiro com publicações e traduções, ocupando cargos administrativos e através do engajamento político nas questões educacionais.

Assinado por 26 intelectuais e tendo como destinatários o povo e o Governo

brasileiro, o *Manifesto dos Pioneiros: a reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo* foi um documento revolucionário para a sua época, pois pela primeira vez a educação foi tratada como um problema social, apontando para uma “tomada de consciência” por parte de um grupo de educadores da necessidade de organizar a educação de forma que esta contemplasse a nova sociedade que se iniciava (ROMANELLI, 2012, p.153). As divergências e convergências de pensamento desses educadores estão expressas na pluralidade e ecletismo de ideias contidas no documento.

Segundo Saviani (2008b), no *Manifesto* ficou explícita pela primeira vez a necessidade de um plano nacional de educação, considerando que o documento criticava as medidas educacionais descontinuadas e sem nenhuma ligação entre si, ocasionadas especialmente pela responsabilidade dos estados em legislar e organizar os ensinos primário e secundário. Saviani afirma que

Pela leitura global do “Manifesto”, pode-se perceber que a ideia de plano de educação se aproxima, aí, da ideia de sistema educacional, isto é, a organização lógica, coerente e eficaz do conjunto das atividades educativas levadas a efeito numa sociedade determinada ou, mais especificamente, num determinado país (2008b, p. 178).

Mesmo que a primeira vista o texto subordinasse o desenvolvimento material do país à educação, em seguida ele coloca um meio-termo afirmando que as reformas educacionais deveriam estar associadas às reformas econômicas (GHIRALDELLI JR, 2003). São citados problemas como a falta de visão científica e de finalidades definidas para a educação, bem como o empirismo na tentativa de resolução dos problemas educacionais. Lembram os signatários que sem ter claramente definidas as finalidades da educação, não havia como determinar os meios eficazes para alcançá-las.

O documento esclarece que as reformas realizadas nos estados a partir dos anos 1920 foram importantes, no entanto ineficazes tendo em vista que em todas elas havia “[...] a falta de uma visão global do problema educativo” que só se resolveria com uma reforma que abrangesse o país todo (AZEVEDO, 2010, p. 38). Aborda as finalidades da educação explicitando que estas se encontravam diretamente ligadas a uma concepção de vida que seria determinada pela estrutura da sociedade (AZEVEDO, 2010). Para Saviani os fins da educação estariam dessa forma explicitados:

Se a escola tradicional mantinha o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, a nova educação, embora pragmaticamente voltada para os indivíduos e não para as classes, fundando-se sobre o princípio da

vinculação da escola com o meio social, forma para a *cooperação e solidariedade* entre os homens (2008a, p. 244, grifos nossos).

As responsabilidades do Estado e a função pública da educação, os princípios de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação também foram questionados. A escola única deveria ser garantida pelo Estado, dando a todos os indivíduos as possibilidades de educação independente de suas condições sociais ou financeiras, no entanto, o ensino privado poderia ser ofertado.

Ao abordar a função educacional surgiu a discussão sobre os princípios da autonomia, unidade e descentralização. Quanto à unidade e descentralização, o documento defendia que a escola deveria ser única, no entanto regida por um poder central que respeitasse as particularidades regionais, não significando dessa forma uma *unidade*, mas sim uma *multiplicidade* com a possibilidade de intercâmbio (AZEVEDO, 2010). A autonomia,¹⁹ só se concretizaria quando a educação pública não mais se subordinasse “[...] a interesses transitórios, caprichos pessoais ou apetites de partidos” (AZEVEDO, 2010). O documento enfatizava que

A autonomia econômica não se poderá realizar, a não ser pela instituição de um 'fundo especial ou escolar', que constituído de patrimônios, impostos e rendas próprias, seja administrado e aplicado exclusivamente no desenvolvimento da obra educacional, pelos próprios órgãos de ensino, incumbidos de sua direção (AZEVEDO, 2010, p.47).

Dessa forma, estava lançada a proposição de financiamento do Estado com verbas próprias para a educação, no entanto, a autonomia não deveria se restringir ao aspecto econômico mas também técnico e administrativo sem “[...] influências e intervenções estranhas” (AZEVEDO, 2010, p. 47).

Quanto ao processo educativo, este deveria estar em consonância com os princípios da Escola Nova descartando de vez as “[...] tendências exclusivamente passivas, intelectualistas e verbalistas da escola tradicional” para se guiar pela educação como “[...] atividade espontânea, alegre e fecunda, dirigida à satisfação das necessidades do próprio indivíduo” (AZEVEDO, 2010, p. 49).

No documento, os educadores delinearam a estrutura ideal para essa organização

19 Romanelli (2012) esclarece que de forma geral, todos os ramos da administração pública estavam impregnados com os resquícios da velha ordem oligárquica na política comandada pelo coronelismo e seus vícios: nepotismo e partidarismo e isso precisava ser superado para a sobrevivência do novo regime. A educação, como parte do processo de administração pública, também deveria estar desvinculada desses ranços.

preconizada, apontando para a urgente necessidade de articulação entre todos os níveis de ensino. Reforçavam a necessidade de uma escola única que não formasse trabalhadores manuais e intelectuais separadamente, mas que todos tivessem oportunidades de serem bem instruídos aliando a educação humanística ou científica à educação profissional. Desta forma, o Manifesto contempla todos os níveis, orientando para a seguinte divisão no processo de educação escolar: escola infantil de 4 a 6 anos, educação primária dos 7 aos 12, secundária dos 12 a 18 e estendendo-se à Universidade.

No que tange a formação docente, o documento a via como frágil, indicando que todos os professores brasileiros, independente do nível de ensino que exerciam suas atividades, deveriam ter curso superior. Em relação ao professor primário, o documento acrescentava

O magistério primário, preparado em escolas especiais (escolas normais), de caráter mais propedêutico, e, as vezes misto, com seus cursos geral e de especialização profissional, não recebe, por via de regra, nesses estabelecimentos de nível secundário, nem uma sólida preparação pedagógica, nem a educação geral em que ela deve basear-se. A preparação dos professores como se vê, é tratada entre nós, de maneira diferente, quando não é inteiramente descuidada, como se a função educacional, de todas as funções públicas a mais importante, fosse a única para cujo exercício não houvesse necessidade de qualquer preparação profissional (AZEVEDO, 2010, p. 59).

Além da preparação adequada, os profissionais da educação deveriam receber remuneração que lhes permitisse manter a eficiência, dignidade e prestígio, condições estas que são indispensáveis aos educadores (AZEVEDO, 2010).

Quando lançado, em 1932, o *Manifesto* suscitou uma onda de debates entre educadores de diferentes correntes, especialmente no que dizia respeito ao engajamento dos renovadores na luta em defesa da escola pública. Desta forma, uma de suas primeiras consequências foi o rompimento entre educadores católicos e renovadores, tendo o primeiro grupo decidido se retirar da ABE, para formar a Confederação Católica Brasileira de Educação e lutar veementemente contra a laicidade do ensino e a interferência do Estado na educação.

Naquele momento, a Igreja Católica detinha o monopólio das atividades educacionais privadas no Brasil com um grande número de colégios, alunos e professores. Contra a laicidade no ensino, proposta no *Manifesto*, a Igreja Católica empunhava com afinco essa bandeira tendo como seu principal porta-voz Alceu

Amoroso Lima.²⁰ Conforme Saviani, os católicos acreditavam que

a escola leiga preconizada pelos escolanovistas em lugar de educar deseducava: estimulava o individualismo e neutralizava as normas morais, incitando atitudes negadoras da convivência social e do espírito coletivo. Somente a escola católica seria capaz de reformar espiritualmente as pessoas como condição e base indispensável à reforma da sociedade (2008a, p. 257)

Os católicos entendiam que era necessário formar a elite condutora nas bases do catolicismo, ou seja, “[...] era preciso atuar diretamente na formação de quadros intelectuais para assumir os postos de direção na vida nacional” (SAVIANI, 2008a, p. 259). Portanto, era fundamental a criação de ligas, associações e universidades²¹ que professassem os ideais e a fé católica.

Depois do primeiro embate acontecido no início do ano de 1932, com o lançamento do *Manifesto*, católicos e escolanovistas passaram a conviver de forma mais pacífica por alguns anos, no entanto, cada grupo disputava espaço e tentava disseminar suas ideias na imprensa e entre o povo brasileiro e especialmente interferir na legislação educacional.

Ao analisarmos a legislação educacional, como faremos a seguir, percebemos que mesmo parcialmente, o conteúdo do *Manifesto* foi contemplado na legislação subsequente. Não estudamos detalhadamente as Constituições de 1934, 1937 e 1946, no entanto é notório que algumas proposições feitas pelos pioneiros foram integradas à Constituição de 1934, retiradas da Carta Magna de 1937, que alicerçava o início do período ditatorial, e voltaram com a Carta Magna de 1946. Nesse sentido, Romanelli esclarece ao referir-se à Constituição de 1934:

[...] pertence também ao “Manifesto” o conteúdo de vários artigos da Constituição: o de n. 150, referente à fixação do Plano Nacional de Educação, à ação supletiva da União, ao ensino primário integral, à gratuidade do ensino, etc.; o de n. 151, que representa a vitória da luta pela descentralização do ensino, como se vê de seu texto: “Compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes

20 Para Saviani (2008a), Alceu Amoroso Lima pode ser considerado o maior líder intelectual católico do século XX no Brasil, protagonizando as mais importantes iniciativas da Igreja Católica nos campos religioso e cultural. Defendia a formação de líderes intelectuais católicos por meio de instituições de ensino superior ligadas à Igreja tendo ajudado a fundar a primeira destas instituições no Brasil: a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

21 Em março de 1941 aconteceu a inauguração dos “[...] oito cursos previamente autorizados que se constituíram no núcleo original da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro” (SAVIANI, 2008a, p. 261).

estabelecidas pela União”; e os de n. 156 e 157, que são uma tentativa de organização dos recursos fixados para a educação, também reivindicados pelo “Manifesto”, na parte relativa ao problema da autonomia da função educativa (2012, p. 155).

O *Manifesto dos Pioneiros* pode ser entendido como um *divisor de águas* sendo um ponto de partida para quem deseja compreender o caminho percorrido pela educação brasileira desde o início do século XX, e se configura como um grande legado que representou o pensamento dos intelectuais de uma época pela relevância dos temas abordados e pelas discussões e avanços para a educação brasileira que ele suscitou como é o caso do financiamento da educação, o Plano Nacional de Educação, a possibilidade dos Estados organizarem os seus sistemas de ensino regulados por uma lei maior, a gratuidade e a co-educação entre outros direcionamentos.

Durante o Estado Novo, os anseios demonstrados pelos educadores renovadores foram deixados de lado e alguns deles saíram de cena para dedicar-se à outras atividades em decorrência do autoritarismo do Governo Vargas,²² pois de acordo com Ghiraldelli Jr. (2003) esse período foi uma ditadura de fato, sem funcionamento do Congresso Nacional, sem partidos legais, sem eleições. Desta forma, toda e qualquer reivindicação ou manifestação popular era coibida.

1.3 A legislação educacional e a formação de professores

Conforme visto, até 1930, a educação no Brasil foi marcada por reformas diversas organizadas pelos estados, tendo como uma característica básica a descontinuidade. A partir do Governo Vargas, a legislação educacional brasileira tomou uma forma mais coesa nacionalmente. No entanto, não podemos desconsiderar que “[...] enquanto na democracia, as leis são resultado de debates travados na sociedade e no parlamento, nos governos despóticos e ditatoriais, as leis são impostas de cima para baixo” (CASTANHA, 2011, p. 317). E foi justamente o que aconteceu especialmente entre os anos 1930 e 1980 do século XX marcado por períodos alternados de abertura política e ditadura militar que interferiram diretamente na consolidação das políticas públicas e da legislação educacional no Brasil.

²² Alguns colaboraram com o governo do Estado Novo como é o caso de Lourenço Filho que exerceu cargos na administração pública federal sendo nomeado diretor-geral do Departamento Nacional de Educação em 1937 e primeiro diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos no período compreendido entre 1938 a 1946 (SAVIANI, 2008a).

O Dicionário da Língua Portuguesa define lei como “[...] norma de conduta imposta pela consciência ou pelo convívio social” (XIMENES, 2001, p. 534). Tendo isso como premissa, concluímos que as leis são frutos de uma sociedade, produzidas a partir de suas necessidades para dar conta dos problemas que ela gera. Podemos inferir então que elas mudam, acompanhando as transformações pelas quais passa a sociedade. As leis têm, portanto, o caráter de padronização e normatização da vida coletiva e o ideal seria que elas fossem amplamente discutidas nas várias instâncias do poder legislativo considerando que afetam a sociedade como um todo.

Quando o Estado²³ entrou em cena para prover a escolarização formal de seus indivíduos criou um conjunto de leis que chamamos de *legislação educacional* a qual se modifica e se adapta de acordo com as relações de produção da sociedade brasileira. O pensamento de Facchi sintetiza a ideia de lei ao afirmar que

Em outras palavras, são demandas produzidas pela própria organização social que precisam ser legalizadas, normatizadas. São resultado dos conflitos sociais que não atende nem aos anseios de uma classe, nem de outra, mas seu resultado diz respeito àquilo que é possível para determinado momento histórico. Desta forma, a lei é a síntese das múltiplas tensões e conflitos sociais (2013, p. 31).

Castanha alerta para o fato de que

Ao analisar os vários momentos da legislação educacional brasileira nos séculos XIX e XX, podemos chegar a uma conclusão óbvia, mas que tende a ser ignorada pelos estudiosos, quando não fazem as devidas considerações sobre o processo de aprovação e execução das leis. Nesse período, tivemos leis aprovadas a partir de amplo debate na sociedade, nas instituições e no parlamento. Tivemos também leis que foram impostas por governos centralizados e ditatoriais. De modo geral, as leis aprovadas mediante amplos debates tendem a constituir-se mais como diretriz e, tendo presente um elevado grau de utopia, quanto aos resultados, à participação e envolvimento dos segmentos

23 Para Engels (1975), o Estado é um produto da sociedade quando ela chega num determinado grau de desenvolvimento. É a sociedade num emaranhado de contradições e dividida por antagonismos. Para mediar essas forças antagônicas oriundas de classes econômicas diferentes é necessário um poder que se coloque *aparentemente* acima da sociedade a fim de mantê-la em equilíbrio dentro dos limites da ordem. É, portanto, um poder nascido da sociedade, mas colocado acima dela. Octávio Ianni no prefácio à 2ª edição de sua obra *Estado e Capitalismo* corrobora com esse conceito de Estado e afirma que “as forças sociais que predominam na sociedade, em dada época, podem não só influenciar a organização do Estado como inculcar-lhe tendências que influenciam o jogo de forças sociais e o conjunto da sociedade. É claro que o Estado não pode ser organizado senão em conformidade com as tendências da sociedade, mas pode ser levado a privilegiar uma ou outra direção, conforme os desígnios dos que detém o poder. As forças sociais que predominam na sociedade tendem a predominar no poder estatal, conferindo à sociedade esta ou aquela direção. Sob vários aspectos, a análise do Estado é uma forma privilegiada de conhecer a sociedade” (2004, p. 07).

diretamente relacionados. Já, na legislação imposta, o que prevalece é o caráter pragmatista, ou seja, os aspectos práticos de aplicação e execução das leis visando a resultados imediatos. Essas leis, geralmente, são detalhistas e procuram normatizar as ações dos diversos sujeitos envolvidos no processo (2011, p. 309).

O pesquisador ilustra o caráter normativo e pragmático, por exemplo, das Leis Orgânicas decretadas entre os anos de 1942 a 1946. Assim como Castanha, entendemos “[...] que as leis relacionadas a educação constituem-se como fontes históricas documentais da mais alta importância para se produzirem conhecimentos histórico-educativos” (2011, p. 324) e que por isso mesmo não podem ser interpretadas de uma outra forma que não seja a dialética considerando que refletem o pensamento e as características de determinados povos em determinados períodos históricos e “[...] que os estudos envolvendo a legislação não podem ficar restritos a elas” (2011, p. 324). É portanto importante, compreender o contexto em que as leis foram produzidas, levando em conta o jogo de interesses, as forças políticas, as discussões ou a falta delas no caso de leis impostas pelas ditaduras, e finalmente o consenso que as cria.

A legislação educacional foi sendo reestruturada no decorrer do século XX e organizou a educação brasileira à medida em que a sociedade capitalista se consolidou. Contudo, antes de abordar essa questão, verificaremos rapidamente como foi a trajetória da formação de professores para os anos iniciais antes mesmo que a legislação educacional tomasse forma.

A história da formação de professores foi alvo de pesquisas nas últimas décadas tendo em vista constituir-se um dos principais desafios que permeiam a educação. Assim, vários autores se ocuparam em pesquisar o tema resultando numa densa produção acadêmica que nos ajudou a compreender esse processo. No entanto, a estadualização dos sistemas de formação de professores desde a sua origem é um dificultador para o resgate minucioso da trajetória da Escola Normal (TANURI, 2000).

Embora timidamente, a formação de professores começou a ser pensada somente após o Ato Adicional²⁴ de 1834. Considerando as atribuições trazidas pela lei, as províncias começaram a se organizar a fim de oferecer formação adequada para os professores e algumas demoraram mais a se estruturar, pois nem todas estavam preparadas técnica ou financeiramente para essa tarefa (SAVIANI, 2011).

A primeira escola normal do Brasil foi fundada na província do Rio de Janeiro

24 O Ato Adicional à Constituição do Império foi promulgado em 1834 e colocou o ensino primário sob a jurisdição das províncias, desobrigando o Estado Nacional de cuidar desse nível de ensino, exceto na Corte (SAVIANI, 2011).

em 1835. Outras províncias, aos poucos, criaram suas escolas de formação de professores. Porém, nos anos que se seguiram elas demoraram a se firmar e segundo Tanuri "[...] tiveram trajetória incerta e atribulada" (2000, p. 64). Saviani corrobora afirmando que elas "[...] tiveram existência intermitente, sendo fechadas e reabertas periodicamente" (2009, p. 144). Dentre os motivos que dificultaram a consolidação das Escolas Normais podemos citar o desinteresse pela profissão, pois no início, a docência era uma atividade essencialmente masculina e os baixos salários não eram atrativos. Outro fator importante é a questão da mão de obra da época que era escravizada. Embora houvessem escolas para negros, elas não eram muitas, fato que não gerava uma grande demanda por escolarização, conseqüentemente não exigindo profissionais para atuarem nos estabelecimentos. No entanto, o que se observa também é que no início, o currículo das escolas normais era voltado aos conteúdos que seriam transmitidos aos alunos das escolas primárias. Saviani esclarece que "o currículo dessas escolas era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeiras letras" (2009, p. 144). Não havia portanto uma preocupação com questões didáticas e metodológicas, detendo-se ao pragmatismo do conteúdo. Tanuri utiliza-se das pesquisas de vários autores para caracterizar, de uma forma geral, a organização das escolas normais nas províncias no final do século XIX

A organização didática do curso era extremamente simples, apresentando, via de regra, um ou dois professores para todas as disciplinas e um curso de dois anos, o que se ampliou ligeiramente até o final do Império. O currículo era bastante rudimentar, não ultrapassando o nível e os conteúdos dos estudos primários, acrescido de rudimentar formação pedagógica, esta limitada a uma única disciplina (Pedagogia ou Métodos de Ensino) e de caráter essencialmente prescritivo. A infra-estrutura disponível, tanto no que se refere ao prédio, como a instalação e equipamento, é objeto de constantes críticas nos documentos da época. A frequência foi reduzidíssima, muito embora a legislação de diversas províncias proporcionasse provimento nas cadeiras do ensino primário aos egressos das escolas normais independente de concurso. Nessas condições, tais escolas foram frequentemente fechadas por falta de alunos ou por descontinuidade administrativa e submetidas a constantes medidas de criação e extinção, só conseguindo subsistir a partir dos anos finais do Império (2000, p. 65).

Essa oscilação das escolas normais fez com que algumas províncias adotassem o sistema dos "professores adjuntos" que "[...] consistia em empregar aprendizes como auxiliares de professores em exercício, de modo a prepará-los para o desempenho da profissão docente, de maneira estritamente prática, sem qualquer base teórica"

(TANURI, 2000, p. 65).

Embora organizada ainda nas províncias, Tanuri (2000) e Saviani (2009) afirmam que a questão do preparo de professores emergiu de forma explícita apenas após a Proclamação da República, quando se começou a cogitar sobre a organização da instrução popular.

O estabelecimento das escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, a implementação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população (TANURI, 2000, p.62).

Aos poucos, ao contrário do que era na sua origem, a docência da escolarização básica foi se constituindo um ramo feminino. As Escolas Normais eram espaços perfeitos para instruir minimamente as filhas dos fazendeiros pois nelas, as moças poderiam adquirir conhecimentos que lhes seriam úteis como futuras mães e esposas. Essa afirmação é corroborada por Tanuri (2000) e Nosella (2012). A historiadora afirma que “[...] as primeiras iniciativas pertinentes à criação de escolas normais coincidem com a hegemonia do grupo conservador, resultando das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia e impor seu objetivo político” (2000, p. 63). Esse argumento é reforçado por Nosella ao afirmar que a intenção dessa escola não era populista pois

“[...] acabou, porém, esse sistema por excluir da escola amplas camadas populares. O elitismo das antigas Escolas Normais era evidente. A clientela era representada majoritariamente pelas filhas dos fazendeiros, dos grandes negociantes, dos altos funcionários públicos e dos profissionais liberais bem sucedidos” (2012, p. 172).

Então, com o passar do tempo, o perfil dos profissionais da educação foi se transformando, deixando de ser uma profissão exclusivamente masculina para se tornar aconselhável para as moças das famílias mais abastadas das grandes cidades. Tanuri afirma que “[...] já se delineava nos últimos anos do regime monárquico a participação que a mulher iria ter no ensino brasileiro” (2000, p. 66). Entretanto, a presença feminina acabou gerando alguns problemas, pois grande parte das egressas dessas escolas se tornava dona de casa. Outro fato importante é que as que optavam pela docência, não se

deslocavam para as regiões mais afastadas.²⁵

Considerando a ligação direta que há entre a escolarização básica e as Escolas Normais, com o aumento da demanda por escolas primárias, houve a necessidade de formar novos professores. Assim, o papel das Escolas Normais começou a ser reconhecido e valorizado. Isso ocorreu paralelamente ao enriquecimento de seu currículo, ampliação dos requisitos para ingresso e abertura ao público feminino. Desta forma, o desafio de formar professores se intensificou com a expansão da oferta de vagas através da promessa de universalização do acesso ao ensino iniciada a partir de meados do século XX.

1.4 As Leis Orgânicas: Decreto-Lei nº 8.529/46 (Ensino Primário) e Decreto-Lei nº 8.530/46 (Ensino Normal)

Depois de algumas décadas de tropeços, com a sociedade se reestruturando e a feminização do magistério despontando, a formação de professores se firmou como uma necessidade e os investimentos começaram a ser feitos bem como a sua estrutura mudada. Essa mudança teve início com a reforma da instrução pública do Estado de São Paulo em 1890 (SAVIANI, 2009). Segundo o mesmo autor, os reformadores paulistas acreditavam que o ensino melhoraria com uma boa qualificação docente, o que implicaria buscar modernos métodos pedagógicos. Desta forma, naquele Estado investiu-se em “[...] dois vetores: enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores e ênfase nos exercícios práticos de ensino” (2009, p. 145). A principal inovação era o cuidado com a prática da docência com a criação de uma escola-modelo anexa à Escola Normal.²⁶

Assumindo o Governo Provisório em 1930, Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, pasta ocupada inicialmente por Francisco Campos, como já citado. Hilsdorf (2011) alerta para o fato de que seria evidente que para a organização de um novo Estado, a educação escolar precisaria contribuir para promover valores

25 Uma tentativa de resolver essa questão foi a instituição da formação de professores em dois níveis, o ginasial e o colegial com a promulgação em janeiro de 1946 da Lei Orgânica do Ensino Normal conforme veremos adiante.

26 Esse modelo de organização serviu de referência aos demais municípios do Estado, bem como aos outros estados que enviavam técnicos para estagiar em São Paulo. O Paraná também tomou como base esse modelo, pois São Paulo sempre esteve à frente nas reformas educacionais até mesmo pelas suas condições de desenvolvimento econômico adiantadas em relação aos demais estados.

atribuídos à família, à religião, à pátria e ao trabalho para serem aceitos por toda a sociedade como bases de uma nação moderna. Nada mais natural que a criação de um órgão maior da educação no país. A mesma autora complementa a ideia dizendo que “[...] a escola, tendo alta importância política, na medida em que é representada como instrumento de conformação e controle da sociedade, não podia ser deixada a cargo das forças locais, descentralizadoras como propunham os pioneiros liberais no *Manifesto*” (2011, p.100, grifos no original). Seria imprescindível para um governo de bases ditatoriais, organizar a educação escolar, pois teoricamente ela seria um ponto essencial na disseminação dos seus ideais.

Contudo, no período compreendido entre 1934 a 1945 foi ministro da educação o mineiro Gustavo Capanema²⁷ ficando célebre na área educacional do país pelas reformas no ensino conhecidas como *Reforma Capanema* ou *Leis Orgânicas* que se configuraram num conjunto de oito decretos-leis editados entre os anos de 1942 a 1946, após a queda de Vargas e fim do Estado Novo, abrangendo os ramos do primário e do ensino secundário. De acordo com Saviani (2008a), os decretos se referiam à criação do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), à Lei Orgânica do Ensino Industrial, Lei Orgânica do Ensino Secundário, Lei Orgânica do Ensino Comercial, Lei Orgânica do Ensino Primário, Lei Orgânica do Ensino Normal, criação do Serviço Nacional do Comércio (SENAC) e Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

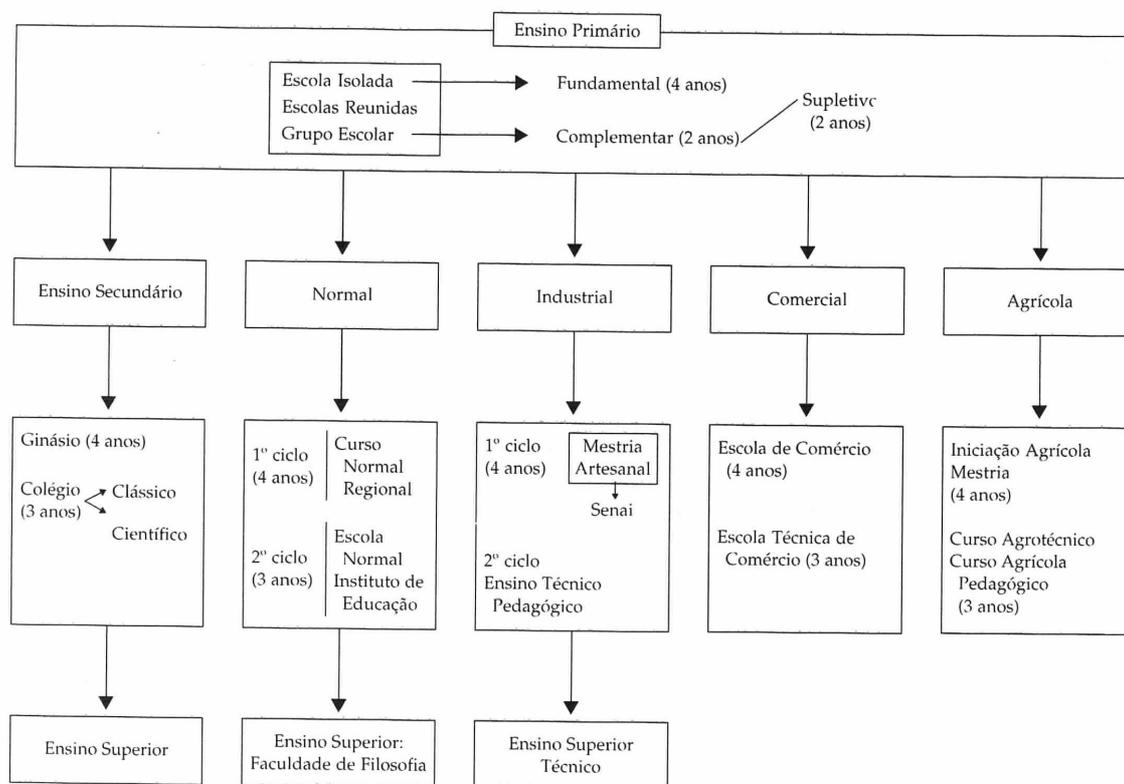
Hilsdorf esclarece que

Dentro da escola, as “Leis Orgânicas” procuraram regulamentar o cotidiano de professores e alunos: são visíveis no período do Estado Novo as prescrições de padronização da programação curricular e da arquitetura escolar, do controle do recreio e da disciplina, da adoção das classes homogêneas e do método único de leitura (analítico global), do uso do uniforme, da verificação do asseio corporal, do incentivo à formação de bibliotecas e de clubes de leitura, de clubes agrícolas, exposições, excursões e jornais escolares, do escotismo, do cinema e rádio educativos, de grêmios e caixas escolares (2011, p. 102-103).

27 Gustavo Capanema Filho nasceu em 10 de agosto de 1890 em Minas Gerais e formou-se na Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte. Iniciou sua carreira política como vereador em sua cidade natal e foi ministro e também deputado (SAVIANI, 2008a). Nome expressivo na história da educação nacional, seu mérito pode ser medido pelo tempo em que dirigiu o Ministério (11 anos) fato que gerou a continuidade das ações que é um dos principais problemas no que se refere à administração e consolidação de políticas públicas em todos os níveis. Castanha reforça essa afirmação ao nos lembrar que “[...] a descontinuidade política e administrativa leva muitas ações do Estado a um constante recomeço e uma constante crítica à legislação, sem a preocupação de garantir o efetivo exercício das leis existentes” (2011, p. 322).

Entendemos que o conjunto das Leis Orgânicas foi uma importante tentativa de organizar a educação formal no território brasileiro como já havia acontecido com a Reforma Francisco Campos, embora aquela tivesse sido menos abrangente. Contudo, para Xavier “[...] as mudanças que a nova reforma impôs à estrutura do ensino secundário não alteraram significativamente as disposições legais anteriores” (1990, p. 109). A autora afirma que “[...] a Reforma Capanema organizou nacionalmente, pela primeira vez no país e em resposta a reivindicações sociais e pressões políticas de já há duas décadas, o ensino técnico profissional nas três áreas da economia” (1990, p. 111).

Imagem 1. Estrutura do ensino conforme as Leis Orgânicas na década de 1940



Fonte: História da Educação Brasileira. GHIRALDELLI JR, 2009, p. 81

Embora a lei possa ser considerada um avanço em termos de organização do ensino, esta não se apresentava como uma organização ideal: não há como deixar de criticar uma estrutura que previa uma forma de ensino inflexível que não aceitava o aproveitamento dos estudos feitos em uma modalidade para a outra. Além disso, também não era possível ter acesso ao ensino superior em uma outra área que não fosse afim aos estudos concluídos em determinada etapa. A dualidade exposta na lei é visível: o ensino clássico ou científico (na imagem anterior denominado secundário) era o único

que dava acesso a qualquer curso de ensino superior e este era o ramo procurado pelas elites. A maioria da população, necessitando entrar rapidamente no mercado de trabalho, optava pelos ramos profissionalizantes. Essa situação perdurou até o início dos anos 1960 com a promulgação da Lei nº 4.024/61.

Ghiraldelli Jr., reforça essa constatação e critica duramente essa opção feita na Reforma

Era, nas letras da Reforma Capanema, a organização de um sistema bifurcado, com o ensino secundário público destinado, nas palavras do texto da lei, às “elites condutoras” a partir de um dado setor já privilegiado economicamente. A ideia de elite condutora não é antagônica à ideia de democracia, mas a ideia de elite condutora forjada a partir de uma segregação antecipada, em que determinados setores da sociedade são encaminhados para um determinado tipo de escola, é incompatível com a ideia de democracia, seja esta mais ou menos liberal, mais ou menos uma socialdemocracia (2003, p. 86-87).

Para o interesse da pesquisa enfocaremos os decretos-leis que configuram a Lei Orgânica do Ensino Primário e a Lei Orgânica do Ensino Normal considerando a forte relação de interdependência entre esses dois graus de ensino. Ambas foram as últimas a serem promulgadas e isso aconteceu no mesmo dia, em 2 janeiro de 1946. Xavier (1990) entende que o fato desses níveis terem sido desconsiderados na Reforma Francisco Campos e relegados a segundo plano pelas Leis Orgânicas, tendo em vista que foram os últimos decretos a serem promulgados, sendo baixados depois da queda de Vargas e Capanema, indica o quanto esses níveis de ensino estavam fora dos planos do Poder Executivo.

Esta foi a primeira lei a organizar o ensino primário nacionalmente no período republicano e a demora em sua articulação pode ser explicada pelo fato de que esse nível de ensino não era de responsabilidade da União e nem sempre recebia a devida atenção por parte dos governos estaduais a quem estavam delegados. Sobre isso Romanelli afirmou

Não havia diretrizes traçadas para esse nível de ensino e isso era uma tradição que estava ligada à nossa herança colonial. Na verdade, a não ser a obra esporádica das ordens religiosas, jamais se tinha cuidado seriamente do assunto. Isso, no entanto, não significava que o ensino primário estivesse em completo abandono pelos poderes públicos. Estes vinham desenvolvendo uma ação sobre a escola primária nos Estados e através deles. Era a administração estadual que cuidava do assunto e a ela estavam afetas até então as reformas porque passara

esse nível de ensino. Acontecia, porém, que a ausência de diretrizes centrais criava uma desorganização completa no sistema, já que cada Estado inovava ou abandonava, de acordo com sua própria política (2012, p. 164).

Por mais que apresentasse falhas, essa lei configurou um avanço na organização do ensino primário que passou a se estruturar em duas categorias: *o ensino primário fundamental* destinado para crianças de sete a doze anos e *o ensino primário supletivo* para adolescentes e adultos não alfabetizados. O ensino primário fundamental era dividido em dois ciclos: o elementar (4 anos) e o complementar (1 ano). Para o ingresso no primário elementar a lei previa 7 anos completos ou a completar até 01 de junho do ano de matrícula desde que os alunos apresentassem maturidade²⁸ suficiente para iniciar os estudos. Quanto ao supletivo, este teria dois anos de estudo e jovens analfabetos com 13 anos completos poderiam ser admitidos. Para Romanelli (2012), a organização do primário supletivo constituiu um avanço na diminuição da taxa de analfabetismo no Brasil no final da década de 1940 e toda a década de 1950 e esse foi um dos aspectos positivos da lei.

Quanto aos princípios que orientariam o ensino primário estabelecidos pelo artigo 10, percebe-se claramente a presença norteadora dos fundamentos do Escolanovismo especialmente nos descritos abaixo:

- a) Desenvolver-se de modo sistemático e graduado, segundo os interesses naturais da infância;
- b) ter como fundamento didático as atividades próprias dos discípulos;
- c) apoiar-se nas realidades do ambiente em que se exerça, para que sirva à sua melhor compreensão e mais proveitosa utilização (BRASIL, Decreto-Lei n° 8.529, 1946).

A lei previa relativa descentralização por parte dos Territórios, Estados e Distrito Federal especialmente no que tangia ao aparelhamento escolar, preparo dos docentes e pessoal técnico, cuidados com a matrícula e frequência escolar, entre outras atividades relativas ao contexto educativo. Isso fica explícito no artigo 26: “O sistema de ensino primário, em cada Estado e no Distrito Federal, terá legislação própria, em que se atendam aos princípios do presente decreto-lei” (BRASIL, Decreto-Lei n° 8.529, 1946).

Quanto aos estabelecimentos que atenderiam esse nível de ensino, o artigo 28 classifica-os como:

28 A lei não previa de que forma isso seria avaliado.

- I. Escola Isolada (E.I.), quando possua uma só turma de alunos, entregue a um só docente.²⁹
- II. Escolas Reunidas (E.R.), quando houver de duas a quatro turmas de alunos, e número correspondente de professores.
- III. Grupo Escolar (G.E.), quando possua cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes.
- IV. Escola Supletiva (E.S.), quando ministre ensino supletivo, qualquer que seja o número de turmas de alunos e professores (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.529, 1946).³⁰

Os temas ligados à carreira docente como formação, remuneração e preenchimento de vagas foram previstos nos artigos 25, 34, 35 e 36. Romanelli (2012) adverte que as condições eram positivas, no entanto, apenas a lei não tinha força suficiente para mudar a realidade que se encerrava especialmente no que se referia à formação. Pelo artigo 34, o magistério primário só poderia ser exercido por brasileiros, maiores de 18 anos que estivessem em boas condições de saúde física e mental e que tivessem recebido formação conveniente em cursos apropriados ou tivessem prestado exames. É evidente que não era essa a realidade que se apresentava na maioria dos estados, pois estes continuavam sofrendo com a falta de formação adequada de seus docentes. Autores como Florestan Fernandes e Maria José Garcia Werebe citados por Romanelli (2012) quando expõem os resultados de suas pesquisas acerca da qualificação docente nas várias regiões brasileiras apresentam um quadro contraditório: uma enorme expansão da escola primária, mas, em contrapartida, grande parte do contingente que atuava no ensino primário não possuía o grau normal, embora tenha havido um leve avanço entre os anos de 1940 e 1958.³¹ Romanelli afirma que

A dificuldade de aplicação da legislação do ensino revela sua inadequação à realidade. Esta sempre acaba 'acomodando' a lei, limitando seu poder de ação às reais condições do contexto. Foi assim, por exemplo, que o ensino primário fundamental, acabou de fato, por resumir-se no primário elementar, por falta de condições objetivas de funcionamento do ensino complementar, e a expansão da demanda social acabou por tornar letra morta os dispositivos legais que regulamentavam a formação do corpo docente e o preenchimento de cargos no magistério primário (2012, p. 167).

29 Não se tratava de classe com uma série apenas, mas uma classe multisseriada na qual estudavam alunos que estavam em séries diferentes.

30 Essa classificação e nomenclatura se estendeu até o ano de 1971, quando a Lei nº 5.692/71 alterou a configuração dos graus primário e médio criando o Ensino de 1º Grau com duração de 8 anos agregando o primário ao ginásial.

31 Erasmo Pilotto, ao analisar a educação paranaense no início da década de 1950, também faz essa mesma constatação: ao mesmo tempo em que a Escola Normal se expandiu, diminuiu o número de formados entre os que atuavam na docência.

A lei previa gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário conforme indicaram os escolanovistas no Manifesto publicado havia mais de uma década. Isso não significava que todas as crianças, jovens e adultos eram atendidos considerando a falta de escolas, especialmente fora dos grandes centros urbanos. Mesmo que ela não houvesse apresentado avanços expressivos no ensino primário, é importante salientar que ela exerceu forte pressão sobre a formação de professores, ampliando consideravelmente a abertura de Escolas Normais conforme visto anteriormente.

Ao analisarmos a Lei Orgânica do Ensino Normal, percebemos que ela não introduziu grandes inovações no âmbito da formação de professores, mas consolidou um modelo que era adotado pela maioria dos estados ao longo do século XX normatizando nacionalmente a formação de professores em consonância com a Lei Orgânica do Ensino Primário, pois esse nível de ensino só existia em razão daquele (TANURI, 2000). Assim como o ensino primário, a formação de professores era atribuição dos Estados e o assunto foi visto de diferentes formas pelos governos e pelos educadores responsáveis pelas reformas estaduais. Romanelli sustenta que de maneira geral a lei “[...] centralizou as diretrizes, embora consagrasse a descentralização administrativa do ensino” (2012, p. 168).

Com a lei, a Escola Normal foi dividida em dois ciclos distintos o dos *regentes* e o dos *professores* primários criando o Ensino Normal Regional e o Ensino Normal Secundário, respectivamente e houve a determinação de três locais para formar os educadores, especialistas e administradores: as Escolas Normais Regionais, as Escolas Normais e os Institutos de Educação. Desta forma, uma Escola Normal Regional só poderia ofertar o Curso Normal Regional que habilitaria para a *regência do ensino primário*. Para ingressar nesse ciclo, o aluno deveria ter concluído seus estudos no primário e ter no mínimo 13 anos de idade. Além disso, havia a exigência da realização do exame de admissão para comprovação de qualificação no ensino primário. Para as práticas, era necessário que a escola mantivesse duas escolas isoladas que conforme a Lei Orgânica do Ensino Primário eram as escolas que tinha apenas uma turma e um professor, funcionando de forma multisseriada e majoritariamente na zona rural.

Por outro lado, na Escola Normal seria ofertado o segundo ciclo da formação de professores habilitando-os como *professor primário*, ou seja, o Curso Normal Secundário. A idade mínima para o ingresso era de 15 anos e a havia a necessidade de comprovação de conclusão do Curso Normal Regional ou do Curso Ginásial. As

práticas seriam realizadas em um grupo escolar também chamado de Escola de Aplicação, mantido pela Escola Normal.

O terceiro *locus* de formação previsto pela lei era o Instituto de Educação. Nele, egressos da Escola Normal poderiam se tornar especialistas no magistério e administradores de instituições primárias. Os institutos deveriam manter um grupo escolar e um jardim de infância para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Para admissão em quaisquer dos dois ciclos (ginasial ou colegial), a lei previa em seu artigo 20 que o candidato preenchesse os seguintes requisitos: a) fosse brasileiro nato; b) apresentasse atestado de sanidade física e mental; c) ausência de defeito físico ou distúrbio mental que impedisse o exercício da função docente, comprovado por laudo médico; d) atestado de bom comportamento social, normalmente expedido pela Delegacia de Polícia ou por pessoa idônea na comunidade; e) estar habilitado nos exames de admissão.

Além de normatizar a vida escolar cotidiana prescrevendo, por exemplo, a forma como deveriam ser feitos os trabalhos escolares, o tempo a eles destinado e como seria distribuído o ano letivo, a lei trazia a prescrição curricular³² a ser seguida. No primeiro ciclo (ginasial) havia o predomínio das disciplinas de formação geral sobre as disciplinas ligadas à formação profissional do futuro regente primário considerando que o ciclo possuía, segundo alguns autores, apenas duas disciplinas específicas da área da docência ministradas no último ano: *Psicologia e Pedagogia* e *Didática e Prática de ensino*.

Para Romanelli (2012), a lei apresentava dois equívocos. O primeiro era a falta de flexibilidade. Assim como acontecia com os demais ramos do secundário, os alunos não poderiam mudar de um ramo para o outro após o início dos estudos. A rigidez da lei apontava ainda para o direcionamento dos egressos do Ensino Normal apenas para alguns cursos da Faculdade de Filosofia.

O segundo equívoco da lei, segundo Romanelli, dizia respeito à idade limite para a formação de regentes e docentes estipulada em 25 anos.

Não se compreende uma exigência dessa ordem num país em que a maioria do pessoal empregado no magistério primário de então estava desqualificado para a função e pertencia a uma faixa etária que excedia esse limite. Era esse o próprio impedimento legal para a qualificação de quem já exercesse o magistério sem estar qualificado (2012, p. 170).

32 Esse modelo de organização curricular será analisado no Capítulo III deste trabalho.

A mesma autora apresenta um ponto de vista interessante acerca disso afirmando que

Esse dispositivo estava, a nosso ver, em flagrante contradição com o que criava o curso normal de 1º ciclo e que, segundo cremos, tinha muito mais razão de existir como curso de habilitação para professores leigos do que como curso de habilitação para adolescentes de 14 ou 15 anos (2012, p. 170).

Com relação aos docentes do ensino normal, a lei previa que em regra, estes deveriam receber conveniente formação em curso superior apropriado e o provimento do cargo efetivo dependeria de concurso. No entanto, veremos que no município de Laranjeiras do Sul, assim como em todo o Brasil, isso não ocorria devido à falta de pessoal capacitado para assumir as aulas.

Entre os anos 1940 a 1960 houve efetiva expansão das Escolas Normais no Brasil e esse nível de ensino teve grande aceitação e visibilidade por parte de governos e sociedade. Era na Escola Normal que os futuros professores aprendiam, além de técnicas e métodos de transmissão de conhecimento formal, maneiras de fazer com que seus futuros alunos incorporassem hábitos de higiene e formas de conduta adequadas ao modelo de cidadão brasileiro que se queria formar. A expansão das escolas pode ser verificada pelos dados apresentados por Tanuri que, alicerçada pelos estudos de outros pesquisadores, alerta para o fato de que esse crescimento foi influenciado pelas iniciativas do poder privado

Observe-se, por exemplo, que das 546 escolas normais (de primeiro e segundo ciclo) arroladas em publicação oficial do INEP em 1951, 258 estavam concentradas em apenas dois estados: São Paulo e Minas Gerais, enquanto alguns estados como Maranhão, Sergipe e Rio Grande do Norte possuíam apenas duas escolas normais cada um. Dessas 546 escolas, apenas 168 eram públicas estaduais, 378 particulares ou municipais. [...] Quanto às matrículas em todo país, das 27.148 registradas em 1945, elas cresceram para 70.628 em 1955, 220.272 em 1965 atingindo 347.873 em 1970 (2000, p. 77).

Infelizmente, por força das próprias condições em que se encontravam os estados, a lei não conseguiu normatizar e equalizar a formação docente em nível nacional, considerando que nem sempre o que ela previa poderia ser realmente exigido e

colocado em prática devido principalmente à falta de condições estruturais e financeiras e também vontade política.

1.5 Lei 4.024/61

Segundo Saviani (2008a), na Era Vargas o predomínio foi dos ideais católicos e a concepção humanista tradicional, com a abertura política e no período compreendido entre 1947 e 1961 houve predomínio dos ideais escolanovistas e o humanismo moderno. Desta forma, à medida em que “[...] a pedagogia nova foi ampliando a sua influência, também foi sendo modificada a sua relação com a pedagogia católica” (2008a, p. 299). Para a Igreja, modernizar-se pedagogicamente era uma questão de sobrevivência, pois a classe média, ou seja, a clientela dessas escolas passou a exigir a modernização dos métodos pedagógicos. Houve então a adesão ao movimento escolanovista por parte de alguns católicos.³³

Após um período de ânimos apaziguados, as discussões voltaram à tona no ano de 1956, dando início ao segundo grande embate entre renovadores e Igreja Católica. Dessa vez, porém, o motivo não era a concepção pedagógica da Escola Nova, mas sim uma grande discussão em torno da questão *escola pública x escola privada*. No início, as críticas se restringiram à figura de Anísio Teixeira que “[...] enfeixando sob sua direção e liderança órgãos estratégicos de pesquisa, formação e disseminação educacional como o INEP, a CAPES e o CBPE/CRPEs, [...] se impôs como a figura central da educação brasileira na década de 50” (SAVIANI, 2008a, p. 286). Para este pesquisador, uma conferência intitulada *A escola pública, universal e gratuita* proferida em Ribeirão Preto em setembro de 1956 teria desencadeado as perseguições ao educador escolanovista e a partir daí “[...] os católicos orquestraram uma campanha cerrada contra ele” (2008a, p. 288).

Essa passagem de Saviani explica claramente a situação que ocorria.

[...] a Igreja sentiu-se ameaçada, pois interpretou que, universalizando-se a escola pública e gratuita, ela se estenderia a todos e atenderia todas as necessidades educacionais da população. Não haveria, pois, espaço para outro tipo de escola. Penso residir aí a crença dos representantes da Igreja que identificavam a defesa da

33 Durante a década de 1960, foram comuns os cursos de aperfeiçoamento organizados pela Igreja Católica que tinham sua concepção teórica embasada na renovação pedagógica, mas que eram, ao mesmo tempo, orientados pelos princípios católicos.

escola pública, mantida e administrada pelo Estado, como defesa do monopólio estatal de ensino. Daí a concluir que os defensores da escola pública eram adeptos do socialismo e do comunismo era apenas um passo. Passo que foi dado não somente rapidamente, mas sofregamente, quando consideramos a virulência cega dos ataques (2008a, p. 288).

Esta segunda batalha entre escolanovistas e Igreja Católica teve como pano de fundo as discussões acerca da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O regime político da época fez com que ela fosse a primeira regulamentação ampla da educação discutida pelos representantes do povo, ou seja, uma lei verdadeiramente legitimada por meio das discussões que ela suscitou.

Com a queda de Vargas em 1945, a eleição de Eurico Gaspar Dutra e consequente abertura política favorecendo a criação de novos partidos, configurando um período de redemocratização, uma nova Constituição precisava ser promulgada para atender as demandas sociais de um novo tempo. Isso aconteceu em 18 de setembro de 1946 e a nova Carta Magna, além de interferir diretamente na vida dos moradores do Território Federal do Iguazu, ocasionando a sua extinção, conforme veremos no capítulo II, trazia considerações importantes acerca da educação. Saviani afirma que

Nessa Carta Constitucional restabeleceram-se elementos que integraram o programa de reconstrução educacional dos pioneiros da Educação Nova, sendo que alguns deles já haviam figurado na Constituição de 1934: a exigência de concurso de títulos e provas para o exercício do magistério (artigo 168, inciso VI); a descentralização do ensino (artigos 170 e 171); o caráter supletivo do sistema federal (artigo 170, parágrafo único); a cooperação da União com os sistemas dos estados e Distrito Federal (artigo 171, parágrafo único); a vinculação orçamentária de um percentual dos impostos destinados à educação na base de pelo menos 20% dos estados, Distrito Federal e municípios e 10% da União (artigo 169); a assistência a alunos necessitados tendo em vista a eficiência escolar (artigo 172); a criação de institutos de pesquisa junto às instituições de ensino superior (artigo 174, parágrafo único); *a competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional* (artigo 5º, inciso XV, alínea d) (2008a, p. 281, grifos nossos).

Estava portanto, prevista na Constituição de 1946, a necessidade da criação de um dispositivo que organizasse a legislação educacional em todos os seus níveis normatizando as atividades educativas no país. O ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani nomeou uma comissão formada por teóricos da área para elaborar o anteprojeto da LDB. Saviani afirma que “[...] a supremacia dos renovadores na

composição da comissão geral foi flagrante” e [...] o foco foi posto nos sistemas estaduais, admitindo-se, porém, o sistema federal com caráter supletivo” (2008a, p. 282). Hilsdorf confirma essa informação afirmando que o anteprojeto era “[...] de orientação liberal e descentralizadora” (2011, p. 110).

No entanto, até a sua aprovação, o anteprojeto cruzou com dois parlamentares que em períodos e por motivos distintos acabaram fazendo com que a discussão iniciada em 1948 se estendesse até o ano de 1961. O primeiro foi Gustavo Capanema e o segundo Carlos Lacerda. Reforçando essa tese, Ledesma argumenta que

[...] toda a trajetória do projeto esteve permeada pelos diversos conflitos de interesses que perpassavam a sociedade e que penetravam no campo educacional e os velhos embates entre os educadores se revelaram nas acaloradas discussões entre os defensores da escola pública, e os conservadores, partidários da defesa de privilégios à escola privada (2010, p. 86).

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases normatizaria a educação brasileira e, conseqüentemente anularia os Decretos-Leis por ele criados, Capanema que era líder do Governo na Câmara,³⁴ tratou de contê-lo alegando que “[...] não tinha intenções pedagógicas” (SAVIANI, 2008, p. 282). Como relator, seu parecer emitido em julho de 1949, condenou o anteprojeto ao arquivamento até o ano de 1951 quando se descobriu que ele havia desaparecido. No mesmo ano, uma outra comissão foi composta para reescrevê-lo. Entre os anos de 1952 a 1958, apesar da morosidade, podemos considerar que houve discussão, inclusive com uma proposta de anteprojeto que partiu da ABE (Associação Brasileira de Educação).

Essa foi a época em que o nacionalismo, evidente durante a Era Vargas, havia cedido lugar à entrada do capital estrangeiro no país como um forma de promover o desenvolvimento econômico. Juscelino Kubitschek de Oliveira, empossado em 31 de janeiro de 1956 e que permaneceu no governo até o início de 1961, adotou a abertura ao capital estrangeiro como estratégia para o desenvolvimento econômico da nação e o país recebeu principalmente as multinacionais, dando origem entre outras inovações, à implantação da indústria automobilística no Brasil. Nesse período, havia crescido consideravelmente a demanda por escolas. Com relação ao panorama escolar do

34 É importante ressaltar que Capanema era líder do Governo na Câmara tendo em vista que Clemente Mariani, apesar de ocupar o cargo de Ministro da Educação, pertencia à União Democrática Nacional (UDN), portanto partido contrário tanto ao presidente Eurico Gaspar Dutra quanto ao deputado Gustavo Capanema.

período, Facchi esclarece que

Uma das maiores preocupações do governo repousava sobre a necessidade de ampliar a construção de prédios escolares e cursos de atualização e aperfeiçoamento para professores primários. [...] faltavam professores habilitados para conduzir o ensino, sendo que a maioria deles eram leigos. O número de escolas normais no país era extremamente insuficiente e o salário não condizia de forma alguma com a dita “importante posição” que ocupavam. Para reverter essa situação, o Ministério da Educação, juntamente com o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) organizou um plano para ampliar a rede de ensino primário e normal através de acordos fixados com os estados para a construção de pelo menos mais 45 novas escolas normais e grupos escolares (2013, p. 42, aspas no original).

Portanto, enquanto as discussões políticas se acaloravam no Congresso, a realidade batia à porta dos governos e o povo exigia ações efetivas para a concretização da proposta de educação para todos.

Em 1958 o chamado *Substitutivo Lacerda*³⁵ atrasou mais os trâmites e acalorou o debate. A partir daí, Anísio Teixeira deixou de ser o alvo de críticas das escolas privadas (leia-se Igreja Católica) para se tornar alvo coletivamente enquanto reformador do ensino e colaborador na organização do Projeto de Lei que criava a Lei de Diretrizes e Bases. A discussão saiu do âmbito do Congresso para tomar forma junto à sociedade civil e os órgãos de imprensa, especialmente os jornais e as revistas da época dividindo opiniões. Novamente, entram em cena os defensores da escola pública que organizaram um documento intitulado: *Mais uma vez convocados*. No entanto, nesse momento não foram questionados argumentos de razões didático-pedagógicas. Segundo Saviani, isso ocorreu por dois motivos

Por um lado, esse novo manifesto, em razão das circunstâncias em que surgiu, mais ainda do que o de 1932, tem como móvel a defesa da escola pública vista pelo ângulo do dever do Estado de manter e expandir os sistemas de ensino e da necessidade de que os recursos públicos reservados à educação sejam destinados exclusivamente ao ensino público. Por outro lado, nesse momento, em termos didático-pedagógicos, a orientação renovadora tinha ampliado sua influência a tal ponto que as próprias escolas católicas já não lhe opunham maior resistência (2008a, p. 296-297).

Hilsdorf afirma que

35 O deputado federal eleito pelo Distrito Federal jornalista Carlos Lacerda apresentou um projeto substitutivo que alterava parte significativa do projeto original, beneficiando claramente as escolas privadas em detrimento das escolas públicas.

O substitutivo Lacerda foi aprovado como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20/12/1961) nos termos propostos de apoio à iniciativa privada sem alterar a organização existente desde Capanema (1942), exceto pela proposição de currículos flexíveis e de mecanismos democratizantes do tipo possibilidade de aproveitamento de estudos entre o ensino técnico e o acadêmico (2011, p. 111).

Aprovada a lei, estudiosos como Romanelli (2012), Ghiraldelli Jr. (2009), Hilsdorf (2011) e Saviani (2008) apresentam basicamente as mesmas conclusões com relação a ela. A principal é que o projeto aprovado em 1961, não se parecia nada com o projeto original e exceto pela maior flexibilidade, se configurava apenas como uma extensão das Leis Orgânicas da década de 1940. A flexibilidade, a qual se referem os estudiosos foi que a lei possibilitou aos alunos passarem de um a outro ramo do ensino secundário aproveitando os estudos já cursados sem precisar reiniciar todo o processo como era anteriormente, bem como a possibilidade de acesso a qualquer curso do superior ao terminar esse nível. Essas determinações da lei podem efetivamente ser entendidas como uma grande conquista, amenizando um pouco a característica de dualidade que o ensino secundário apresentava à época.

Podemos perceber também que, ao contrário das Leis Orgânicas que determinavam o currículo, a LDB deixou mais flexível a organização curricular estabelecendo:

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

§ 3º O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias (BRASIL, Lei nº 4.024, 1961).

Além das conquistas já citadas, podemos destacar ainda o aumento das verbas destinadas a educação já previstas na Constituição de 1946 ficando estabelecido o mínimo como 12% (anteriormente 10%) para os recursos federais e 20% para os estados

e municípios.

Com relação à formação de professores para o ensino primário, a lei manteve essencialmente o que estava disposto na Lei Orgânica do Ensino Normal, ou seja, a formação nos níveis ginásial e colegial com habilitações para regente primário e professor primário. Como finalidade para o Ensino Normal estabeleceu que:

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância (BRASIL, Lei nº 4.024, 1961).

Para Tanuri, o que vale a pena ser registrado como mudança além da equivalência legal de todas as modalidades de ensino médio, é a “descentralização administrativa e a flexibilidade curricular, que possibilitaram o rompimento da uniformidade curricular das escolas normais” (2000, p. 78). Ainda segundo a pesquisadora, “as reformas estaduais das escolas normais, com vistas a ajustá-las à nova Lei, limitaram-se principalmente a alterações curriculares” (2000, p.78). A maioria dos estados, inclusive o Paraná, manteve o sistema dual de formação (ginásial e colegial), no entanto, alguns estados, entre eles São Paulo e Rio de Janeiro adotaram a formação de professores para o primário apenas em nível colegial.

Tanuri também se posiciona em relação ao currículo assim se expressando:

Ademais, com a atribuição aos Conselhos Estaduais de fixar disciplinas complementares e arrolar optativas a serem escolhidas pelos estabelecimentos de ensino, há um crescimento do número de disciplinas de formação técnico-pedagógica nos currículos das escolas normais. Relativamente ao currículo anterior, notam-se uma diversificação das metodologias e práticas de ensino e o aparecimento de algumas disciplinas novas em alguns currículos, como administração e organização escolar (2000, p. 79).

Saviani (2008a) e Hilsdorf (2011) afirmam que a Lei tinha orientação liberal e caráter descentralizador e isso vinha sendo discutido desde o Manifesto, quase 30 anos antes. A lei fez concessões à iniciativa privada que iam de encontro às expectativas dos reformadores de reconstruir a educação nacional por meio da constituição de um sólido sistema público de ensino (SAVIANI, 2008).

Dos autores visitados, Saviani (1999) e Ghiraldelli Jr. (2009) acreditam que o

texto da LDB não correspondeu plenamente as expectativas de nenhuma das partes, caracterizando-se como uma conciliação. Xavier (1990), além de apontar o caráter conciliatório, acredita que a lei foi inócua e os problemas educacionais postergados. Hilsdorf (2011) não se posiciona de maneira conclusiva perante essa lei, restringindo-se à narração dos fatos.

Romanelli, de forma contundente, expõe sua opinião sobre a lei:

O mais chocante era o que continha no art. 95, letras “a” e “c”:

Art. 95 – A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de:

- a) subvenção, de acordo com as leis específicas em vigor;
- c) financiamentos a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios e *particulares* (grifo nosso), para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos, de acordo com as leis especiais em vigor (2012, p. 189).

A mesma autora complementa o seu pensamento de forma contrária ao que fora aprovado pela lei no que dizia respeito ao posicionamento do Estado frente a questão de financiamento para as instituições privadas

Para um país que não tinha recursos para atender sua rede oficial de ensino, de forma que atingisse toda a população em idade escolar e que, por isso mesmo, marginalizava quase 50% dessa população, na época, era realmente um absurdo o que acabava de ser votado e sancionado. Absurdo, sim, em termos de justiça social, embora perfeitamente adequado a ordem social vigente e à composição das forças no poder. Na verdade, essa retirada de autonomia e de recursos da esfera pública para privilegiar a esfera privada, essa proteção à camada social que podia pagar educação, à custa das camadas que não podiam, só é compreensível dentro do quadro geral da organização da sociedade brasileira e do jogo de influências que as camadas dominantes exerciam sobre os representantes políticos no legislativo (2012, p. 189).

Desta forma, embora a Lei tenha suscitado um amplo debate que se estendeu do Congresso até a sociedade num processo moroso que durou mais de uma década, nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases, não trouxe maiores inovações. Para a formação de professores, além da já citada flexibilização curricular, ela proporcionou a descentralização administrativa transferindo para os Conselhos Estaduais de Educação a responsabilidade por decisões importantes sobre os níveis de ensino que estavam na esfera de poder dos Estados. Entre as decisões tomadas no Paraná, estava a cessação

gradativa do Ensino Normal em nível ginásial, conforme veremos.

1.6 A Lei 5.692/71

Ao iniciarmos a discussão acerca da LDB nº 5.692/71 cabe uma rápida explicação acerca do entendimento sobre ela. Saviani (2011), Ghiraldelli Jr. (2003) e Romanelli (2012) se referem à lei como uma reforma do ensino de 1º e 2º graus. Saviani resume o entendimento desses autores

A nova situação exigia adequações no âmbito educacional, o que implicava mudanças na legislação que regulava o setor. Entretanto [...] o governo militar não considerou necessário editar, por completo, uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. E isso é compreensível porque, se se tratava de garantir a continuidade da ordem socioeconômica, as diretrizes gerais da educação em vigor, não precisavam ser alteradas. Bastava ajustar a organização do ensino ao novo quadro político, como um instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica. O ajuste em questão foi feito através da Lei n. 5540/68 que reformou a estrutura do ensino superior sendo, por isso, chamada de lei da reforma universitária. O ensino primário e médio, por sua vez, foi reformado pela Lei n. 5692/71 que alterou a sua denominação para ensino de primeiro e segundo graus. Com isso, os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4024/61) relativos ao ensino primário, médio e superior foram revogados e substituídos pelo disposto nessas duas leis (2011, p. 26).

No entanto, a trataremos como Lei de Diretrizes e Bases e para compreendê-la como LDB, nos detivemos em sua ementa que “fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências” (BRASIL, Lei n.º 5.692, 1971).

Enquanto a lei anterior havia sido promulgada em tempos de abertura, a Lei nº 5.692/71 resultou de um período de Ditadura Militar e de transformações políticas e econômicas tendo como enfoque a questão da profissionalização do ensino causando grande impacto na formação de professores ao determinar a cessação de oferta do Ensino Normal. Depois de 1964, a Ditadura buscava meios para legitimar as suas ações e a imprensa foi amplamente utilizada para obter a simpatia popular sendo a escola um dos meios de disseminação desses ideais. Facchi afirma que

[...] essas práticas não se configuraram apenas no cenário político,

mas de forma incisiva na escola, através da qual o governo também procurou meio de transmitir seu ideário utilizando-se principalmente de livros didáticos, manuais para professores, campanhas de distribuição de bandeiras, discos de hinos, entre outros. Inclusive instituiu uma disciplina de caráter obrigatório, denominada “Educação Moral e Cívica” instituída pelo Decreto-Lei nº 869/69 de 12 de setembro do mesmo ano – presente em todos os graus de ensino, especialmente nos cursos de formação de professores. Além de ocultar a realidade ditatorial, esperava-se, através das instituições escolares, transmitir a ideologia militar, no sentido de disciplinar, conformar as pessoas, a partir de um sentimento nacionalista e patriótico, bem como, “educar” o povo inculto e sem moral para que pudesse estar preparado para a “nova sociedade” que estava sendo gestada pela ditadura civil-militar (2013, p. 56, aspas no original).

Saviani esclarece que “[...] a baixa produtividade do sistema de ensino, identificada no reduzido índice de atendimento à população em idade escolar e nos altos índices de evasão e repetência, era considerada um entrave que necessitava ser removido” (2008a, p. 367). Desta forma, havia a necessidade de mudanças no sistema educacional.

Com a abertura ao capital estrangeiro iniciada no governo Juscelino Kubistchek, houve o estreitamento dos laços entre o Brasil e os Estados Unidos. Assim, não foram somente as empresas americanas que entraram no país: com elas veio um modelo que associava a educação às empresas, utilizando palavras de ordem como *racionalização dos custos e elevação da produtividade* sem aumento dos investimentos. Saviani afirma ainda que

Difundiram-se então, ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behavior) que, no campo educacional, configuraram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão “pedagogia tecnicista”³⁶ (2008a, p. 369).

Hilsdorf (2011) esclarece que na década de 1960, muitas agências financiadoras internacionais, principalmente norte-americanas, propagaram que a conquista de graus escolares mais elevados proporcionaria ascensão social. Foram oferecidos programas de ajuda ao Terceiro Mundo na forma de financiamento e assessoria técnica para redefinir a organização escolar existente, pois, de acordo com essa teoria, o subdesenvolvimento de um país estava diretamente ligado à falta de investimentos na educação. Ela explica:

³⁶ Baseado no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo a fim de torná-lo objetivo e operacional. Semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretendia-se a objetivização do trabalho pedagógico (SAVIANI, 2008a).

No caso brasileiro, o apoio veio por meio de acordos assinados entre o Ministério de Educação e Cultura e a agência norte-americana *Agency for International Development* (USAID). Entre 1964 e 1968 foram assinados 12 acordos MEC-USAID, com a finalidade de diagnosticar e solucionar problemas da educação brasileira na linha do desenvolvimento internacional baseado no “capital humano” (2011, p. 124, aspas no original).

Consolidava-se no Brasil a “teoria do capital humano” (HILSDORF, 2011, p. 123) que a autora define como uma teoria que propõe que o processo de educação escolar seja considerado um investimento que resulta em maior produtividade e, conseqüentemente em melhores condições de vida para os trabalhadores e sociedade sendo utilizado como diretriz de política social destinado a países em desenvolvimento (2011). Complementa afirmando que

[...] outro aspecto dessa orientação aparece na divisão do trabalho pedagógico entre os especialistas da educação, os quais, pela reforma dos cursos de Pedagogia decretada em 1969, foram encarregados de aplicar e controlar as novas técnicas então adotadas (2011, p. 126).

Surgiram as habilitações ou especialidades de funções no curso de Pedagogia e que resultaram em monitoramento e controle nos espaços escolares especialmente dos meios e técnicas utilizados pelos professores. Saviani argumenta que “a incorporação das ideias pedagógicas tecnicistas na organização do sistema de ensino foi empreendida pelas iniciativas de reforma que começaram com o ensino superior a partir de estudos desenvolvidos no âmbito do então Conselho Federal de Educação (CFEX)” (2008a, p. 373). Foram dados os primeiros passos na consolidação do tecnicismo³⁷ no Brasil visando “[...] vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do

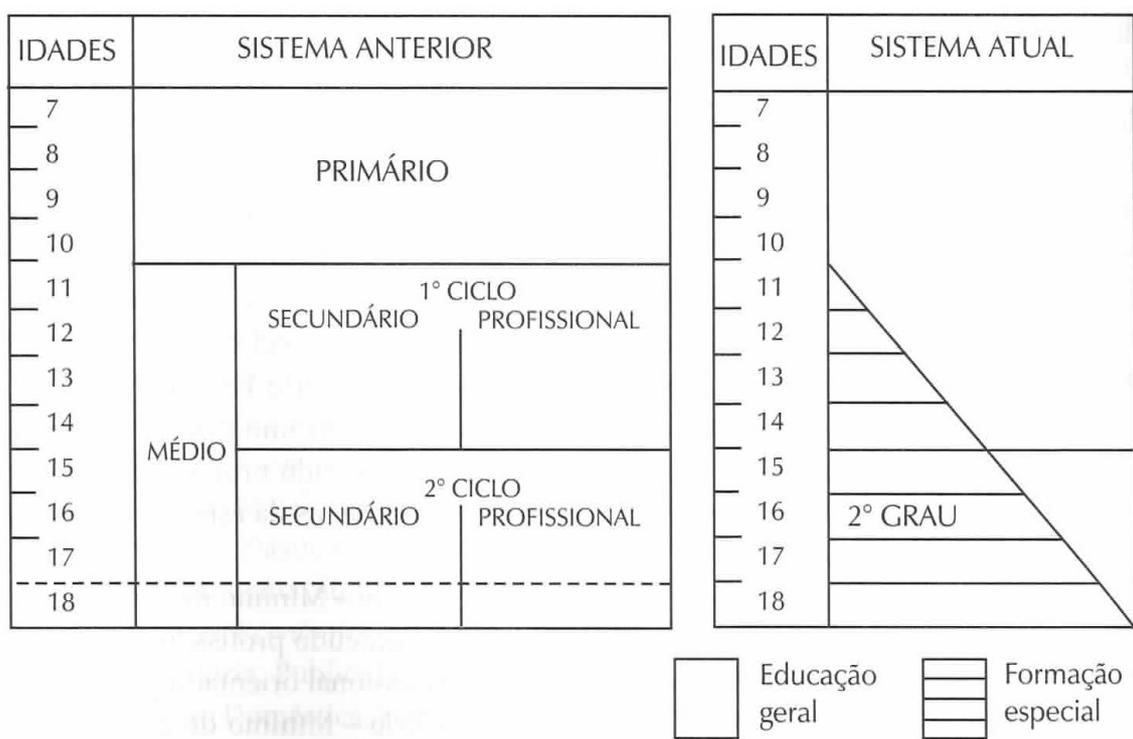
³⁷De maneira didática, Saviani esclarece as diferentes concepções pedagógicas que dominaram o cenário educacional brasileiro no século XX afirmando que “se na *pedagogia tradicional* a iniciativa cabia ao professor, que era, ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório; e se na *pedagogia nova* a iniciativa se desloca para o aluno, situando-se o nervo da ação educativa na relação professor-aluno, portanto, relação interpessoal, intersubjetiva; na *pedagogia tecnicista* o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais. A organização do processo produtivo converte-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo deficiências do professor maximizando os efeitos de sua intervenção. Completando explica que “[...] se para a pedagogia tradicional a questão central é aprender, e para a pedagogia nova, aprender a aprender, para a pedagogia tecnicista o que importa é aprender a fazer” (2008, p. 383, grifos nossos).

capitalismo internacional” (2008a, p. 375).

Em 1970 o presidente Emilio Garrastazu Médici instituiu um Grupo de Trabalho para planejar e propor medidas para a atualização e expansão do ensino fundamental e do colegial (SAVIANI, 2011). Ao contrário da morosidade de trâmites que ocorrera com a Lei nº 4.024/61, em pouco mais de um ano, a nova lei estava sancionada.

A primeira grande mudança foi a ampliação da gratuidade e obrigatoriedade do ensino para 8 anos, sendo para crianças e jovens de 7 a 14 anos. Para melhor atender essa ampliação, houve a união entre o antigo primário (4 anos) e o primeiro ciclo do antigo ensino médio conhecido como ginásial (4 anos) passando a chamar-se Ensino de 1º Grau. O segundo ciclo do antigo ensino médio, também conhecido como colegial (3 anos) passou a chamar-se Ensino de 2º Grau.

Imagem 2: Organização do sistema de ensino antes e após a Lei nº 5.692/71³⁸



Fonte: ROMANELLI, 2012, p. 256.

Romanelli, ainda na década de 1970, ao exemplificar a mudança que houve com a lei, elaborou a imagem acima. À esquerda, a autora representou a organização da educação conforme a Lei nº 4.024/61 e à direita da imagem, a organização posterior à

³⁸ A obra de Romanelli foi lançada no ano de 1978. No entanto, apesar de trabalharmos com a 37ª edição (2012), esta não foi revisada. Desta forma é possível entender porque a autora usa os termos “sistema atual” ao referir-se à Educação Básica cuja nomenclatura foi alterada pela Lei nº 9.394/96.

Lei nº 5.692/71. Podemos observar que, exceto a nomenclatura, nada mudou em relação à organização dos níveis e ciclos desde o ano de 1971 até a ampliação gradativa do Ensino Fundamental para 9 anos ocorrida com a promulgação da Lei nº 11.274 em 06 de fevereiro de 2006.

Depois de sancionada a lei, todas as escolas do segundo ciclo do Ensino Médio transformado em Ensino de 2º grau passaram a ofertar apenas o ensino profissionalizante. Hilsdorf afirma que isso aconteceu com o “[...] objetivo não explícito de contenção das oportunidades educacionais, isto é, diminuir a pressão por vagas no ensino superior” (2011, p. 126).

Ghiraldelli Jr. alerta para o seguinte fato:

É óbvio que os colégios particulares [...] souberam desconsiderar toda essa parafernália “profissionalizante”. As escolas particulares, preocupadas em satisfazer os interesses de sua clientela, ou seja, em propiciar o acesso às faculdades e universidades, desconsideraram (através de fraude, obviamente) tais habilitações e continuaram a oferecer o curso colegial propedêutico ao Ensino Superior. As escolas públicas, obrigadas a cumprir a lei, foram desastrosamente descaracterizadas (2003, p. 144).

Para a formação de professores, essa mudança foi crucial. A partir dela, o *lócus* de formação de professores para o antigo ensino primário, as conhecidas Escolas Normais foram extintas e com isso a formação de professores descaracterizou-se ao ser relegada a mais uma das muitas habilitações profissionalizantes possíveis. Saviani argumenta que:

No caso da formação de professores para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, a instituição das primeiras Escolas Normais, que veio a se consolidar ao longo do século XX até a década de 1960, expressou a predominância do modelo pedagógico-didático, articulando, de forma mais ou menos satisfatória, os aspectos do conteúdo e da forma que caracterizavam o processo de ensino (2009, p. 150).

A afirmação de Saviani pode ser melhor compreendida ao analisarmos as palavras de Tanuri. Em seus estudos, a autora esclarece que quanto ao currículo proposto pela Lei nº 5.692/71: “[...] este deveria apresentar um núcleo comum de formação geral, obrigatório em âmbito nacional – composto de disciplinas da área de comunicação e expressão, estudos sociais e ciências – e uma parte de formação especial” (2000, p. 81). A formação especial “[...] seria constituída de fundamentos da

educação (aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos, históricos e filosóficos da educação), estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau, bem como didática, incluindo prática de ensino” (2000, p. 81). Assim, segundo a autora, além da inclusão da disciplina *estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau* não houve maiores alterações no currículo.

Entretanto, a pesquisadora afirma que houve perdas, pois “[...] reduziu-se a carga horária destinada às disciplinas pedagógicas, esvaziando-se a habilitação em termos de conteúdos pedagógicos existentes” (2000, p. 81) e essa situação foi ocasionada pela criação de habilitações específicas, característica do período tecnicista, que fracionavam o curso. Desta forma, havia “[...] habilitação para o magistério em escolas maternais e jardins de infância; em 1ª e 2ª séries; em 3ª e 4ª séries; em 5ª e 6ª séries, entre outras, com conteúdos correspondentes a cada uma delas” (2000, p. 81). Essa fragmentação fazia com que as habilitações tivessem conteúdos distintos ocasionando uma grande diversidade de disciplinas mas que, no contexto, empobreciam o curso. Ainda de acordo com Saviani

Para as últimas quatro séries do ensino de 1º grau e para o ensino de 2º grau, a Lei nº 5.692/71 previu a formação de professores em nível superior, em cursos de licenciatura curta (3 anos de duração) ou plena (4 anos de duração). Ao curso de Pedagogia, além da formação de professores para a habilitação específica de Magistério (HEM), conferiu-se a atribuição de formar os especialistas em educação, aí compreendidos os diretores de escolas, orientadores educacionais, supervisores escolares e inspetores de ensino (2009, p.57).

No entanto, a lei mostrava-se flexível quanto à formação de professores e previa que:

[...] estudos adicionais de um ano realizados em instituições de ensino superior, poderiam qualificar os habilitados em 2º grau ao exercício do Magistério até a 6ª série. Da mesma forma, os portadores de licenciatura curta, mediante estudos adicionais, poderiam exercer o magistério até a 2ª série do 2º grau (art.30). Admitiam-se ainda, em caráter suplementar e a título precário, outras possibilidades para se atender às necessidades de professores legalmente habilitados (TANURI, 2000, p.81).

Tanuri cita o trecho de um artigo publicado no ano de 1986 na revista *Bimestre: revista do 2º grau* afirmando que o mesmo sintetiza o pensamento do período acerca da Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Tal artigo foi produzido pelo

Dispersa no meio de tantas outras, a habilitação ao magistério assumiu caráter propedêutico e descaracterizou-se: se antes de 1971 o curso era acusado de hipertrofiar os aspectos instrumentais, em detrimento do conteúdo básico, geral e específico, hoje ele não trata adequadamente qualquer desses aspectos. O magistério continua entre as habilitações fracas em conteúdo científico, ao mesmo tempo que abriu mão de suas antigas exigências em relação aos aspectos instrumentais. A antiga sistemática de formação do magistério primário em escolas normais foi destruída e, em seu lugar, nasceu um padrão em quase tudo incompetente. A habilitação para o magistério não forma para aquilo que seria minimamente necessário ao professor da escola elementar: a capacidade de ensinar a ler, escrever e calcular (2000, p. 82).

Tanuri cita ainda outras críticas veementes que as habilitações para o Magistério receberam no que dizia respeito:

[...] à dicotomia entre a teoria e a prática, entre conteúdo e método, entre núcleo comum e parte profissionalizante; à inexistência de articulação entre o processo de formação e a realidade do ensino de 1º grau, ao desprestígio social do curso e à sua inconsistência em matéria de conteúdo; à inadequação dos docentes ao curso, em termos de formação, tendo em vista a inexperiência de muitos deles no ensino de 1º grau e a necessidade de assumirem várias disciplinas; à insuficiência e inadequação dos livros didáticos; aos problemas pertinentes à realização do estágio de prática de ensino (2000, p. 82).

Nos utilizaremos das palavras de Nosella para finalizar o pensamento acerca do que era a formação de professores e no que ela se transformou após a Reforma Universitária em 1968 e a promulgação da LDB nº 5.692/71

Para formar o professor, se criou o curso de magistério de 2º grau noturno, diurno, integral, padrão, tradicional, especial, público, privado, etc; se criaram cursos de pedagogia de 3º grau em universidade pública e privada; em cursos diurnos e noturnos, de fim e de meio de semana, de férias, “à distância”, vagos e cheios, com habilitações de todo tipo, criaram-se cursos de pós-graduação, *stricto* e *lato sensu*, para todas as habilitações. O rico e o amplo conceito de “escola” foi reduzido ao pobre e mecânico conceito de “curso”, para

39 O Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR) foi criado pelo Decreto-Lei nº 616 de 9 de Junho de 1969. Tinha por finalidade a preparação e o aperfeiçoamento de docentes, técnicos e especialistas em formação profissional bem como a prestação de assistência técnica para a melhoria e a expansão dos órgãos de formação e aperfeiçoamento de pessoal existente no País (BRASIL, Decreto-lei nº 616, 1969). No entanto, é importante lembrar que esse texto foi produzido na década de 1980, ou seja, por uma equipe de governo posterior ao regime ditatorial o que justifica, em partes, as críticas tão contundentes feitas às mudanças na Lei nº 5.692/71 com relação à formação de professores.

baratear e “empobrecer” a escolarização. A Escola Normal [...] era um ambiente rico, complexo e orgânico no qual variados cursos anexos eram oferecidos, integrados. O atual curso de habilitação ao magistério, ao contrário, é uma mera sequência de disciplinas nos dá um panorama oferecidas em escolas alheias, no seu conjunto, à problemática da formação do educador. A ideia de “especialista” substituiu a ideia de “mestre” e com base nessa ideia de especialista se criaram nos anos de 1970 os cursos de pedagogia que, ainda hoje, sofrem desse equívoco (2012, p. 178).

Ao concluir o primeiro capítulo no qual procuramos descrever o contexto socioeconômico brasileiro do início do século XX e as discussões que originaram a legislação educacional criada para dar conta das transformações nas relações de produção ocorridas nesse período nos sentimos capazes de fazer algumas constatações. Com relação às reformas, tanto a Reforma Francisco Campos quanto a Reforma Capanema ou *Leis Orgânicas* se mostraram de uma forma geral duais e inflexíveis, apontando caminhos diferentes para as diferentes classes sociais. Ambas são resultados de períodos de pouca ou nenhuma abertura política, no caso da maioria das Leis Orgânicas.

Por outro lado, a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61 foi a primeira lei educacional a ser efetivamente discutida em nível legislativo e com a participação da sociedade que se posicionou no caloroso embate entre escola pública e escola privada. Porém, embora a discussão tivesse sido mais ampla, depois de uma década, de insucessos, discussões e revezes, a Lei foi promulgada como uma extensão das Leis Orgânicas, não trazendo, portanto, grandes inovações para a educação.

Quanto à Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71, esta nasceu de um período ditatorial e foi organizada basicamente para atender as expectativas dos países desenvolvidos que financiavam a educação nos países de Terceiro Mundo e trouxe a *Teoria do Capital Humano* para dentro das escolas materializado sob a forma do tecnicismo e profissionalização de todo o Ensino de 2º Grau.

Depois de várias décadas numa trajetória marcada por tropeços no início e expansão e grande visibilidade entre os anos 1940 a 1960, em 1971, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71, a Escola Normal enquanto *locus* formativo acabou se extinguindo. Com a profissionalização compulsória de todo o Ensino de 2º grau no país, a formação de professores para atuar no primário acabou se restringindo à Habilitação Específica para o Magistério ofertada junto com outras habilitações em escolas de 2º grau.

CAPÍTULO II

O PARANÁ E O MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL: DETERMINANTES PARA A OFERTA DO ENSINO PRIMÁRIO E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

2.1. Os grupos escolares e o ideário do Estado para a educação primária

Após a Proclamação da República, o projeto de nacionalidade que visava a formação do cidadão ideal capaz de contribuir com o crescimento da nação começou a ser desenvolvido num lugar especialmente pensado para atingir esse objetivo: os grupos escolares. Estes se caracterizaram como instituições importantes que junto com as Escolas Normais, as escolas reunidas e as escolas isoladas constituíram o *locus* de formação e prática docente do futuro professor. Lage explica que

No território brasileiro os grupos escolares foram criados inicialmente no Estado de São Paulo em 1893, enquanto uma proposta de reunião de escolas isoladas agrupadas segundo a proximidade entre elas. Os grupos escolares foram responsáveis por um novo modelo de organização escolar no início da República, a qual reunia as principais características da escola graduada, um modelo utilizado no final do século XIX em diversos países da Europa e nos Estados Unidos para possibilitar a implantação da educação popular (LAGE, sem data, Verbete HISTEDBR).

A mesma autora complementa acerca da forma como se estruturavam os grupos escolares:

O ensino primário era ministrado em quatro anos, com um programa enciclopédico com matérias que proporcionavam educação integral – a educação física, intelectual e moral. Previa a utilização do método intuitivo, o qual usava diversificados materiais didáticos, laboratórios e museus. Exigia-se disciplina rígida dos alunos (assiduidade, asseio, ordem, obediência, etc.). O tempo escolar passou a ser controlado através do calendário. Havia também práticas “ritualizadas” e “simbólicas” como os exames finais, as exposições escolares, as datas cívicas e as festas de encerramento do ano letivo. A escola graduada foi também responsável por gerar “novos dispositivos de racionalização administrativa e pedagógica”, necessários para o desenvolvimento da sociedade capitalista, principalmente nos processos de urbanização e industrialização. Foi ainda um projeto cultural a favor da nação, *o qual mais educava do que instrua* (LAGE, sem data, grifos nossos).

Os trabalhos de Nascimento (2004) e Hervatini (2011) confirmam as informações de Lage sobre o surgimento dos grupos escolares. Para Nascimento (2004) sua origem está intimamente ligada ao projeto republicano de educação popular, pois no ideário liberal dos republicanos brasileiros e paranaenses, a instrução tinha um lugar de destaque, sendo entendida como instrumento indispensável para a consolidação da República.

Desta forma, essas instituições foram criadas atreladas à reforma das Escolas Normais que ocorreram a partir de 1890 e “[...] esse modelo escolar passou a constituir a organização do ensino primário pelos diferentes níveis de aprendizagem e pela reorganização do trabalho didático-pedagógico” (HERVATINI, 2011, p. 36). Prossegue a mesma autora afirmando que “[...] com a República, a organização do ensino primário em grupos escolares tornou-se uma referência, tamanha sua importância para a educação elementar e a formação cívico-patriótica de seus alunos” (2011, p. 36). Constituíam-se, portanto os grupos escolares como instâncias “[...] onde os valores cívicos e morais eram difundidos na escola primária por meio dos conteúdos e das atividades escolares, bem como nas comemorações cívicas, exposições, desfiles e outras solenidades de cunho patriótico” (2011, p. 36). Nascimento complementou esse pensamento afirmando que

A escola pública primária popular, tão reivindicada, não significava uma prioridade dos governos republicanos. A inserção em projetos de expansão escolar, e a formação de professores nas Escolas Normais, compunham seu projeto de nacionalidade. O interesse que impulsionava não era a educação do povo, mas a consolidação do novo projeto político. O professor foi inserido nesse contexto como aquele que garantiria o sucesso da nova ordem, razão pela qual era cercado de aparato legal, podendo ser vigiado, garantindo-se assim o controle de suas atividades (2004, p. 107).

Em continuidade, afirma que “[...] os mestres seriam parte integrada, capaz de disciplinar os indivíduos de forma dócil para que estes pudessem ser organizados” e para isso “[...] a educação popular era associada ao civismo” (2004, p. 83).

As palavras de Caetano Munhoz da Rocha, ex-governador do Estado do Paraná, em seu relatório das atividades da administração entre os anos de 1924 a 1928 confirmam o que foi dito por Nascimento

[...] no meu discurso lido no Rio de Janeiro em 18 de dezembro de 1927, [...] no qual expus o meu programa de governo, disse com toda justiça, “que o nosso estado tem aplicado especial atenção ao concernente à instrução primária, normal, secundária, superior e técnica”. E, que, “prosseguir nessa nobre tarefa de difundir ainda mais a instrução era meu firme propósito, pois *é bom que o administrador veja em cada escola um templo onde se cultua a família e a pátria e onde se pode fazer de cada brasileiro um cidadão consciente de seus deveres cívicos e um real valor para a nacionalidade* (PARANÁ, Mensagem do Governador, 1924-1928, p. 223, grifos nossos).

O Estado do Paraná instituiu seu primeiro grupo escolar em 1911. Em 1916, eles haviam se expandido para as localidades mais populosas do território, contabilizando dez instituições do gênero (NASCIMENTO, 2004). Entretanto, ao se referir à criação do primeiro grupo escolar dos Campos Gerais em 1924, a autora expõe uma situação, comum a todo o país na época, afirmando que a criação de grupos escolares não atendia toda a demanda da população em idade escolar considerando que a maioria da população era pobre e vivia em lugares longínquos (2004).

Manoel Ribas, que substituiu Mario Tourinho no cargo de Interventor Federal do Estado, em seu relatório sobre as ações administrativas no período de 1932 a 1939 enviado a Getúlio Vargas, usou muitas imagens para ilustrar e descrever a sua gestão e entre elas estão fotos de inúmeros Grupos Escolares construídos. Pelas imagens, percebemos que, em sua maioria, eram prédios espaçosos, arejados e bem iluminados, bem localizados e construídos em alvenaria. Não seguiam um padrão exato, mas eram construções que se destacavam pela grandiosidade. Abaixo, foto da construção do Grupo Escolar Tiradentes em Laranjeiras do Sul que mais tarde, passou a chamar-se Grupo Escolar Aluísio Maier em homenagem a um dos pioneiros da educação laranjeirense. Apesar de ter sido construído na década de 1950, ainda apresentava o mesmo padrão de suntuosidade⁴⁰ dos grupos escolares que Manoel Ribas havia descrito

40 A construção à direita da foto é um anfiteatro anexo à instituição que possui ainda um pátio interno à céu aberto e hoje abriga o Colégio Estadual Laranjeiras do Sul. No final da década de 1950, cedeu parte de suas instalações para o funcionamento da Escola Normal Colegial recém-criada que ali funcionou nos anos de 1958 e 1959. Em conversa informal com Léo Thadeu Folda, filho da professora Ondina Pereira Folda ele nos relatou que o Grupo Escolar era “coisa de sonho”, com carteiras novas, janelas grandes, oficinas, bebedouros sendo a primeira escola construída no município que havia banheiros no interior do prédio. Revelou-nos também uma particularidade acerca da construção, pois apesar de ser uma obra monumental do ponto de vista arquitetônico, nela foi cometido “um erro grosseiro de engenharia”: a frente da escola foi construída para os fundos. Nos disse ainda que seu pai, Thadeu Folda, possuía um terreno que foi comprado pela Prefeitura Municipal na gestão do prefeito Alcindo Natel de Camargo para abrir a rua que dá acesso à escola. O Projeto de Lei nº 28/68 apresentado pelo prefeito justificava a compra da seguinte forma: “Tendo sido construído o prédio do Grupo Escolar Aluisio Maier desta cidade, com a frente para terrenos particulares, e como a Secretaria de Educação e Cultura está exigindo que seja aberta rua na frente daquele prédio, a fim de podermos aquela exigência vimos apresentar para apreciação e deliberação dos senhores vereadores, o presente

duas décadas antes. Observando sua estrutura, podemos afirmar que frequentar o Grupo Escolar era privilégio dos filhos das famílias da elite que viviam na região urbana. Por sua vez, os filhos das famílias que viviam nos arredores da zona urbana e também no interior teriam que se contentar com uma educação obtida nas escolas isoladas sempre em condições precárias tanto físicas, como materiais e até mesmo em relação a formação dos docentes.

Fotografia 1 - Construção do Grupo Escolar Tiradentes na década de 1950.



Fonte: Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2013.

Na década de 1970, mais precisamente entre os anos de 1976 a 1978 tive a oportunidade de frequentar o Grupo Escolar Silveira da Motta⁴¹ no município de São José dos Pinhais -PR que com a adaptação à Lei nº 5.692/71 reorganizou-se e passou a

Projeto de Lei” (PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, Projeto de Lei nº 28, 1968). No entanto, embora o projeto tivesse sido aprovado, não sabemos exatamente por qual razão, mas essa rua nunca chegou a ser aberta, ficando desta forma, os fundos da escola para a frente da Rua Capitão Antonio Joaquim de Camargo e por ela que se tem acesso ao estabelecimento. No anexo A, podemos observar um grupo de docentes na rampa de acesso ao Grupo Escolar no que seria a frente, mas hoje fica nos fundos da escola.

41 O prédio que abriga o Colégio Estadual Silveira da Motta foi tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de São José dos Pinhais através da Lei nº 04/96. É a mais antiga dentre as escolas públicas existentes naquele município. Foi criado em 1908 como cadeira de instrução primária e atendia somente alunos do sexo masculino. Em 1914 passou a casa escolar e em 1919 a Grupo Escolar. Em março de 1955 foi inaugurado o prédio atual, cuja arquitetura encontra-se preservada até os dias de hoje (GUIA SJP.COM).

denominar-se Escola Estadual Silveira da Motta em setembro de 1976 (COLÉGIO ESTADUAL SILVEIRA DA MOTA, 2013). Hoje, passados quase quarenta anos tenho latente na memória aspectos relativos aos Grupos Escolares que são descritos pelos pesquisadores. Entre eles, cito o aspecto arquitetônico, pois a imponência da construção se destacava em frente a uma das praças principais da cidade. Construído em dois andares, e em formato de “U”, o prédio possuía um pátio central onde diariamente cantávamos o Hino Nacional e ouvíamos, pelo sistema de som, declamação de poesias e leitura de textos pelos alunos que eram escolhidos por se destacarem em suas atividades ou por serem os mais disciplinados. O pátio servia também para as práticas de Educação Física, gincanas, apresentações e festas promovidas pela escola. Aparentemente pela demanda que apresentava foi necessário a construção de novas salas de aula desmembradas do prédio principal que era onde estudamos da 2ª a 4ª série.

Quanto aos aspectos didático-pedagógicos o que continua viva na lembrança é a variedade de material didático e metodologias diversificadas utilizadas pelos professores como gravuras para fazermos *descrição* e *composição*, esqueletos representando o corpo humano, exposições de trabalhos, passeios, piqueniques, gincanas, teatro de fantoches. Além disso foram marcantes as práticas cívicas diárias, o cuidado e asseio com o corpo e com o uniforme, as filas organizadas simetricamente por tamanho e por gênero, a rigidez na disciplina e os exaustivos e perfeccionistas ensaios para os desfiles alusivos à Semana da Pátria aos quais comparecíamos impecavelmente uniformizados.

2.2 A reforma da década de 1920 e a educação paranaense no início do século XX

Quando o Paraná ainda era Comarca da Província de São Paulo, não possuía instituição de formação de professores, de modo que os interessados “[...] em aprofundar seus conhecimentos sobre a docência deslocavam-se até a Escola Normal de São Paulo” (HERVATINI, 2011, p. 32). Segundo Tanuri (2000), a primeira Escola Normal do Paraná foi criada no ano de 1870 na cidade de Curitiba alguns anos após o Paraná ter se emancipado de São Paulo.

Por muito tempo, essa escola foi a única no gênero no Estado e sua trajetória é similar às instituições congêneres brasileiras: sofreu inúmeros fechamentos e reaberturas e os motivos dessa inconstância eram os mesmos que afetavam os cursos de

formação de professores no Brasil, ou seja, pouca demanda e falta de valorização da docência enquanto profissão (HERVATINI, 2011). Além disso, o currículo dessa escola pouco se diferenciava do da escola primária, se constituindo numa extensão do ensino primário e não atraindo possíveis alunos.

Para Nascimento

[...] em sua forma ideológica, o maior projeto do Estado burguês, no início da República foi a criação de escolas para dar instrução ao povo. A educação nos discursos oficiais aparece como uma ação beneficiadora para todo o povo e como solução para os problemas que impediam o progresso do país” (2004, p. 76).

Não eram apenas os grandes centros urbanos que careciam de pessoas com melhor nível cultural e maior escolaridade. As regiões interioranas começavam a ser povoadas e colonizadas, precisando também inserir-se no projeto de nacionalidade. Apesar disso, a formação de professores demorou algumas décadas para atingir as regiões mais afastadas da capital paranaense. Nascimento esclarece que

As ampliações da escolarização exigiam mais docentes. As Escolas Normais existentes no país tinham o papel de formar os mestres para as escolas de ensino primário; foram criadas como necessárias para o desenvolvimento de um bom cidadão que correspondesse aos interesses da burguesia industrial. Quanto ao grupo composto pelas massas populares e os setores médios urbanos, embora não pertencentes ao bloco do poder dominante, seriam estas que deveriam ser preparadas pelos grupos detentores do poder para dar a ideia de Estado como uma só nação (2004, p. 83).

Na primeira metade do século XX, a tarefa de conduzir a educação no Estado do Paraná ficou sob a responsabilidade de três educadores que mudaram quantitativa e qualitativamente o panorama da educação pública no Estado. São eles os educadores César Prieto Martinez que era paulista, e os paranaenses Lysímaco Ferreira da Costa e Erasmo Pilotto.

As mudanças ocorreram inicialmente no ensino primário e no Curso Normal. Em seus estudos, Miguel afirma que

As modificações ocorridas no ensino primário paranaense no período de 20 não chegaram a caracterizar uma reforma educacional mas, além de fazerem parte de um conjunto de medidas que buscavam implantar um modelo de nacionalidade, representaram também o atendimento racional (indicado pela utilização do recenseamento

escolar, pela realocação mais adequada das escolas, pela não-transferência dos professores em período letivo) às pressões das classes trabalhadoras. Entendemos que esse atendimento racional por parte do Estado, foi realizado em termos mínimos (1997, p. 47).

Desta forma, segundo a autora, mesmo que não se caracterizasse como reforma, o conjunto de ações efetivadas possibilitou o início da organização e expansão dos Cursos Normais no Paraná enquanto *locus* de formação profissional. Para satisfazer o contingente que passou a exigir a escola, se fez necessária a modernização da organização que já existia nos estados. Assim, começaram a ocorrer as reformas estaduais e, conforme Miguel, o Paraná foi o segundo a reorganizar os níveis de educação que estavam sob sua responsabilidade.

A tentativa de romper com o ensino tradicional e a valorização da educação integral (entendida como o domínio das técnicas básicas de leitura e escrita, de um mínimo de conhecimento e aquisição de hábitos de higiene e formação moral alicerçada na disciplina e no trabalho, a organização racional do sistema escolar), eram ideias que permeavam as reformas estaduais de cunho renovador e coadunavam-se com o projeto de nacionalidade, pois a educação constituía-se em instrumento por excelência para tal tarefa. Tratava-se de preparar a população para o advento da sociedade urbano-industrial (1997, p. 17-18).

O panorama social do início do século XX no Paraná, era similar ao nacional, ou seja, efervescente. O grupo de intelectuais que dominava o cenário educacional e cultural do estado era formado por clericais e anticlericais e esses grupos estiveram envolvidos diretamente na fundação da Universidade Federal do Paraná⁴² (1912), criação da Academia de Letras do Paraná (1922), Círculo de Estudos Bandeirantes (1929) e abertura de inúmeros colégios. Portanto, eram as elites que fomentavam as discussões acerca de educação e cultura e não as classes menos favorecidas. Estas, ficavam à margem do processo. A vinda dos imigrantes fazia parte desse cenário de início de século e segundo Miguel estes “[...] passaram a integrar os grupos populacionais que demandavam por escolas e professores. Tanto na zona rural como na cidade eles valorizavam escolas e professores” (1997, p. 20).

Miguel caracteriza a educação paranaense no início do século XX:

42 Fundada em 12 de dezembro de 1912 por Victor Ferreira do Amaral, inicialmente era uma instituição particular. Os primeiros cursos ofertados foram Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Medicina e Cirurgia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia. Em 1946 iniciou-se a batalha pela sua federalização que foi alcançada em 1950 passando a chamar-se Universidade Federal do Paraná, uma instituição pública e gratuita (Portal UFPR, 2014).

Nesse período, iniciava-se a ocupação do território paranaense e a educação escolar do Estado regia-se pelo Código de Ensino de 1917 (Decreto nº 17, de 09/01/17). [...] Quanto à rede de escolas públicas, havia apenas uma instituição formadora de professores: a Escola Normal, que funcionava junto ao Ginásio Paranaense (1997, p. 24-25).

Prossegue a autora em sua caracterização

Em relação à escola básica, o sistema de ensino compreendia grupos escolares e escolas isoladas que, no final do ano de 1920, funcionaram com um total de 115 classes nos grupos escolares e 554 nas escolas isoladas, perfazendo um total de 669 classes, segundo dados fornecidos pelo Inspetor César Prieto Martinez, no relatório sobre o ano de 1921. Comunicava ainda o Inspetor que a matrícula do final do ano de 1920 totalizava 17.511 alunos, sendo 3.928 nos grupos escolares e 13.583 nas escolas isoladas (1997, p. 25).

Miguel completa seu raciocínio afirmando que

A distribuição das escolas demonstra que quatro grupos escolares atendiam o litoral (Antonina, Morretes e Paranaguá), dois grupos escolares situavam-se nas proximidades de Curitiba (São José dos Pinhais⁴³ e Campo Largo) e os demais atendiam as cidades que constituíam o Paraná Tradicional, ou seja, as cidades que se organizaram a partir dos pousos de tropas. As demais escolas isoladas que completavam a rede não davam conta da população em idade escolar. Embora a demanda ainda fosse pequena (se compararmos com o que ocorreu nas décadas subsequentes, quando da ocupação do Norte do Estado), *a escassez de escolas e a incipiente formação do professor compunham o quadro paranaense na década de 20* (1997, p. 26, grifos nossos).

Conforme lembrou a autora, numa época em que a escolarização era pouco requisitada já havia a carência de vagas nas escolas e também de profissionais formados para atuar nelas. Esse problema se intensificou com a mudança das relações de produção e o deslocamento das populações para o interior do Estado através das migrações e imigração. Desta forma, a extensão da escola primária para a população foi uma meta perseguida durante décadas pelos governos paranaenses, porém não dando conta de fornecer matrículas suficientes e professores com formação adequada para atender a demanda. Não podemos esquecer que a escola representava os interesses das classes dominantes e para Nascimento

43 Tratava-se do Grupo Escolar Silveira da Mota o qual nos referimos no início deste capítulo e do qual fomos aluna.

Nas escolas do Paraná, a formação dos professores e dos alunos estava embasada na ideia de nacionalizar o povo pelo amor à Pátria. A escola apresentava-se com excelente vantagem para a divulgação destas ideias, cabendo-lhe ensinar a todas as crianças a se tornarem cidadãos crentes na nova ordem, sem que nenhuma propaganda ao contrário pudesse abalar os procedimentos de aprendizagem na sala de aula (2004, p. 84).

Considerando o quadro exposto por Miguel ao descrever a situação da educação paranaense na década de 1920, o governo estadual visando a expansão dos grupos escolares se deparou com a necessidade de reformar o sistema educacional paranaense. Miguel afirma que “[...] esse fato é indicativo de que as autoridades governamentais procuravam implementar maior eficácia ao sistema escolar, através da reformulação das metodologias, *embora tal medida atingisse apenas algumas escolas da capital*” (1997, p. 27, grifos nossos). Apenas nas décadas seguintes, aspectos dessa reforma seriam estendidos para o restante do Estado.

Uma comissão de professores visitou São Paulo nos anos de 1918 e 1919 com o objetivo de observar pontos importantes da reforma naquele estado e em 1920, o governo paranaense trouxe, para conduzir a reorganização da educação, o educador César Prieto Martinez que fora diretor da Escola Normal de Pirassununga. Segundo Pilotto

Novos programas escolares são elaborados. Mas, o fundamental da atuação de Martinez é a sua presença vitalizadora em toda a parte, ensinando, observando, orientando, estimulando. Nesse sentido, a maior influência que a educação pública primária recebera até então. As escolas públicas adquiriram grande prestígio (1954, p. 67).

Para Miguel [...] é possível identificar, nas ideias que moveram a ação educacional de Prieto Martinez, a lógica racionalizadora do trabalho industrial e a valorização do homem como recurso humano para o progresso da nação (1997, p. 27). A concepção racionalizadora envolvia tanto a parte pedagógica como a parte administrativa com ênfase na inspeção que era realizada pelo próprio Inspetor Geral e por sub-inspetores (1997). Obviamente, Martinez havia se embasado em sua experiência no Estado de São Paulo para estabelecer mudanças na educação paranaense. No entanto, fica claro também que o estágio de industrialização que se encontrava naquele estado era muito mais avançado e houve, portanto, adaptação dessas ações modernizadoras e

racionalizadoras ao cenário socioeconômico paranaense.

Miguel (1997) descreve as ações que configuraram as reformulações do ensino primário: realocação de escolas para lugares mais apropriados; impossibilidade de transferência dos docentes durante o ano letivo; reorganização de programas e horários e adoção de uniforme e de livros didáticos. Para esta mesma autora, a ênfase da reforma estava na alfabetização e para facilitá-la “[...] um programa muito simples foi organizado para as escolas isoladas, acompanhado de instruções aos professores, principalmente quanto ao cuidado com as crianças analfabetas” (1997, p. 30). Houve reorganização das classes para que as crianças pudessem ser alfabetizadas com maior eficácia. Em suas pesquisas, Hervatini indica que “[...] tanto na reforma paulista, quanto no esforço de se remodelar a educação paranaense, estabeleceu-se um corpo doutrinário não somente assentado no republicanismo ou na democracia, mas com novos princípios da moderna pedagogia – o escolanovismo” (2011, p. 41).

Pilotto cita outras ações importantes de Martinez:

Organiza uma inspeção vitalizada que, tendo ele mesmo à frente, bate o próprio sertão paranaense em seus confins; organiza cursos para o Magistério; publica uma revista pedagógica; institui prêmios aos professores pelo seu rendimento; organiza um serviço de distribuição gratuita de material escolar para todos os alunos das escolas públicas; faz atender à saúde do escolar; estimula a educação física; proclama a importância das histórias, dos contos, na vida das classes; estimula a realização de festas escolares; faz publicações destinadas à educação geral do magistério; estimula, amplia, influencia em toda parte (1954, p. 68).

Quanto à reforma da Escola Normal de Curitiba, considerando que era a única no Estado, ela aconteceu nos moldes da reforma das escolas normais paulistas especialmente no que diz respeito à anexação de um grupo escolar para as práticas pedagógicas. Outra importante mudança foi a separação entre Ginásio e Curso Normal caracterizando esse último efetivamente como escola de formação de professores (MIGUEL, 1997), através de adequações curriculares.

O moderno prédio da Escola Normal da capital paranaense foi inaugurado em 1922 e a partir desta data, a escola foi transformada em Escola Normal Secundária. Nomeado diretor, o educador Lysímaco Ferreira da Costa organizou a reforma do curso dando continuidade às ações iniciadas por Martinez.

De acordo com Miguel, com a reforma implantada por Lysímaco, o Curso Normal Secundário passou a ter quatro anos e meio de duração dividido em “[...] curso

geral com duração de três anos e um curso especial com duração de um ano e meio” (1997, p. 34). Dessa forma, na primeira fase do curso buscava-se a formação geral do futuro professor por meio de currículo genérico e de caráter propedêutico. O currículo do Curso Especial que caracterizava a formação de professores era organizado da seguinte forma:

[...] no primeiro semestre do 4º ano: Psicologia, Metodologia Geral, Metodologia da Leitura e da Escrita, Metodologia do Desenho, Higiene e Agronomia;
no segundo semestre: Moral e Educação Cívica: sua metodologia, Noções de Direito Pátrio e Legislação Escolar, Metodologia do Idioma Vernáculo, Metodologia da Aritmética, Metodologia do Ensino Intuitivo, Metodologia das Ciências Naturais e Metodologia da Geografia; no primeiro semestre do 5º ano: Puericultura, Metodologia da História, Metodologia da Geometria, Metodologia da Música, Metodologia dos Exercícios Físicos, Ensino dos Trabalhos Manuais e Prática e Críticas Pedagógicas (1997, p. 35).

A autora chama atenção para a retirada de idioma estrangeiro obrigatório, no caso o Francês, o excesso de Metodologias e a presença de Agronomia, Puericultura e Psicologia. Quanto ao Francês, assim justificou Lysímaco Ferreira da Costa: “[...] mais útil que o Francês seria, para o professor paranaense, o ensino no Curso Normal do alemão, do italiano e do polaco, dada as numerosas colônias das respectivas nacionalidades que convivem conosco” (1997, p. 36).

Com relação à Agronomia, Miguel entende que a conotação dada pelo reformador traduz a preocupação em melhor preparar a população para o trabalho nas áreas primárias e terciárias. E complementa afirmando que “[...] a Puericultura estava organizada segundo o Serviço de Profilaxia Rural e destinava-se a atender a clientela das escolas do interior. Essa disciplina acompanhava as demais reformas, as vezes aparecendo como Higiene” (1997, p. 37). Acrescenta que a Psicologia, ao lado das metodologias, formava um dos pilares da formação profissional do professor e deveria fundamentar-se no estudo da anatomia e fisiologia humanas, completando-se por observações e experiências realizadas com crianças. Em relação à quantidade de metodologias. Miguel explica que isso se devia a influência herbartiana⁴⁴ sobre Lysímaco.

Sintetizando sua opinião sobre a reforma, a autora argumenta que

44 A autora se refere ao filósofo alemão Johann Friedrich Herbart. Para saber mais, consultar sua obra “**A formação do professor e a organização social do trabalho**”. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

[...] a concepção que subsidiava a reforma no ensino primário e ensino normal era a concepção racionalizadora, inserida no modelo de nacionalidade manifesto na Associação Brasileira de Educação e nas demais reformas renovadoras implantadas em outros Estados. Manifestavam-se mecanismos de controle da sociedade, traduzidos na organização escolar, na quantificação estatística dos dados, nas atividades disciplinares dos alunos. Apesar de as modificações estarem inscritas no projeto político de nacionalidade presente dos Estados nos quais ocorreram as reformas, com relação ao ensino primário os dados nos indicam que as modificações foram implantadas sem o empenho das camadas cidadinas paranaenses mais privilegiadas, ocupadas em discussões que não envolviam o problema da escolaridade básica das classes trabalhadoras (1997, p. 45).

Desta maneira, após a reforma houve a caracterização da profissionalização docente e reforçou-se a ideia do professor enquanto peça principal na engrenagem educativa. No entanto, ele não precisava necessariamente ser bem formado, com maiores conhecimentos ou com iniciativa própria. Na opinião de Lysímaco, os professores não deveriam ser concursados sob pena de se tornarem desobedientes à direção da escola (MIGUEL, 1997). Sob o ponto de vista de Miguel, esse era o pensamento de Lysímaco acerca dos professores

O professor era chamado a mediar o processo de educação do homem para o trabalho. Como o homem que se buscava formar era o homem ativo (que tivesse superado sua indolência), disciplinado, com hábitos higiênicos, obediente, o professor não precisava ter maior cultura; bastava-lhe dominar os conhecimentos que iria transmitir aos alunos. Quanto ao preparo pedagógico, bastava-lhe também conhecer a metodologia traduzida no domínio dos passos formais de Herbart, segundo a leitura de Patrascoiou. (1997, p. 42).

Miguel, fundamenta-se nas palavras de Lysímaco para afirmar que a função da escola primária era explicitamente dar aos alunos os mínimos conhecimentos que lhes seriam úteis, além do ensino da escrita e da leitura e a formação de hábitos morais e mentais saudáveis como, por exemplo, ler.

Como o objetivo da educação popular era bastante pobre, a formação do professor também o era. A parte intelectual do futuro mestre não precisava ser aprimorada, bastando-lhe conhecer um pouco além do que iria ensinar e o modo de fazê-lo. Assim, embora a reforma da Escola Normal de Curitiba tivesse o significado de ruptura com o velho, com o tradicional alinhando-se no espírito das demais reformas estaduais, na verdade muitas de suas formulações traduziam o tradicionalismo das oligarquias. Tais assertivas expressavam-se na

definição do “bom professor”: de preferência mulher, obediente e trabalhando por patriotismo, inclusive sem pretensão de aprofundar conhecimentos em curso superior (1997, p. 49).

Com a instalação das Escolas Normais de Ponta Grossa e de Paranaguá, “[...] em 1924, foi elaborado o Regulamento das Escolas Normais Primárias (Decreto nº 135, de 12/02/1924)” (1997, p. 42). Essas instituições tinham como objetivo atender a demanda da formação de professores no interior e de acordo com Miguel suas características eram as seguintes:

[...] 1.º - a absorção dos alunos oriundos da Escola Intermediária que desejassem seguir o magistério;
2.º - o currículo próprio;
3.º - o corpo docente compreendendo duas subcategorias: catedrática e de 2º grupo (1997, p. 43).

Para Hervatini

A expansão do ensino primário paranaense, mesmo que modesta em relação à população que crescia com a imigração e com a modernização da produção rural, exigia uma preparação de professores que atendessem às necessidades educacionais não só de leitura, escrita, hábitos de higiene e formação moral, como a adaptação de métodos e técnicas às realidades locais das escolas primárias, sobretudo no interior do estado (2011, p. 42).

Em seus estudos, a autora chama a atenção para o aspecto dual da educação paranaense à época, marcada especialmente pela imigração

O ensino primário público e a realidade das escolas das colônias de imigrantes e da zona rural representavam para a educação paranaense, nas primeiras décadas do século XX, a dualidade no sistema de ensino entre a *educação étnica e a oficial, o caráter privado e o público, a educação rural e a urbana*. As políticas educacionais, ao buscarem a homogeneidade racionalista do ensino, afetaram as escolas de imigrantes que tiveram que se adequar às novas medidas ou, na impossibilidade de se reorganizarem, acabaram fechando (2011, p. 42, grifos nossos).

Nascimento complementa esse cenário ao abordar a nacionalização do ensino e proibição de docência por estrangeiros afirmando que “[...] diante do número de escolas fechadas e professores impedidos de lecionar, a instrução ficou entregue a leigos e aos poucos professores formados com o Ensino Normal” (2004, p. 119). Diante desse

quadro, nos questionamos até que ponto essa foi uma medida positiva para a educação.

O Paraná chegou a década de 1930 com o mesmo número de escolas de formação de professores da década passada, ou seja, cinco: Escola Normal Secundária em Curitiba, Escolas Normais Primárias em Paranaguá e Ponta Grossa e as Escolas Complementares em Jacarezinho e Guarapuava (MIGUEL, 1997). No entanto, esse foi o período que marcou o início da nova ordem social e econômica com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e à passagem da sociedade agroexportadora para a sociedade urbano industrial de modo que

A demanda por escolas acentuou-se principalmente nas décadas de 40 e 50, à medida que se consolidou o processo de ocupação do território paranaense e as reivindicações nas participações dos bens sociais pelas classes trabalhadoras, nos núcleos urbanos e emergentes, se fizeram de modo mais veemente (MIGUEL, 1997, p. 50-51).

Em 1930, após a Revolução, surgiu a figura do Interventor substituindo a do governador e Mario Tourinho (1930-1932), assumiu a Interventoria Provisória baixando o Decreto n° 589, de 9 de março de 1931 que estabelecia normas para regular e selecionar a escolha de professores para as Escolas Normais e para o Ginásio Regente Feijó (MIGUEL, 1997). Regulando também a formação dos professores primários, houve a equiparação dos institutos particulares às Escolas Normais Primárias estaduais através do Decreto n° 2.570 de 28 de dezembro de 1931 (MIGUEL, 1997). Este decreto é um indicativo de que a demanda por escolas de formação de professores era maior do que o Estado poderia atender, entrando em cena o ensino privado. Na verdade, a trajetória das escolas privadas se confunde com as instituições públicas e é um traço característico da educação brasileira desde o seu início.

Em 1932, assumiu a Interventoria Estadual Manoel Ribas, que, por meio do Decreto n° 528, de 02 de março, deu início à fiscalização, por parte do Estado, das instituições de ensino. Foram criadas cinco Inspetorias Regionais de Ensino que cuidavam de regiões administrativas do Estado e funcionaram durante muitas décadas sendo extintas através do Decreto n° 2.161, de 12 de dezembro de 1983 assinado pelo ex-governador José Richa. Em seu lugar foram criados os Núcleos Regionais de Educação (ZANIN, 2010).

Em 1933, os Cursos Normais foram reorganizados e divididos em dois: geral (três anos) e o especial (dois anos). O curso geral, mais tarde seria transformado em Curso Ginásial pelo Decreto n° 1.929 de 1936.

Segundo Miguel, os traços da Pedagogia Nova podem ser percebidos nas reformas e reorganização educacional no Paraná sendo manifestados por meio dos seguintes indicadores:

1. a educação escolar é entendida como o modo de preparar os alunos para o trabalho na sociedade industrial – no caso do Paraná, embora a sociedade não se industrialize no período, projeta-se na educação o modelo urbano de vida social;
2. a Pedagogia passa a ser identificada como ciência pedagógica, fundamentando-se na Biologia, Psicologia e Sociologia e contando com o auxílio da Estatística para quantificar o fenômeno educativo e subsidiar a organização racional do sistema educacional;
3. é dada ênfase na observação e experimentação, valorizando a situação de “laboratório” no processo de ensino-aprendizagem, manifestada nas escolas de aplicação anexas às escolas normais;
4. identifica-se forte presença de Psicologia Diferencial, dando os fundamentos para a aplicação de métodos e técnicas de aprendizagem e para a homogeneização das turmas (1997, p. 61).

Sendo a educação balizada por essas premissas, a demanda por escolas cresceu consideravelmente a partir de 1940. Na região ela é justificada pela aceleração do desenvolvimento, pois “[...] a oferta de trabalho assalariado cresceu também no Oeste e Sudoeste paranaense, substituindo a cultura de subsistência, por força do processo de colonização em pequenas propriedades e pelo desenvolvimento da suinocultura e da extração e beneficiamento da madeira” (1997, p. 67).

2.3 A reforma na Escola de Professores de Curitiba: bases para a extensão das diretrizes no Paraná

Conforme visto no capítulo I, o Brasil organizou legislação educacional nacional que contemplasse o primário e a formação de professores somente a partir do ano de 1946 com a promulgação das Leis Orgânicas do Ensino Primário e do Ensino Normal. No entanto, na década de 1930, houve a tentativa de unificação de leis no âmbito paranaense através do Código de Educação de 1937. Porém, com o Golpe que instituiu o Estado Novo, houve o fechamento das Assembleias e o Código não chegou a ser votado. Entretanto, Miguel afirma que “[...] apesar de o Código de Educação do Paraná não ter sido discutido e aprovado, muitas de suas ideias foram posteriormente concretizadas, como a transformação da Escola Normal Secundária de Curitiba em Escola de Professores” (1997, p. 65) e isso aconteceu em 1938 por meio do Decreto n°

6.150, de 10 de janeiro. As modificações realizadas na Escola Normal Secundária de Curitiba dariam origem a uma série de prescrições e orientações aos professores de todo o estado durante as décadas de 1940 e 1950.

A Escola Normal Secundária de Curitiba permaneceu como Escola de Professores desde 1938 até 1946, quando a Lei Orgânica do Ensino Normal, embutida na Reforma Capanema, unificou em nível nacional os cursos de formação do magistério. Nessa ocasião, por atender às especificações da lei, transformou-se em Instituto de Educação (1997, p. 74).

O responsável pela reforma e reorganização da Escola de Professores foi o professor Erasmo Pilotto que ocupava o cargo de Assistente Técnico da instituição. Miguel, fundamentada nos escritos de Pilotto afirma que o plano de reorganização da escola indicava as finalidades da instituição as quais seriam:

1. formar professores primários;
2. ser um centro de cultura pedagógica, compreendendo-se aqui, mais particularmente, a investigação filosófica e a investigação experimental relativa aos problemas ligados ao fenômeno da Educação;
3. ser um centro de vulgarização pedagógica, de âmbito de ação que se estendesse ao Magistério do Estado e fosse abranger também, ainda que mais restritamente, os responsáveis, na família, pela educação (1997, p. 74-75).

Hervatini explica que

Para atender as finalidades pensadas por Erasmo Pilotto para o Curso Normal, a Escola de Professores passou a conter em seu currículo as disciplinas apoiadas na Psicologia Diferencial de atendimento às características individuais dos alunos, e na escola Ativa de participação direta dos alunos nas atividades escolares em função do centro de interesses, além da contribuição da Sociologia e da Biologia (2011, p. 45).

Para ingressar na Escola de Professores, os candidatos passavam por rigorosos testes de seleção. Nascimento afirma que “[...] ser professor da escola primária significava assumir o compromisso de dar o exemplo de polidez e moralidade em seus atos, não só no ambiente de trabalho, mas também fora dele [...] ao professor e à professora cabia obedecer às regras impostas pelas leis” (2004, p. 107). Era portanto, a formação de professores, cercada de regras as quais os alunos eram submetidos antes mesmo de ingressarem no curso normal.

Após a entrada, e de acordo com o plano de Pilotto, o desenvolvimento de cada um deveria ser acompanhado por fichas, pois suas concepções sobre a educação, trouxeram para a Escola de Professores a Psicologia Diferencial cujos traços apontavam para a dualidade na formação que era sutil, imperceptível aos alunos, porém impregnada daquilo que a sociedade considerava como *natural*: a ideia de que havia dois tipos de pessoas, a saber, os que poderiam ser considerados a *elite pensante* e os que nasceram para executar tarefas. Nas palavras de Pilotto

O trabalho da Escola procurou fazer-se diferencial atendendo às características dos alunos. Muita especial atenção se dedicou aos alunos mais bem dotados, aqueles que anunciavam os líderes, que foram cercados de um ambiente próprio e minuciosamente atendidos. Em todo o processo da formação dos alunos, entre o mais, deu-se importância primária aos cuidados da formação da personalidade do professor e aos cuidados da complementação de sua cultura geral, sobretudo história, filosófica e artística (1954, p. 94).

Desta forma, o acompanhamento através das fichas, servia como instrumento para classificação dos alunos. Os melhores recebiam tarefas de comando, aprendendo a arte da liderança e aos alunos comuns ficavam reservadas as tarefas rotineiras. Para os mais capazes, foi criado o Centro Superior de Pedagogia no qual eram realizadas atividades extraclasse com o intuito de aprimorar o desenvolvimento intelectual e cultural dos futuros mestres. No entanto, no Centro a participação era aberta a todos que desejassem frequentar.

Completava a formação geral do professor cercá-la com assistência a exposição de arte, concertos, conferências, quaisquer manifestações culturais que houvesse na cidade, bem como promover a leitura de peças teatrais, audição de discos e discussões em pequenos grupos sobre assuntos determinados (MIGUEL, 1997, p. 79).

A autora acrescenta que “[...] as aulas, atividades extraclasse, práticas pedagógicas, foram planejadas de modo que se complementassem e enriquecessem umas às outras” (1997, p. 79). Assim, “[...] procurava-se criar em laboratório a realidade educacional que os futuros professores iriam encontrar quando fossem lecionar” (1997, p. 80). Ainda para a mesma autora “[...] o aspecto mais importante do plano desenvolvido na escola de professores, segundo seu autor, consistia na formação da personalidade do futuro professor” (1997, p. 81). Para atingir esse objetivo, todas as atividades realizadas por professores e alunos da Escola de Professores possuía um

caráter social. Essa é uma das características que mais tarde se estenderia pelo interior do Paraná.

Pilotto criou em Curitiba o Instituto Pestalozzi e para Miguel “[...] a experiência no Instituto Pestalozzi funcionava como laboratório do que seria implantando na Escola de Aplicação e na Escola de Professores” (1997, p. 91). Desses espaços, as experiências se disseminaram para as demais escolas do Estado através de Pilotto e sua equipe.

2.4 O avanço das Escolas Normais Regionais e as orientações de Erasmo Pilotto (1946- 1961)

O Decreto-Lei nº 868, de janeiro de 1938, assinado pelo presidente Vargas criou a Comissão Nacional do Ensino Primário. Tal comissão teria como uma das finalidades caracterizar a diferenciação entre a educação dada nas cidades e na zona rural. Essa foi uma época de intensa abertura de escolas no interior

No Paraná, a proposta de formação de lideranças na Escola de Formação de Professores de Curitiba, aparecia como forma de *alterar a vida e os hábitos da população do interior, transmitindo-lhe a cultura e os hábitos urbanos de vida social*. Mediante o estágio probatório de dois anos, a que todo o professor recém-saído dos cursos de magistério estava obrigado, esperava-se promover tais modificações (1997, p. 94, grifos nossos).

O excerto acima indica claramente que o modelo de educação proposto para as camadas rurais era o modelo urbano. A partir dessa constatação nos cabe questionar os motivos que sustentariam esse formato educacional no qual as particularidades do campo são desconsideradas pelo sistema educacional. Atualmente há uma tendência no Brasil de olhar para o campo como um lugar singular, com seus próprios desafios educacionais que precisam ser analisados e enfrentados. Para isso, foram criados alguns cursos no país direcionados a formar licenciados para trabalhar especificamente com a educação do/no campo.

Entre os anos de 1938 a 1946 prevaleceram os ideais escolanovistas na formação de professores no Paraná disseminados pelas orientações de Pilotto

Erasmo Pilotto traduziu suas ideias em projetos, leis, estudos e experiências educacionais. Conseguiu, sobretudo pela sua ação, fruto

da cultura aliada à consciência da função do professor, influenciar principalmente, os ensinos primário e normal no Paraná. Mas, fundamentalmente, foi o eixo das irradiações das ideias da Educação Nova, na sua prática docente, na coordenação pedagógica de escola pública e depois no governo. A formação dos professores-líderes que atuavam nas novas escolas do interior como pólo de irradiação de melhores formas de vida social transformou-se em proposta educacional e aplicada (MIGUEL, 1997, p. 105).

Para Miguel (1997), Pilotto era contrário à ideia de orientação vocacional precoce ou inclusão nos currículos de atividades ligadas à economia e produção, pois a escola primária deveria se constituir exclusivamente num centro de formação geral.

No período de 1946 a 1961 houve uma grande expansão de cursos de formação de professores no Paraná que acompanhou a ocupação do interior do Estado. Para Miguel esse fenômeno não foi específico do Paraná, “[...] mas aparecia no cenário nacional como parte da política de atendimento às populações em idade escolar, que permaneciam fora da escola ou dela se evadiam” (1997, p. 115).

Quadro 1 - Ano e locais de criação de Escolas Normais Regionais e Secundárias no Paraná entre 1876 a 1957.

Ano de criação	Curso Normal Regional (ou ginásial)	Curso Normal Secundário (ou colegial)
1876		Curitiba
1924		Ponta Grossa
1927		Paranaguá
1938		Jacarezinho
1945		Londrina
1948	Laranjeiras do Sul	Guarapuava - Lapa
1949	Apucarana – Andirá - Assaí – Bandeirantes Cerro Azul - Foz do Iguaçu -Jaguariaíva – Londrina - Mandaguari – Palmas - Piraí do Sul – Pitanga - Ribeirão Claro - Rio Negro Rolândia – Sertanópolis - Siqueira Campos – Rebouças -Tibagi	União da Vitória
1950	Antonina – Arapongas - Campo Mourão Cornélio Procópio -Prudentópolis Quatiguá – Tomazina -Wenceslau Braz	Antonina Cambará
1951		Santo Antonio da Platina
1953	Jundiá do Sul -Clevelândia	Apucarana - Bandeirantes
1954	Marialva - Uraí	Ribeirão Claro

1955		Cornélio Procópio - Prudentópolis
1956	Abatiá - Alto Paraná - Agudos do Sul Alvorada do Sul - Cascavel - Cruzeiro do Sul - Cruzeiro do Oeste - Rondon - Guaratuba - 1º de Maio - Ibaiti - Iguaçu - Ivaí - Jandaia do Sul - Jurema - Loanda - Mandirituba - Mallet - Mandaguaçu - Maringá - Monte Castelo - Pinhalão - Paraíso do Norte - Peabiru - Rio Brando do Sul - Pinhal - São Jorge - São João do Caiuá - Santo Inácio - Santa Izabel Santa Mariana - Terra Boa - Toledo	Arapongas - Carlópolis - Castro Andirá - Joaquim Távora Maringá - Marialva - Mandaguari Morretes - Palmeira - Paranaíba Piraí do Sul - Rolândia Siqueira Campos - São José dos Pinhais - São Mateus do Sul Tomazina
1957	Bituruna - Bela Vista do Paraíso - Cianorte - Colorado - Congonhas - Guaira - Jaguapitã - Leopólis - Nova Londrina - Nova Esperança - Paulo Frontin - Paranacity - Porto Vitoria - Rondon - São João do Triunfo	Assaí - Campo Mourão Foz do Iguaçu - Imbituva - Jaguapitã Jandaia do Sul - Laranjeiras do Sul Mandaguaçu - Santa Mariana - Uraí Wenceslau Braz

Fonte: PARANÁ, Mensagem do Governador, 1958, p.158-159.

No quadro acima, podemos verificar o crescimento do número de escolas normais, especialmente as regionais, considerando a mensagem do governador Moysés Lupion dirigida à Assembleia Legislativa do Estado no início do ano de 1958. Esse número continuou crescendo até a década de 1960 registrando-se em 1963 o número de 80 escolas normais de grau colegial e 120 escolas normais de grau ginásial (PARANÁ, Mensagem do Governador, 1964).

O expressivo aumento do número de Escolas Normais ocorreu porque após o término do Estado Novo a situação do ensino primário no Brasil ainda era preocupante. Em mensagem presidencial proferida na sessão de abertura da Assembleia Legislativa no ano de 1947, o presidente Dutra afirmou que enquanto em 1942 existiam 43.975 unidades escolares, no final de 1946 o número era de 40.235 (BRASIL, Mensagem Presidencial, 1947). Considerando que a população havia aumentado, essa situação precisava ser contornada. A diminuição do número de escolas se justificava porque os professores formados em áreas urbanas não permaneciam nas zonas rurais o que ocasionava o seu fechamento. Outro dado importante era o incipiente número de escolas para a formação de docentes nas regiões mais afastadas. Pilotto afirma que

Chegávamos, assim, ao paradoxo de possuir um número exagerado de professores e possuir, ao mesmo tempo, um tremendo “déficit” nesse sentido. Via-se o número exagerado pelo número de professores que

não podiam, mesmo desejando-o, ir exercer o seu magistério e pelo acúmulo de mestres nas escolas dos grandes agrupamentos urbanos. E via-se o “déficit” no alarmante fato de todo ensino da zona rural estar entregue a professores comumente de formação deficientíssima, nos melhores casos de formação apenas de curso primário. Daí a política de levar a escola normal para o interior, recrutar em cada município, os seus alunos aí mesmo, entre moças do lugar, e que aí ficassem, depois exercendo o magistério (1954, p. 97, aspas no original).

Então, o Governo Federal encontra na promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal em janeiro de 1946, uma forma de tentar resolver esse problema oficializando a formação nos níveis ginásial e secundário conforme vimos no capítulo anterior. Embora o objetivo fosse formar docentes para atuar nas diferentes regiões do Estado, o Curso Normal Regional também contribuiu para capacitar os professores leigos que já atuavam tanto nos centros urbanos como nas zonas rurais (MIGUEL, 1997). No entanto, muitos ficaram de fora da possibilidade de formação, considerando que ultrapassavam a idade limite prevista pela lei para o ingresso no Curso Normal que era 25 anos. Fundamental para o êxito de qualquer reforma no ensino primário, a formação de professores passou a ser vista como um investimento necessário (MIGUEL, 1997) e isso ocasionou a grande expansão dos Cursos Normais pelo interior sob a forma de Cursos Normais Regionais.

Para Moysés Lupion, governador do Paraná em 1947, a ocupação do território era uma forma de acelerar o desenvolvimento. No entanto, a urbanização e a colonização traziam problemas imediatos percebidos pela administração conforme relata Miguel:

O Estado contribuiu para o avanço do desenvolvimento capitalista promovendo a colonização dirigida. Na verdade, o governo Lupion (1947- 1950, 1955 – 1960), via-se às voltas com a administração do surto desenvolvimentista, com os progressos e os problemas: problema de escoamento da produção, problemas sociais causados pela concentração da população nas cidades e pela forma de vida do homem no ambiente rural, que tinha consequências no bom produto do seu trabalho (1997, p. 127).

A expansão do Ensino Normal no Paraná, acompanhou a abertura de escolas e o aumento de matrículas no ensino primário, embora o número de professores habilitados fosse menor que a demanda em todo o território paranaense (HERVATINI, 2011). Os problemas educacionais citados eram os mesmos que afligiam os governantes em outras épocas: número insuficiente de salas de aula e formação precária dos professores do

Estado. Entretanto, Nascimento alerta para o fato de que “[...] não dá pra imaginar que a falta de escolas públicas ocorria de forma ingênua e sem interesses, pois a base oferecida pela superestrutura da sociedade se articula de acordo com os interesses vigentes” (2004, p. 140).

No final da década de 1940, o educador Erasmo Pilotto, foi convidado a dirigir a reorganização do ensino paranaense na qualidade de Secretário de Educação e Cultura. Uma de suas primeiras providências foi a Lei nº 170 de 14 de dezembro de 1948 que reestruturou a Secretaria da Educação e Cultura e criou o Conselho Estadual de Educação e Cultura. Legalmente foram elaborados os seguintes documentos: Anteprojeto da Lei Orgânica da Educação, os Programas Experimentais para o Curso Primário, o Programa dos Jardins de Infância e Programa das Escolas Normais (MIGUEL, 1997). Foi uma época em que o governo paranaense mostrou-se sensibilizado com os problemas enfrentados pelos moradores da zona rural conforme assim exposto pelo governador em mensagem⁴⁵ à Assembleia Legislativa do Estado:

Sem nenhuma dúvida, aí reside um dos pontos mais críticos da atividade educacional pública. A criança da zona rural é, inquestionavelmente, das que mais precisam de uma profunda influência criadora da escola, e, infelizmente, a escola da zona rural é a mais deficiente de todo o nosso sistema. E, por anos e anos, limitamo-nos a abrir tais escolas, entregando-as a professoras apenas com o curso primário. A nossa escola rural não tinha nada daquele caráter que se lhe exige imperativamente de uma força capaz de influir para melhorar a vida do ambiente a serviço do qual havia sido criada. É bem evidente que qualquer ação no sentido de modificar tal situação, tem de contar, obrigatoriamente, com o tempo, há de ser uma ação continuada e permanente, há de obedecer a um plano de longo alcance, realizável por etapas, persistindo nos passos sucessivos que forem estabelecidos, e tem de ser paciente, conformando-se em andar pouco de cada vez, e preocupando-se em consolidar bem cada pequena conquista realizada (PARANÁ, Mensagem de Governo, 1950).

O governo reconhecia portanto, que apenas criar escolas não era o suficiente para melhorar a qualidade da educação na zona rural e, conduzindo a educação paranaense, Pilotto identificou falhas que comprometiam os resultados. Eram problemas conhecidos da educação brasileira: pouca ou nenhuma formação dos professores nas zonas rurais e alto índice de repetência especialmente nas classes de alfabetização além

45 Percebemos que todo o item que trata da Educação Pública nesta mensagem do governador Moysés Lupion, está permeado com as ideias e ideais de Erasmo Pilotto, especialmente no que se refere à educação nas zonas rurais do Estado. O educador havia recém iniciado suas funções como Secretário de Educação e Cultura do Paraná.

do número insuficiente de escolas. Foi realmente uma época em que a educação paranaense deu um salto quantitativo e qualitativo, pois

Na gestão de Pilotto foram abertas “mais de 1.000 escolas na zona rural, beneficiando cerca de 25.000 crianças”, criaram-se 249 Associações de Amigos da Escola e 20 Cursos Normais Regionais, ampliou-se a rede de ginásios do estado, com 25 novas unidades, os salários de magistério secundário e normal foram elevados de acordo “com a sua função de preparadores de uma elite”. Concluiu-se a construção de cem unidades escolares rurais, pelo regime de acordo com o governo federal (1997, p. 130, aspas no original).

Ao analisar o Anteprojeto da Lei Orgânica de 1948, Miguel afirma que ele continha os mesmos princípios expressos nas Leis Orgânicas da União e

Segundo seu autor (Pilotto), o Anteprojeto procurava dar organicidade a todo o sistema educacional e cultural sob responsabilidade do Estado, articulando as diversas instâncias do mesmo, com a preocupação de que a expansão quantitativa da rede escolar se fizesse de modo a garantir um mínimo de qualidade do ensino para a crescente população (1997, p. 133).

A autora fez um estudo detalhado sobre o Anteprojeto considerando seus pontos principais e a intenção que havia em dar organicidade ao ensino no Estado. No entanto, ao elaborar a Lei Orgânica, Pilotto empoderava os Conselhos Municipais e Estadual de Educação e por consequência os estabelecimentos de ensino “[...] como meio de garantir que a Educação Pública ficasse sob a responsabilidade da comunidade e, tanto quanto possível, livre das ingerências do Estado” (MIGUEL, 1997, p. 141) conforme orientação do *Manifesto dos Pioneiros* e justamente por isso ele não foi aprovado pela Assembleia Legislativa.

Pilotto organizou sua equipe de modo que os inspetores de ensino ministravam cursos a fim de transmitir técnicas simples de ensino para os professores alfabetizadores e do pré-primário. O plano elaborado por Pilotto para a zona rural

[...] consistia em arregimentar os antigos líderes formados na Escola de Professores de Curitiba no período de 1938 a 1946 e que naquela ocasião encontravam-se trabalhando nos mais variados pontos do Estado. A esses, reunir os Inspetores e Delegados de Ensino e executar o projeto que consistia em transmitir a essa equipe soluções de muito fácil aplicação e plausíveis de compreensão por parte do professorado da zona rural (MIGUEL, 1997, p. 143).

Pilotto redigiu instruções e programas próprios para os cursos normais regionais no Paraná. Para aquele educador, citado por Miguel, o Curso Normal Regional teria três finalidades:

- formar o professor-regente para a escola primária, sobretudo da região com uma aguda consciência dos problemas locais, uma ideia precisa do papel da escola em sua solução, sua formação técnica que o capacite para esse mister e um acentuado sentido de liderança que lhe permita assumir a iniciativa no meio em que a escola esteja localizada, fazendo desta um centro de vida social e educativo de toda a comunidade;
- promover o estudo dos problemas pedagógicos ligados à vida escolar na região;
- promover a vulgarização da cultura pedagógica, sobretudo junto aos pais e junto aos mestres da região, educando aqueles para que melhor cumpram as suas responsabilidades de orientação aos filhos e mantendo viva, nos mestres, a preocupação da informação técnica e científica relativa à sua função (MIGUEL, 1997, p. 150).

Percebe-se nessas finalidades, a função do professor que continua muito atual: não apenas como responsável pela alfabetização ou transmissão de conhecimentos e cultura geral aos alunos, mas aquele indivíduo cuja responsabilidade vai além das fronteiras da sala de aula, ou seja, a promoção da comunidade como um todo, ao aproximar-se das famílias e de seu cotidiano “[...] para a melhoria das formas de vida e elevação cultural da população” (MIGUEL, 1997, p. 153).

Para Hervatini

[...] o plano desenvolvido por Erasmo Pilotto, quando ainda era diretor da Escola de Professores de Curitiba, tinha por princípio desenvolver nos alunos o hábito de darem a toda e qualquer atividade pedagógica um objetivo social. Objetivo este, presente no modelo das missões culturais do México⁴⁶ (2011, p. 65).

Adaptando o modelo mexicano, Pilotto realizou experiências em escolas rurais das cidades de Cerro Azul e Palmeira, próximas a Curitiba que fundamentaram as orientações estendidas a toda rede pública paranaense.

Para o acompanhamento dos alunos que cursavam o Normal Regional, Pilotto trouxe a experiência da Escola de Professores de Curitiba, ou seja, as fichas de acompanhamento individual⁴⁷ nas quais era anotada toda a vida acadêmica dos alunos

46 Para saber mais sobre as Missões culturais no México ver LOURENÇO FILHO, M.B. 1952, *A educação rural no México* em Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v. 18. n. 45. p. 108-198.

47 Não obtivemos sucesso na localização de um modelo dessa ficha.

nas mais diversas esferas: intelectual, de personalidade, afetiva, biométrica, entre outros aspectos. Aparecia também nessas orientações a importância que Pilotto dava às atividades extraescolares a que eram submetidos os alunos na escola que serviu como referência. Miguel afirma que “[...] dessa forma, transplantou-se o modelo organizacional da escola urbana para o interior do Estado” (1997, p. 156).

Em 17 de dezembro de 1949 foram sancionados simultaneamente os decretos nº 8.862 e nº 8.863 que se referiam ao Programa para os Cursos Normais e Programa para os Cursos Primários respectivamente. Segundo Miguel, os objetivos dos programas para o Curso Normal consistiam em desenvolver nos alunos

- I- o pleno e vivo domínio da linguagem;
- II – o conhecimento dos problemas sociais, de suas soluções e a prática da interferência da escola isolado nos mesmos;
- III- a formação didática (1997, p. 157).

Ainda segundo a autora “[...] o conteúdo desses três pontos deveria constituir-se em objetivo de todas as disciplinas da grade curricular” (1997, p. 157).

De acordo com os estudos de Hervatini, Pilotto

[...] estabeleceu algumas condições idealizadas para a estruturação das escolas que servisse para as práticas pedagógicas, tais como: salas amplas e bem iluminadas, alpendre para reuniões de adultos e atividades como arte doméstica e enfermagem, espaço gramado ou cimentado para atividades sociais, espaço para oficinas e aparelhos audiovisuais para a utilização da escola e da comunidade (2011, p. 66).

Não detalharemos as orientações didático metodológicas e o conteúdo programático das disciplinas presentes no Programa para os Cursos Normais elaborado por Pilotto, no entanto nos utilizaremos das palavras de Hervatini ao analisá-lo:

[...] os três pontos que concentrariam a formação intelectual do normalista seriam: *a linguagem, a prática didática e os problemas locais*. Estes deveriam estar presentes em todas as atividades e cadeiras do curso por meio de planos de estudos e de seminários de professores. Todas as disciplinas levariam o aluno do curso ao conhecimento dos problemas locais e à busca de soluções, com sua interferência por meio de práticas pedagógicas (HERVATINI, 2011, p. 67, grifos nossos).

Finalizando, Miguel afirma

Os programas dos cursos normais regionais, tais como foram elaborados e desenvolvidos no Paraná, privilegiavam a metodologia ativa, a Pedagogia enquanto ciência experimental, a observação, o uso do material didático enquanto modo de transmissão de parte da herança cultural. [...] A pedagogia ativa não se expandiu, através do curso de formação de professores, como técnica isolada de ensino, mas fez parte de planos organizados, elaborados e desenvolvidos sempre como o objetivo primordial de transmissão da cultura geral (1997, p. 168).

Ao fazer um levantamento acerca deste período educacional, Miguel (1997) aponta duas importantes conclusões sobre o avanço da sociedade capitalista. A primeira é de que o que se estendeu para o campo foi o modelo urbano de educação escolar demonstrando a hegemonia da cidade sobre a zona rural. A outra constatação é que mesmo com todo o investimento feito pela União e pelo Estado visando a expansão dos Cursos Normais após 1946, iniciou-se a década de 1960 com grande defasagem de escolas, vagas e professores normalistas para atuar nas escolas, especialmente nas do campo.

2.5 A educação no Paraná na década de 1960

Facchi (2013), baseada em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relata o panorama da educação paranaense no final dos anos 1950, ou seja, quase duas décadas após a implantação dos Cursos Normais Regionais e de todo movimento de expansão desse nível de ensino

[...] no ano de 1958, constatava-se que 45% das crianças paranaenses com idade entre (7 e 11 anos), ainda estavam fora da escola, ou melhor, nunca haviam tido contato com ela. Além disso, computava-se que muitos dos alunos que estavam matriculados no ensino primário, já estavam em idade de cursar o ginásio. Ressaltou-se que 42,9% das crianças com 12 anos de idade permaneciam no ensino primário, sendo que 30,8% na primeira série. Mais da metade dos alunos encontravam-se na primeira série devido à muitas repetências, evasão e entrada tardia. Isso contribuía para inchar e formar turmas de primeira série extremamente heterogêneas em relação à idade dos alunos que a cursavam, tendo alunos de 7 a 15 anos, ou mais numa mesma turma. Ao contrário disto, a quarta série apresentava um quadro bem diferente em que apenas 8,3% dos alunos matriculados no primeiro ano do ensino primário conseguiam chegar à quarta série, enquanto que 56,3% ainda permaneciam na primeira série (2013, p.

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 4.024 suscitou toda a discussão acerca da *escola pública x escola privada*, flexibilizou o currículo, possibilitando o acesso do aluno de uma modalidade para a outra durante o curso e tornou possível alçar qualquer curso do ensino superior ao aluno que concluísse o ensino médio. No entanto, ela não foi muito além disso. Com relação à formação de professores para o nível primário, apenas ratificou a formação em dois níveis conforme havia sido estabelecido pela Lei Orgânica de 1946, confirmando a dualidade da educação até mesmo na formação: o nível ginásial seria suficiente para as atividades rotineiras dos alunos medianos e o nível secundário seria para quem quisesse alçar melhores postos de trabalho dentro do sistema educacional. Além disso, ordenando a educação de forma centralizadora (no sentido de organizá-la nacionalmente), mas também descentralizadora, previu que cada Estado deveria organizar o seu Plano Estadual de Educação bem como uma lei que regesse a educação em nível estadual.

Nessa década foram ampliadas as vagas para o Curso Normal e considerando que a preparação do professor era essencial para o desenvolvimento do Estado, investiu-se cada vez mais em cursos para professores utilizando modernos métodos e técnicas, bem como a distribuição de manuais e cartilhas que explicitavam a visão do professor enquanto ferramenta para que o Estado alcançasse o pleno desenvolvimento.

Em 5 de dezembro de 1964, a Lei nº 4.978 instituiu o Sistema Estadual de Ensino num contexto de Ditadura Militar pós Golpe. Ordenada pela LDB de 1961, com relação ao ensino primário, a lei confirmou a dualidade: os grupos escolares teriam seis séries, as casas escolares cinco e as casas isoladas quatro séries sendo a última com o sentido de orientação vocacional. Ou seja, quanto mais afastada a escola dos grandes centros e piores as condições de formação dos professores e nível cultural dos alunos, mais aligeirada seria a sua formação no nível primário. A lei previu a possibilidade de acelerar os estudos dos alunos que estavam fora da idade/série adequada, organizou o calendário escolar em 200 dias letivos e garantiu a obrigatoriedade e gratuidade no ensino primário. No entanto, demonstrava uma contradição ao permitir a não frequência do aluno nos casos de enfermidade grave da criança, pobreza da família, *insuficiência de escolas e matrículas encerradas*. Ou seja, o próprio Estado se eximiu de suas responsabilidade e contemplou isso na própria legislação legitimando a sua incapacidade de oferecer vagas a todas as crianças em idade escolar.

Com relação ao Ensino Normal, sua organização ficou similar ao que já previa a LDB, no entanto o Estado ampliou o tempo de formação no nível ginásial de quatro para cinco anos e neste último ano seriam ofertadas as disciplinas que caracterizavam a formação profissional docente. Ou seja, configurava-se o nível ginásial da formação de professores como um ginásio comum acrescido dessa última série com cunho formativo. Nesse ano, de acordo com relatório entregue ao governador pelo secretário da Educação e Cultura Véspero Mendes, no Paraná estavam em funcionamento 3 institutos de Educação, 86 Escolas Normais de grau Colegial e 121 de grau Ginásial. O relatório informa ainda que se diplomaram naquele ano 1.491 alunos no grau Colegial e 1.421 no Ginásial (PARANÁ, 1964).

Em 1965, em mensagem à Assembleia Legislativa sobre as ações estaduais no período de 1961 a 1964, o governador Ney Braga confirmou alguns dados preocupantes e ao mesmo tempo informou as ações governamentais no sentido de melhorar a educação formal no Estado. Entre essas ações, o governador cita a criação da Fundação Estadual de Ensino - FUNDEPAR em 1962, o aumento da estrutura física da rede estadual de ensino por meio da construção de inúmeros prédios escolares e consequente aumento de vagas, a ampliação do número de séries primárias nos Grupos Escolares previsto pela lei que criou o Sistema Estadual de Ensino, a elevação do nível de preparo do professorado por meio de cursos (inclusive aos leigos), as Semanas Educacionais promovidas pelas Inspetorias Regionais de Ensino, o programa de Merenda Escolar, o atendimento à saúde nas instituições de ensino entre outras ações (PARANÁ, Mensagem do Governador, 1965).

No ano de 1968, a mensagem do então governador Paulo Pimentel também era alvissareira:

O ano de 1967 foi considerado talvez o mais profícuo do ensino paranaense, com a construção de 2.862 novas salas de aulas - recorde absoluto no setor – dentro de cujo esforço se inclui o Plano de Emergência, com a construção no início do ano, em 45 dias, de 458 salas de aula, além de outros empreendimentos como sejam: a elaboração do Estatuto do Magistério, seguindo recomendações da UNESCO, projeto já encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado; a formulação de nova estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura e a execução de seu levantamento patrimonial; a nomeação de 3.600 novos professores normalistas e regionalistas habilitadas em teste de seleção; a realização do concurso para provimento de cargos de professor de ensino médio licenciado, com 700 aprovados entre 1.240 inscritos [...] (PARANÁ, Mensagem do Governador, 1968).

Entretanto, Miguel, ao concluir suas considerações sobre o período afirma que

Para responder aos desafios de uma sociedade em constante mudança gerada pelos movimentos sociais de migração interna e imigração dirigida, a política educacional do Paraná no período de 1940 a 1960 buscou no novo modelo pedagógico inspirado pela escola nova, a solução para os problemas sociais. A educação foi vista como modo de organizar e ordenar a sociedade possibilitando o progresso tanto econômico quanto social e cultural (2005, p. 321).

Iniciamos a década de 1970 com a aprovação da LDB nº 5.692/71 que reorganizou o ensino de 1º e 2º graus, estendeu a escolaridade fundamental obrigatória para 8 anos e compulsoriamente profissionalizou todos os cursos do novo Ensino de 2º Grau transferindo a formação de professores para uma habilitação extinguindo as Escolas Normais enquanto *locus* de formação profissional.

2.6 A colonização de Laranjeiras do Sul e as primeiras formas de escolarização

O município de Laranjeiras do Sul está localizado na região centro-oeste do Paraná, no Terceiro Planalto ou Planalto de Guarapuava e sua altitude varia entre 700 a 1.100m acima do nível do mar. Atualmente, sua área total é de 601 km², ou seja, apenas 8% de seu tamanho original⁴⁸ e sua população atual é de 30.783 habitantes. Destes, 25.039 moram na zona urbana e 5.744 na zona rural (IBGE, 2010).

Para iniciar a discussão acerca da história local, concordamos com Cerri (2008) quando este afirma entender a história local dialeticamente como uma busca do particular e diferente, do que diverge e revitaliza histórias e identidades mais amplas, como a nacional, simultaneamente com a demanda da universalidade humana naquilo que aparentemente é particular.

Até meados do século XIX, a região onde hoje se localiza o município de

48 A diminuição do território se deve à emancipação política de algumas localidades. Desta forma, o município perdeu considerável porção do território original que possuía quando se desmembrou de Guarapuava em 1946. Segundo Mussoi (2002) naquela época, a área do município era de 7.610 km² e compreendia cidades conhecidas hoje como Catanduvas, Ibema, Três Barras do Paraná, Campo Bonito, Guaraniaçu, Diamante do Sul, Quedas do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Virmond, Rio Bonito e Porto Barreiro. Para se ter uma ideia mais precisa, em 1946 as divisas eram os municípios de Guarapuava, Pitanga, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Clevelândia e Manguieirinha. Por ordem cronológica, Laranjeiras do Sul originou os seguintes municípios: Guaraniaçu (1951), Quedas do Iguaçu (1969), Nova Laranjeiras, Virmond e Rio Bonito (1993) e Porto Barreiro (1997). Os municípios de Guaraniaçu e Quedas do Iguaçu, por sua vez, deram origem a outros municípios.

Laranjeiras do Sul era habitada por índios que pertenciam à família Gê ou Tapuia que se subdividiam em vários grupos como Chocrêns, Votorões, Dorins, Cairucrês, Camés, Ibiturunas, Botocudos e Coroados.⁴⁹ A exemplo do que aconteceu em todo o interior do Brasil, por estarem distantes do litoral, as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná eram inóspitas e a presença do homem branco se dava por conta das expedições que estavam sempre de passagem, não fazendo, no início, qualquer tentativa de fixação e povoamento.

Lazier afirma que "[...] a conquista do Brasil e do Paraná pelos europeus aconteceu repleta de acordos, contradições e lutas, principalmente entre Portugal e Espanha" (2004, p. 17). De acordo com o Tratado de Tordesilhas, grande parte do território paranaense pertencia à Espanha de maneira que estes foram os primeiros a explorar a região. Segundo Camargo (1999), em 1541 uma expedição comandada por Dom Alvar Nuñez Cabeza de Vaca cruzou de Santa Catarina até Assunção no Paraguai. Para Lazier, o relato do escrivão desta missão, Pedro Fernandez, "[...] é o primeiro documento escrito que fala do Paraná, é a nossa certidão de nascimento" (2004, p. 21). Dom Alvar, em sua expedição passou pela região onde hoje se localiza Laranjeiras do Sul.

Mais tarde, no século XVII estiveram na região os jesuítas da Companhia de Jesus cujo objetivo principal era a catequização dos indígenas reforçando o catolicismo perante o avanço da reforma protestante. Para isso, os missionários espanhóis fundaram as reduções, igrejas e colégios. Em 1750, o Tratado de Madri anulou o Tratado de Tordesilhas, mas a confusão sobre a posse da terra continuou. No século seguinte, pela região passaram bandeirantes e sertanistas em expedições oficiais como as comandadas por Afonso Botelho (1768), Antonio da Silveira Peixoto (1769), Cândido Xavier de Almeida (1770) e Diogo Pinto de Azevedo Portugal (1810). Segundo Marcondes (1998) este último teria como incumbência a colonização da região e fundação de uma cidade portuguesa e de sua comitiva fazia parte o padre Francisco das Chagas Lima⁵⁰ que teria

49 De acordo com Fernandes "[...] como esses povos viviam mais nas áreas de matas, um sertanista chamado Telêmaco Borba os denominou de *Kaingangs*, que significa moradores do mato" (2007, p. 16, grifos nossos). Os primeiros contatos com os brancos foram pacíficos, no entanto, quando se viram na iminência de perder suas terras, os índios se mobilizaram e aconteceram sangrentas batalhas. Mesmo em número menor e com armas menos eficazes, lutaram bravamente por suas terras e sua liberdade. Camargo afirma que "[...] não pode ser mantido o mito de que os nossos índios assistiram o povoamento desta região de forma passiva" (1999, p. 21). Esses conflitos armados configuraram os primeiros atos de violência na região.

50 Nascido em Curitiba no ano de 1757, chegou em Guarapuava em junho de 1810. Catequizador e mediador entre colonizadores e indígenas nos Campos de Guarapuava por quase 20 anos, foi vigário da Paróquia de Nossa Senhora de Belém, fundada em 19 de agosto de 1818. É considerado um dos fundadores daquela cidade (PADILHA PONTAROLO, 2012).

vindo para catequizar os índios. A passagem dessas comitivas, especialmente a que trazia o Padre Chagas, foi importante no sentido de familiarizar os indígenas com o idioma Português, o que mais tarde facilitaria o contato com o pioneiro do município (CAMARGO, 1999).

Ainda segundo Camargo (1999), em meados do século XIX, a região onde está situado o município de Laranjeiras do Sul era considerada inóspita e selvagem.⁵¹ Para estes sertões longínquos eram enviados os degredados.⁵² Enviar um delinquente para esta região, era visto pelo Governo Imperial como uma tentativa de povoação para garantir a posse da terra e evitar que elas caíssem nas mãos dos vizinhos paraguaios e argentinos. Segundo Camargo

Durante quatro décadas, os campos de Guarapuava foram locais de desterro de criminosos. Aos condenados à morte, dava-se uma oportunidade de regeneração, inclusive tornando-os proprietários de terras. Na sua totalidade eram abandonados no sertão apenas com a roupa do corpo e muitos acabavam nas fazendas onde plantavam e criavam animais como mceiros, fazendo as suas próprias posses (1999, p. 18).

O local onde hoje se encontra o município de Laranjeiras do Sul era ainda mais hostil e para esta região foram mandados aqueles que reincidiam nos delitos e

[...] muitos poucos cumpriram a pena. Logo praticavam novos crimes e quando perseguidos pela polícia local, refugiaram-se nas matas do Pinhão, pois naqueles campos localizavam-se as fazendas mais distantes. Os capturados eram obrigados a cumprir a pena no lugar destinado pela sentença, quase sempre os campos de Nerinhê (Laranjeiras), território dos índios dorins, ainda bárbaros. [...] Destes, sabe-se que apenas um sobreviveu (MARCONDES, 1998, p. 69).

Segundo Camargo (1999) e Mussoi (2002), foi com este degredado sobrevivente que se iniciou a povoação da região chamada pelos índios de *Campos de Nerinhê*.⁵³

51 Isso ocorria devido a uma série de obstáculos como falta de estradas e comunicação, distância da civilização, existência de animais ferozes - entre eles as onças - pois era constituída basicamente por florestas nativas com predomínio da *araucaria angustifolia* ou pinheiro-do-Paraná, e hostilidade dos índios que atacavam caravanas, matavam homens e animais e destruíam os ranchos (CAMARGO, 1999) e (MUSSOI, 2002).

52 O degredo era uma pena infligida a quem cometia delitos.

53 *Nerje* cuja pronúncia é *Nerinhê* em Kaingang significa *laranja* (CAMARGO, 1999). Há entre os moradores divergências a respeito do nome do município. Alguns acreditam que foi homenagem ao médico Dr. Laranjeiras que fazia parte do 1º Batalhão de Engenharia. No entanto, segundo Camargo, o Padre Chagas em seus escritos afirmava "[...] que os índios chamavam estas terras de Nerinhê" (1999, p. 53). Essa é uma versão plausível tendo em vista que algumas décadas antes da chegada do Dr. Laranjeiras, José Nogueira do Amaral já havia recebido a posse da Fazenda Laranjeiras. No decorrer de sua existência, o município teve as seguintes denominações: Nerinhê, Sesmaria dos

Conforme relatos orais de antigos moradores ao historiador João Olivir Camargo, bem como o acesso deste a documentos escritos por pioneiros, José Nogueira do Amaral foi o primeiro branco a fixar-se na região.

No ano de 1848, ainda na Província de São Paulo, ele havia assassinado dois vizinhos, se apresentou às autoridades e teve sua pena transformada em degredo, sendo conduzido por uma escolta até a região de Laranjeiras. Com o prisioneiro foi deixado uma pedra de sal, um facão, alguns mantimentos e uma pistola pedreira⁵⁴ (CAMARGO, 1999).

Segundo Mussoi "[...] os campos de Laranjeiras ocupavam originalmente uma área com menos de 10% do total, praticamente insignificante em relação ao restante da área ocupada por florestas" (2002, p. 40). Manter-se vivo era uma tarefa difícil e o pioneiro improvisou roupas com o couro de animais para proteger-se do frio e dos insetos, alimentou-se de pequenos animais e frutas nativas e escondeu-se dos índios que eram hostis. No entanto, foi logo por eles descoberto e graças à possibilidade de comunicação,⁵⁵ o mesmo foi aceito e passou a viver com eles por quatro anos.

No ano de 1852 sua família veio para a região procurando-o e construindo um pequeno rancho. Instalados, continuaram as buscas à José. No entanto, em pouco tempo os índios perceberam a presença de intrusos e os atacaram. Não morreram porque José Nogueira conteve a fúria dos índios. Algum tempo depois, seu irmão voltou com dois de seus filhos até Guarapuava onde comunicou às autoridades o que acontecera e a intenção da família em estabelecer-se no local.

No início de sua povoação, a região passou por um litígio que envolvia a posse de terras. Antes da vinda de José Nogueira do Amaral, Domingos Floriano Machado, morador de Guarapuava, detinha a posse das terras onde se estabeleceram os Nogueira do Amaral e reclamou seus direitos. A contenda foi resolvida no dia 23 de agosto de 1853 quando lavrou-se uma escritura dando a posse da localidade denominada Farinha e Bugre Morto a Domingos e o registro de posse da Fazenda Laranjeiras a José Nogueira do Amaral (CAMARGO, 1999).

Iniciando o povoamento da região, com a vinda de alguns colonos de Guarapuava, os índios voltaram a ser hostis e vários ofícios enviados pelo subdelegado

Nogueiras, Chagu ou Xagu, Pinhão Ralo, Colônia Miliar Marechal Mallet, Laranjeiras, Iguazu ou Iguassu e por último Laranjeiras do Sul.

54 Camargo (1999) explica que na falta de chumbo, eram usadas pedras roliças encontradas nos rios que serviam como projéteis que à curta distância causavam estragos nas vítimas.

55 Com a passagem dos exploradores e jesuítas pela região e também pelo trabalho de catequização do Padre Chagas, os índios haviam aprendido o básico do idioma Português.

de Guarapuava ao então presidente da Província do Paraná informavam massacres e ataques dos índios aos brancos.⁵⁶

José Nogueira do Amaral faleceu por problemas ocasionados pela idade avançada em 28 de outubro de 1884 e seus restos mortais encontram-se em um cemitério na área rural do município conhecido como km 127. Quanto à Fazenda Laranjeiras, também chamada *Sesmaria dos Nogueiras*, esta continuou sua trajetória e no final do século XIX outros pioneiros começaram a se estabelecer sendo sua rotina permeada de muitas dificuldades e privações.⁵⁷

Política e administrativamente, o pequeno povoado começou a se organizar a partir do ano de 1892, quando a Câmara Municipal de Guarapuava criou os distritos de Cavernoso e Laranjeiras e em 08 de março de 1893 houve a realização de eleições com a escolha de três Juízes Distritais (CAMARGO, 1999).

Ainda durante o Império foram criadas Colônias Militares no Brasil. Conforme Lazier as colônias eram "[...] estratégicas em várias regiões, com o objetivo de defesa nacional" (2004, p. 173). Segundo o mesmo autor, em agosto de 1888 o Ministro da Guerra nomeou uma comissão cujo objetivo era fundar uma Colônia Militar em Foz do Iguaçu, pois em razão de ser aquela uma área de fronteira havia a necessidade de povoar a região com brasileiros. A comitiva levou 69 dias para cruzar de Guarapuava a Foz do Iguaçu e um primeiro levantamento mostrou um fato alarmante: dos 324 habitantes, 212 eram paraguaios, 95 argentinos e 9 brasileiros. Esses dados reforçavam a necessidade da criação da Colônia. No entanto, esta teve vida efêmera provavelmente devido à mudança do regime monárquico para o republicano.

Em razão da grande distância entre Guarapuava e Foz do Iguaçu, como medida de segurança, foram criados vários distritos policiais nas localidades à beira do caminho. De acordo com Camargo (1999), o Distrito Policial de Laranjeiras foi criado pela Lei nº 185, de 25 de abril de 1898 do Estado do Paraná. A abertura de estradas e comunicação entre essas duas localidades facilitou o estabelecimento de novos moradores que em sua maioria eram colonos.

No início do século XX houve novo impulso ao desenvolvimento da pequena

56 Em julho de 1854 houve um ataque ocasionando onze vítimas entre mulheres, homens e crianças. Pelo Decreto nº 6 de 31 de julho de 1901 assinado pelo Governador do Estado Francisco Xavier da Silva, foram destinadas aos índios as terras que hoje conhecemos como Reserva Rio das Cobras no município de Nova Laranjeiras que era para onde a maioria deles já havia se dirigido (CAMARGO, 1999).

57 Para saber mais sobre a forma de vida dos primeiros moradores do município consultar a obra de João Olivir Camargo intitulada: "*Nerje* Laranjeiras do Sul. Raízes da Nossa Terra: a história épica e contemporânea" lançada pela Editora Vicentina no ano de 1999.

localidade e o povoamento efetivamente aconteceu com a Instalação do 1º Batalhão de Engenharia que tinha por objetivo instalar a linha telegráfica ligando Ponta Grossa a Foz do Iguaçu. Novas famílias se estabeleceram na região e de acordo com Camargo (1999), em 1904, o alferes João Gualberto Gomes de Sá⁵⁸ foi designado para servir neste Batalhão permanecendo na região por quatro anos com sua esposa e filhos.

Em março de 1911 foi criada na região a Colônia Militar Marechal Mallet e em agosto do mesmo ano o Distrito Judiciário de Laranjeiras e com ele surgiram as figuras do Juiz de Paz, Escrivão e Subdelegado. Com a criação desses cargos, houve uma considerável mudança na vida dos moradores que antes precisavam se deslocar até o cartório mais próximo que ficava a quase 100 km. Em razão dessa distância, muitas famílias deixavam de registrar seus filhos, escriturar terras ou fazer casamentos no civil (MUSSOI, 2002).

Uma das primeiras atividades econômicas exercidas pelos moradores foi o tropeirismo. Quase tudo que os moradores necessitavam era por eles produzido, no entanto, era necessário comprar alguns produtos, entre eles o sal. Essa necessidade fez com que se desenvolvesse intenso comércio em cima do lombo de mulas e cavalos. Camargo esclarece que

Os pioneiros de Laranjeiras, levados pela necessidade de vender ou comprar produtos, palmilharam o Paraná de Leste a Oeste e de Norte a Sul. [...] Os pioneiros que levavam para vender produtos como cera de abelha, crina de cavalo, charque, rapadura, farinha de milho e outros, traziam as bruacas carregadas com sal, peças de tecido e utensílios diversos, abastecendo as casas comerciais (1999, p. 64).

O tropeirismo ocasionou, nas pequenas vilas, a abertura de casas comerciais de venda de produtos e serviços ligados ao ramo, como por exemplo as selarias, as ferrarias e os pequenos armazéns que vendiam mercadorias diversas.

No entanto, a primeira grande atividade comercial da região foi a produção de suínos. Muitas famílias laranjeirenses se dedicavam a essa atividade e eram chamados de safristas, pois "[...] as tropas de porcos ficavam prontas para a venda apenas uma vez por ano e, a época da venda era a safra" (CAMARGO, 1999, p. 67). De acordo com Wachowicz (1987), o que impulsionou essa atividade no sul do país foi a aceleração da

58 João Gualberto, importante militar paranaense, morreria anos mais tarde na Batalha do Irani. Para Lazier (2004), a Batalha do Irani que fez parte da Guerra do Contestado “[...] foi uma verdadeira carnificina” e foi a primeira batalha em que as tropas oficiais foram derrotadas e desmoralizadas pela morte de seu comandante. Esses acontecimentos fizeram parte dos movimentos sociais ocorridos no Brasil no final do século XIX e início do século XX.

urbanização no estado de São Paulo, pois devido ao aumento das necessidades da banha e seus derivados e com as importações caras, houve o estímulo ao consumo da banha brasileira, criando dessa forma a demanda e o mercado. Segundo esse mesmo autor, "[...] no norte do Paraná, na região de Ortigueira, Pitanga, Palmital, Laranjeiras do Sul, Catanduvas, Pato Branco, Barracão, etc, desenvolveu-se a partir do início do século XX a suinocultura, ainda em bases primitivas"⁵⁹ (WACHOWICZ, 1987, p. 74).

Outra atividade importante foi a exploração da erva mate. A região possuía extensos ervais nativos e que começaram a ser explorados economicamente depois da construção da estrada de rodagem. Segundo Mussoi (2002) esta atividade era tão importante para o Distrito de Laranjeiras que todas as casas comerciais, além de venderem o de costume, também compravam e estocavam a erva mate para exportação para o Paraguai e Argentina através do Rio Paraná.

A construção da estrada representou novas possibilidades aos habitantes e modificou a relação entre o homem e natureza. Além da exploração da erva mate, a madeira foi outra fonte de trabalho e renda e explorada comercialmente. No início as florestas eram derrubadas para dar origem a roças e pastagens. A madeira não tinha valor comercial até mesmo porque não havia uma forma de retirá-la e transportá-la para venda. Porém, a construção da estrada permitiu a extração da madeira e algumas serrarias se instalaram na localidade mesmo que, no início, isso fosse feito com grande dificuldade devido às péssimas condições da estrada que em dias de chuva virava atoleiro (MUSSOI, 2002). Segundo o mesmo autor, no início, o pinheiro era derrubado e a madeira extraída apenas para o consumo local na construção de casas e fabricação de móveis. Após a década de 40, com a instalação do Território Federal do Iguçu, as condições de acesso melhoraram e a exploração da madeira atingiu seu ápice.

É importante salientar que os ciclos da exploração da erva-mate e da madeira e da criação de suínos não aconteceram de forma linear e cronologicamente distintos, mas se entrelaçaram ao longo do tempo mudando a forma com que o homem se relacionava com a natureza transformando as florestas em campos e modificando também as relações de trabalho.

Desde a sua povoação, Laranjeiras do Sul foi palco de muitas lutas e disputas de terra e de poder entre índios e brancos e entre brancos. No entanto, o município assistiu

59 Esse sistema de criação foi responsável pelo desmatamento de grandes áreas cobertas por florestas a fim de que fossem plantadas as roças onde eram soltos os porcos. Com a construção da estrada de rodagem que ligava Guarapuava a Foz do Iguçu em 1919, os porcos passaram a ser transportados em caminhões até o local de venda.

ainda disputas pelo poder político que ocorreram no Brasil. Conforme visto no capítulo I, na chamada República Velha eclodiram movimentos populares e liderados por militares insatisfeitos. Um destes movimentos, conhecido como *Revolta Tenentista*, tomou grandes proporções e no final de julho de 1924 os revoltosos paulistas retiraram-se para o interior do Paraná à espera da Coluna Prestes que se deslocava do Rio Grande do Sul. Lopes esclarece, dizendo que

Na sua caminhada de mais de 24.000 km pelo Brasil, a Coluna Prestes percorreu todo o oeste catarinense, passando por Chapecó e chegando ao sudoeste e parte do oeste paranaense, entrando por Barracão, passando por Pato Branco e Santa Helena e chegando a Foz do Iguaçu, onde se incorpora aos revolucionários paulistas. Passou por Guaíra antes de entrar no estado do Mato Grosso, onde passaria por Ponta Porã. A coluna paulista chefiada pelo General Isidoro Dias Lopes, depois de iniciar o movimento revolucionário em São Paulo, dirigiu-se ao Oeste paranaense, estabelecendo o seu QG em Catanduvas, porém avançando com colunas de combatentes no Piquiri e pelos lugares hoje conhecidos por Cascavel, Guaraniaçu e Laranjeiras do Sul (2002, p. 90).

Camargo esclarece mais precisamente a localização da tropa revolucionária

As tropas de Isidoro Dias Lopes haviam atingido as localidades de Belarmino e Serra dos Medeiros no distrito de Laranjeiras e atual município de Guaraniaçu. Os rebeldes consideravam as gargantas naturais da Serra dos Medeiros verdadeiras fortalezas e para eles, significava que a conquista de Guarapuava estava próxima (1999, p. 107).

Nessa época, ocorreram muitos combates na região. Camargo afirma que “[...] nada era poupado. As casas comerciais e até as capelas eram saqueadas e queimadas, e os animais abatidos para a alimentação dos rebeldes” (1999, p. 105).

Em agosto de 1924, o Marechal Cândido Rondon foi incumbido de comandar os legalistas, instalou o seu Quartel General em Laranjeiras e de acordo com o autor “[...] a vila ganhou movimentação incomum, e cerca de doze mil homens aqui permaneceram por vários dias. A presença dos legalistas, dava uma certa tranquilidade à região” (CAMARGO, 1999, p. 106). Desistindo de lutar na região e partindo para a revolução em marcha, Camargo afirma que foi definido pelos comandantes da Coluna Prestes que “[...] os oficiais que não quisessem permanecer no movimento seriam liberados, e muitos soldados acabaram desertando, estabelecendo-se na própria região, em alguns casos figurando entre os pioneiros dos municípios oestinos” (1999, p. 109). Embora a

passagem dos revolucionários pela região tenha causado destruição, ela foi importante no sentido de chamar a atenção do resto do país sobre o que acontecia nos sertões do Oeste e Sudoeste do Paraná e Santa Catarina. Lopes afirma que “[...] foi este estado de completo abandono pelos governos estadual e federal que começou a ser denunciado na década de 20” (2002, p. 90). Complementando, Colodel, citado por Lopes afirma que “[...] ao mesmo tempo em que combatia as forças federais, a Coluna Prestes procurava também levar ao conhecimento da opinião pública nacional, através de cartas e relatos, a situação paupérrima a que estavam submetidos os brasileiros da região Oeste Paranaense (LOPES, 2002, p. 90).

Conforme visto anteriormente, a partir do ano de 1910, o pequeno povoado começou a se desenvolver e isso gerou certas necessidades que até então não existiam como é o caso da educação escolar. Para Miguel (1997) entre os fatores que causaram o aumento dessa demanda, no caso da região Oeste e Sudoeste, a suinocultura e a exploração da madeira despontam como elementos principais que, como vimos, no município se intensificaram a partir dos anos 30.

Para Camargo (1999), no início eram as poucas mães alfabetizadas que instruíam seus filhos nas primeiras letras e nas operações matemáticas mais simples. No entanto, a demanda por escolas começou a se intensificar e a senhora Dulce Ayres Guimarães fundou uma escola particular⁶⁰ sendo considerada oficialmente a primeira professora do município. Essa situação não difere do que acontecia no restante do Brasil, pois na falta de instituições mantidas pelo poder público, entravam em cena as escolas e os professores particulares.

Relata o mesmo autor que no ano de 1912 chegou a vila o austríaco Aluísio Maier e tratando-se de homem "culto e interessado" (1999, p. 79) fundou uma segunda escola particular que funcionou até o ano de 1915. Mesmo tendo a senhora Dulce fundado a primeira escola particular do município, Aluísio Maier é tido pela maioria dos munícipes como o primeiro professor de Laranjeiras do Sul tendo sido homenageado com uma escola⁶¹ que leva seu nome. O Jornal *O Independente* em sua edição nº 313 de

60 Não localizamos fontes para afirmar com precisão a data da fundação dessa escola.

61 Pelas palavras do primeiro Governador, Garcez do Nascimento, inferimos que quando o Território Federal do Iguaçu foi instalado, não existia um grupo escolar na sede da Vila Xagu (Laranjeiras). É muito provável que ele tenha sido construído em sua gestão, pois no ano de 1946, a instituição teve seu nome alterado para Grupo Escolar Tiradentes e em 10 de setembro de 1956, inaugurado um novo prédio, passou a chamar-se Grupo Escolar de Laranjeiras do Sul. Anos mais tarde, pelo Decreto nº 17.209 de 22 de fevereiro de 1965, assinado pelo ex-governador Ney Amintas de Barros Braga, passou a denominar-se Grupo Escolar Aluísio Maier. Hoje, sob a tutela do município a Escola Municipal Aluísio Maier - Educação Infantil e Ensino Fundamental funciona na região central e é considerada uma das mais importantes escolas do município.

02 de dezembro de 1967, relata a visita do professor durante as comemorações do aniversário da cidade no ano de 1967. Na ocasião, ele foi recebido por ex-alunos, entre os quais o prefeito da época, no estabelecimento de ensino que levava o seu nome. O professor, na época com 89 anos de idade, esteve em Laranjeiras do Sul acompanhado de sua família para receber as homenagens.

Existem duas divergências nas informações sobre o professor Aluísio Maier. A primeira se refere à sua condição de professor público. Na mesma reportagem que cita a visita do professor, o jornal define-o como "pioneiro da educação pública" fato que diverge da informação de Camargo que cita outra pessoa como primeiro professor público. A segunda divergência se refere ao ano da chegada do professor na vila. O referido jornal afirma que o professor Aluísio Maier morou em Laranjeiras entre 1912 e 1930, quando foi transferido para a cidade de Cambará exercendo a função de coletor estadual. No entanto, Camargo afirma que:

É o senhor Aluisio Maier, coletor estadual de Laranjeiras, sendo natural da Áustria. Reside em Colônia Mallet desde 1915 (Alcindo Natel de Camargo⁶² cita o ano de 1912). Foi o primeiro educador desta região, onde aliás é muito deficiente a instrução pública. É sua esposa amantíssima, a Exma Snra. D. Maria de Belém Maier, agente do Correio Local. Tanto a coletoria Estadual como a Agência do Correio, funcionam em confortável prédio, pertencente ao snr. Aluísio Maier, onde se nota muita ordem nas diversas repartições. Nas horas vagas, o snr. Maier dedica-se à lavoura e ao cultivo do seu pomar e lindo parreiral que fornece boas uvas para a mesa e para o fabrico do vinho, que nos ofereceu e achamos saboroso. (Correia e Olivero⁶³ citados por Camargo, 1999, p. 79).

Ainda de acordo com Camargo (1999), em 1915, Laranjeiras recebeu o primeiro professor público cujo nome não consta nos registros e o segundo foi Aduino Rosa Rivaldo Lacroix sobre o qual não se tem maiores informações.

Em Laranjeiras do Sul, a exemplo do que ocorria em todo território brasileiro, houve a ação do ensino privado considerando que o Estado não dava conta de garantir que todos tivessem acesso ao ensino elementar. O Instituto Santa Ana, ainda em

62 Filho do pioneiro Antonio Joaquim de Camargo, foi ex-prefeito e escreveu um documento intitulado "Memórias de Laranjeiras" que subsidiou as obras de João Olivir Camargo e Arno Bento Mussoi. Localizamos uma cópia datilografada desse documento no Centro de Documentação e Memória (Cedoc/G) da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO coordenado pela professora Terezinha Saldanha.

63 João Olivir Camargo cita um livro escrito por Leocádio Correia e Mário Olivero e produzido pela Oficina Gráfica Max Roesner & Filhos Ltda - Curitiba intitulado *Guarapuava*. Não conseguimos localizar essa obra tampouco informações suficientes para dirimir ambas as dúvidas.

funcionamento, e dirigido pelas irmãs Filhas da Caridade, foi a primeira escola particular do município. As primeiras religiosas a chegaram à cidade no dia 1º de abril de 1938 foram Cecília Liechoski e Saloméia Detz sendo recebidas em clima de festa (CAMARGO, 1999). Ainda de acordo com o mesmo autor, de 1938 a 1968, a escola fundada pelas Irmãs Vicentinas funcionou num casarão de madeira. Em 1968 passou para uma sede moderna, construída em alvenaria onde funciona até hoje sendo uma escola bastante conceituada na região atendendo desde o maternal até o nono ano do Ensino Fundamental. Esta escola era um dos locais onde os alunos das Escolas Normal Regional e Normal Colegial faziam seus estágios a partir da fundação dessas instituições e suas instalações serviram como pensionato para alunos em determinadas épocas.

2.7 Território Federal do Iguaçu: criação, ápice e desaparecimento

“Batizaram-me com o nome de Laranjeiras do Sul. Tal como a moça bonita, já tive minha época de fauste e destaque. Quando jovem, fui guindada à condição de 'Capital'. Era uma condição privilegiada. A nova cidade, faceira e risonha, dava seus primeiros passos. Surgiram os pioneiros, construíram as primeiras casas, os marcos do progresso apareceram, esperanças brotaram. Tinha, inclusive um palácio. O quadro era de otimismo. Os vanguardeiros pensavam a grandeza desta terra. Entretanto, as modificações políticas de 1946 trouxeram em seu bôjo, o término de um sonho fugaz e o antigo Território de Iguaçu foi anexado aos Estados de Santa Catarina e Paraná. Sofri um baque!” (Jorge Barreiro, O INDEPENDENTE, n° 210 de 06/03/1965, aspas no original).

Desde o início do século XIX, o Brasil enfrentou problemas de demarcação de fronteiras com a Argentina. Por conta dessa disputa territorial ocorreu entre os anos de 1890 a 1895 o litígio entre os dois países que ficou conhecido como a *Questão de Palmas*.⁶⁴

A questão da divisão territorial do Brasil se iniciou com as Capitânicas Hereditárias e se estendeu ao longo dos séculos sendo tratada pelas Constituições. As duas primeiras Cartas Magnas se restringiram a tentar consolidar os limites que haviam se estabelecido com as Capitânicas. Desta forma, a Constituição Imperial de 1824 “[...]”

⁶⁴ Brasil e Argentina disputaram entre si uma faixa de terra que ficava entre o Paraná e Santa Catarina. O caso foi julgado pelo Presidente dos Estados Unidos Grover Stephen Cleveland em 06 de fevereiro de 1895 dando ganho de causa ao Brasil (LOPES, 2002, p. 80).

praticamente transformou os antigos limites das Capitanias Hereditárias em Províncias” (2002, p. 22) e a primeira Constituição Republicana 1891 “[...] também se limitou a transformar em Estados as antigas Províncias” (PENHA citado por LOPES, 2002, p. 23).

No ano de 1903, houve a anexação do Território do Acre ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis assinado entre Brasil e Bolívia e em 1934, a Constituição trazia duas referências a esse tipo de organização. O artigo 1º indicava que “A Nação brasileira, constituída pela união perpétua e indissolúvel dos estados, do Distrito Federal e dos territórios em Estados Unidos do Brasil, mantém, como forma de governo, sob regime representativo, a República federativa proclamada em 15 de novembro de 1889” (BRASIL, 1934, grifos nossos). O artigo 16º vislumbrava a possibilidade do Território do Acre não ser único no país: “Além do Acre, constituirão territórios nacionais *outros que venham a pertencer à União*, por qualquer título legítimo” (BRASIL, 1934, grifos nossos).

Em 1937, a Constituição foi além e previu em seu artigo 6º que “*A União poderá criar*, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, Territórios Federais, cuja administração será regulada em lei especial”⁶⁵ (BRASIL, 1937, grifos nossos).

Nessa época, o Brasil vivia o regime do Estado Novo que tinha como principais características ser centralizador, intervencionista, regulador e nacionalista. Segundo Lopes (2002) essas características do governo Getúlio Vargas foram essenciais e determinantes, no que se refere a implementação de políticas territoriais e ocupação das regiões de fronteiras no país e foi justamente sob a ótica do nacionalismo que podemos entender a preocupação do Governo Federal com a ocupação dos imensos vazios populacionais e as áreas de fronteira. Vargas tinha como um de seus objetivos primordiais inculcar nas pessoas um forte sentimento de civismo, nacionalismo e brasilidade visando a ocupação do interior por brasileiros dispostos a embrenhar-se nos sertões longínquos e ajudar na colonização e desenvolvimento do país. Para isso, o governo organizou densa campanha publicitária que se utilizava especialmente de imagens e mensagens veiculadas através do rádio e que ficou conhecida como a *Marcha para Oeste* conforme visto no capítulo I. Dessa forma, depois de alguns anos e várias

65 A partir dessa data, outorgou-se legalmente a criação de territórios com base no argumento principal contido no próprio texto que era a *defesa nacional*. Pode-se deduzir que esse conceito estava ligado a outro próprio do Estado Novo, que era o da *segurança nacional*. Com base nesse dispositivo da Lei Maior, menos de uma década depois foram criados os territórios de Fernando de Noronha, Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu.

ações materializadas através da *Marcha para Oeste* e questões resolvidas política e legalmente, estavam dadas as condições necessárias à criação do Território Federal do Iguacu.

O Território Federal do Iguacu foi criado durante o governo do presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943 e geograficamente sua área abrangia o Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. No mesmo decreto, foram criados os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, de Ponta Porã e do Guaporé.

A elevação de Laranjeiras do Sul, na época Vila Xagu, distrito de Guarapuava, à capital do Território foi peculiar. O Decreto de criação do Território Federal do Iguacu não especificou quais seriam os municípios que o formariam e tampouco qual seria a sua capital. Isso ocorreu apenas uma semana depois, através do Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943. Este afirmava que o Território seria dividido em quatro municípios: Foz do Iguacu, Clevelândia, Mangueirinha e Chapecó.⁶⁶ Também determinava que a capital do Território seria “[...] a cidade de igual nome” (BRASIL, 1943). No entanto, não havia na jurisdição do Território uma cidade chamada Iguacu e deduziu-se que a capital seria Foz do Iguacu. Nessa época, a Vila Xagu era distrito de Guarapuava e pertencia portanto ao Estado do Paraná. Essa situação de indefinição se estendeu por oito meses até que o Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944 redefiniu os limites avançando o Território para o leste e nessa redefinição surgiu um município com o nome de Iguacu:

O Território Federal do Iguassú é dividido em cinco municípios com as denominações de Foz do Iguassú, Clevelândia, Iguassú, Mangueirinha e Chapecó; o primeiro compreende a área do Município de igual nome, que pertencia ao Estado do Paraná, e parte do distrito de Campo Mourão, do Município de Guarapuava do mesmo Estado; o segundo compreende a área do Município de igual nome, que pertencia ao mesmo Estado já referido; o terceiro, o distrito de Laranjeiras e parte do distrito de Catanduvas, ambos no Município de Guarapuava, já mencionado; o quarto, parte do Município de Palmas, ainda no mesmo Estado; e o quinto, parte do Município de Chapecó, que pertencia ao Estado de Santa Catarina (BRASIL, Decreto-Lei nº 6.550, Art. 3º, alínea “e”).

O mesmo Decreto-Lei em seu artigo 4º determinou que a Capital seria Iguacu, ou seja, a Vila de Xagu ou ex-Laranjeiras, de forma que uma vila foi elevada ao mesmo tempo à categoria de cidade e capital. Tal fato surpreendeu a todos, especialmente os

⁶⁶ O Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943 apresenta as grafias *Foz do Iguassú* e *Xapecó*.

moradores da localidade e também os habitantes da cidade de Foz do Iguaçu que perdeu definitivamente o *status* de Capital do Território. No entanto, a capital somente foi instalada oficialmente no dia 7 de setembro de 1944, ou seja, um ano após a criação do Território. Desta forma, enquanto município, teria uma administração e “[...] no dia da instalação da capital, assumiu como prefeito nomeado, Alcindo Natel de Camargo⁶⁷ e como não havia Câmara de Vereadores, o mesmo prestava contas a um Conselho Fiscal (CAMARGO, 1999, p. 120).

Mapa 1- Território Federal do Iguaçu⁶⁸



Fonte: www.gazetadopovo.com.br

Segundo Lopes (2002), a hipótese mais provável para a ampliação do Território e consequente elevação de uma vila à cidade para se tornar capital seria a de que o

67 Quando o Território foi extinto, Alcindo pediu exoneração do cargo voltando a administrar o município no final de 1947 desta vez eleito pelo voto popular (CAMARGO, 1999).

68 Além de localizar o extinto Território Federal do Iguaçu, o mapa mostra qual seria a área que abrigaria o possível Estado do Iguaçu. Sobre as discussões acerca da criação do Estado do Iguaçu ver: WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

Major João Garcez do Nascimento, primeiro Governador do Território, após percorrê-lo a fim de verificar as condições e as reais necessidades decidiu-se por estabelecer a capital mais distante da fronteira por questões de segurança. Optou por Laranjeiras considerando a construção da BR 277 que passaria pela localidade.

Além das cinco cidades já citadas, o Território possuía as seguintes vilas: Guaíra (Foz do Iguaçu); Pato Branco (Clevelândia); Chopim (Mangueirinha); Catanduvás (Iguaçu); Xanxerê, Barracão, Mondai, Faxinal dos Guedes, Abelardo Luz e Guatambu (Chapecó).

Com relação à área, Lopes informa que

Ao todo, a área do Território Federal do Iguaçu correspondia a 65.854 km², sendo 51.452 km² oriundos do Estado do Paraná, e 14.402 km² provenientes do Estado de Santa Catarina. O Paraná contribuiu com 25,74% de seu território e Santa Catarina, com 15,16%. O Paraná, que possuía 199.897 km², permaneceu com um território de 148.445 km² e Santa Catarina que possuía 94.998 km², ficou com 80.596 km² após a redivisão territorial (LOPES, 2002, p. 119).

Os dias que se sucederam à criação do Território, foram de intensa manifestação da imprensa, especialmente a catarinense e paranaense. Jornais como *O Dia* e *Gazeta do Povo*, em seus editoriais e matérias centrais, manifestaram-se favoravelmente à sua criação com a principal alegação de que facilitaria a colonização e povoamento da região mesmo tendo o Estado do Paraná perdido considerável parte de sua área. O governo do Paraná também se mostrou favorável elogiando o presidente Getúlio Vargas pela atitude tomada. Uma das poucas críticas que surgiram foi que quando Vargas “[...] criou os diversos territórios federais, deixara intactas as terras do Estado do Rio Grande do Sul” (LOPES, 2002, p. 127). Mesmo que as críticas contrárias tenham sido reduzidas, não houve unanimidade no apoio à criação do Território especialmente com relação à classe política.

Quanto à administração, o primeiro governador do Território foi o Major João Garcez do Nascimento nomeado em 06 de janeiro de 1944. De tradicional família paranaense e homem de confiança do presidente Vargas, uma de suas primeiras preocupações foi percorrer o Território a fim de verificar *in loco* a situação real em que a área se encontrava. Com a visita, elaborou um relatório datado de 17 de abril de 1944 e enviado ao Doutor Alexandre Marcondes Filho que na época era Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores com observações quanto “[...] aos meios de

comunicação, comércio, atividades agropastoris, arrecadação de impostos, linhas telegráficas, ensino, saúde e segurança pública” (LOPES, 2002, p. 143). Iniciando o relatório, o governador fez as seguintes ponderações que diziam respeito ao aspecto geral observado:

Ao observador mais desprevenido, embora o menos afeito aos valores naturais, avulta desde o seu primeiro contato com aquela região, a exuberância das suas imensas reservas florestais, onde sobrepõem os pinheirais em meio a grande quantidade de madeiras de lei. Clima variado, apto a todas as culturas, inclusive as próprias de climas frios, razoável estado sanitário, contando com alguns grupos populacionais capazes de movimentarem ao menos parte das suas inúmeras riquezas (RELATÓRIO citado por CAMARGO, 1999, p. 124).

No entanto, Garcez também apontou que a riqueza das florestas contrastava com a péssima qualidade de vida, a pobreza e abandono a que era submetido o povo da região.

Constrange-se o observador ante o contraste da fortuna que ali existe, jacente, e a vida dos seus habitantes. A razão primordial desse estado de coisas é a carência, quase absoluta de meios de transporte e a precariedade das comunicações existentes. De fato, resultarão nulos quaisquer esforços, empregados no Território, sem que se empreenda, inicialmente, a solução da sua mais premente necessidade (RELATÓRIO citado por CAMARGO, 1999, p. 124 -125).

Garcez confirma portanto, que entre os principais motivos do abandono se encontravam a falta de comunicação e transportes de forma que os moradores, estimados em 100 mil habitantes, permaneciam isolados e essas informações coincidem com as que já haviam sido prestadas anteriormente pelos visitantes que passaram pela região, a exemplo da Coluna Prestes. Garcez também pode verificar que a economia da região girava em torno de atividades agropastoris como exploração da madeira, criação de suínos, cultivo de trigo e rebanho bovino e cavalar. Em relação à segurança pública esta era inapropriada, no entanto, a índole pacífica da população contribuía para a tranquilidade na região.

Em se tratando da educação, Garcez assim se manifestou em seu relatório:

Há no Território regular número de escolas primárias. São elas em número de setenta. Além disso, contam-se quatro grupos escolares, sediados em Pato Branco, Clevelândia, Foz do Iguassú e Guaíra. Quanto ao número de escolas pode-se afirmar que atende ainda as

necessidades locais; quanto as suas instalações, porém, há muito o que providenciar. A maioria delas funciona em prédios impróprios, outras em simples salas cedidas a título precário e por empréstimo. Em sua maioria não atendem aos rudimentares princípios de higiene e didática. O professorado, salvo honrosas exceções, constitui-se de pessoas bem intencionadas e dedicadas, mas de nível cultural bastante abaixo do que seria estimável (RELATÓRIO citado por CAMARGO, 1999, p. 127-128).

Com o relatório em mãos, Garcez e sua equipe, traçaram um plano de ação para o desenvolvimento do Território, esboçando uma “organização jurídico-administrativa” (LOPES, 2002, p. 144). Uma das principais ações elencadas era a construção de estradas que interligassem o Território num total de aproximadamente 700 km com a construção de várias pontes ao longo de percurso. Entre as obras previstas estavam a construção de prédios públicos para abrigar a sede administrativa do governo, e também a residência do governador, secretários e funcionários, grupo escolar, escola normal, ginásio, fórum, presídio, hospital entre outros. Todos seriam construídos na capital, no entanto os quatro municípios que compunham o Território também receberiam melhorias em infraestrutura. Apesar de serem obras de caráter emergencial, estavam previstas para ocorrerem num prazo de cinco a dez anos.

Quanto a estrutura administrativa, o organograma da administração do governador Garcez não foi recuperado. No entanto, segundo Lopes “[...] pode-se inferir que esta estrutura já existia durante o primeiro governo, haja vista que o segundo governador já cuidava de nomear os Diretores de Divisão antes de chegar ao Território”⁶⁹ (2002, p. 146).

O segundo e último governador do Território foi o Major Frederico Trotta nomeado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra que havia assumido a presidência em janeiro de 1946 no lugar de Getúlio Vargas. Carioca, Trotta tomou posse em fevereiro de 1946 e durante a cerimônia informou que atacaria de frente os problemas principais do Território que eram os mesmos que afligiam o país naquele momento como comunicações, saúde e educação (LOPES, 2002).

Para isso, uma de suas primeiras ações foi pagar bons salários aos educadores, médicos, engenheiros e ao funcionalismo público de forma geral. Mesmo assim não foi fácil para Trotta montar sua equipe de governo escolhida basicamente entre pessoas que residiam nas cidades do Rio de Janeiro e Curitiba. As dificuldades como a distância,

⁶⁹ Lopes se refere ao organograma da estrutura administrativa do governo territorial da gestão de Frederico Trotta.

falta de comunicação e estradas, atendimento de saúde e educação precária, desanimavam os futuros candidatos aos cargos, pois eram empecilhos que os moradores das cidades grandes não estavam acostumados a enfrentar. Aventurar-se para um sertão longínquo, por mais que o discurso patriótico proferido na gestão de Getúlio Vargas tornasse isso um ato de amor e dedicação à Pátria, era uma tarefa difícil e um desconforto que para muitos não compensava o recebimento de altos salários. Desta forma, Trotta conservou a maioria dos funcionários designados pelo primeiro Governador, inclusive aqueles que exerciam cargos de confiança e “[...] trouxe para a capital cerca de duzentos funcionários” (CAMARGO, 1999, p. 122).

Quando da instalação do Território, a localidade possuía poucas construções, no entanto, após a elevação à capital em 1944, um enorme contingente de migrantes vindos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina fixaram residência em Iguaçu. Desta forma, o setor que mais se desenvolveu foi o da construção civil. Camargo afirma que

[...] a serraria de José Martins Pavlak, contratada para trabalhar com exclusividade para o Território funcionava dia e noite serrando a madeira necessária para as novas casas e enquanto as mesmas não ficavam prontas, as autoridades ocupavam as pensões, os dois hotéis existentes e outras casas da vila⁷⁰ (CAMARGO, 1999, p. 122).

Ao assumir, Trotta havia nomeado diretores para as seguintes divisões: Secretaria Geral, Serviço de Administração Geral, Divisão de Saúde, Divisão de Educação, Divisão de Produção, Terras e Colonização, Divisão de Obras e ainda a Divisão de Segurança e Guarda Nacional.⁷¹ A Divisão de Educação foi assumida por Laudímia Trotta, esposa do governador, a partir de abril de 1946. Sua nomeação era perfeitamente justificável pois na época, ela contava com 25 anos de serviços prestados à Educação tanto na cidade de Curitiba como no Rio de Janeiro. Durante esse tempo, exercera funções como professora primária, diretora de grupo escolar, Fiscal e Orientadora de Ensino e Superintendente de Educação Primária do Distrito Federal (LOPES, 2002).

Laudímia era conhecida nos meios educacionais do país, pois havia feito parte

70 As casas dos funcionários do alto escalão se concentraram todas na rua que dava para os fundos do Palácio do Governo. Obras importantes foram construídas naquela época entre elas o Hospital e o Hotel Monte Castelo.

71 O prédio que atualmente abriga a Câmara de Vereadores do município foi o Palácio do Governo e numa das salas deste funcionava a prefeitura da capital do Território, bem como as Divisões, como eram chamadas as Secretarias ou Departamentos (CAMARGO, 1999).

da equipe do educador Anísio Teixeira quando este exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Educação e Secretário de Educação e Cultura do Rio de Janeiro entre os anos de 1931 a 1935. Foi citada pela professora Juracy Silveira⁷² no capítulo intitulado *Alguns aspectos da reforma Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro* escrito por ela e que faz parte do livro *Anísio Teixeira: pensamento e ação* da Editora Civilização Brasileira organizado por Jaime Abreu. No texto, a professora Juracy se refere a Laudímia como sendo uma das colaboradoras de Anísio Teixeira, complementando que as equipes que aquele educador formava em torno de si eram constituídas de nomes de destaque e de valores que mais tarde se revelariam na educação brasileira. Ainda segundo Silveira, o nome de Laudímia Trotta figurava entre grandes expoentes da educação nacional como Lourenço Filho, Venâncio Filho e Afrânio Peixoto entre outros (BIBLIOTECA VIRTUAL ANÍSIO TEIXEIRA, UFBA).

Desta forma, conclui-se que a professora Laudímia possuía um currículo capaz de responder favoravelmente às mudanças que o governador pretendia implantar na educação do Território. Segundo Lopes, no início de suas atividades ela teria encontrado as escolas

[...] quase todas instaladas em péssimas condições: casebres, choupanas, capelinhas. E que os Grupos Escolares, em prédios territoriais, municipais ou alugados, necessitavam de consertos, ampliações, pinturas, construção de reservados e instalações de água. O mobiliário escolar como cadeiras, armários, e quadros-negros só existiam nos Grupos Escolares construídos no primeiro governo. As Escolas Isoladas só possuíam mesas toscas, bancos improvisados em caixotes, tocos e banquinhos. O material escolar era guardado em caixotes ou empilhado no chão. Conta que foram tomadas as devidas providências. Segundo a Diretora de Educação, todos os estabelecimentos de ensino estavam desfalcados de material escolar e livros pois “a dificuldade de transporte e o acúmulo de trabalho do Almoxarifado Geral perturbava a entrega do material”. Ela diz ainda que, no decorrer de dois meses, foi feita uma grande remessa de material diretamente aos professores, cuja quantidade daria para os anos de 1946 e 1947 (2002, p. 153, aspas no original).

Depreende-se que Laudímia Trotta se deparou com um cenário muito diferente do que estava acostumada a trabalhar nos grandes centros como Curitiba e Rio de

72 Juracy Silveira nasceu em São Fidelis, no Rio de Janeiro, em 1898 e faleceu em 1991. Sua formação e atuação no campo educacional brasileiro estiveram marcadas pela busca por sua inserção no campo educacional. Exerceu por período restrito o cargo de superintendente de educação elementar, em 1941 e, em 1942, foi nomeada Chefe do Distrito Educacional. Foi a primeira mulher a dirigir o Departamento de Educação Primária do Distrito Federal. Convidada por Anísio Teixeira, chefiou os cursos do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, acumulando vasta experiência e esteve, também, entre os nomes que subscreveram o Manifesto de 1959 (BERTOLETTI e COELHO, 2013, p.6)

Janeiro. Quanto aos aspectos da formação de professores e do fazer pedagógico, ela afirmou que “[...] sendo fraquíssimo o professor, é fácil calcular a deficiência do ensino. [...] A nossa língua é ensinada de maneira deturpada, os alunos e professores têm um vocabulário paupérrimo, entremeado de termos estrangeiros” (LOPES, 2002, p. 153). A metodologia utilizada pode ser resumida nas palavras de Laudímia:

Em uma das primeiras visitas que fiz a um Grupo Escolar, chamou-me a atenção uma espécie de ladainha que vinha de uma aula próxima do Gabinete da Diretoria. Pensei ser aula de Religião. Uma aluna lia uma página do caderno onde copiara o ponto “Capitanias Hereditárias” e a classe toda repetia o que ouvia! Conversei com a professora mostrando o inconveniente do processo e para convencê-la interoguei vários alunos sobre o que decoravam, não obtendo resposta que provassem ter entendido o que repetiam como papagaios (BRASIL, Território Federal do Iguazu, 1947, p. 62).

Lopes argumenta que a partir dessa constatação, a Diretora tomou providências para melhorar o ensino, a começar pelos métodos, enviando aos professores uma cartilha de alfabetização,⁷³ redigindo exercícios de gramática, de redação, pequenos problemas e exercícios de matemática. Ao enviar o material aos professores, orientava-os no uso (2002).

Continua o autor

A Diretora diz ainda que o Hino Nacional e o Hino à Bandeira eram cantados de maneira tão deturpada que se tornavam irreconhecíveis. Como dispunham de apenas uma professora de canto, que lecionava no Centro Normal Regional, apelaram para outra solução. Adquiriram vitrolas e discos com vários hinos, que foram distribuídos pelas escolas, onde ficariam até que os professores e alunos aprendessem a cantar, repassando depois os equipamentos para outras escolas em forma de rodízio. Aos alunos pobres, foi dada assistência em vestuário, calçado, material escolar e medicamentos (2002, p. 154).

As condições que Laudímia descreve são totalmente compatíveis com a situação que ocorria no Paraná especialmente no que dizia respeito aos professores. Pilotto, citado por Miguel, assim define os professores no início da década de 1940:

[...] as professoras que atuavam nas zonas rurais, [...] mal haviam passado pelo curso primário ou nem isso. Estas professoras eram 'filhas de seu meio', não o haviam 'superado em nada' e estavam 'com

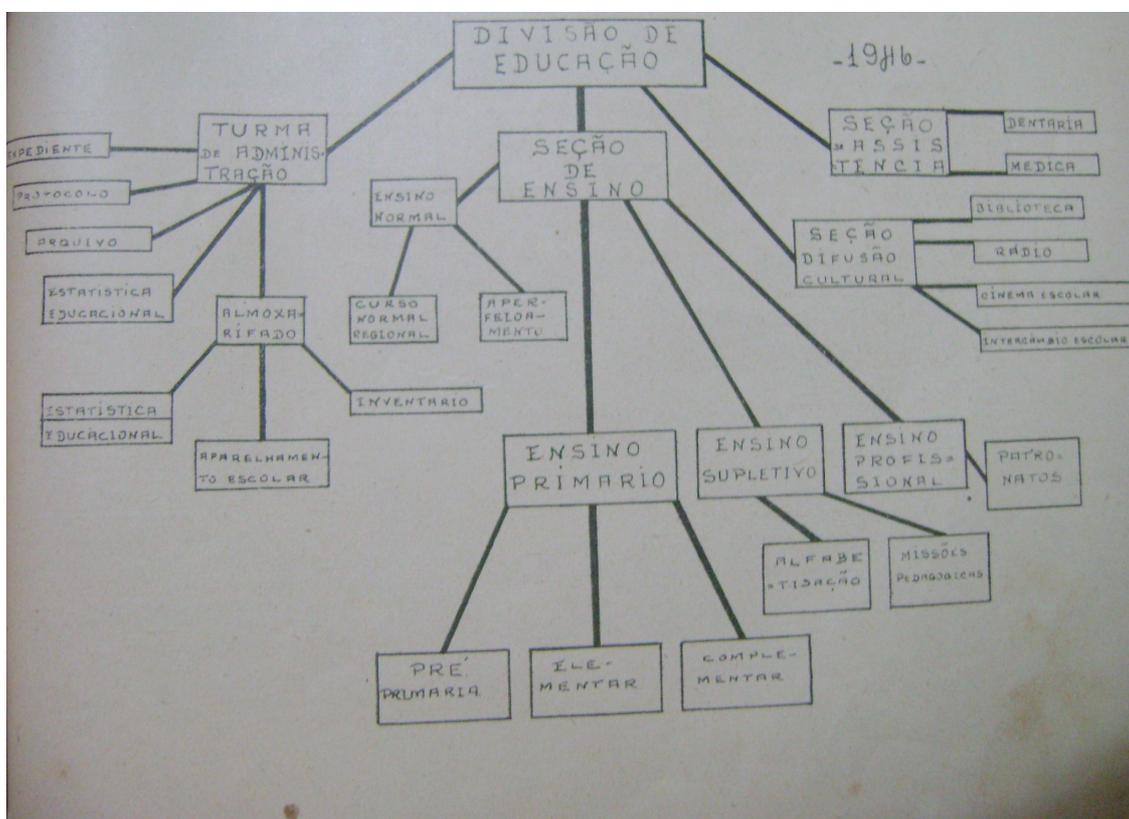
73 Tratava-se da cartilha de alfabetização *Ler, escrever e contar* de Rita Amil de Rialva (Relatório de atividades do Governo do Território Federal do Iguazu, 1947).

a incumbência de fazê-lo superar-se'. Era 'como se um cego conduzisse um cego' (1997, p. 142-143).

Além disso de acordo com o Relatório enviado pelo Governador Trotta, Laudímia organizou administrativamente a Divisão de Educação, e

Foi feita toda regulamentação do ensino, regimentos internos, normal regulamentar, estatutos de associações escolares, fichários de professores e estabelecimentos, pauta de distribuição de material, controle estatístico de matrícula e frequência de alunos, exercício de professores, boletim mensal de acordo com as normas do I.N.E.P (Ministério da Educação) (Relatório de atividades do Governo do Território Federal do Iguazu, 1947,p. 63).

Imagem 3 - Organograma da Divisão de Educação do Território Federal do Iguazu em 1946.



saúde (médicos, dentistas, enfermeiros) e por último, a seção cultural se encarregava, através de seus meios de incentivar o civismo, exaltação à pátria e a seus heróis, atividades muito comuns após o início do governo Vargas.

Em 1946, o número de instituições de ensino, bem como quadro de professores, segundo relatório elaborado pelo setor de Estatística Educacional da Divisão de Educação e apresentado por Trotta ao Governo Federal, apresentava o seguinte panorama:

Quadro 2 - Relação de instituições de ensino e número de professores no Território Federal do Iguazu em 1946.

Estabelecimento	Chapecó	Clevelândia	Foz do Iguazu	Iguazu	Mangueirinha	Total
Curso Normal Regional	-	-	-	1	-	1
Grupo Escolar	6	2	2	2 ⁷⁴	2	14
Escola Isolada	40	16	12	11	8	87
Escola Reunida	4	1	1	3	-	9
Curso Supletivo	1	-	1	1	-	3
Total Escolas do Território	51	19	16	18	10	114
Escolas Municipais	49	15	4	11	9	88
Escolas Rurais	5	3	2	2	2	14
TOTAL	105	37	22	31	21	216
Quadro de professores	75	31	29	41	12	188
Bibliotecas	1	1	1	6 ⁷⁵	1	10

Fonte: Lopes, 2002, p. 155.

Podemos inferir que a Escola Normal era a única em todo o Território a oferecer o ensino secundário, embora apenas no primeiro ciclo. No município de Iguazu, mais

74 Grupo Escolar Tiradentes que ficava na sede do município e Grupo Escolar General Eurico Gaspar Dutra localizado no Distrito de Virmond (hoje município) que ficava distante da sede aproximadamente 30km. Ambos receberam essas denominações através de portarias do dia 21/04/1946 e 18/05/1946 respectivamente ambas assinadas pelo Governador Frederico Trotta. Não temos informações de como essas instituições chamavam-se anteriormente (BRASIL, 1947).

75 De acordo o Relatório de atividades do Governo do Território Federal do Iguazu e também de alguns artigos de jornais das décadas seguintes, quando da criação do Território Federal do Iguazu, foi organizada uma moderna e bem estruturada biblioteca, no entanto, o acervo desapareceu sem deixar vestígios e não pudemos obter informações mais detalhadas.

tarde Laranjeiras do Sul, a oferta do segundo ciclo do ensino secundário só aconteceria no ano de 1958, com a criação da Escola Normal Secundária. Fazendo parte do programa de expansão das Escolas Normais no Brasil após a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946, a instalação da Escola Normal certamente contribuiria para a elevação da formação dos docentes e, conseqüentemente melhoria na qualidade de ensino na região.

No que diz respeito à vida na capital do Território está mudou radicalmente em relação ao que era antes da elevação à capital, no entanto, o ritmo de progresso foi interrompido no ano de 1946 com a extinção do Território, sendo os políticos paranaense os maiores responsáveis. Por trás da ação desses políticos estava também a queda de Getúlio Vargas. Quando o governo brasileiro se colocou a favor dos aliados na Segunda Guerra Mundial praticamente deu início à ruína de seu sistema autoritário e ditatorial. Segundo Lopes esse apoio

[...] revelou-se uma grande contradição entre essa tomada de posição no âmbito externo com a situação interna prevalecente. Tratava-se pois de um governo com princípios autoritários e ditatoriais apoiando um grupo de países que defendia a democracia no mundo, contra governos de ideologias antidemocráticas, de quem o próprio regime brasileiro do Estado Novo sofrera influências (2002, p. 169).

Esse paradoxo causou o fortalecimento das oposições ao regime do Estado Novo e começaram a surgir movimentos contra a ditadura e a favor da redemocratização. Com a derrota dos países de regimes totalitários, os movimentos se fortaleceram e Vargas precisou, forçadamente tomar algumas atitudes em favor da redemocratização do país. Entre essas ações, Lopes (2002) cita a realização de eleições para a presidência da República e o Parlamento Nacional, anistia aos presos políticos, reforma da legislação partidária e eleitoral e convocação da Assembleia Constituinte. Flach e Cardoso afirmam que

[...] ocorreram mobilizações em diversos estados no sentido de articular a formação de novos partidos políticos.⁷⁶ Daí constituíram-se vários partidos, tanto os chamados “grandes partidos nacionais”, como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), quanto os pequenos, do ponto de vista nacional, mas que possuíam força eleitoral em determinadas regiões do país, como o Partido Social Progressista

76 O PSD e o PTB foram duas correntes políticas diferentes mas com o mesmo objetivo, ou seja, foram criadas por Vargas para lhe dar sustentação, enquanto que a oposição naquele momento era representada pela UDN (FLACH e CARDOSO, 2007).

(PSP), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Republicano (PR) entre outros. Seria lícito dizer que essas forças políticas se estruturaram tendo como principal elemento de divisão partidária o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas (2007, p. 59).

Devido ao clima de mudanças em que o Brasil se encontrava, num período de intenso questionamento do Regime e mobilização popular e por outro lado, com o surgimento do *Queremismo*⁷⁷ e da tentativa de Vargas de nomear seu irmão Benjamin Vargas como Chefe da Polícia do Distrito Federal, a oposição e grande parte dos militares se anteciparam e depuseram Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945 (LOPES, 2002). Em dezembro, houve eleição presidencial sendo eleito Eurico Gaspar Dutra, aliado de Vargas e também eleições para deputados e senadores que estariam encarregados de votar uma nova Constituição para substituir a antidemocrática Carta Magna de 1937. E foi nesse clima de euforia e abertura que os políticos paranaenses se mobilizaram para devolver ao Paraná as terras que outrora lhe pertenceram.

Lopes argumenta que, segundo Temístocles Linhares, esse movimento já existia ainda com Getúlio no poder e teria sido “[...] arquitetado de primeira mão dentro da Faculdade de Filosofia do Paraná, a quem cabe sem dúvida, a primazia da iniciativa reacionária” (2002, p.171). Dessa forma, a princípio foram os intelectuais que lutaram contra a “mutilação” do Estado do Paraná e o motivo alegado seria de “ordem sentimental” (2002, p. 172). Legalmente, o movimento se fortaleceu com a formação da bancada paranaense na Assembleia Constituinte.⁷⁸

Cinco territórios foram criados em 1943, no entanto, através de um acordo político não se mexeriam nos outros (LOPES, 2002) e apenas a extinção dos Territórios Federais do Iguaçu e Ponta Porã seriam votadas. Desta forma, o deputado Bento Munhoz da Rocha Neto apresentou, no dia 10 de junho de 1946, o Projeto de Emenda Supressiva do Território do Iguaçu, assinado por 119 constituintes, assinado por todos os representantes do Paraná. Essa emenda fazia parte do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Para conseguir simpatizantes que votassem favoravelmente à emenda, os políticos paranaenses buscaram apoio nos políticos de Santa Catarina e Mato Grosso, este último em razão do Território de Ponta Porã, no que

77 Segundo Lopes (2002) era um movimento que tinha por objetivo defender a permanência de Vargas no poder.

78 Formada por 12 membros dos quais 10 eram deputados e 02 senadores distribuídos partidariamente dessa forma: 08 do PSD, 02 do PTB, 01 da UDN, e 01 do PR. No entanto, apenas quatro foram diretamente responsáveis pela extinção do Território Federal do Iguaçu: os deputados federais Lauro Sodré Lopes (PSD), João Teófilo Gomi Júnior (PSD) e Bento Munhoz da Rocha Neto (PR) e o senador Flavio Carvalho Guimarães (PSD) (2002).

não encontraram muitas dificuldades. Quanto à bancada catarinense, Lopes (2002) afirma que ela era composta também por dez constituintes, sendo que somente dois assinaram a proposta de supressão do Território. Destes dois, apenas Tavares D'Amaral se manifestou na Tribuna favorável à extinção. O restante não usou a palavra nem a favor, nem contrário ao projeto. Lopes afirma que

Diferentemente da posição tomada pelo Interventor do Paraná, que assumiu a causa reintegracionista, os então interventores do Mato Grosso e Santa Catarina ficaram neutros. Não lutaram pela reintegração, nem se manifestaram pela permanência dos territórios. Ocorre que, neste caso, ficar neutro significava facilitar o processo de reintegração (2002, p. 175).

Quanto ao convencimento da população dos benefícios que a reincorporação acarretaria, iniciou-se intensa campanha política, solicitando que os habitantes do Território escrevessem ao Presidente Eurico Gaspar Dutra manifestando-se favoráveis à emenda. No entanto, para Lopes “[...] o problema é que a população não estava de acordo em voltar a pertencer ao Paraná e a Santa Catarina” (2002, p. 176). Cogitou-se até mesmo a realização de um plebiscito que não chegou a ser realizado, pois a estratégia montada pelos políticos paranaenses acabou dando certo. A região, não tinha nenhum deputado que a representasse e foi “[...] principalmente nas Sessões de 23 de maio, 07 de junho e 09 de julho de 1946, que os deputados Munhoz da Rocha e Lauro Lopes defenderam a reintegração do Território do Iguaçu ao Paraná perante o Plenário do Congresso Constitucional” (LOPES, 2002, p. 192).

A votação da emenda supressiva aconteceu no dia 08 de setembro de 1946, ou seja, menos de três anos após o Decreto-Lei que o criou, estava extinto o Território Federal do Iguaçu ficando então o artigo 8, do ato *Das Disposições Transitórias*, da Constituição de 1946, com a seguinte redação: “Ficam extintos os atuais Territórios do Iguaçu e Ponta Porã, cujas áreas voltarão aos Estados de onde foram destacados” (BRASIL, 1946).

A reanexação da área ao Estado do Paraná, foi intensamente comemorada entre os políticos e intelectuais, sendo muito elogiado o empenho que a bancada paranaense havia feito em prol do restabelecimento da área. No entanto, os maiores interessados e que não haviam sido formalmente consultados, ou seja, os habitantes do Território, foram os que mais sofreram com os impactos de sua extinção, especialmente na capital Iguaçu, que seguia num ritmo de intenso desenvolvimento nunca antes experimentado.

Mas, os reflexos negativos se estenderam por todo o Território. Segundo Camargo “[...] para a população de Laranjeiras, a capital, a extinção do Território foi uma surpresa e pôs fim as suas esperanças de progresso e de uma vida melhor” (1999, p. 151). Continuando, ele afirma que

As versões variam sobre o comportamento das pessoas quanto a extinção. Margarida Sobzak disse que quando chegou a notícia foi uma grande tristeza, muitos choraram, pois viram se distanciar de suas vidas o progresso, o desenvolvimento que a região vinha adquirindo e sentiam que voltariam a enfrentar o abandono e o esquecimento. [...] nem todas as pessoas da capital e da região do Território tinham consciência do que significava o fim do mesmo (1999, p. 151).

Na capital, em decorrência da paralisação das obras, famílias inteiras foram embora e como consequência, casas comerciais fecharam as portas devido à redução da clientela. Até mesmo a Escola Normal Regional, fundada em 1946 foi fechada no ano seguinte para ser reaberta em 1948 sob a responsabilidade do Governo do Estado.

Infelizmente para os moradores da região o Território teve vida efêmera, pois nas palavras de Costa a política de Vargas e mais precisamente a *Marcha para Oeste*

[...] levou o governo a estabelecer um horizonte político excessivamente amplo para a sua permanência no poder, muito mais amplo do que efetivamente ocorreu pois acreditava na estabilidade das esferas de poder. Estabeleceu, assim, projeções de longo prazo, com medidas ambiciosas que demandariam recursos vultosos e um tempo muito extenso para sua realização e maturação (2007, p. 22).

Num balanço da importância do Território Federal do Iguçu, arriscamos dizer que este foi muito importante para a região e que os moradores viveram num curto período de tempo com as expectativas de que o progresso chegaria e, conseqüentemente mudaria o padrão e a qualidade de vida das pessoas. No entanto, esse sonho foi destruído pelos representantes do Paraná na Constituinte de 1946.

2.8 A Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto (1946 - 1967)

O curso Normal Regional foi a 'menina dos olhos', permita que o diga, do Governador do Território, que contagiou com seu entusiasmo os habitantes da capital (Laudímia Trotta, 1947).

No início da década de 1940, o ensino primário para a grande maioria da população da região era ofertado basicamente nas poucas casas escolares particulares ou públicas existentes, com o ensino multisseriado e professores sem a formação adequada, que possuíam, quando muito, apenas o primário. Nessa época, a Vila Xagu era distrito de Guarapuava. A falta de escolaridade dos docentes é perceptível na análise de correspondências⁷⁹ enviadas por eles no final da década de 1940 à Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul logo após a extinção do Território Federal do Iguaçu. Muitos desses documentos se encontram na Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski e, via de regra, são manuscritos que apresentam muitos erros ortográficos, que mesmo sem uma análise mais profunda, à princípio denotam a baixa escolaridade dos professores.

No entanto, mesmo com todos os problemas relativos a pouca oferta de vagas e baixa escolarização dos docentes, até meados da década de 1940, a região não exigia a existência de uma escola de formação de professores. Porém, com a instalação do Território Federal do Iguaçu, essa situação começou a mudar. O crescimento populacional exigiu do Poder Público uma atenção especial com a educação, pois alteravam-se as relações de trabalho exigindo maior qualificação da mão de obra que chegava à recém-criada capital, Iguaçu. Havia portanto, a necessidade de habilitar os professores para melhorar o atendimento educacional à população e aumentar o seu nível de escolaridade.

É importante ressaltar que a escassez de fontes foi um entrave considerável para o nosso trabalho. Contraditoriamente há mais fontes sobre o Curso Normal Regional no ano de 1946 do que dos anos posteriores até 1967. Isso ocorre porque o ano de 1946 ficou registrado no *Relatório de atividades do Governo do Território Federal do Iguaçu – 1946* e essa é nossa maior referência escrita sobre o curso quando estava sob a administração do Governo do Território. Por outro lado, a escola que tem sob sua guarda todo o material produzido em termos de documentação escolar nos 21 anos de atividade do Curso Normal Regional, possui tão somente uma pasta catálogo com um histórico contendo poucas leis e decretos e uma única ata. Há também as pastas individuais dos alunos, mas com documentação incompleta. Não foi localizado nenhum registro de atas de reuniões pedagógicas, reuniões de pais, atividades festivas,

⁷⁹ O teor desses documentos é variado: pedidos de licença, solicitação de reforma ou pintura na casa escolar, material de expediente, solicitação para adiamento do início das aulas, informação sobre a baixa frequência escolar, colocando o cargo à disposição, reclamação sobre o comportamento dos alunos, entre outros assuntos.

comemorativas ou cívicas, fotos, convites ou registros de formaturas, memorandos recebidos do Serviço de Ensino Normal da SEED, ofícios recebidos ou enviados, livro de registro de matrículas, livro de registro de notas, livro de ocorrências, registro de acervos bibliográfico e material, livro ponto dos docentes e equipe administrativa, entre outros tantos documentos produzidos no cotidiano escolar. Por isso, nossa atenção especial aos depoimentos orais e busca por fontes em outros locais como, por exemplo, a Câmara de Vereadores e a Biblioteca Pública Municipal que possui arquivados os jornais da década de 1960.

A Escola Normal Regional Floriano Peixoto foi a pioneira na formação de professores no município de Laranjeiras do Sul e região. Criada na época do Território Federal do Iguaçu sua instalação fazia parte do plano de expansão das Escolas Normais Regionais após a promulgação, em janeiro de 1946, da Lei Orgânica do Ensino Normal. Estava inclusa, portanto, em um projeto maior de educação intimamente ligado ao aumento do número de escolas primárias e matrículas nesse grau de ensino em todo o país e de acordo com um histórico localizado no Colégio Estadual Floriano Peixoto “[...] foi o primeiro a ser instalado em todo o Território Nacional” (REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA NORMAL GINASIAL FLORIANO PEIXOTO TRANSFORMADA EM GINÁSIO ESTADUAL, histórico, 1968).

Para Lopes

Dentre as obras e iniciativas realizadas na área de educação – como Escolas e Grupos Escolares, devidamente dotados de quadro de professores – está a criação do Curso Normal Regional, considerada uma das principais realizações do Governo Territorial na área da instrução e do ensino pois, a partir dali, poder-se-ia incrementar o processo de ensino-aprendizagem na região, com pessoal preparado dentro do próprio Território (2002, p. 154).

O Curso Normal Regional foi criado pelo Decreto nº 2, de 21 de abril de 1946 assinado pelo Governador Frederico Trotta e em seu primeiro ano de funcionamento esteve sob a responsabilidade da Divisão de Educação do Governo do Território Federal do Iguaçu que era administrado pela professora Laudímia Trotta.

Considerando a necessidade de criar um curso de formação de professores, compatível com o já elevado nível mental e intelectual do povo do Território Federal do Iguaçu:
Considerando que o Governo Federal estabeleceu regras para o funcionamento do Ensino Normal, uniformes para todo o país, o

Governador do Território

Art.1º – Fica criado o Curso Normal Regional do Território Federal do Iguaçu, com sede na capital do Território, de acordo com o Decreto-Lei do Governo Federal nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946 (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, Decreto nº 2, 1946).

Organizada a Divisão de Educação do Território, para cumprir o disposto no artigo 2º do Decreto citado: “A Divisão de Educação, dentro do prazo de trinta dias submeterá à aprovação do Governador do Território, o Regimento Interno do Curso Normal Regional, pautando-o pelas normas estatuídas no Decreto-Lei citado no artigo 1º do presente Decreto” (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, Decreto nº 2, 1946) foi elaborado o Regimento Interno do Curso Normal Regional⁸⁰ que orientou e normatizou as atividades da instituição a partir de 13 de agosto de 1946.

Em 27 de abril de 1946, aconteceu a cerimônia de inauguração do Curso Normal Regional nas dependências do Grupo Escolar Tiradentes. Na ata do evento, que pode ser visualizada no anexo C desta pesquisa, consta o seguinte registro:

Aos 27 dias do mês de abril de 1946, com a presença de sua Excia o Sr. Governador do Território Federal do Iguaçu, Prefeitos de vários municípios, chefes de Divisão e outras autoridades civis, militares e religiosas foi solenemente inaugurado o Curso Normal Regional criado pelo Decreto nº 2 de 21 de abril de 1946, do Senhor Governador do Território e obedecendo às normas e preceitos do Decreto-lei nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946, que funcionará provisoriamente no Grupo Escolar Tiradentes 2º turno. Iguaçu, 27 de abril de 1946 (CURSO NORMAL REGIONAL, ata, 1946).

Dentre as autoridades que assinaram a ata estavam o Governador Frederico Trotta, a Chefe da Divisão de Educação Laudímia Trotta, o prefeito nomeado Alcindo Natel de Camargo, a diretora do Grupo Escolar Tiradentes Matilde Boscardin do Valle e a diretora do Curso Normal Regional Jandira Coutinho. Assinaram a ata também os professores que ministrariam aulas no referido curso e membros da comunidade.

A ata confirma que quando foi criado, o Curso Normal Regional não possuía uma sede própria, ficando provisoriamente junto ao Grupo Escolar Tiradentes que estava sob a direção da professora Matilde Boscardin do Valle e funcionava numa área nobre da cidade, ao lado da Igreja Matriz Santana. Na verdade, essa situação que

⁸⁰ Localizamos uma cópia deste documento no *Relatório de atividades do Governo do Território Federal do Iguaçu – 1946*. No entanto, consta apenas que ele foi publicizado em 13 de agosto de 1946, assinado por Laudímia Trotta, Diretora da Divisão de Educação. Não encontramos registro do número do Decreto que o aprovou.

aparentava ser provisória, acabou se configurando a realidade da Escola Normal Regional que funcionou naquele local até a sua cessação em 1967, ora dividindo espaço com o Grupo Escolar Tiradentes, ora com a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia.

O Grupo Escolar, além de ceder suas instalações no período vespertino para o Curso Normal Regional também era utilizado para demonstração e prática de ensino dos alunos matriculados na 4ª série. No ano de 1946 a matrícula do Grupo Escolar Tiradentes se elevou a 227 alunos da 1ª a 5ª séries (LOPES, 2002). Quanto aos estágios, a Lei Orgânica do Ensino Normal previu:

Art. 47. Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino.

§ 1º Cada curso normal regional deverá manter, pelo menos, duas escolas primárias isoladas (BRASIL, 1946).

No entanto, essa orientação legal parece não ter funcionado na prática, pois não obtivemos indícios de que alguma escola isolada fosse utilizada pelos normalistas laranjeirenses ou seus professores para a execução das técnicas pedagógicas apreendidas no decorrer do curso. As práticas eram realizadas no início, apenas no próprio Grupo Escolar Tiradentes ou esporadicamente no Colégio Vicentino Santa Ana. No que concerne às matrículas para o primeiro ano de atividades, Lopes informa que

O Curso Normal Regional foi criado em abril e imediatamente foram feitos os exames de seleção, tendo 103 candidatos procedentes da Capital Iguçu e dos municípios de Chapecó, Mangueirinha, Clevelândia e Foz do Iguçu. Foram selecionados 90 candidatos, distribuídos em 4 séries, de acordo com os estudos que cada grupo já detinha (1ª série: 34; 2ª, 19; 3ª, 20 e 4ª 17 alunos). As aulas começaram imediatamente, sem férias no meio do ano, sendo que a 4ª série se formou em dezembro do mesmo ano (2002, p. 154).

Nesse primeiro processo seletivo, também chamado de Exame de Admissão, concorreram candidatos de todas as cidades e várias vilas do Território, sendo necessário a instalação de pensões para acolher os normalistas que vieram de lugares distantes ou retirados da Capital. O próprio processo de seleção ocorreu de forma a ajustar-se as necessidades daquele momento, sendo dessa maneira, diferenciado dos

demais que ocorreram posteriormente, conforme veremos no próximo capítulo.

Com relação ao corpo docente formado para atuar no primeiro ano do Curso Normal Regional, possivelmente ele foi selecionado por Laudímia Trotta considerando sua experiência pregressa da área educacional da Capital Federal, à época o Rio de Janeiro, tendo em vista que os professores que atuaram em 1946 eram, em sua maioria, provenientes da capital da República. De acordo com a Diretora da Divisão de Educação

A direção do estabelecimento foi entregue à competente professora Jandira Coutinho, técnica de educação da Prefeitura do Distrito Federal. O corpo docente que tomou a responsabilidade dos trabalhos escolares do novo educandário, ficou constituído dos seguintes elementos: Dr. Valfredo Machado, História do Brasil; Dr. Flaminio Albuquerque, História Geral; Amantino Carlos Stephanes, Matemática; Beneval de Oliveira, Geografia do Brasil; Morvan Freire Brasil, Educação Física; Aurora Saraiva, Canto Orfeônico; Dr^a Dirce de Carvalho, Ciências, Anatomia e Fisiologia Humanas e Higiene; Jandira Coutinho, Psicologia e Pedagogia, Didática e Prática de Ensino e Português; Corina Machado Leal, Português; Matilde B. do Valle, Geografia Geral e Geografia do Brasil; Dalila de Carvalho, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e Atividades Econômicas da região; Irmã Genoveva Valenga, Desenho. Todos os professores são brasileiros natos, elementos de valor, conhecidos no magistério do Distrito Federal de onde foram requisitados. Só três elementos foram aproveitados do magistério do Território: os professores de Trabalhos Manuais, Desenho e de Geografia (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 68).

No ano de 1946, tudo o que dizia respeito ao Curso Normal Regional era acompanhado de perto por Laudímia Trotta. Pelo relatório que a mesma assinou apresentado ao presidente Eurico Gaspar Dutra, é possível inferir que ela se envolvia na rotina diária da instituição, na condução das atividades educacionais e no trato com os professores e alunos. Desta forma, a educadora conviveu com pessoas de origens e classes sociais muito diferentes, desde os caboclos (pais e crianças do interior do Território) até os professores graduados que naquele ano vieram do Rio de Janeiro bem como com os membros de sua equipe administrativa. Com a ajuda dos normalistas da 4^a série, Laudímia organizou e aplicou exames para aferição do rendimento escolar dos alunos do Grupo Escolar Tiradentes. A partir das avaliações, e também auxiliada pelos normalistas, elaborou gráficos, fazendo a devolutiva dos resultados aos professores do Grupo Escolar também como forma de avaliação do trabalho docente.

Tudo ocorria de forma organizada e dentro do previsto, até que em setembro de

1946 houve a extinção do Território Federal do Iguazu determinada pela votação dos constituintes. Mesmo com essa nova realidade, o Curso Normal continuou suas atividades letivas e no final do ano formou a primeira turma com os seguintes normalistas:

Ambrosina Villordo, Eloah C. Machado, Eneida Amaral, Henriqueta Machado, Ida Gunther, Jacy Klein, Jesuan Paula Xavier, João Nildo Noschang, Julia Seixas, Lourena Potoski, Maria A Agner, Maria de Jesus P. Xavier, Maria L. Potoski, Maria Piccoli, Oldemar S. Bueno, Ondina Pereira Folda, Terezinha Santos (CURSO NORMAL REGIONAL, relação de formandos do ano de 1946, sem data).

De acordo com documentos localizados no Colégio Estadual Floriano Peixoto, destes formandos três eram gaúchos, uma catarinense e o restante paranaense. A formanda catarinense a que o documento se refere é Ondina Pereira Folda. Nascida em Porto União em 25 de janeiro de 1923, e moradora de Iguazu desde o ano de 1943, formou-se regionalista aos 23 anos e se tornou uma figura importante no meio educacional do município, exercendo mais tarde as funções de professora, assistente técnica e diretora da Escola Normal Secundária Dr. Leôncio Correia da qual é apontada ainda como uma das responsáveis pela sua criação. Ela pode ser considerada pioneira entre os normalistas, pois formou-se tanto na primeira turma do Curso Normal Regional quanto do Colegial e é uma de nossas entrevistadas nessa pesquisa.

Extinto o Território e com a instabilidade pairando no ar, com grande movimentação de pessoas que deixavam a antiga capital, Iguazu, em 1947 o Curso Normal Regional não funcionou “[...] mas em 1948, Sua Exm^a o Senhor Governador do Estado, Sr. Moysés Lupion, vendo a necessidade de um grau de ensino superior ao primário, criou nesta região o Curso Normal Regional” (COLÉGIO ESTADUAL FLORIANO PEIXOTO, histórico, sem data).

O Curso Normal Regional de Laranjeiras do Sul foi o primeiro criado no Estado do Paraná e é bem possível que um dos fatores que contribuiu para a escolha do município como pioneiro nessa modalidade no Estado tenha sido o fato da experiência anterior com o Curso Normal Regional do Território Federal, considerando que já estavam postas algumas condições que facilitaríamos sua instalação. Foi portanto, a instituição precursora de uma política do Governo do Estado do Paraná implementada a partir do final da década de 1940 e que visava “estender uma formação pedagógica em nível ginásial para os professores leigos dos municípios do interior do Estado a fim de

que pudessem ultrapassar o ensino primário tão comum entre os professores da região” (FACCHI, 2013).

Desta forma, a Lei Estadual nº 41, de 20 de janeiro de 1948 criou a Escola Normal Grau Ginásial Floriano Peixoto que foi instalada em 02 de março daquele ano com a presença do Governador Moysés Lupion e tendo como primeiro diretor João Rodrigues de Oliveira. Para se ter uma noção da importância da criação desse curso para o Estado do Paraná, apenas no ano de 1948, a escola recebeu três vezes a visita do Governador acompanhado do Secretário de Educação Dr. José Loureiro Fernandes (REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA NORMAL GINASIAL FLORIANO PEIXOTO TRANSFORMADA EM GINÁSIO ESTADUAL, histórico, 1968). Nesse mesmo ano, houve formatura, pois alguns alunos haviam iniciado esse grau de ensino ainda no ano de 1946 e tinham interesse em concluí-lo, considerando que parte deles já atuava como docente do ensino primário como é o caso de uma de nossas entrevistadas, a professora Nair Brustolin. O histórico da escola informa ainda que

[...] foi paraninfo da 1ª turma de formandos o Exmo Sr. Governador do Estado Moysés Lupion, o qual compareceu às solenidades premiando suas afilhadas com uma excursão à capital do Estado e à Paranaguá. A aluna Almira Borges que foi classificada em 1º lugar, recebeu uma bolsa de estudos na capital do Estado (COLÉGIO ESTADUAL FLORIANO PEIXOTO, histórico, sem data).

A necessidade de mais escolas de formação de professores se fazia premente no Paraná. Em 1948, em mensagem apresentada na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado, o governador Moysés Lupion apresentou os seguintes dados do ensino primário:

Dos 78.955 alunos matriculados efetivamente, foram aprovados 41.179, ou seja, a média de 52,3% do total. O melhor índice apresenta Curitiba, com 68,5% de aprovações, seguindo-se a Zona Norte do Estado com uma média de 60%. *O índice mais baixo oferece a zona de Guarapuava, Prudentópolis e Pitanga, com uma média de 35,5%* (PARANÁ, Mensagem de Governo, 1948, grifos nossos).

Ainda de acordo com o histórico da escola, no ano de 1949 a direção passou para o professor Amantino Carlos Stephanes⁸¹ e que não houve colação de grau porque não havia alunos suficientes na 4ª série. Exerceram ainda o cargo de diretores da Escola

81 O professor Amantino Carlos Stephanes viera para lecionar Matemática no Curso Normal Regional no ano de 1946. Se estabeleceu no município tornando-se figura importante na área educacional e política, sendo inclusive, eleito prefeito para a gestão 1951 a 1955 (CAMARGO, 1999).

Normal Ginásial Clóvis Magalhães em 1950 e Edmir C. da Rocha Loures em 1951. Este último faleceu precoce e tragicamente. De acordo com informações da professora Ondina Pereira Folda⁸² “[...] ele morreu em um acidente. Ele estava a cavalo e o animal se assustou e foi de encontro a um poste e o feriu de morte” (FOLDA, 2014). Em seu lugar assumiu a professora Java Coelho de Souza Poletto permanecendo na direção até o ano em que cessou o curso de formação de professores em nível ginásial no município, ou seja, 1967.

Em algum momento de sua história, que não sabemos precisar pela falta de fontes, provavelmente devido à legislação, ela mudou novamente a nomenclatura passando a denominar-se Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto permanecendo com essa designação até o final de suas atividades em 1967. Para fins de padronização e conforme já citado, é desse forma que nos referiremos a ela, com exceção de quando relatarmos algo referente ao ano de 1946, pois se tratava do então Curso Normal Regional da capital do Território Federal do Iguçu.

Quadro 3 – Professores que atuaram na direção da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto.

Período	Diretor (a)
1946	Jandira Coutinho
1948	João Rodrigues de Oliveira
1949	Amantino Carlos Stephanes
1950	Clóvis Magalhães
1951	Edmir C. da Rocha Loures
1951- 1967	Java Coelho de Souza Poletto

Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos da Escola Normal Ginásial localizados no Colégio Estadual Floriano Peixoto e outros documentos escritos.

No início dos anos 1960, a Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto foi, de certa forma, perdendo a sua função por dois motivos principais: o primeiro era que já havia um outro estabelecimento em nível ginásial no município, o Ginásio Estadual de Laranjeiras do Sul, que se apresentava como uma opção para quem desejava cursar o ginásial. O segundo e mais importante era a existência da Escola Normal Colegial que oferecia um nível de formação mais elevado sem precisar necessariamente passar pelo

82 Ondina Pereira Folda nasceu em 25 de janeiro de 1923 em Porto União - SC. Formou-se pela Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto no ano de 1946 e na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leônicio Correia em 1960. Foi professora do Grupo Escolar Tiradentes, da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto e Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leônicio Correia da qual também foi diretora. Exerceu ainda a função de diretora do Colégio Estadual Floriano Peixoto. Aposentou-se na década de 1980 e atualmente reside em Santa Felicidade, Curitiba – PR.

Curso Normal Regional. No entanto, ela continuou com suas atividades até o final daquela década.

No ano de 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 os Conselhos Estaduais de Educação ficaram responsáveis pela organização dos seus sistemas de ensino, o que ocasionou novas reformas pelo Brasil: “Art. 11. A União, os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, com a observância da presente lei” (BRASIL, Lei nº 4.024, 1961).

A partir de então, o Estado começou a se organizar para cumprir esse dispositivo legal e em 1964, na gestão do governador Ney Aminthas de Barros Braga e tendo como Secretário de Educação o professor Jucundino da Silva Furtado, foi promulgada a Lei nº 4.978 estabelecendo o Sistema Estadual de Ensino e normatizando as ações do Conselho Estadual de Educação.

Essa lei trouxe inovações quanto ao 1º ciclo do Ensino Normal. Na seção III que tratava dessa modalidade, previu:

Art. 159 – O ensino normal será ministrado nos seguintes estabelecimentos:

I – escola normal de grau ginásial de 05 (cinco) séries anuais, onde, além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica na 5ª série;

[...]

§2º – Nos casos de transformação de atuais escolas normais regionais em ginásios com ensino secundário de 1º ciclo, a quinta série, de preparação pedagógica para a formação de regentes de ensino, poderá funcionar como curso anexo, em escolas normais de grau colegial ou instituto de educação da mesma cidade (PARANÁ, Lei nº 4.978, 1964).

Desta forma, a partir da metade da década de 1960, o Estado do Paraná foi, gradativamente cessando as suas Escolas Normais Regionais e ofertando a 5ª série como preparação pedagógica garantindo que: “Art. 162 – Os que se graduarem nos cursos referidos no artigo 159, em estabelecimentos particulares ou oficiais reconhecidos, terão igual direito ao ingresso no magistério primário oficial ou particular” (PARANÁ, Lei nº 4.978, 1964). Ou seja, seria expedido o certificado de regente do ensino primário ao concluinte da 5ª série na qual se concentravam as disciplinas caracterizadas como pedagógicas.

Em 1967, em mensagem à Assembleia Legislativa, o governador Paulo Pimentel esclareceu que: “[...] por motivo de ordem técnico-administrativa, entraram em fase de

extinção, 24 Escolas Normais de Grau Ginásial, dentro da orientação que visa substituir esses tipos de escolas⁸³ pelas de Grau Normal Colegial, de maior nível” (PARANÁ, Mensagem do Governador, 1967, p. 96). Em 22 de dezembro daquele mesmo ano, o governador assinou o Decreto nº 8.142, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 28 daquele mês extinguindo a formação normal em nível ginásial da Escola Normal Regional Floriano Peixoto.

Art.1º - Fica transformada a Escola Normal de Grau Ginásial Floriano Peixoto de Laranjeiras do Sul em Ginásio Estadual, com a mesma denominação e sede para funcionar a partir do ano de 1968.

Art. 2º - Aos atuais alunos matriculados na Escola Normal de Grau Ginásial, fica assegurado o direito de matrícula no Ginásio Estadual pelo presente decreto [...] (PARANÁ, Decreto nº 8.142, 1967).

O mesmo decreto transferiu servidores e mobiliário da Escola Normal Regional para o Ginásio Estadual Floriano Peixoto que continuou sob a direção da professora Java Coelho de Souza Poletto até o ano de 1968 quando assumiu o professor Angelo Romano Dagostin. No entanto, suas instalações, que eram partilhadas com a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia foram transferidas para o Colégio Vicentino Santa Ana por uma exigência do Governo do Estado do Paraná. Desta forma, pelo Decreto-Lei nº 22/68 o Poder Executivo Municipal estava autorizado a realizar o pagamento do aluguel referente às salas utilizadas pelo Ginásio Estadual Floriano Peixoto naquele colégio (CÂMARA MUNICIPAL, Decreto- Lei nº 22, 1968). Isso no período diurno, pois no período noturno as aulas do ginásio eram realizadas no Grupo Escolar Aluísio Maier. A nova sede do Ginásio Estadual Floriano Peixoto foi inaugurada em novembro de 1971 (SEED, 2014) e na década de 1970 suas instalações foram utilizadas pela Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia.

No ano de 1967 houve a formatura da última turma⁸⁴ da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto. O evento ocorreu no dia 12 de dezembro e iniciou-se às 8h30 da manhã com missa e bênção dos anéis na Matriz Sant'Ana. Às 16 horas houve a entrega dos diplomas no Clube Operário finalizando com baile no Clube Pinheiros. Nessa

83 No entanto, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que cessava Escolas Normais Ginásiais, o Estado as criava conforme mensagem do governador Paulo Pimentel em 1968. Em um trecho do pronunciamento, ele afirma que o “[...] governo prosseguiu na execução do programa de transformação das atuais Escolas Normais Ginásiais em cumprimento à resolução do Conselho Estadual de Educação”. Adiante informa que “[...] foram criadas e entraram em funcionamento em 1967, onze novas Escolas Normais Ginásiais” (PARANÁ, Mensagem do Governador, 1968, p.95).

84 Por tratar-se de um expressivo número de formandos (44), é possível que eles fizessem parte de duas turmas distintas.

turma, formaram-se os seguintes alunos: Adalir M. Aires, Aladir C. Zamarki, Ana Aparecida Lima, Beatriz Camargo, Cirênia F. de Resende, Ciro Rocha Bedin, Cleides Serpa, Daniel Rabel, Dly Mendes, Doraci Nogueira, Edvirges Burdela, Eneide G. Toledo, Eroildes Leite, Eunice Dias Cardoso, Flora Eliza Gomes, Hélia da Silva Lima, Jara Dalfovo, Inês Bedin, Izeta Zanolla (religiosa), Julia Camargo, Laurindo José Secchi, Lecir F. Meletti, Leonilda A Scheffer, Licia Thomé da Silva, Luci R. Neuman, Luis Carlos Bedin, Mafalda Damin (religiosa), Mara T. Poletto, Mara A de Freitas, Maria A. Nascimento, Maria da Luz V. Nello, Maria G. Ferreira, Maria Luiza Vieira, Maria R. Benvenuti, Marília Nascimento, Marlene Salles, Neiva Alberti, Neuracy M. Leite, Olanda de Paula (religiosa), Santana Nora da Silva, Sônia Maria Folda, Terezinha do V. Caetano, Terezinha Faccini e Wanda Musika (ESCOLA NORMAL GINASIAL FLORIANO PEIXOTO, convite, 1967).

Com a cessação do curso, pelo Regimento Interno da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto transformada em Ginásio Estadual e da 5ª série Regente de Ensino Primário: “Art. 2 [...] §2º – Foi criada a 5ª série de Regente do Ensino Primário que deverá funcionar anexo ao Ginásio, pelo Decreto nº 8.142 de 28 de dezembro de 1967” (REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA NORMAL GINASIAL FLORIANO PEIXOTO TRANSFORMADA EM GINÁSIO ESTADUAL, histórico, 1968). No que concerne às finalidades do Ginásio Estadual, previa o Regimento Interno que:

- Art. 4 – Ao Ginásio Estadual e a 5ª série de Regente do Ensino Primário compete:
- a- Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas isoladas da região.
 - b- Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.
 - c- Concorrer para o desenvolvimento cultural da comunidade ambiente.
 - d- O Ginásio Estadual Floriano Peixoto fornecerá certificados de conclusão do curso ginásial.
 - e- *A 5ª série expedirá o diploma de Regente do Ensino Primário* (REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA NORMAL GINASIAL FLORIANO PEIXOTO TRANSFORMADA EM GINÁSIO ESTADUAL, 1968, grifos nossos).

Quanto ao currículo, observamos que não houve um período de transição para os alunos que estavam na 3ª série em 1967 e desta forma, os interessados em obter o diploma de Regente do Ensino Primário necessitaram cursar a 4ª e 5ª série, pois “[...] a partir de 1968 funcionará a 5ª série de Formação de Regentes e as quatro primeiras

seguirão um currículo ginasial comum” (REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA NORMAL GINASIAL FLORIANO PEIXOTO TRANSFORMADA EM GINÁSIO ESTADUAL, histórico, 1968). As disciplinas previstas para essa série de formação de regentes eram as seguintes: “Disciplina obrigatória: Português; Disciplinas complementares: Estudos Brasileiros e Paranaenses, Fundamentos da Educação e Teoria e Prática da Escola Primária” (1968).

Quanto ao fim das Escolas Normais Regionais, Hervatini afirma que:

[...] a cessação dos Cursos Normais Regionais, já era prevista desde sua criação, uma vez que o principal objetivo era a formação aligeirada de muitos professores que já atuavam ou estavam prestes a assumir salas de aula do ensino primário no interior. Essa questão, para o governo do Estado do Paraná configurava-se com urgência durante a expansão do ensino primário em suas regiões interioranas. Além do mais, a criação destes cursos estava vinculada à abertura, na sequência, dos Cursos Normais Colegiais nas localidades onde fossem formados alunos pelos Cursos Normais Regionais, fato este que ocorreu na maioria das Escolas Normais (2011, p.199).

Assim, além de formar regentes para o ensino primário, a escola contribuiu para elevar o nível de escolaridade da população do município e região numa época em que os poucos que possuíam estudos formais tinham apenas o nível primário.

Desta forma, compreendendo a escola como parte do organismo social, sujeita portanto às mudanças sociais, após 21 anos cumprindo o seu papel de formadora de regentes para o ensino primário, teve a Escola Normal Regional Floriano Peixoto as suas atividades cessadas. Já não havia mais sentido em sua existência, pois o município contava com uma Escola Normal em nível secundário que se responsabilizaria pela formação de professores com mais qualidade, assim como pensado pelo Governo do Estado por meio da Lei do Sistema Estadual de Ensino de 1964.

2.9 A Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia (1957 - 1980)

Passado o período emergencial de preparação de professores iniciado em 1946 com a criação do Curso Normal Regional depois da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, a partir da metade da década de 1950, uma outra escola de formação de professores, desta vez em nível colegial, se fazia necessária no município de Laranjeiras

do Sul e iniciaram-se as discussões e movimentação da sociedade para que ela fosse criada.

Na época do início das discussões acerca de sua criação, o município apresentava o seguinte quadro educacional: 3 Grupos Escolares⁸⁵ (545 alunos), 28 casas escolares⁸⁶ (906 alunos), 1 Escola Normal Regional (80 alunos), 1 Ginásio (30 alunos), 1 escola particular⁸⁷ (25 alunos) e 41 escolas municipais (1.717 alunos) (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR GILDO ALUÍSIO SCHUCK, histórico, sem data).

Pela situação exposta, percebemos que não havia estabelecimento que ofertasse o 2º ciclo do ensino médio para atender a demanda dos jovens que se formavam em nível ginásial nas duas escolas que existiam. Havia, portanto, uma lacuna educacional de uma década em que os concluintes do nível ginásial ficaram sem estudar ou tiveram que se deslocar para outros municípios. Essa situação obviamente prejudicava as famílias economicamente desfavorecidas. Havia ainda a necessidade de formar professores num grau mais elevado de ensino.

Com relação às fontes documentais ligadas à Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, a situação é similar ao que já foi exposto sobre a Escola Normal Ginásial. Existem mais documentos relativos a essa escola do que à primeira, no entanto, considerando o material documental produzido por uma instituição, podemos afirmar que há escassez de fontes. Atualmente, os documentos estão sob a responsabilidade do Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck. O material que a escola possui está bem organizado, no entanto sua quantidade é irrisória tendo em vista as duas décadas de funcionamento do Curso Normal Colegial. Em seis livros está registrada parte da história da escola. São livros de registro de matrículas e notas bimestrais e finais e uma única ata referente à cerimônia de instalação da biblioteca. Há também as pastas individuais dos alunos nas quais encontramos material diversificado como provas, exames de admissão, requerimentos e declarações que foram fontes valiosas. Assim como no Curso Normal Ginásial, não localizamos nenhum registro de

85 Destes, um era na sede, o Grupo Escolar Tiradentes. O Grupo Escolar Eurico Gaspar Dutra ficava no Distrito de Virmond e um terceiro Grupo Escolar no Distrito de Porto Santana.

86 As casas escolares normalmente eram reivindicadas pela população local e construídas em parceria entre os moradores e Prefeitura Municipal. Os moradores se responsabilizavam pela doação do terreno e madeiras para a construção do prédio escolar e a Prefeitura Municipal assumia o compromisso de pagar os vencimentos do professor, habitualmente um membro da comunidade e não habilitado.

87 Na verdade, na época havia duas escolas particulares: o Colégio Vicentino Santa Ana fundado em 1938 e a Escola Adventista cuja fundação havia sido na década de 1940 segundo ofício enviado pelo diretor José Newton da Silva (também professor da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia) ao prefeito solicitando uma “verba especial para subsidiar as despesas” pois sem elas “não poderemos continuar com os nossos já tradicionais serviços prestados a essa comunidade há mais de uma década” (ESCOLA ADVENTISTA, ofício s/nº, 1959).

atas de reuniões pedagógicas, reuniões de pais, atividades festivas, comemorativas ou cívicas, acervo fotográfico, registros de formaturas, memorandos recebidos do Serviço de Ensino Normal da SEED, ofícios recebidos ou enviados, livro de ocorrências relacionadas à discentes e docentes, registro de acervos bibliográfico e material, livro ponto, entre outros. Acreditamos que um dos motivos que pode ter causado esse extravio de material seja as mudanças de endereço pelas quais a escola passou, sem contar a falta de preparo e displicência de funcionários no arquivamento do material.

A Escola Normal Colegial foi fruto da aspiração de muitos educadores e líderes políticos do município de Laranjeiras do Sul. Pessoas que reconheciam a importância da educação e vislumbravam, na continuação dos estudos e elevação do grau de escolarização, meios de conquistar postos mais altos de trabalho. Entre essas pessoas, podemos citar os professores Amantino Carlos Stephanes, Sebastiana Maria Vieira e Ondina Pereira Folda. O ex-prefeito Arival Natel de Camargo também foi dos incentivadores e, com o advogado Gilson Carvalho, que foi o primeiro diretor da instituição, propôs um projeto para a criação de um estabelecimento que atendesse o segundo ciclo de formação de professores (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR GILDO ALUÍSIO SCHUCK, histórico, sem data).

Para Miguel

O plano dos cursos normais regionais era preparar o futuro professor, considerando que ele não havia cursado o ginásio mas que conforme previa a Lei Orgânica do Ensino Normal, poderia após concluir o normal regional, vir a cursar o normal colegial. Deste modo, pensava Pilotto que a política a ser seguida seria de, após formadas as primeiras turmas dos normais regionais, nas mesmas localidades e conservando tais cursos, abrir escolas normais colegiais e, ao mesmo tempo, difundir o ensino secundário (ginásio) (1997, p. 149).

Assim, a Escola Normal Secundária de Laranjeiras do Sul foi criada pelo Decreto nº 11.292 assinado pelo ex-governador Moysés Lupion em 11 de julho de 1957. No entanto, a solenidade de instalação ocorreu apenas no dia 15 de maio de 1958 no salão nobre do Grupo Escolar de Laranjeiras do Sul (antigo Grupo Escolar Tiradentes) que foi onde a escola iniciou suas atividades e permaneceu entre os anos de 1958 e 1959.

Pelo Decreto nº 20.226, de 22 de novembro de 1958 passou a denominar-se Escola Normal Secundária Dr. Leôncio Correia.⁸⁸ Mais tarde, não sabemos exatamente em que ano pois não encontramos registro, passou a denominar-se Escola Normal

⁸⁸ Homenagem ao escritor nascido em Paranaguá no dia 1º de setembro de 1865.

Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia até o final de sua existência e, conforme já indicamos, esta é a forma que utilizaremos para nos referirmos a ela nessa pesquisa.

A primeira turma da Escola Normal Colegial iniciou com 12 alunos e houve uma desistência durante o curso. Entre esses alunos estavam duas de nossas entrevistadas: Ondina Pereira Folda e Nair Brustolin que haviam se formado no Curso Normal Regional em 1946 e 1948 respectivamente. Essa primeira turma se formou em 1960 tendo como patronesse a diretora Anaracy Tizzot Penteado e patrono o professor Gilson Carvalho. A turma era formada pelos seguintes concluintes: Adolfo Tomé, Angelina Guedes, Edith Seixas Folda, Jurema Rocha Cordeiro, Elzi Chandoa, Marilza Andrade Gomes, Nair Brustolin, Ondina Pereira Folda, Silvia Martins Veigant, Isaura Gomes da Rocha Loures e Geni Ortiz Falkemback. Eram filhos e filhas de famílias tradicionais e pioneiras no município e muitas das normalistas já estavam casadas, eram mães e exerciam atividade docente no Grupo Escolar Tiradentes ou nas escolas isoladas do município como era o caso das professoras Ondina e Nair.

O corpo docente do primeiro ano de atividade era composto por Afonso Coelho, Gildo Aluísio Schuck, José Newton da Silva, Achilles Penteado, Mary E. Ors,⁸⁹ Sebastiana Maria Vieira e Antonio Roxo Filho. Não temos informações detalhadas sobre o grau de formação desses docentes, mas cremos que nem todos possuíam o ensino superior.

Quadro 4 - Professores que atuaram na direção da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia.

Período	Diretor (a)
1958	Gilson Carvalho
1959 a 1961	Anaracy Tizzot Penteado
1962 a 1966	Sebastiana Maria Vieira
1967 a 1972	Ondina Pereira Folda
1973 a 1975	Sebastiana Maria Vieira
1976	Neumar Carta Winter
1977 e 1978	Mirety Maria Xavier Carradore
1979	Arcelino Veronese
1980	Terezinha Mathilde Zempulski

Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos da Escola Normal Colegial localizados no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck.

⁸⁹ De acordo com a professora Ondina Pereira Folda, a professora de Música, Mary Ors, era natural do Canadá.

O quadro da página anterior sintetiza o tempo de direção exercido por cada um dos professores que administraram a instituição. Esses professores faziam parte do quadro de servidores do magistério ou eram contratados pelo Governo do Estado: Não temos informações acerca dos motivos que levaram às mudanças de direção da escola a não ser o depoimento da professora Ondina Pereira Folda que disse ter deixado a direção devido a sua aposentadoria. No entanto, por suas palavras é possível inferir que a direção era um cargo ligado a grupos políticos que estando em ascensão ou declínio, interferiam na indicação de diretores para a Escola Normal ou qualquer outra escola pública que existisse. Segundo a professora Ondina: “[...] eu sei que *pererequei*... não era fácil lidar com gente. Nos desfiles, por exemplo, alguns ajudavam e outros não iam ajudar. Era tipo um despeito” (FOLDA, 2014). Exerceram a função de assistentes técnicos as professoras Esther Araujo Cordeiro, Irene Emilia Faraco, Ondina Pereira Folda, Olga Marúcia R. Retcheski entre outras.

Em 1960, por falta de espaço, a instituição foi transferida para o local em que funcionava a Escola Normal Regional Floriano Peixoto em turno diferente daquela escola e lá permaneceu até 1972.

Mesmo que tardiamente, considerando que o Curso Normal Colegial funcionava desde 1958, “[...] para melhor cumprir com o objetivo da formação de professores para 1ª a 4ª séries, deu-se a criação da Escola de Aplicação, onde os alunos desenvolviam seu estágio de observação e participação” (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR GILDO ALUÍSIO SCHUCK, histórico sem data). Assim, em 24 de fevereiro de 1968, o governador Paulo Pimentel assinou o Decreto nº 9.090 criando a Escola de Aplicação de Laranjeiras do Sul, anexa à Escola Normal Dr. Leôncio Correia e “[...] a criação desta escola deve-se ao Inspetor Regional de Ensino Dr. Estanislau Novicki” (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR GILDO ALUÍSIO SCHUCK, histórico, sem data). Nessa época, ambas funcionavam numa estrutura antiga que no passado abrigara o Grupo Escolar Tiradentes e a Escola Normal Regional que havia sido cessada em 1967. Ambas, Escola Normal Secundária e Escola de Aplicação, funcionaram juntas nesse espaço entre os anos de 1968 a 1972. Estando a construção em péssimo estado, sendo reformada posteriormente pela Prefeitura Municipal, as escolas foram transferidas para espaços diferentes. A Escola de Aplicação passou para uma construção cedida pela Associação das Damas de Caridade e que anteriormente funcionava o Hospital de Caridade e a Escola Normal Secundária Dr. Leôncio Correia passou para as instalações do Ginásio Estadual Floriano Peixoto que possuía sede nova na Rua Paraná, ao lado da

Praça Governador Garcez, popularmente conhecida como *Praça do Cristo*.

Embora a principal razão de existência da Escola de Aplicação fosse a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, não localizamos o registro de nenhum projeto pedagógico ou atividade de estágio desenvolvido por alunos e professores da Escola Normal com os alunos da Escola de Aplicação. Localizamos apenas uma referência de atividade realizada pelos normalistas direcionada aos alunos da Escola de Aplicação: trata-se de uma apresentação de teatro em comemoração ao Dia da Criança. Essa atividade aconteceu nos salões da Escola Normal no mês de outubro de 1968 (*O INDEPENDENTE*, nº 359 de 19/10/1968). Aparentemente, apesar de dividirem o espaço por alguns anos, trabalhavam alheias uma a outra não cumprindo com o objetivo de sua criação. Também não localizamos esse vínculo nos depoimentos dos entrevistados. A única menção nos fez a professora Ondina Pereira Folda quando questionada sobre o campo de estágio dos normalistas e que reforça essa nossa interpretação:

Porque primeiro era só no grupo. A irmã dela⁹⁰ era diretora. Meio difícil, sabe? Não aceitava. Mas a Escola de Aplicação não durou muito, porque as alunas iam no grupo fazer a regência. [...] Foi pouco tempo e eu lembro que era diretora da Escola Normal e as vezes ia conversar com ela. Ela não levantava a cabeça para ouvir a gente (FOLDA, 2014).

O único registro em ata da Escola Normal Colegial que conseguimos localizar diz respeito às atividades alusivas às comemorações do 10º aniversário da instituição e foi redigido pela professora Nair Brustolin no dia 11 de maio de 1968. Na época, a professora exercia a função de secretária da escola e a direção estava a cargo da professora Ondina Pereira Folda. Ela relatou que houve sessão solene para abertura da exposição de trabalhos feitos pelos alunos e inauguração da Biblioteca da Escola Normal que foi batizada com o nome de Gildo Aluísio Schuck.⁹¹ Houve corte da fita, execução do Hino Nacional e descerramento do tecido que cobria a foto do patrono da Biblioteca, leitura de sua biografia e pronunciamento do prefeito senhor Alcindo Natel de Camargo. Na solenidade compareceu ainda o Juiz de Direito senhor José Vanderley de Resende que também se dirigiu aos presentes (*ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNICIO CORREIA, Ata de inauguração da biblioteca, 1968*).

90 A professora Ondina refere-se a professora Terezinha Mathilde Zempulski, irmã da professora Anastácia Leonora Brum que estava conosco no momento da entrevista.

91 Durante a nossa pesquisa, procuramos o acervo desta biblioteca tanto na Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski quanto no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck e não localizamos uma obra sequer.

Infelizmente, não encontramos registro do acervo dessa biblioteca e se ela foi constituída por meio de doações ou compra de livros e de onde provinha essa verba.

A maior parte das atividades da Escola Normal Colegial ocorreram no contexto pós Golpe de 1964, portanto dentro de um período de ditadura militar. No entanto, não nos foi possível apontar com exatidão a interferência do Governo dentro da escola a não ser no desenvolvimento de práticas cívicas e patrióticas como desfiles e comemorações alusivas à pátria, o culto aos “heróis” nacionais e a inserção de algumas disciplinas específicas no currículo como Organização Social e Política Brasileira e Educação Moral e Cívica. Segundo uma das entrevistadas: “[...] nós aqui do interior não sabíamos de nada que estava acontecendo aquilo, as perseguições e tudo mais. A gente não tinha televisão, no máximo um radinho. Pra gente tava tudo bom, tudo tranquilo” (MARCINKO, 2014). No entanto, há que se levar em conta que esse depoimento é de uma professora que à época era normalista, recém-saída da adolescência, portanto sem noção para compreender o contexto político daquele momento e as reais implicações impostas pela ditadura militar.

O novo prédio que abrigaria ambas as escolas (Normal Colegial e de Aplicação) foi construído em 1978 com 6 salas de aula em um terreno doado em 1973 pela Prefeitura Municipal na gestão do prefeito Rangel de Souza Muller. No entanto, quando se mudou para o novo local, foi também uma terceira escola: a Escola de Comércio Otaviano Amaral⁹² que funcionava no período noturno no prédio do Grupo Escolar Aluísio Maier. Essa situação de compartilhamento de espaços nunca foi novidade no Estado do Paraná. Em 1958, o governador Moysés Lupion assim se pronunciou:

Há, entretanto a lastimar desde já o congestionamento dos prédios escolares do interior, onde geralmente funcionam concomitantemente, num mesmo prédio, vários estabelecimentos de ensino: o Grupo escolar, o ginásio, o Curso Normal Regional, a Escola Normal e, as vezes, a escola de comércio (PARANÁ, Mensagem do Governador, 1958, p.148).

Com a mudança para o novo espaço, coincidentemente aconteceu também a desativação da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia. Conforme visto no capítulo II, a Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71 havia determinado que “Art.30 –

92 Otaviano Amaral nasceu no município de Candói quando este ainda era distrito de Guarapuava no dia 04 dezembro de 1900. Em 1937 mudou-se para a região trabalhando no comércio varejista e atacadista. Foi eleito vereador para a primeira legislatura da Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul tomando posse em 11 de novembro de 1947 sendo reeleito vereador em 1951. “Viveu para o bem, foi um idealista e deixou um lastro muito grande de obras e serviços. Homem probo, capaz, dinâmico e honesto” (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR GILDO ALUISIO SCHUCK, histórico sem data).

Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª a 4ª séries, habilitação específica de 2º grau” (BRASIL, Lei nº 5.692, 1971).

O Estado do Paraná optou por adaptar-se progressivamente a esta Lei conforme relatos do governador Jaime Canet Junior:

Dentro das recomendações da legislação que estabeleceu a Reforma do Ensino no país (Lei nº 5.692/71), a sua implantação em nosso Estado vem sendo feita de maneira gradativa. Obedecendo esta sistemática o D.E.P.G implantou em 1976, a citada Reforma em 86 municípios, totalizando, desta forma, 162 municípios já sob o novo regime. Para tanto, a SEEC proporcionou todas as facilidades para a organização dos planos de implantação, orientações sobre diretrizes e grades curriculares, normas para elaboração de calendários escolares e divulgação da nova documentação escolar, compatibilizada através do Sistema de Informações Educacionais e aprovada pelo Conselho Estadual de Educação (PARANÁ, Mensagem do Governador, 1977).

Desta forma, para proceder à implantação da Lei nº 5.692, o Paraná foi dividido em regiões denominadas Expansão I, II e III. Com essa sistemática, a SEED proporcionava os cursos com as orientações básicas⁹³ em várias áreas, desde a legislação até as orientações pedagógicas para que cada estabelecimento fizesse o seu Plano de Implantação da Reforma. Laranjeiras do Sul fazia parte da área Expansão III e foi um dos últimos municípios a se adequar a LDB. Isso explica porque a Escola Normal Colegial continuou funcionando e matriculando seus alunos até o ano de 1978.

Portanto, quando as novas instalações ficaram prontas houve uma readequação de estabelecimentos de ensino agrupando-se a Escola Normal e a Escola de Comércio. Estes estabelecimentos passaram a denominar-se Colégio Estadual Honório Babinski⁹⁴ – Ensino de 2º Grau que pelo parecer nº 292/78, processo nº 616/78 passou a oferecer as habilitações Plenas de Magistério (diurno), Contabilidade (noturno) e Básica em Agropecuária (diurno) com a implantação gradativa das 1ªs séries a partir de 1979. Cessariam então, as atividades da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia e do Colégio Comercial Otaviano Amaral.

Em 1980, o governador Ney Aminthas de Barros Braga amparado pela Resolução nº 35/77, pelo Parecer nº 098/77 do Departamento de Ensino de 1º Grau e

93 Aprofundaremos melhor esse tema no Capítulo III.

94 Honório Babinski nasceu em Erechim, Rio Grande do Sul, em 15 de novembro de 1909. Foi seminarista e ao abandonar a carreira eclesiástica tornou-se professor na localidade onde morava. Com a instalação do Território Federal do Iguazu, mudou-se para Iguazu no ano de 1945 e entrou para a vida pública sendo eleito vereador exercendo mandatos até sua morte no ano de 1955. Teve seis filhos entre eles o ex-prefeito municipal Amândio Zieger Babinski e o professor Elizeu Anacleto Babinski (PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, biografia, sem data).

pelo Parecer nº 292/78 do Conselho Estadual de Educação assinou o Decreto nº 2.483 autorizando o funcionamento do Complexo Escolar Dom Manoel Koenner⁹⁵ – Ensino de 1º e 2º Graus. Houve uma nova reorganização e a Escola de Aplicação e o Colégio Estadual Honório Babinski – Ensino de 2º Grau que ofertava as habilitações de Magistério, Contabilidade e Técnico em Agropecuária passaram a se constituir um único estabelecimento de ensino com a denominação de Colégio Professor Gildo Aluisio Schuck – Ensino de 1º e 2º Graus. Fazia parte do Complexo também o Ginásio Estadual de Laranjeiras do Sul que, nessa mudança, passou a denominar-se Escola Érico Veríssimo – Ensino de 1º Grau. O decreto nº 2.483 estabeleceu: “Em decorrência do disposto no artigo 1º, os estabelecimentos manterão em regime de extinção gradativa o funcionamento das séries referentes aos cursos regidos pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961” (PARANÁ, Decreto nº 2.483, 1980). Essa organização estava legalmente prevista pela Lei nº 5.692/71. A lei não se referia aos Complexos Escolares com essa nomenclatura, porém previu que diferentes modalidades e níveis de ensino poderiam funcionar num mesmo estabelecimento e apresentava três opções para realizar essa reorganização:

- a) reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas;
- b) a entrosagem e a intercomplementaridade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns e suprir as deficiências de outros;
- c) a organização de centros interescolares que reúnam serviços, disciplinas ou áreas de estudo comum a vários estabelecimentos (BRASIL, 1971, Art. 3º).

Assim, no Complexo Escolar Dom Manoel Koenner eram ofertados, de forma centralizada, o 1º e o 2º grau com as habilitações já citadas.

No ano de 1980, a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia formou a sua última turma. Dela faziam parte as seguintes normalistas: Abegail F. dos Santos, Bernadete Garçoa, Carol de F. Wolski, Carmen R. Safraider, Célia Solange S. Carvalho,

95 Dom Manoel Koenner nasceu na Alemanha no final do século XIX onde sagrou-se sacerdote da Companhia do Verbo Divino. Falava fluentemente nove idiomas. Foi nomeado monsenhor da Prelazia de Foz, mas em 1942 com a II Guerra Mundial foi preso e acusado de espionagem sendo mandado para a Ilha das Cobras no Rio de Janeiro. Libertado, veio para a cidade de Iguazu, então capital do Território e nova sede da Prelazia. Dedicou-se a praticar o bem. Montado num burro ou a cavalo, percorria o interior da diocese visitando capelas. Não media esforços em ensinar Educação Religiosa a todos sobretudo à infância e adolescência e ia pessoalmente às escolas ministrar a palavra de Deus. Participou do Concílio Ecumênico em Roma no início da década de 1960. Já com mais de 80 anos recolheu-se num seminário em Driburg Westphalen, na Alemanha, onde faleceu (COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR GILDO ALUÍSIO SCHUCK, histórico, sem data).

Elizabeth Levandoski, Ione M. Matesco, Imara F. Merísio, Lenir Trautmann, Lizete Posselt, Lucena Maria Meira, Maria Hilda Andrade, Maria Lucia S. da Silva, Marilei Monich, Marli Szychta, Maristela Veronese, Marlene Muzyka, Neida dos Santos, Noeli de Fátima Oliveira, Rosemary Navroski, Salete Mussoi, Sirlei Correia, Silvana F. de Almeida, Sonia Maria Kaczuk e Sueli Berger Kailer (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNCIO CORREIA, Relação de matriculados, 1980). Essa última normalista citada é uma de nossas entrevistadas.

Mais tarde, pela resolução secretarial nº 2.121, de 22 de abril de 1993, devido à municipalização, o 1º Grau do Colégio Estadual Professor Gildo Aluisio Schuck – Ensino de 1º e 2º Graus, ou seja, a Escola de Aplicação, passou a denominar-se Escola Municipal Padre Gerson Galvino funcionando anexo a esse estabelecimento de Ensino. O Colégio então passou a denominar-se Colégio Estadual Professor Gildo Aluisio Schuck – Ensino de 2º Grau oferecendo a Habilitação Específica para o Magistério em consonância com o ordenamento legal.

Assim, ao final do ano de 1980 estavam encerradas as atividades da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leônicio Correia, uma instituição que foi muito importante para o município no sentido de aumentar o nível de escolaridade da população de uma forma geral e da formação de professores, concorrendo para elevar a qualidade de ensino no nível primário.

CAPÍTULO III

ASPECTOS DA VIDA NO INTERIOR DAS ESCOLAS NORMAIS DE LARANJEIRAS DO SUL

Neste capítulo que encerra a pesquisa, procuramos analisar as relações existentes entre as Escolas Normais e o desenvolvimento e crescimento do município de Laranjeiras do Sul e região. Buscamos ainda, compreender de que modo a legislação educacional brasileira e paranaense e as políticas públicas chegaram, foram compreendidas e viabilizadas por essas instituições.

Para isso, nos propusemos a investigar o seu cotidiano; os conflitos, dificuldades e frustrações; a composição dos quadros docente e discente e as relações que se estabeleceram entre esses atores; métodos de ensino e os modelos curriculares; a expectativa da inserção no mercado de trabalho; os valores morais difundidos; os momentos de alegria e festividades e o impacto das ações pedagógicas, de entretenimento e filantrópicas realizadas por docentes e alunos das Escolas Normais na sociedade laranjeirense.

Optamos por analisar as duas instituições paralelamente por meio de algumas categorias. Isso se justifica pelo fato de que havia uma estreita relação entre as duas escolas e podemos percebê-la até mesmo nos depoimentos e nas histórias relatadas por nossos entrevistados. Os protagonistas (alunos e professores) da história dessas duas escolas se confundem e se mesclam na condição de discente ora de uma, ora de outra. Muitos deles acabaram ainda retornando a uma ou outra instituição (quando não às duas) na condição de docente, diretor ou membro da equipe administrativa e pedagógica. Há, portanto, uma simbiose no percurso histórico de ambos os estabelecimentos de ensino, fato este que não pode ser ignorado ou desconsiderado por quem se propõe a pesquisá-los.

Dessa forma, para cumprir o proposto, o capítulo foi organizado nas seguintes seções: 1. A estrutura física; 2. Os normalistas; 3. Os docentes e sua prática pedagógica; 4. Os exames de admissão; 5. As matrizes curriculares e programas; 6. Os estágios docentes; 7. A Escola de Aplicação; 8. As atividades extracurriculares, trabalhos complementares e eventos.

3.1 A estrutura física

“A Escola Normal, Regional funcionava atrás da Igreja Matriz. Até, por sinal a nova igreja foi construída depois. Nós saíamos da escola e passávamos pelas valetas da construção da matriz” (Teófilo Piaceski).

Desde a criação em 1946, até a desativação do Curso Normal Regional em 1967, a Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto teve apenas um endereço: funcionou de maneira improvisada e de certa forma precária em um casarão de madeira situado à Rua Marechal Rondon nas proximidades da Igreja Matriz Santana. Quando a escola foi instalada, nesse local também funcionava o Grupo Escolar Tiradentes, mais tarde transferido para uma sede própria inaugurada no dia 10 de setembro de 1956 (ESCOLA MUNICIPAL ALUISIO MAIER, histórico sem data). Desta forma, o Curso Normal Regional permaneceu naquele espaço sozinho entre os anos de 1957 a 1959. No entanto, de 1960 até 1967, ano em que foi desativada, dividiu as instalações com a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia.

A estrutura que abrigou as duas escolas por quase uma década não fora construída em 1946, mas apenas adaptada para receber os normalistas do Curso Normal Regional.

O Governo do Território na impossibilidade de construir rapidamente um prédio, para o C.N.R.⁹⁶ com os requisitos necessários, aproveitou um prédio escolar da capital, adaptando-o. Determinou que as aulas do C.N.R., os exercícios e demais atividades tivessem início na sede do Grupo Escolar “Tiradentes” no 2º turno, funcionando as aulas do Grupo no 1º turno. [...] Para que o Grupo Escolar Tiradentes servisse ao C.N.R., recebeu modificações necessárias a tornar o ambiente propício à educação de jovens. O Governo do Território forneceu carteiras para adultos, armários, mesas, um piano, vitrola e uma biblioteca que já possui mais de 500 volumes. Forneceu ainda fichas e cartões de matrícula, fichas de exame de saúde e aparelhamento para o serviço médico, bem como material para Educação Física. Desse modo, as instalações do C.N.R tornaram-se satisfatórias, permitindo o funcionamento regular dos trabalhos escolares (BRASIL, Território Federal do Iguaçú, 1947, p. 66 e 68, aspas no original).

Assim, embora a escola funcionasse provisoriamente junto ao Grupo Escolar, a

96 C.N.R refere-se a Curso Normal Regional e é usado em vários documentos, portanto aparece algumas vezes escrito desta forma na pesquisa.

intenção era construir, tão logo fosse possível, um moderno edifício para comportar essa instituição. Isso estava previsto no Regimento do Curso Normal Regional em seu artigo 3º: “O Curso Normal Regional funcionará em sede própria, na cidade de Iguazu, capital do Território, sob o regime de internato misto, a fim de receber alunos dos mais variados municípios” (BRASIL, Território Federal do Iguazu, 1947, p. 84). No entanto, não foi isso que aconteceu.

Na década de 1960, várias reportagens do único jornal local da época, apontavam para o descaso do poder público com as péssimas condições estruturais a que eram submetidos alunos, professores e funcionários. Referindo-se ao prédio, que na época era utilizado por ambas as escolas, assim se expressava o editor:

[...] não há mobiliário, os vidros estão todos quebrados, as portas, janelas e escadas estão caindo. Não há sequer carteiras para as alunas que chegam ao cúmulo de terem que escrever seus deveres nas soleiras das janelas. [...] Ora, se a falta de mobiliário é tão visível, que dizer sobre a falta de material didático, pois nem mapas existem nas salas de aula? [...] Ao que sabemos, na reunião de Foz do Iguazu o prefeito reclamou a construção de um prédio destinado ao funcionamento desses cursos (O INDEPENDENTE, nº 66 de 25 de março de 1962, p.5).

Infelizmente, em termos de instalações físicas das instituições de ensino, não houvera melhora desde que a professora Laudimia Trotta fizera o relatório das atividades da Divisão de Educação no ano de 1946, no qual expunha as dificuldades estruturais dos estabelecimentos de ensino. De acordo com as declarações das professoras Anastácia Leonora Brum⁹⁷ e Maria Izabel Marcinko,⁹⁸ havia ainda a falta de pessoal para cuidar da limpeza do prédio de modo que muita sujeira se acumulava durante a semana, até mesmo porque o local era cercado por chão de terra batida. Assim, eram comuns os mutirões de limpeza do qual participavam alunos e professores:

97 Anastácia Leonora Zempulski nasceu em Guarapuava- PR no dia 25 de fevereiro de 1936. Formou-se pela Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto no ano de 1954 e na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia em 1961. Casou-se no ano de 1968 com Abrilino Brum. Iniciou sua carreira ainda na adolescência como auxiliar de uma turma multisseriada de 3ª, 4ª e 5ª série no Colégio Vicentino Santa Ana em Laranjeiras do Sul. Como forma de pagamento por esse trabalho, recebeu cursos de Trabalhos Manuais e Datilografia. Foi professora na Escola de Aplicação, na Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto, Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia e Ginásio Estadual Floriano Peixoto. Atuou como secretária no Grupo Escolar Aluísio Maier. Também foi auxiliar administrativo na 46ª Inspeção Regional de Ensino. Aposentou-se em 1990 e atualmente reside em Laranjeiras do Sul - PR.

98 Maria Izabel Marcinko nasceu em Laranjeiras do Sul- PR no dia 07 de março de 1951. Formou-se pela Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto no ano de 1965 e na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia em 1968. Foi professora no Grupo Escolar Eurico Gaspar Dutra em Virmond – PR e na Escola de Aplicação desde o ano de 1972 até aposentar-se na década de 1990. Atualmente reside em Laranjeiras do Sul- PR.

Aquele tempo que a gente estudava na Normal Regional, a escola tinha necessidade de ter mais gente para o serviço e não tinha. Então se juntava alunos e professores pra fazer a *lavada* da escola quando era fim de semana, dependendo do tempo no fim do mês porque daí não dava pra tá gastando água a toa. Mas era tudo tão divertido porque todo mundo fazia! (BRUM, 2014)

Para que possamos compreender melhor a situação e o local em que essa escola desenvolveu suas atividades, elaboramos o quadro abaixo:

Quadro 5- Local e condição de funcionamento da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto.

Ano	Local	Observações
1946	Rua Marechal Rondon Laranjeiras do Sul	Dividiu espaço com o Grupo Escolar Tiradentes
1948 a 1956		Dividiu espaço com o Grupo Escolar Tiradentes
1957 a 1959		Funcionou sozinha
1960 a 1967		Dividiu espaço com a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia

Fonte: elaborado pela autora com base em depoimentos orais e documentos escritos.

A Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto jamais teve instalações apropriadas para seu funcionamento considerando que foi desativada em 1967, permanecendo portanto vinte e um anos num lugar, que no início, era tido como provisório.

Por sua vez, a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia iniciou suas atividades no ano de 1958 dividindo espaço com o Grupo Escolar Tiradentes (mais tarde Aluísio Maier) na Rua Capitão Antônio Joaquim de Camargo em prédio próprio daquela escola primária. No local funcionava ainda, desde fevereiro de 1957, o Ginásio Estadual de Laranjeiras do Sul e o Curso Normal Colegial permaneceu lá nos anos de 1958 e 1959. De acordo com depoimento dos professores Nair Brustolin⁹⁹ e Teófilo Piaciski,¹⁰⁰

⁹⁹ Nair Brustolin nasceu em Piratuba - SC no dia 27 de junho de 1931. Fez parte da primeira turma do Curso Normal Regional no ano de 1946. Formou-se pela Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto no ano de 1948 e na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia em 1960. Foi professora e diretora em escolas de ensino primário em Porto Barreiro, Virmond e Laranjeiras do Sul. Formou-se em Letras pelas Faculdades Integradas de Palmas – FACIPAL. Foi professora e secretária na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia e diretora no Colégio Estadual Floriano Peixoto. Exerceu o cargo de Secretária Municipal de Educação. Atualmente está aposentada e reside em Laranjeiras do Sul – PR.

¹⁰⁰ Teófilo Piaciski nasceu em no dia 28 de abril de 1942 em Laranjeiras do Sul - PR. Formou-se pela Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto no ano de 1958 e na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia em 1961. Foi professor do ensino primário e professor da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto. Formou-se em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava – FAFIG atual Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO. Foi diretor do

no ano de 1960 ele foi transferido para as instalações que ficavam atrás da Igreja Matriz nas quais funcionava o Curso Normal Regional. A mudança teria acontecido em decorrência da falta de espaço no Grupo Escolar e essa justificativa é plausível, pois conforme visto, as instalações comportavam três instituições de níveis diferentes: primário e 1º e 2º ciclo do ensino médio. Assim, de 1960 até 1972 a escola funcionou na Rua Marechal Rondon ao lado da Igreja Matriz Santana. No início de 1973, devido às condições estruturais do prédio,¹⁰¹ foi transferido para as instalações do Ginásio Estadual Floriano Peixoto na Rua Paraná, próximo à Praça Governador Garcez ou *Praça do Cristo*. Por sua vez, a Escola de Aplicação que, na época, funcionava anexa a ela desde 1968, foi transferida para a estrutura do antigo Hospital de Caridade.

Em 1978, a Escola Normal Colegial foi para a sua sede própria à Rua Espírito Santo em um prédio que abrigaria também a sua escola-modelo, a Escola de Aplicação. No entanto, por ironia, depois de vinte anos sofrendo com a falta de um espaço adequado e digno para alunos, professores e funcionários, no ano seguinte ao que foi remanejado para sua sede própria (1979), o Curso Normal Colegial iniciou seu processo de cessação gradativa para adequar-se à Lei nº 5.692/71.

Quadro 6 - Locais e condições de funcionamento da Escola Normal Colegial Est. Dr. Leônicio Correia

Ano	Local	Observações
1958 e 1959	Rua Cap. Antonio Joaquim de Camargo	Dividiu espaço com o Grupo Escolar Tiradentes e com o Ginásio Estadual de Laranjeiras do Sul (período noturno)
1960 a 1967	Rua Marechal Rondon	Dividiu espaço com a Escola Normal Ginásio Floriano Peixoto
1968 a 1972	Rua Marechal Rondon	Dividiu espaço com a Escola de Aplicação
1973 a 1977	Rua Paraná	Dividiu espaço com o Ginásio Estadual Floriano Peixoto
1978 a 1980	Rua General Espírito Santo	Em sede própria, dividiu espaço com a Escola de Aplicação e o Colégio Otaviano Amaral (período noturno) ¹⁰²

Fonte: elaborado pela autora com base em depoimentos orais e documentos escritos.

Colégio Comercial Estadual Otaviano Amaral e chefe da 46ª Inspeção Regional de Ensino. Foi eleito vereador para a gestão 1977-1979. Aposentou-se na década de 1990. Atualmente reside em Laranjeiras do Sul – PR.

101 Após a mudança das duas instituições, o prédio passou por reformas e entre os anos de 1975 a 1979, foi a sede da Escola Municipal Leocádio José Correia. Essa reforma ocorreu em 1973, no entanto estava prevista desde o ano de 1968 quando através do Decreto Lei nº 74/68 a Câmara havia autorizado o Legislativo a abrir um crédito especial para complementar a verba enviada pela FUNDEPAR (CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, Decreto-Lei nº 74, 1968).

102 Nessa época, devido a uma reestruturação legal, a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leônicio Correia e a Escola de Comércio Otaviano Amaral se transformaram em Colégio Estadual Honório Babinski.

Em depoimento, a professora Sueli Berger Kailer¹⁰³ fez uma observação sobre a utilização do espaço que não consta no quadro da página anterior porque acreditamos tratar-se uma situação passageira que ocorreu no ano de 1967, quando ambas as Escolas Normais funcionam no mesmo local. Ela afirmou que:

Eu fiz o primário no Aluisio Maier em 1967. Só que como lá não tinha lugar, eu estudei uma semana ali na Escola Normal. Isso quer dizer que mesmo o Aluísio se utilizou daquele espaço. Eu estudei uma semana ali até que nos chamaram de volta. Daí eu fui estudar no salão.
¹⁰⁴ Estudei um tempo no salão do Aluísio Maier das 11 as 14h. Turno intermediário (KAILER, 2014).

Essa situação relatada acima descreve bem a realidade que existia no município com a superlotação das escolas primárias e secundárias, a necessidade de turnos intermediários e a utilização de um mesmo espaço por dois ou até mesmo três estabelecimentos de ensino diferentes.

Desta forma, durante a década de 1970, até a mudança para o prédio próprio, as condições do casarão foram ficando cada vez piores devido a deterioração da estrutura que era toda de madeira e, para a qual não havia a devida conservação e atenção por parte das autoridades. Nas próximas fotos, podemos observar como era, no início da década de 1970, o interior dessa estrutura que desde a década de 1940, em quase todos os anos de sua existência, comportou juntas duas escolas: ora Escola Normal Ginásial e Grupo Escolar, ora Escola Normal Ginásial e Escola Normal Colegial e ora Escola Normal Colegial e Escola de Aplicação.

Na foto da página seguinte está o que poderíamos chamar de *lavabo* do casarão. Esse era o local onde os alunos faziam a higiene após, por exemplo, as aulas de Educação Física e o uso do banheiro. Pelo aspecto do local, percebemos que ele não

103Sueli Berger Kailer nasceu em Laranjeiras do Sul no dia 30 de maio de 1959. Formou-se na Escola Normal Colegial Estadual Leôncio Correia em 1980 fazendo parte da sua última turma. Atuou como professora da Escola Isolada Machado de Assis (localidade de Barra Mansa) no ano de 1976. Entre 1977 a 1980 foi professora de 1º ano na Escola Municipal Francisco Freitas. De 1981 a 1990 integrou a equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura na função de Supervisora Escolar das Escolas da Zona Rural e Urbana. Em 1991 retornou a Escola Municipal Francisco Freitas como docente. Em 1992 e 1993 exerceu o cargo de supervisora na Escola Municipal Teotônio Vilela. De 1994 a 2004 foi diretora na Escola Municipal Vereador Florindo Pellizzari. Em 2005 atuou como documentadora escolar e professora regente de classe na Escola Municipal Água Verde até outubro de 2006, quando novamente retornou a exerceu funções administrativas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Laranjeiras do Sul até abril de 2013. Atualmente é professora da Escola Municipal Água Verde e trabalha com uma turma de 1º ano no período da tarde e turma de Reforço Escolar e aulas de arte no 3º, 4º e 5º anos no período da manhã.

104Refere-se ao salão de eventos da Escola Aluísio Maier que era um lugar espaçoso e com palco para apresentações. Existe até hoje no Colégio Estadual Laranjeiras do Sul que agora ocupa aquele prédio.

apresentava as condições mínimas de higiene e conforto para alunos, professores e funcionários. A imagem confirma a falta de investimento das autoridades nessa estrutura que era tão importante para a educação laranjeirense considerando que além deste local, havia apenas dois prédios públicos que abrigavam escolas naquela época: o Grupo Escolar construído na década de 1950 e o Ginásio Estadual construído em meados de 1960. Naquele início da década de 1970 estava sendo construído o Ginásio Floriano Peixoto.

Fotografia 2 - Lavabo da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia no início da década de 1970.

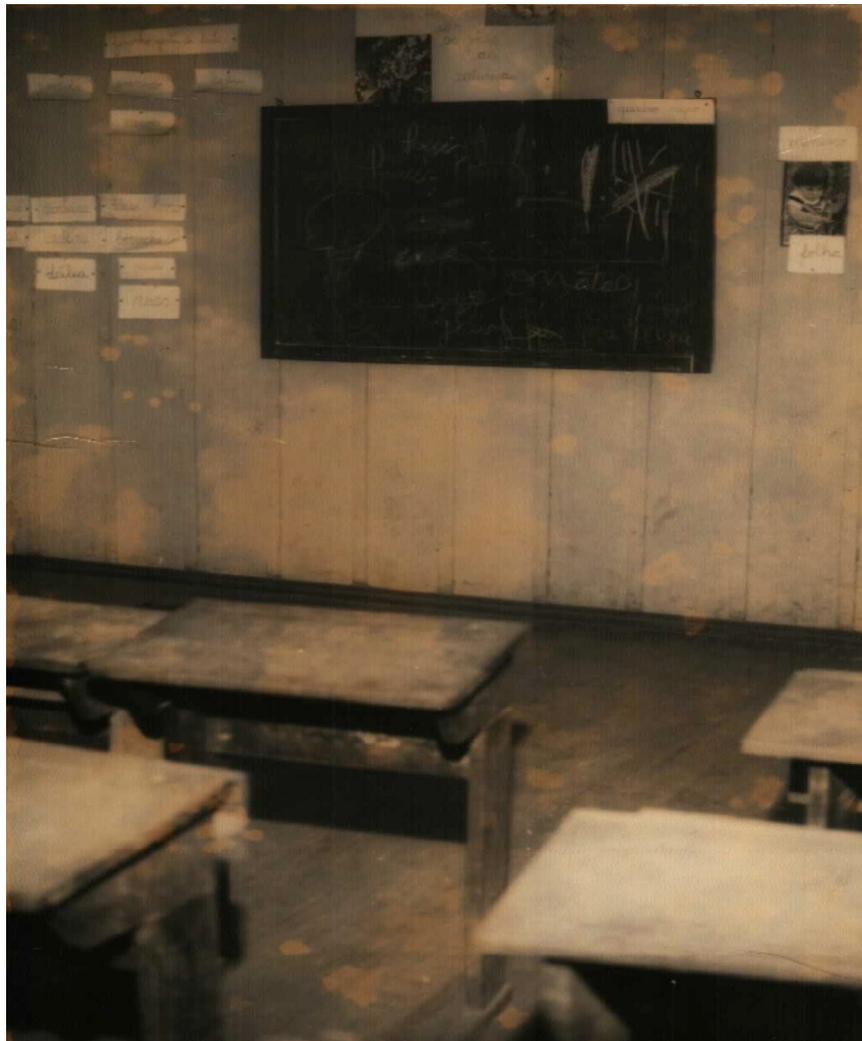


Fonte: Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski.

Conforme relatos dos entrevistados, as instalações sanitárias também eram precárias e localizadas fora do estabelecimento. Não havia banheiro com vaso sanitário, água encanada e tubulação de esgoto. Em depoimento, o professor Teófilo afirmou: “[...] os banheiros eram fora. Não tinha dentro do prédio” (PIACESKI, 2014).

Na próxima foto vemos as condições das salas de aula:

Fotografia 3 - Interior de uma sala de aula da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia no início da década de 1970.



Fonte: Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski.

Nas paredes observamos poucos cartazes relacionados à alfabetização, pois é provável que essa foto tenha sido tirada nos anos de 1971 ou 1972, quando Escola Normal Colegial e Escola de Aplicação dividiam o espaço em turnos diferentes.

Percebemos que as carteiras eram individuais, mas, na verdade, elas não obedeciam a um padrão determinado. A professora Maria Izabel assim se refere ao mobiliário: “[...] as nossas carteiras eram de madeira, de tábua bruta que sentava dois em cada, as vezes até três, nós éramos magrinhas, pequenininhas, dependendo da turma, até três! (risos)” (MARCINKO, 2014).

Outra fala da professora Maria Izabel sintetiza bem o seu pensamento acerca das

condições físicas da escola: “[...] não era conservado. Dava dó. Não tinha investimento em educação. Não sei como era feito aquilo. Não tinha nenhum investimento porque era muito precário” (MARCINKO, 2014).

No entanto, a professora Nair Brustolin que estudou no prédio nos anos de 1946 e 1948 e depois retornou entre 1958 a 1960 para concluir o 2º ciclo do Ensino Normal, não considera as instalações como ruins. Ela assim se referiu:

Era bom, salas boas. Eu não lembro que fosse ruim. As salas eram boas. Tudo de madeira, soalho, aquela varanda em volta. Só tinha uma salinha que era mais complicada que era do lado de cá e tinha que subir uma escadinha pra ir na salinha. Dia de chuva a escada ficava do lado de fora. E tinha um saguão bonito onde faziam as festas (BRUSTOLIN, 2014).

Além de ser uma questão subjetiva, a divergência de opinião das duas professoras quanto ao estado do prédio pode ser explicada pelos anos em que cada uma lá estudou.

Em 1978, houve a mudança para o novo prédio, no entanto, inferimos que ele não havia sido construído de acordo com o projeto, pois quase no final de sua existência, a falta de espaço continuava a preocupar direção, professores e alunos da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia. Por meio de ofício, a diretora Terezinha Zempulski solicitou ao prefeito Benjamin Stankiewicz que reivindicasse “[...] junto à FUNDEPAR, a ampliação do prédio destinado à Escola Normal, atualmente com 06 (seis) salas de aula, para que o mesmo seja concluído *conforme a planta*, o mais breve possível” (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNCIO CORREIA, ofício nº 07, 1980, grifos nossos). No anexo deste ofício estão expostos os motivos da solicitação:

Motivos pelos quais pedimos a ampliação da escola:

1º- A Escola Normal (em extinção) deu motivo à reorganização das Escolas de 2º Grau, as quais funcionam em 02 (dois) períodos (diurno e noturno) com 03 habilitações: Magistério e Agropecuária (diurno) e Contabilidade (noturno);

2 – Para o período noturno – Contabilidade, foram matriculados alunos para 12 turmas e a escola possui apenas 06 salas; as outras 06 turmas utilizam salas de aula da Escola Aluisio Maier – Ensino de 1º grau, a uma distância aproximada de 1000m. (local onde sempre funcionou o Colégio Comercial Estadual Otaviano Amaral também em extinção);

3- A dificuldade para elaborar o horário, para que não coincida com o horário dos outros locais onde os mesmos professores lecionam;

4- A dificuldade de cumprir a contento o horário, uma vez que os

professores devem se dirigir de um prédio para o outro;
5- A dificuldade para usar o material didático, bem como a biblioteca, os mesmos para serem utilizados por todos;
6 – A dificuldade encontrada pela direção para administrar uma escola em 02 (dois) locais ao mesmo tempo (ainda no noturno).

Observações:

1- Para os próximos anos, 12 salas de aula já não comportarão o número de alunos previstos, principalmente para o noturno, onde a procura é bem maior uma vez que os alunos trabalham de dia só podendo estudar à noite;

2- Além de salas de aula, precisamos também de salas especiais (laboratório, escritório modelo para contabilidade, biblioteca) bem como um Salão Nobre para reuniões, festas, aulas de música, de ginástica (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNICIO CORREIA, Anexo do ofício nº 07, 1980).

Como pudemos perceber durante o desenvolvimento desta seção, infelizmente a situação relatada e vivida nas Escolas Normais era também a realidade de todas as instituições escolares da rede pública municipal e estadual de Laranjeiras do Sul. E o caso do município não era isolado uma vez que acontecia em todo o Brasil demonstrando o abandono do Poder Público e o descaso com a educação que refletia na precariedade das escolas públicas que funcionavam em prédios improvisados e sem a mínima estrutura, embora o desafio de aumentar o nível de escolaridade da população houvesse se acelerado a partir de meados do século XX. É notório que as esferas governamentais não davam conta de resolver o problema do aumento da demanda por escolas ocasionada pelo processo de urbanização e democratização do ensino.

Desta forma, durante as duas décadas de funcionamento do Curso Normal Regional e do Normal Colegial, possuir uma infraestrutura que comportasse adequada e confortavelmente a realização de todas as atividades escolares e extraescolares não passou de aspiração de alunos, professores e direção. Permaneceu como um sonho a ser conquistado.

3.2 Os normalistas

“Enquanto você está falando, eu fico aqui no saudosismo. Pensando...”(Suely Berger Kailer).

O perfil dos sujeitos que compunham as Escolas Normais em Laranjeiras do Sul

no papel de discentes foi se alterando com o passar do tempo, no entanto, não perdeu a característica feminina que havia se consolidado no Brasil no início do século XX. As turmas da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto e Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia sempre foram mistas, embora muitas das fontes localizadas, artigos de jornal e documentos, por exemplo, se refiram apenas *às normalistas*. Podemos observar também que a concepção da docência como profissão essencialmente feminina fica clara na fala da maioria dos entrevistados que se referem aos estudantes do Curso Normal como *as professoras, as meninas* ou simplesmente *as normalistas*. No entanto, na pesquisa, optamos por utilizar o termo *os normalistas* considerando que houve representatividade masculina e inclusive, temos um normalista entre os entrevistados.

No início das atividades do Curso Normal Regional em 1946, este era o único a oferecer a formação de professores no nível ginásial em todo Território Federal do Iguazu que era uma área de tamanho considerável conforme visto no capítulo anterior. Desta forma, em seu primeiro e único ano de funcionamento como instituição federal, o Curso Normal Regional recebeu alunos de todos os municípios e também de algumas vilas que compunham o Território. Por essa razão, fez-se necessário que muitos deles passassem a morar na capital, Iguazu. Assim,

“[...] as alunas ficaram como pensionistas das Irmãs, em pavilhão construído e aparelhado com todo o material necessário, pelo Território. Os rapazes foram instalados em prédio residencial adaptado e aparelhado também pelo Governo”¹⁰⁵ (BRASIL, Território Federal do Iguazu, 1947, p. 66).

Tudo era mantido pela administração do Território que, inclusive, fornecia o uniforme para os alunos. Com relação aos primeiros normalistas, Laudímia Trotta escreveu:

Onde chegavam alunos do C.N.R para eles todas as atenções e carinho. Festas, churrascos, sessões de cinema eram organizados para amenizar as saudades que os alunos deviam sentir dos seus lares e parentes distantes. Não houve férias juninas, para que pudesse ser cumprido o programa, mas o governo auxiliou a vinda de vários pais à Capital, para que visitassem seus filhos (BRASIL, Território Federal

105“Todos os alunos do C.N.R vindos dos municípios de Foz do Iguazu, Clevelândia, Xapecó e Mangueirinha, foram mantidos pelo Governo, sendo as despesas do pensionato de Cr\$ 102.519,30 com as alunas e Cr\$ 24.341,00 com os rapazes” (BRASIL, Território Federal do Iguazu, 1947, p. 64). Ao final de 1946, extinto o Território é provável que os alunos procedentes de outros municípios tenham retornado aos seus lugares de origem, pois o Curso Normal Regional ficou inativo em 1947, só retornando ao funcionamento em 1948 já com dependência administrativa do Governo do Estado do Paraná.

do Iguaçu, 1947, p. 68).

Ainda de acordo com o relatório “dos 90 alunos matriculados, três se afastaram do curso, um por moléstia e dois por mudança de residência” (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 68). O curso funcionava, portanto, em regime de internato e externato. No entanto, não eram apenas os alunos que moravam em outros municípios que permaneceram no internato em 1946. Segundo relatos orais da professora Nair Brustolin, embora morasse na capital, Iguaçu, ela também ficou interna:

[...] inclusive eu fiquei em internato. Meus pais moravam lá pra baixo. Não era tanto interior, mas ficava longe, sabe? Uns três, quatro quilômetros daqui. Hoje é Gramadinho parece que lá. Daí meu pai preferiu que eu ficasse interna (BRUSTOLIN, 2014).

Os motivos que levaram os jovens a se tornarem normalistas no decorrer de duas décadas foram os mais variados. Tanto o Curso Normal Regional quanto o Curso Normal Colegial, foram os primeiros a ofertar os seus níveis de ensino no município de forma que, no início não havia escolha para quem quisesse avançar nos estudos a não ser entrar no Curso Normal Regional ou Colegial, conforme o caso. É importante ainda ressaltar que houve um *hiato educacional* de mais de uma década entre a formatura da primeira turma do nível ginásial (1946) e o início da oferta do nível colegial (1958) atrasando a conclusão dos estudos em nível médio dos jovens do município.

Questionados acerca dos motivos que os levaram a optar pelo Curso Normal, os entrevistados não foram unânimes. O professor Teófilo Piaciski assim se referiu ao Curso Normal Regional, no qual entrou no ano de 1955:

[...] não tinha outra opção. Era só essa escola que existia de 5ª a 8ª¹⁰⁶ e a gente ingressou lá. A professora de Didática insistia em fazer aula prática e eu dizia: 'não, eu não vou ser professor. Eu não quero saber disso aí'. De repente, acabei ficando (risos) (PIACESKI, 2014).

Concluído o ginásial, o professor Teófilo ingressou no Curso Normal Colegial que era o único que ofertava o 2º ciclo do ensino médio no município. Conforme seus relatos:

[...] só estudava. Eu não tinha intenção de lecionar. Daí pra tanto que depois de concluir o Normal Dr. Leôncio Correia que era o 2º grau eu concluí em 61. Quando foi em 65, abriu o 2º grau que era a Escola de Contabilidade que hoje tá anexo ao Gildo, mas antes era a Escola

106O professor se refere ao 1º ciclo do nível médio, ou seja, o ginásial.

Otaviano Amaral. Aí eu fiz Contabilidade (PIACESKI, 2014).

A professora Anastácia reforça as palavras dele quanto à falta de opção:

Porque não tinha outra coisa pra gente fazer mesmo. E daí muita gente hoje recorda das coisas, fui professora e isso e aquilo. Já foi me dito mesmo porque não tinha o que ser a não ser, ser professor! Não tinha campo pra você escolher, eu gosto mais disso vou ficar lá. Mas particularmente tenho saudade do tempo em que comecei a trabalhar (BRUM, 2014).

Embora a professora afirme satisfação com sua vida profissional, o motivo da escolha pelo Curso Normal é clara: falta de opção. Porém, alguns relatos indicam a escolha pela profissão docente. Ao ser questionada sobre o interesse na docência, uma das professoras disse: “[...] e se voltasse hoje, vou te dizer...seria professora de novo! (risos). Eu gostava muito do que eu fazia, sabe? Nossa! A escola pra mim era tudo!” (BRUSTOLIN, 2014). Na mesma direção está o depoimento da professora Maria Izabel: “Lá no Érico Veríssimo já tinha o ginásio. Eu lembro que uns colegas estudaram no Érico Veríssimo. Mas eu escolhi fazer o magistério. Essa escola que tinha magistério. [...] eu sempre achei muito bonito ser professora” (risos) (MARCINKO, 2014).

A falta de opção para o trabalho feminino era uma realidade; o mercado de trabalho para as mulheres, à época, se restringia à poucas atividades profissionais e entre elas se encontrava a docência. Além da questão da docência estar ligada aos cuidados maternos, outro fator que contribuía para a sua afirmação como trabalho indicado às mulheres era a possibilidade de trabalhar num turno de 20 horas (apenas período da manhã ou tarde) enquanto o outro período poderia ser dedicado ao trabalho no lar sem que isso afetasse a vida doméstica, a criação dos filhos ou o casamento. A possibilidade dessa harmonia entre vida profissional e pessoal era perfeita para as mulheres que queriam conciliar esses dois aspectos no seu cotidiano.

O caso da professora Sueli Berger Kailer foi um pouco atípico em relação aos demais entrevistados. De todos, ela foi a única que não cursou o Normal Ginásial até mesmo porque o curso já havia sido desativado quando ela tinha idade para frequentá-lo. Em depoimento relatou:

Eu comecei em 1975. Fiz o 1º ano da Escola Normal. Em 76 eu estava fazendo e desisti no final do ano. Daí em 77 eu fiz Contabilidade e desisti também. Em 78 eu não estudei. Em 79 eu voltava ou eu perdia, porque daí 80 era o último ano da Escola Dr. Leôncio Correia. Voltei em 79 e 80. Então foi 75, 79 e 80 (KAILER, 2014).

Pela trajetória diferente dos outros entrevistados, tendo feito o Curso Normal em anos alternados e também fazer parte da última turma da Escola Normal Colegial, o depoimento da professora Sueli nos foi fundamental para fazer a ligação entre início e cessação do curso e ainda descobrir particularidades da Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul com relação às escolas isoladas e os professores leigos. Questionada acerca de como soube do *fim* da Escola Normal ela afirmou:

[...] eu já trabalhava na época. Em 1976 eu trabalhei no interior. Naquela época não precisava ter o magistério completo. [...] se eu não me formasse, não podia continuar sendo professora. A prosa que circulava era que não aceitavam mais professoras leigas porque daí já tinha o HAPRONT.¹⁰⁷ A Secretaria Municipal de Educação estava fazendo alguma coisa para capacitar essas professoras leigas e quem não estava fazendo, tinha que se capacitar através da Escola Normal Leôncio Correia. Aí eu voltei e continuava trabalhando. Então eu acho que fiquei sabendo através de contato com professores, colegas e o pessoal da Educação [Secretaria de Educação]. Ou eu voltava, ou eu perdia (KAILER, 2014).

Depois de formados no Normal Ginásial ou Colegial, nem todos os normalistas assumiam a docência como profissão. Entre as razões que os desmotivavam, além das dificuldades como baixos salários e distância, podemos citar o estado precário em que se encontravam as escolas isoladas. Destacamos que as escolas isoladas não estavam apenas no interior e distantes da sede do município: algumas se localizavam nos bairros mais afastados do centro urbano.

O editorial do jornal *O Independente* em novembro de 1966 trazia a seguinte matéria:

De um leitor do distrito de Erveira recebemos reclamação no que se refere a uma casa escolar ali existente e que funciona num paiol, que nos dias de chuva tem goteiras, em toda sua extensão. Na escola estão matriculados mais de 20 alunos e são obrigados em sua maioria a assistir a aula em pé e, quando chove agrupam-se a um canto e mesmo assim saem pingando de molhados. Além do mais o local é de difícil acesso e o trator ali esteve por conta do município, mas quando estava a 1.500 metros foi retirado para atender pedido do chefe político de

107Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação em 25 de outubro de 1976, o projeto HAPRONT – Habilitação de Professor não Titulado - foi executado pelo CETEPAR. O projeto visava a capacitação de recursos humanos para o ensino de 1º grau onde se verificava a falta de competência de professores não titulados. Através do projeto, buscou-se habilitar os professores por meio do ensino a distância, adotando novas metodologias para a atuação nas primeiras séries, de modo a obter melhor formação desses profissionais. Na época, dados apontavam o número de 25.094 professores leigos, ou seja, professores atuantes no Paraná sem a formação específica na área ou na disciplina de atuação (COSTA, 2012).

Rio da Prata. Na mesma informação nosso leitor esclarece que para o lugar denominado Cabo Roxo foi mandado uma professora para lecionar, sendo que os pais dos alunos arranjaram lugar para funcionar a escola mas foi exigida uma mensalidade de CR\$ 100,00 de cada pai de aluno e por isso a professora retornou (O INDEPENDENTE, nº 260, de 26 de novembro de 1966, p.1).

Desta forma, embora já houvessem regentes formados no município desde o ano de 1946, estes nem sempre iam para o interior o que fazia com que as aulas nas escolas isoladas fossem assumidas por professores sem formação, os chamados leigos. Foi o que ocorreu com a professora Nair Brustolin que assumiu uma turma em escola isolada, enquanto ainda era normalista do Curso Regional¹⁰⁸ aos 17 anos de idade: “nós trabalhávamos aqui [sede do município] como substitutas e daí eu fui pra onde hoje é Porto Barreiro, Barreirinho. Comecei lá. [...] Voltei para terminar a Escola Normal Regional em 1948. Daí estadual. Já não era mais federal” (BRUSTOLIN, 2014).

Uma década após o início das atividades da Escola Normal Regional Floriano Peixoto, e já com muitos profissionais formados, permanecia a situação de precariedade em relação aos professores leigos e esse fato não passava despercebido pelas autoridades, especialmente o Poder Legislativo. Um decreto baixado pela Câmara Municipal naquele ano apontou e procurou amenizar esse problema visto que não o enfrentava diretamente:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a mandar examinar todos os professores municipais, por ocasião da realização do Curso de Aperfeiçoamento de Professores Primários, no Grupo Escolar desta cidade.

Art. 2º – Fica ainda o Poder Executivo autorizado a entrar em entendimentos com o Snr. Inspetor de Ensino, para o mesmo avisar todos os professores municipais para fazer o referido Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 3º – *Ficam suspensas as nomeações de professores não portadores de diploma de 4º ano primário* (CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LARANJEIRAS DO SUL, Decreto-Lei nº 29, 1958, grifos nossos).

Ou seja, embora no discurso houvesse a preocupação com a qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade e já existissem profissionais formados, contraditoriamente a Prefeitura Municipal continuava contratando professores leigos para o exercício da docência. Mas por que isso acontecia? Esse exame citado pela lei

¹⁰⁸Devido ao fechamento do Curso Normal do ano de 1947, a professora ficou esse ano sem estudar e assumiu aulas na localidade de Barreirinho, hoje município de Porto Barreiro.

municipal foi realizado e a prefeitura se viu em situação difícil para encontrar uma solução, pois alguns professores examinados não obtiveram a nota mínima estipulada. Por meio do ofício nº 80/59 enviado ao presidente da Câmara de Vereadores em 14 de maio de 1959, o prefeito Alcindo Natel de Camargo demonstrava toda sua preocupação:

Com o presente estou encaminhado a essa Câmara, a inclusa relação e os resultados do exame de suficiência, que foi realizado no Curso de Aperfeiçoamento do professor primário.

Solicito dessa Câmara que se pronuncie a respeito da exoneração das professoras que não tiveram média para passar no exame.

Devo esclarecer aos nobres vereadores que existem professoras antigas que já tem estabilidade e em caso de exoneração, esta Prefeitura, de acordo com a legislação do trabalho, tem que indenizá-las para poder exonerar.

Outro assunto é a grande dificuldade que vem tendo esta Prefeitura, com a falta de professores, pois temos aproximadamente seis escolas com falta de professoras, *visto que as moças que cursaram o Curso Normal Regional, nem todas se sujeitam a ir para o interior do município.*

Ressalvando, portanto, os que tiveram nota muito baixas - que não é possível de maneira alguma continuar – mas dos outros creio que até se ter professores competentes deveríamos conservar para que o município não fique com muitas escolas fechadas.

Nessas condições, deixo o caso para que os nobres vereadores deliberem como acharem de direito (PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, ofício nº 80, 1959, grifos nossos).

O teor do ofício reforça a situação singular que ocorria: ao mesmo tempo em que havia muitos normalistas formados no Curso Normal Regional, os mesmos não tinham tanta disposição para enfrentar as adversidades oriundas da docência nas escolas isoladas considerando que as privações além das já citadas, eram também apontadas em documentos localizados na Câmara Municipal de Vereadores: a maioria era abastecida por água de poço, com janelas e portas quebradas, sem mesa para o professor e carteiras para as crianças, tomadas pelo mato que crescia ao redor e com estradas praticamente intransitáveis. Ou seja, não havia o menor incentivo para que os recém-formados normalistas abraçassem essa vida de privação e sofrimento. No caso específico, citado acima, dois dias depois, em 16 de maio de 1959, a Câmara Municipal por meio do Decreto-Lei nº 16/59 autorizou o município a manter os professores leigos até que se pudesse substituí-los por professores titulados.

Ainda no de 1959, no dia 3 de novembro, em mensagem à Câmara de Vereadores o prefeito Alcindo Natel de Camargo apresentou o seguinte quadro educacional:

[...] contamos atualmente com 70 escolas municipais, fora o Grupo Escolar da sede e os três do interior do município. As escolas isoladas estão dando instrução primária a 2.182 crianças, fora as matriculadas nos Grupos Escolares. Nesta parte do ensino, que julgo ser a mola mestra do progresso de um município, tive a grande satisfação de instalar e fazer funcionar o Ginásio Estadual e a Escola Normal Secundária (PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, mensagem à Câmara Municipal de Vereadores, 1959).

Havia, portanto, uma demanda por profissionais da educação para trabalhar no expressivo número de escolas existentes e havia também esse profissional formado. No entanto, a demanda não era suprida pelos fatores que citamos acima.

Mas não era apenas nas escolas isoladas que havia professores sem formação adequada. Isso, no início, acontecia até mesmo no Grupo Escolar Tiradentes, na sede. De acordo com depoimento da professora Ondina Pereira Folda

[...] só com o 4º ano primário. Dai passei pro Estado com o 4º ano primário. Fiz o concurso e passei. Me nomearam professora do Estado. Fui lá perto de Marreca dos Índios, trabalhei num lugar chamado São Pedro, e me casei. Aí meu marido pegou uma loja chamada *Bazar Iguaçu* e fomos com a loja para Laranjeiras e eu fui dar aula no Grupo Escolar de lá. Então o Território me aproveitou. Entrei para o curso de formação de professores como eles falavam (FOLDA, 2014).

A situação de professores não habilitados permaneceu no Grupo Escolar por algum tempo. Podemos inferir pelo depoimento da mesma professora de um fato ocorrido após 1946:

Uma pessoa de ouro! [...] Uma *finesse*, uma educação! Ela¹⁰⁹ se formou aqui em Curitiba. Até uma vez ela ofendeu todas nós. Nós eramos formadas no Regional, né? Só ela era formada normalista aqui em Curitiba, no Colegial e nós éramos aqueles *refuguinhos* lá. Numa reunião do Grupo ela falou: “eu não sou dessas professorinhas feita a machado”. Eu tinha uma amiga chamada Iolanda Mendes, daí ela cochichou pra mim: “você ainda tem esse cursinho de porcaria de Regional, eu nem isso tenho...” (FOLDA, 2014).

Pela fala da professora Ondina, inferimos que tanto leigos quanto professores formados no Curso Normal Regional e no Colegial conviviam e trabalhavam juntos no Grupo Escolar. Essa era uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que havia

109Embora a professora Ondina houvesse citado o nome da professora, optamos por deixar no anonimato.

regentes e professores formados, a falta de pessoal qualificado era visível. Embora a partir do ano de 1960, com a formatura da 1ª turma do Normal Colegial o problema de professores leigos no Grupo Escolar tivesse sido atenuado, pois havia docentes habilitados e interessados na docência naquela instituição, nas escolas isoladas essa situação continuava ocorrendo.

O fato se confirma nos dois trechos abaixo. O primeiro publicado no jornal local e assinado pelo Inspetor Regional de Ensino, Rangel de Souza Muller:

A Inspeção Regional de Ensino, tendo em vista a falta de professores habilitados na região, solicita a todos os regionalistas e normalistas de Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu e Catanduvas,¹¹⁰ que não estão exercendo a profissão que se apresentem na Inspeção Regional a fim de serem fichados e posteriormente aproveitados (O INDEPENDENTE, nº 162 de 20 de junho de 1964, p. 5).

No ano seguinte, outro aviso da Inspeção Regional informava que:

A Inspeção Regional de Ensino está a procura de candidatos para frequentarem Curso de Treinamento para Supervisores Técnicos de professores leigos a realizar-se em Curitiba em data ainda não estipulada. O professor supervisor técnico receberá uma gratificação mensal de CR\$ 30.000 (trinta mil cruzeiros). Condições: normalista colegial, 5 anos de magistério. Os interessados deverão procurar a Inspeção Regional de Ensino para maiores esclarecimentos (O INDEPENDENTE, nº 251 de 18 de dezembro de 1965, p. 3).

Nessa época, meados da década de 1960, a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia já havia formado mais de 60¹¹¹ normalistas e outros tantos tinham o diploma de regente para o ensino primário emitido pela Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto. Para Hervatini

As Escolas Normais no Paraná, sobretudo no interior do Estado, foram incumbidas de formar professores para o ensino primário nas regiões produtivas emergentes. Era imperioso que os professores paranaenses formados pelos Cursos Normais em suas localidades de origem, de lá não se evadissem, para continuarem sua atuação profissional e sua escolaridade e com isso garantir à população de idade escolar primária

110Esses eram os municípios que faziam parte da 46ª Inspeção Regional de Ensino que foi criada pela Lei nº 4.460 de 06 de novembro de 1961. No entanto, somente em março de 1964 foi nomeado o primeiro Inspetor senhor Rangel de Souza Muller exercendo a função até sua exoneração publicada no Diário Oficial do Estado em 13 de setembro de 1967.

111O número exato de normalistas formados pela Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia até o ano de 1965 pode ser visualizado na página 171 (quadro 7). Devido à falta de fontes, não conseguimos informar o número exato de normalistas formados no Curso Normal Ginásial até aquela data. Mas, fazendo um exercício de dedução e imaginando que a cada ano se formaram no mínimo 10 alunos, em 1965 esse número se aproximava de 200 regentes formados pela Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto.

e aos adultos a permanência em suas comunidades rurais e centros urbanos menores (2011, p. 56).

Ainda a mesma autora, amparada pelas orientações que Erasmo Pilotto havia feito nas décadas de 1940 e 1950 aos professores do Estado do Paraná afirma que:

[...] o conhecimento da realidade das comunidades do interior e dos seus problemas seriam observados e analisados, para que fossem apontadas propostas de intervenções e soluções. A postura de líder comunitário, preocupado com a melhoria da qualidade de vida dos alunos e de suas famílias, seria desenvolvida pelos regionalistas (2011, p. 123).

Ou seja, no município de Laranjeiras do Sul, o Curso Normal Regional na realidade não exerceu seu papel de fazer do regente de ensino um líder da comunidade, para que interferisse não apenas sobre os alunos, mas que, expandindo sua atuação para fora da escola, agisse sobre sua família a fim de melhorar as condições de vida dos moradores do meio rural. Isso não ocorria porque normalmente quem fazia o Curso Normal Regional também fazia o Normal Colegial e quando optava pela carreira docente procurava exercê-la nos Grupos Escolares. Esse foi um fenômeno que aconteceu não apenas no município, mas em todo o Estado do Paraná.

Os normalistas sofriam também com a questão da ingerência política. Em 1969 uma coluna da Prefeitura Municipal publicada no jornal *O Independente* critica a gestão anterior, pelo apadrinhamento dos professores leigos o que resultaria em perdas para a educação, ao afirmar:

“Como podemos observar, o ensino primário em Laranjeiras do Sul mostra-se em péssimas condições isto porque a maioria dos professores das Escolas Municipais não possuem nem mesmo o curso primário completo. Não se sabe como. As professoras sem competência e que exerciam o cargo por mera proteção política fatalmente deverão deixar o lugar às competentes, visto como seção moralizadora será feita” (O INDEPENDENTE, nº 373, de 1º de março de 1969, p.3).

Essa era uma situação grave de descumprimento da Lei Estadual nº 4.978, de 5 de dezembro de 1964, que criou o Sistema Estadual de Ensino e previu que:

Art. 122 - Os professores regentes de ensino, diplomados por escolas normais de grau ginasial, não podem ser, a partir da data desta Lei, nomeados ou removidos para grupos escolares de aplicação.
Parágrafo único – Somente quando não existirem no município

professores normalistas diplomados em número suficiente é que poderão ser nomeados ou removidos para os grupos escolares ou escolas de aplicação, professores regentes de ensino ou não diplomados com autorização, mediante exame de suficiência, para exercer o magistério primário (PARANÁ, 1964).

No início daquele ano de 1964 assim se expressou, acerca dos professores leigos, o Secretário de Educação e Cultura do Paraná, Véspero Mendes, em relatório apresentado ao governador Ney Braga:

O magistério primário dispõe de 12.355 professores normalistas e de 13.791 professores sem habilitação, somando 26.146. Nota-se a presença marcante do professor leigo, pela cifra desalentadora, fato comum em nossa Pátria. Mesmo no Ensino médio. O referido professor apesar disso, é necessário, não só pela carência de docentes habilitados, como pelas circunstâncias do longínquo interior onde apenas se encoraja de morar quem é originário da região. Embora inabilitado, heróica e, não raro, sua presença (PARANÁ, Mensagem do Governador, 1964, p. 7).

No início da década de 1970 ocorreu no município o *Curso para Treinamento de professores não titulados*, cuja 1ª etapa se iniciou com abertura solene no dia 20 de fevereiro de 1970. O curso era uma parceria entre Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação e Cultura, por meio do Serviço de Supervisão de Ensino e Prefeitura Municipal (COORDENAÇÃO DO CURSO, ofício s/nº, 1970). No entanto, pelo depoimento da professora Sueli Berger Kailer, concluímos que essa situação se estendeu ainda até meados da década de 1980 com uma política endossada pela Prefeitura Municipal que era responsável pelas escolas isoladas. Na contratação de professores para essas escolas eram feitos testes seletivos. Questionada sobre os requisitos para realizar o teste ela afirmou:

[...] na verdade não precisava ter nada. Você tinha que passar naquele teste. Conseguir a média. Eu lembro que nós [a Secretaria de Educação] ficamos muito tempo com professor que tinha 3º, 4º ano primário. Fazia aquele teste. Em 1976 eu estava no 2º ano da Escola Normal. Fiz o teste seletivo e comecei a trabalhar. Em 80 eu terminei o curso e em 81 comecei a trabalhar na Secretaria de Educação. E lá a política continuou a mesma. Principalmente no interior. Era assim: tinha uma comunidade com tantos alunos e não tinha professor. Vinha uma pessoa da comunidade, tinha um teste padrão lá. Fazia o teste e se conseguisse a média, começava a trabalhar. No interior, continuou muito tempo o professor leigo (KAILER, 2014).

Mas, seu depoimento aponta ainda para a contratação de professores sem formação para atuar na área urbana na década de 1970:

Trabalhei no interior em 1976 e em 1977 eu estava sem trabalhar. Então, nesse ano a Neidinha,¹¹² foi chamada para trabalhar no Santana [Colégio Vicentino]. Ela trabalhava lá na Francisco Freitas¹¹³ inaugurada em 1976. A Neidinha foi chamada e não tinha professora e eu tava fazendo Contabilidade de noite e de dia querendo trabalhar. Daí a Neide foi lá em casa e perguntou se eu não queria trabalhar. Eu entrei na Francisco Freitas sem nada, sem teste, sem nada porque eu já tinha trabalhado um ano. Eu simplesmente fui e comecei a trabalhar e fui ficando e fiquei. Quando eu passei no teste [no ano anterior] me deram assim um negocinho amarelo pequenininho que tinha os conteúdos do ano inteiro. Eu não sabia de nada e aquilo ali era o Programa. Tudo você tinha que descobrir. Não tinha um curso de formação, uma capacitação. E principalmente quem estava estudando: se vire... (KAILER, 2014).

Com relação ao número de normalistas que cursaram a Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto ao longo das duas décadas em que ela funcionou, não conseguimos fazer o levantamento de dados em razão da inexistência de livros de registro de matrículas, livros de chamada, livro de registros de exames finais ou qualquer documento mais preciso. Nas pastas individuais dos alunos encontramos documentos, mas que não nos possibilitou a elaboração de um quadro em virtude da inconsistência de dados. Exemplificando: normalistas que sabíamos ter frequentado todo o Curso Normal Ginásial possuíam apenas registros na 1ª e 2ª série e nada que comprovasse sua passagem pela 3ª e 4ª série do estabelecimento. Desta forma, julgamos por bem não organizar uma tabela.

No entanto, elaboramos um quadro com o demonstrativo das turmas e número de alunos que frequentaram a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia em toda sua existência (1958- 1980). Ele foi construído tendo como referência o resultado final por série de cada ano letivo localizado nos livros de registro de notas da escola. Refere-se apenas ao número de alunos que concluíram o ano e não ao total dos matriculados. Desta forma, não consta o registro dos abandonos e transferências expedidas, situações que elevariam o número de matrículas. As letras A, B e C referem-se às diferentes turmas de uma mesma série, fato que ocorreu em alguns anos letivos.

112Refere-se a professora municipal Neida dos Santos que também fez parte da última turma da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia.

113Escola Municipal Francisco Freitas inaugurada em 1976 na Vila São Francisco. Foi desativada em 2010 por localizar-se entre duas outras grandes escolas municipais e apresentar um baixo índice de matrículas.

Quadro 7- Relação de turmas e alunos matriculados na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leônicio Correia entre os anos de 1958 a 1980¹¹⁴

	1ª série			2ª série		3ª série		Total de matrículas
1958	12			Não houve matrícula		Não houve matrícula		12
1959	19**			14*		Não houve matrícula		33
1960	13*			16**		11*		40
1961	12*			8		15**		35
1962	23*			13*		7*		43
1963	19*			11*		12*		42
1964	16			9		9		34
1965	11			11*		8		29
1966	15			11		10*		36
1967	19			12		10		41
1968	A 21	B 24*	C 15*	22*		9		91
1969	A 24**		B 28	A 25*	B 24**	22*		123
1970	A 25		B 21	A 23*	B 20*	36		125
1971	A 23	B 18	C 18	A 15	B 15	A 20*	B 20	129
1972	A 24		B 23	A 20*	B 21	25		113
1973	26			39*		A 20	B 18*	103
1974	32			32		34		98
1975	25			24		22		71
1976	23			20		26		63
1977	23*			23*		20		66
1978	23*			22		22*		67
1979	Não houve matrículas			26*		21*		47
1980	Não houve matrículas			Não houve matrículas		25		25

Fonte: elaborado pela autora com base em documentos da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leônicio Correia.

114 Os símbolos * e ** ao lado do número de normalistas referem-se respectivamente: * quando havia um normalista do sexo masculino e ** quando havia dois normalistas do sexo masculino na referida turma.

A elaboração desse quadro, além de nos permitir calcular o número exato de normalistas que se formaram nesse estabelecimento, nos permite analisar visualmente, algumas situações específicas como, por exemplo, os alunos do sexo feminino e os anos em que houve maior número de alunos e turmas. Ao observá-lo, percebemos que a partir do ano de 1968 o número de matrículas elevou-se sensivelmente chegando a dobrar. A conclusão a que podemos chegar é que um dos motivos para esse aumento é a cessação da oferta do Curso Normal Ginásial em 1967. Na falta de outro curso de formação de professores, embora o outro fosse em nível ginásial, optava-se pelo Normal Colegial. Questionada sobre essa situação, em depoimento, a professora Ondina Pereira Folda, à época diretora da Escola Normal Colegial afirmou que:

Foi assim: tinha professoras que não eram formadas. Então, elas eram professoras e eram alunas da Escola Normal. O que não era formado tava arriscando perder o lugar quando as normalistas saiam. Elas só tinham o primário. Algumas tinham o ginásio. [...] Eu incentivei. Eu comecei a ir nas escolas convidar as professoras para entrar na Escola Normal e muita gente foi. Daí aumentou bastante (FOLDA, 2014).

O que foi dito pela professora Ondina é confirmado legalmente pelo artigo 122 da Lei Estadual nº 4.978 de 05 de dezembro de 1964 que impossibilitava os regentes de serem nomeados ou transferidos para os Grupos Escolares, conforme citado anteriormente. A lei não era aplicada no município de acordo com as situações anteriormente expostas, mas certamente se sentiria mais seguro o professor que tivesse a formação adequada, garantindo seus direitos. Embora a lei permitisse, e considerando que seria muito útil para os professores que já se encontravam atuando em sala de aula, em todo seu período de existência, a Escola Normal Colegial Dr. Leôncio Correia não ofereceu turmas no período noturno. De acordo com a professora Ondina Pereira Folda: “[...] sempre foi de dia. Eu lembro que um tempo nós tentamos abrir no noturno para elas poderem frequentar e houve uma reclamação. Daí a Inspetoria disse que não podia ser a noite” (FOLDA, 2014). No quadro da página anterior, é possível observar ainda que, depois desse período de ascensão, a partir do ano de 1974 inicia um declínio na procura pelo curso de formação de professores no momento em que o Estado do Paraná se preparava para adequar-se à Lei nº 5.692/71.

Nos documentos e registros das duas escolas encontramos o nome de algumas religiosas que cursaram tanto o ginásial quanto o colegial. Todas eram provenientes de

outras regiões do Paraná, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. Concluímos que eram irmãs Vicentinas, como são chamadas as religiosas que pertencem à Congregação conhecida como Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. Essa congregação administrava e ainda administra, em Laranjeiras do Sul, o Colégio Vicentino Santa Ana fundado em 1938 e provavelmente, quando para o município foram transferidas, assumiram turmas naquele colégio necessitando de formação adequada. Na Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto encontramos o registro das seguintes religiosas, conhecidas como *irmãs*: Mafalda Damin, Olanda Emygidio de Paula, Ernesta Tommasini, Graciosa Bigolin e Miguelina Rodrigues. Na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia há o registro das religiosas: Alice Bertoldi, Ana Jozviak, Joana Marquetti, Josefa Naconeczny, Leandrina Soares de Souza, Helena Mendes Cardoso, Mafalda Damin e Izeta Zanolla.

Quanto à naturalidade dos normalistas, podemos afirmar que a grande maioria era paranaense. Verificamos todas as 507 pastas de alunos matriculados na Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto e utilizamos a 1ª série como referencial obtendo os seguintes dados: 295 alunos eram paranaenses (76%), 42 gaúchos (13%), 51 catarinenses (10,25%), 2 paulistas (0,5%) e 1 mineiro (0,25%). Com relação aos alunos da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, verificamos as pastas de 473¹¹⁵ alunos que em algum momento passaram pelo estabelecimento. Utilizamos também como referencial a 1ª série na qual, pelas pastas verificadas, foram matriculados 338 paranaenses (71,5%), 53 gaúchos (11,5%), 73 catarinenses (15%) e 7 paulistas (1,5%). Há também o registro de duas alunas de origem estrangeira (0,5%): naturais da Áustria, Maria Krutschock foi matriculada na 1ª série em 1961 e sua irmã Lubomira Krutschock, em 1965.

A LDB nº 4.024/61 flexibilizou a passagem de um curso a outro orientando que: “[...] será permitida aos educandos a transferência de um curso de ensino médio para outro, mediante adaptação, prevista no sistema de ensino” (BRASIL, Lei nº 4.024, 1961, Art. 41º). Com a flexibilização dada pela lei, havia a transferência de alunos de outros cursos para os Cursos Normais: havia alunos que cursavam três anos no Ginásio Estadual de Laranjeiras do Sul¹¹⁶ e faziam a 4ª série na Escola Normal Ginásial Floriano

¹¹⁵Não verificamos a totalidade das pastas em virtude de que, provavelmente com a mudança em 1978 e readequação da Escola Normal e da Escola de Comércio que se transformaram em Colégio Honório Babinski, as pastas foram arquivadas juntas por ordem alfabética e ano. Calculamos ter analisado 1/3 do número de pastas existentes.

¹¹⁶Ginásio Estadual de Laranjeiras do Sul foi criado em 13 de setembro de 1950 pelo Decreto nº 12.003, assinado pelo Governador do Estado Moysés Lupion e pelo Secretário de Educação e Cultura

Peixoto. No Curso Normal Colegial, os alunos vinham transferidos da Escola Técnica de Comércio Otaviano Amaral¹¹⁷ bem como de outros estabelecimentos de outros municípios.

A Lei nº 4.024/61 não fazia restrição quanto a idade para o ingresso nos Cursos Normais, porém em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal no parágrafo único do artigo 21 determinava: “Não serão admitidos em qualquer dos dois cursos, candidatos maiores de vinte e cinco anos”. (BRASIL, Lei nº 8.530, 1946). Com relação à idade dos normalistas, as instituições do município não seguiram à risca a Lei Orgânica e a professora Ondina Folda é um exemplo. Ela entrou para o Curso Normal Regional em 1946 quando tinha 23 anos e estava dentro da idade limite imposta pela lei, no entanto iniciou o Curso Normal Colegial em 1958, aos 35 anos. Pelos seus depoimentos, inferimos que o caso dela não foi exceção, pois ela afirma que *as normalistas*: “[...] já não eram meninas. Eram professoras de sala de aula” (FOLDA, 2014).

Fotografia 4 - Normalistas da 3ª série do Curso Normal Regional do ano de 1946.



Fonte: BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 67.

Erasmio Pilotto. No entanto, passou a funcionar apenas em 18 de fevereiro de 1957, tendo como sede o Grupo Escolar de Laranjeiras do Sul, (antigo Grupo Escolar Tiradentes). Em 1966 passou para sua nova sede construída na Rua Marechal Rondon onde permanece até hoje com o nome de Escola Estadual Érico Veríssimo – Ensino Fundamental (ESCOLA ESTADUAL ÉRICO VERÍSSIMO, histórico sem data)

¹¹⁷Criada em 1965 pela Lei Municipal nº 01 publicada no Diário Oficial do Estado em 18 de fevereiro e assinada pelo prefeito senhor Alcindo Natel de Camargo (PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, Lei nº 01, 1965).

Pela necessidade da formação para continuar atuando, as professoras, já adultas, retornavam aos estudos no Curso Normal Colegial. Pela fotografia anterior e a seguinte, acreditamos que alguns normalistas admitidos no ano de 1946 já haviam alcançado a idade limite de 25 anos, mas foram admitidos pela urgência na habilitação de professores. Sentada à esquerda no canto da foto anterior está a normalista Ondina Pereira Folda aos 23 anos. O uso do uniforme, a disposição das pessoas e sua postura, bem como a presença do então governador Frederico Trotta, sua esposa Laudímia Trotta diretora da Divisão de Educação do Território (à sua direita) e a diretora da Escola Normal Regional Jandira Coutinho (à sua esquerda) garantem um ar solene à foto. Ao fundo, em pé, estão três homens: dois são professores que não foram identificados e um normalista, uniformizado.

Tanto no Curso Normal Regional quanto no Normal Colegial era obrigatório o uso de uniforme e havia a inspeção rígida quanto ao comprimento das saias e o uso completo das peças que o compunham, bem como o seu devido asseio. No ano de 1946, o uniforme foi fornecido pelo governo do Território.

Fotografia 5 - Normalistas da 2ª série do Curso Normal Regional no ano de 1946.



Fonte: BRASIL, Território Federal do Iguçu, 1947, p. 67.

Quanto ao uniforme, um dos entrevistados contou:

[...] sei que de 5ª a 8ª usamos. Os homens usavam uma calça amarela e a túnica amarela, túnica tipo soldado. E daí a gente era de pouco recurso. Então a mãe disse: “Vá no alfaiate, mande fazer esse uniforme, mas que ele faça bem comprido”. Durou os quatro anos. No começo a manga passava do braço, depois a manga tava na metade do braço e tinha que usar (risos) (PIACESKI, 2014).

Embora o depoimento do professor Teófilo se refira a um fato ocorrido há mais de uma década depois que a foto anterior foi tirada, é possível inferir que o uniforme adotado permaneceu semelhante entre os anos 1940 e 1950. Os normalistas nos extremos da foto estão vestidos de forma a lembrar a descrição feita por ele como “túnica tipo soldado”.

Na foto seguinte, apesar do único normalista aparentemente estar sem uniforme, pelas normalistas podemos observar que o modelo adotado não mudou muito até o final da década de 1950.

Fotografia 6 - Normalistas da 4ª série na escadaria da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto (1959)¹¹⁸



Fonte: Acervo pessoal de Anastácia Leonora Brum

¹¹⁸A ex-normalista Maria Rosa Rodacki, cunhada da professora Anastácia Leonora Brum, nos ajudou na identificação dos normalistas dessa fotografia na qual ela se encontra. Segundo ela, estão faltando dois alunos e uma aluna nessa foto.

Na foto da página anterior estão os seguintes normalistas: embaixo da esquerda para a direita: Nelci Bombardeli, Iraci Tocolini, Aline Radeski, Maria Rosa Rodacki, Amélia Bartoski, Jucélia Gomes, Zulmira Popia, Vanda Radeski, Terezinha Duarte, Edite Kiljander e Luiza Marcinko. No meio, da esquerda para a direita: Jandira Rezende, Maria Ozima de Oliveira e Leoni Aires. Acima também da esquerda para a direita: Neli Piemontez, Jacob Marques e Terezinha Tomé.

Podemos perceber que as meias brancas foram incluídas no vestuário. Mais tarde também, as gravatas passaram a ser bordadas com as iniciais C.N.R e C.N.S conforme o caso e esse detalhe encontramos também em outras pesquisas acerca das Escolas Normais paranaenses. O uso do uniforme marcou um período histórico “[...] em que o universo escolar emanava uma representação social, assumida pela cultura brasileira vigente, de ordem e de nacionalismo ao se buscar homogeneizar a população brasileira” (HERVATINI, 2011, p. 88).

Já na década de 1970, o uniforme continuava a ser adotado pela Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, no entanto mudara, deixando de ser a tradicional saia com pregas: “[...] nós tínhamos agasalho. Dessa malha que a gente usa até hoje. Era azul- marinho com listra branca. Calça e jaqueta também. E a camiseta branca com o emblema da escola pintado (KAILER, 2014).

Dois trechos de depoimentos nos são muito significativos e com eles encerramos essa seção. O primeiro é da professora Nair Brustolin:

[...] hoje eu estive pensando assim: me deram uma direção de escola e eu era uma criança. Eu lecionava lá. Eu tava no colégio das irmãs, parava no colégio para lecionar. Daí não sei o que aconteceu com o diretor de lá e pediram pra eu substituir e eu fui...pra guerra! (risos) (BRUSTOLIN, 2014).

E do alto de seus 92 anos de idade, a professora Ondina Pereira Folda nos fez rir com sua fala engraçada, porém carregada de sentido da importância do professor na primeira metade do século XX: “[...] ela saiu da sala e disse pra mim: 'Dona Ondina...'. Porque eu sempre fui a *dona*. Fiquei velha desde criança. Professora com 14 anos e já era *Dona Ondina*” (FOLDA, 2014).

Ambos os depoimentos denotam o quanto era importante oportunizar a formação adequada a esses professores que iniciavam suas carreiras tão cedo e em meio a tanta adversidade.

3.3 Os docentes e sua prática pedagógica

“Como a gente tem saudade e valoriza o trabalho dos professores!” (Maria Izabel Marcinko)

Em 1946, o Regimento Interno da Escola Normal Regional reservava a Seção III para estabelecer normas e diretrizes quanto ao corpo docente da instituição e em seu artigo 12 afirmava que: “O corpo docente do C.N.R será constituído por professores devidamente registrados no Ministério de Educação e Saúde” (REGIMENTO INTERNO DO CURSO NORMAL REGIONAL, Território Federal do Iguazu, 1946). O Decreto-Lei nº 8.530- Lei Orgânica do Ensino Normal afirmava em seu artigo 49: “Deverão os professores do ensino normal receber conveniente formação, em cursos apropriados, em regra de ensino superior” (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.530, 1946) e a Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61 estabelecia no seu artigo 59 que: A formação de professores para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica” (BRASIL, Lei nº 5.692, 1961). Já em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus previu:

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª a 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 1ª a 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada pela licenciatura de 1º grau, obtida em curso de curta duração;
- c) em todo ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação, correspondente à licenciatura plena (BRASIL, Lei nº 5.692, 1971).

Embora as normas para a constituição do corpo docente estivessem previstas legalmente, não foi essa a realidade encontrada nas Escolas Normais pesquisadas. O que verificamos é que havia tentativas de adequar-se minimamente a elas, no entanto sem condições de cumpri-las na íntegra.

A regra que se estabeleceu com o passar do tempo foi a contratação de professores não habilitados nas áreas das disciplinas que ministravam. No entanto, o corpo docente contratado no ano de 1946 para atuar no Curso Normal Regional era

formado basicamente por professores graduados que vieram do Rio de Janeiro.¹¹⁹

Em 1948 quando a escola foi reaberta sob a responsabilidade do Governo do Estado, não era fácil encontrar professores com graduação nas áreas necessárias, pois muitos haviam retornado aos seus locais de origem devido à extinção do Território Federal do Iguaçu. Desta forma, eram procuradas pessoas graduadas em áreas que nem sempre tinha relação com as disciplinas que ministrariam, sendo contratados médicos, advogados, dentistas, padres e também licenciados em áreas diversas. Na falta de graduados, eram escolhidas pessoas consideradas capazes para o cargo e que possuíam, no mínimo, o grau de ensino para o qual ministrariam aulas. Muitos desses professores acabaram se tornando importantes para a sociedade laranjeirense, sendo admirados e não raras vezes homenageados postumamente como é o caso dos professores Gildo Aluísio Schuck, Elizeu Anacleto Babinski e Jorge Barreiro.¹²⁰

Ao serem questionados quanto a contratação dos professores, uma entrevistada assim se manifestou: “Eles traziam as credenciais deles, né? Diploma, não fazia teste. Eram nomeados de acordo com a capacidade e o curso que tinham. Apresentavam o diploma, o certificado, o currículo” (BRUSTOLIN, 2014).

Maria Izabel Marcinko confirma essa informação e acrescenta:

Que fosse mais capacitado e que gostasse de trabalhar. Eu acho que ele¹²¹ gostava de dar aula porque trabalhava mais dando aula do que no consultório dele. Trabalhou bastante o professor Ruy. Daí tivemos mais um professor que era de Português que também faleceu era marido da Dona Leda, o Dr. Jorge Barreiro que era advogado. Ele tinha umas aulinhas lá na Escola Normal. Formação como docente, que tinha curso superior era o Dr. Jorge e o professor Ruy, mas nenhum era na área (MARCINKO, 2014).

119Deste quadro apenas três eram da região: Matilde Boscardin do Valle (Geografia Geral e Geografia do Brasil) que também era diretora do Grupo Escolar Tiradentes, Dalila de Carvalho (Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e Atividades Econômicas da região) e Irmã Genoveva Valenga (Desenho). Não conseguimos fontes que informassem sobre a área de formação desses docentes (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947).

120Os três professores morreram precocemente. Gildo Aluísio Schuck era gaúcho de ascendência alemã e mudou-se para Laranjeiras do Sul em 1957. Formado em Letras e Filosofia, era um homem culto e falava fluentemente cinco idiomas. Faleceu em 1963, aos 27 anos vítima de colite. Foi homenageado dando seu nome à escola onde havia lecionado por cinco anos. Elizeu Anacleto Babinski nasceu em Laranjeiras do Sul – PR no ano de 1944 e faleceu em agosto de 1969, aos 25 anos, vítima de acidente de automóvel próximo ao município de Guarapuava. Formado em Contabilidade, foi professor de Matemática em escolas de ensino secundário de Laranjeiras do Sul e também fundador da União Laranjeirense de Estudantes Secundaristas (ULES) órgão criado em março de 1962. Quando faleceu, exercia o cargo de Secretário de Finanças da Prefeitura Municipal. A Biblioteca Pública Municipal recebeu seu nome. Jorge Barreiro era gaúcho. Formado em Direito na área criminalística, em Laranjeiras foi professor secundário, redator do jornal *O Independente* e vereador pelo MDB. Foi casado com Leda Barreiro, também professora. Faleceu no dia 25 de dezembro de 1968 em Palmeira das Missões - RS em decorrência de um acidente de automóvel. Em sua homenagem, uma rua e a sala do Júri do Fórum de Laranjeiras do Sul levam seu nome.

121A professora refere-se ao professor Ruy Luiz Faé que era formado em Odontologia.

Fotografia 7 - Professora Java Coelho de Souza Poletto diretora da Escola Normal Regional Floriano Peixoto (em pé) acompanhada da professora Iracenise Branco (sentada ao seu lado esquerdo) durante evento da Escola Normal Regional. Sem data.



Fonte: Acervo pessoal de Anastácia Leonora Brum

Embora nem sempre possuíssem a formação adequada para exercer a atividade docente e com poucos recursos disponíveis para suas aulas, de uma forma geral, os professores das Escolas Normais se mostravam bastante empenhados:

O empenho dos professores era excelente. A formação que tivemos acho que foi muito boa considerando que a gente não tinha quase fonte de pesquisa, não tinha quase nada. Era tudo esforço dos professores, coitados. Tudo que eles buscavam sabe Deus onde e era só esforço deles assim porque a gente não tinha nada. A gente ia pra aula com um caderninho e as canetas. Era só o esforço deles. E nós tivemos professores muito bons. Dona Ondina era um exemplo. A dona Leda que era professora de Fundamentos da Educação que a gente dizia, era a parte de Didática. A dona Olga Retcheski uma excelente professora, o professor Ruy. Porque eu não sei onde eles buscavam os livros deles para poder transmitir pra nós porque era muito precário (MARCINKO, 2014).

A professora Nair Brustolin, que além de normalista ministrou aulas de Educação Física, Matemática, Estatística e Ciências na Escola Normal Colegial, lembra em seu depoimento: “[...] a escola precisava! A gente estudava. Estudou no curso da gente, mas não estava aperfeiçoado para aquela matéria. Tinha que estudar pra dar aulas. E estudar com um lampiãozinho (risos) (BRUSTOLIN, 2014). Embora lecionasse na

Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, a professora Nair graduou-se apenas na década de 1970 e no curso de Letras, ou seja, uma área não afim as disciplinas que ministrara.

A professora Anastácia também contou sua experiência docente dizendo que no ano seguinte a sua formatura na Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto (1954), assumiu disciplina naquele curso:

[...] porque depois que eu terminei o curso, foi me dado aulas de Educação Artística porque na época não tinha professor. E como eles viram que, graças a Deus a gente tinha *jeito pro negócio*, então fui ocupada muito cedo. E daí também na época quem tivesse condição de serviço tinha aula. Tanto é que tínhamos padres que eram professores (BRUM, 2014).

Em seu depoimento, ela confirma o que também havia sido dito pela professora Nair, acerca das dificuldades que encontravam para dar aula sem a devida formação:

[...] quando eu estava fazendo a Escola Normal Colegial Dr. Leôncio Correia, daí *mudou o figurino* porque as matérias como Técnicas do Lar e coisas assim, que não dava o número só de Educação Artística, até Técnicas e coisas assim foi me dado também. A gente tinha que batalhar pra dar conta (BRUM, 2014).

Segundo a professora Ondina Pereira Folda era difícil encontrar professores e muitos ela convidou pessoalmente para trabalhar na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, enquanto estava na direção. A rotatividade não era muito acentuada, pois, segundo ela, os professores deixavam a docência no Ensino Normal apenas quando mudavam de cidade.

Com formação deficiente, poucos recursos visuais (mapas, esqueletos, globos, etc) e instalações adequadas como laboratórios e bibliotecas com bons acervos, o que sobrava para os professores era uma metodologia baseada na cópia, ditado e memorização dos conteúdos, ou seja, o ensino tradicional. Muitos deles se serviam também de desenhos feitos no quadro e cartazes para tornar a aula mais atraente. A maioria dos entrevistados confirma que grande parte dos professores tinha um livro com o qual preparava as aulas. No entanto, os alunos contavam apenas com cadernos, lápis e canetas: “[...] livro só o deles mesmo. Eles tinham livrinho que eles montavam as aulas deles e era giz e o quadro-negro” (MARCINKO, 2014). Porém, já na década de 1970, alguns professores adotavam livros que eram comprados pelos alunos conforme depoimento da professora Sueli Berger Kailer:

[...] quadro, giz, o livro didático. A gente tinha livro, a gente comprava. Eu lembro que tinha o de Biologia que era da professora Maria do Belém. Era um livro pequeno, não muito grosso. Aí a professora vinha com o material dela. Passava no quadro os textos. A professora de Matemática fazia os exercícios no quadro pra copiar no caderno. A professora de Didática também passava os textos. Não tinha livro (KAILER, 2014).

No entanto, do ponto de vista de quem organizava a escola e coordenava esses professores, ou seja, a direção das Escolas Normais, nem sempre se podia dispensar apenas elogios aos docentes. Sobre um determinado professor, a professora Ondina Pereira Folda afirmou que “[...] uma aluna se queixou que ele era áspero. Mas era o jeitinho dele. Não tinha didática nenhuma, o coitadinho. Não tinha formação para estar em sala de aula” (FOLDA, 2014). Com relação a questão metodológica do professor, havia a preocupação do Serviço de Ensino Normal da Secretaria da Educação do Paraná, pois em 1959, a Circular nº 52 alertava os diretores das Escolas Normais do Estado:

A chefia do S.E.N renova a V. S., recomendações no sentido de se conseguir, para o próximo ano (1960) um corpo constituído de professores normalistas, em perfeita concordância com a Regulamentação do Ensino Normal. Nossa insistência no assunto está condicionada à técnica do ensino e o corpo docente de uma Escola Normal que tem por princípio dar a formação profissional a seus alunos, deve comparecer periodicamente, aos Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento; participar de reuniões pedagógicas em seu estabelecimento, apresentando trabalhos pessoais ou sugestões; colaborar no sentido da elevação do nível cultural de sua escola; etc. Somente o professor normalista, integrado nos lides educacionais, está em condições de se interessar pela sua própria especialização profissional, uma vez que os cursos superiores de Pedagogia, formam um mínimo de professores, considerando a grande rede de Ensino Normal no Paraná (PARANÁ, Circular nº 52,1959, sublinhado no original).

Acerca de outra professora, Ondina Folda afirmou em depoimento:

Tinha professora que a gente tinha que ter jeitinho pra lidar. Essa professora Maria¹²² era professora de História. Mas...ela fazia tricô na sala de aula! Ditando os pontos e fazendo tricô. Era difícil. Daí eu pedi pra irmã dela: “Olha, eu não acho jeito de falar, mas a Maria faz tricô na sala de aula. Se chegar o Inspetor de Ensino vai *dar uma zebra* danada”! (FOLDA, 2014)

122Nome fictício.

Outra prova de quem nem sempre os professores tinham a conduta esperada é uma declaração assinada pela diretora Sebastiana Maria Vieira, datada de 24 de fevereiro de 1973, a qual informava:

Declaramos para os devidos fins que a aluna Mariza Cristina Benvenuti, deixou de apresentar a ficha de Educação Física pelos seguintes motivos:

- a) a professora da cadeira de Educação Física não preencheu a referida ficha;
- b) a mesma professora não deixou dados que possibilitassem o preenchimento da dita ficha no livro de chamada;
- c) no meio do ano a professora abandonou o cargo deixando a documentação incompleta (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNICIO CORREIA, declaração, 1973).

No caso acima, a direção da escola se absteve de maiores problemas ao encaminhar a documentação de transferência da aluna, justificando a falta de um comprovante e esse não foi um caso isolado: localizamos outras declarações com teores semelhantes. Algumas situações também eram percebidas pelos alunos. Conforme depoimento do professor Teófilo Piaceski acerca de determinado professor: “[...] ele era mais severo. Só que faltava muito também” (PIACESKI, 2014).

Desta forma, havia a necessidade da existência de um bom gestor, uma pessoa dinâmica e política que conseguisse lidar com as particularidades de cada um e ao mesmo tempo contornar os problemas do coletivo e a interferência externa que existia nas instituições públicas. Embora fosse menos acentuada, no nível ginásial e colegial os professores também enfrentavam as agruras políticas e, não havendo lotação que garantisse sua permanência em determinada escola, eram transferidos conforme os interesses de quem estava no poder:

“[...] daí ganharam a eleição e me botaram no Grupo. Eu me desmanchava pelo avesso porque a minha casa era longe. Quando meu marido tinha jipe me levava, senão era no pé mesmo. Mas acontece que não dava tempo, pois era uma casa velha de madeira do lado da Igreja” (FOLDA, 2014).

Ainda um fato interessante acerca dos professores e da ingerência política que havia na época nos contou em depoimento a professora Ondina Pereira Folda:

[...] O doutor Botura¹²³ foi professor no Regional da Java [Poletto]. Ele veio aqui em Curitiba com os nomes e documentos dos professores que trabalharam com aulas extraordinárias por cinco anos

123Refere-se ao professor Antonio Vitheab Botura.

e eles efetivaram o segundo padrão. Daí eu tenho dois padrões por causa desse arranjo que o Doutor Botura fez. Eu tenho dois, a Tereza¹²⁴ Zempulski tinha, a Nair Brustolin, o professor Teófilo se não me engano (FOLDA, 2014).

Desta forma, alguns professores ficaram com dois turnos sem a necessidade de realizar um novo concurso. Ela não se recorda da data exata em que isso ocorreu, mas acredita que tenha sido entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970.

Quanto às avaliações das disciplinas, de acordo com as informações prestadas pelos entrevistados, elas aconteciam nas modalidades oral e escrita. Escrita, era sempre em folha de papel almaço que deveria ser levado pelos próprios alunos que copiavam as atividades e respondiam num prazo estipulado pelo professor.

[...] variação de coisas porque claro que desde aquela época o professor sempre foi criativo, né? Então as vezes pra variar um pouquinho pra decerto ele mesmo se analisar como é que ele tá e se ele podia fazer uma avaliação diferente. As vezes até com um pouco de pressa tinha que evitar de estar com aquela montoeira de coisa pra corrigir (BRUM, 2014).

No entanto, nem tudo era dificuldade. De forma unânime, todos os entrevistados se lembram de forma positiva de seus professores, tanto com relação às suas técnicas e práticas como no relacionamento professor/aluno. Os trechos abaixo confirmam e se complementam num misto de admiração e saudade que os entrevistados sentem pelos professores. A professora Nair Brustolin assim se refere ao olhar uma foto da professora Jandira Coutinho, diretora da Escola Normal Regional em 1948: “[...] professora maravilhosa! Meu Deus, que linda! Que saudades, que saudades” (BRUSTOLIN, 2014). Em relação à professora de Canto Orfeônico desse mesmo ano, Aurora Saraiva, Nair assim se pronunciou: “[...] nossa professora de Canto Orfeônico era maravilhosa! (BRUSTOLIN, 2014).

A professora Anastácia credita parte dessa boa relação ao comportamento dos alunos à época:

Vinha de casa sabendo que tinha que respeitar o professor, tinha que trazer os exercícios tudo em ordem. Tinha que fazer tudo pra não haver nada de problema. Então era bem diferente porque saíam de casa com o espírito prevenido que eles iam lá pra aprender não pra incomodar. E era joia! (BRUM, 2014).

124A professora Ondina se refere a professora Terezinha Mathilde Zempulski. Em outros depoimentos ela também é citada apenas como Tereza.

Complementa quanto aos castigos dizendo que eram: [...] “aqueles *castiguinhos* por exemplo de ir atrás do quadro, aquelas coisas assim, mas não castigo pra marcar. Não. Não tinha porquê (BRUM, 2014).

Além dos professores já citados no capítulo anterior, ministraram aulas nas Escolas Normais de Laranjeiras do Sul os seguintes professores relacionados no quadro abaixo:¹²⁵

Quadro 8 - Professores que ministraram aulas na Escolas Normais de Laranjeiras do Sul.

Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto	Escola Normal Col. Est. Dr. Leôncio Correia
Amantino Carlos Stephanes	Achiles Penteado
Anaracy Tizzot Penteado	Afonso Coelho
Anastácia Leonora Brum	Américo Guedes
Angelina Amado Guedes	Anastácia Leonora Brum
Antistenes Sarmento	Angelina Amado Guedes
Antonio Vitheab Botura	Antonio Roxo Filho
Arcelino Veronese	Arcelino Veronese
Aurora Saraiva	Celanira Silva
Beneval de Oliveira	Clarice Echer Garça
Cecilio Guarita	Dante Volpini (padre)
Clarisse Amaral Fontanela	Henrique Bienias
Clóvis Magalhães	Edith Rocha Mezzomo
Corina Machado Leal	Estanislau Novicki
Dalila de Carvalho	Evonildes Guedes
Dirce de Carvalho	Geni Lourdes Faé
Dolores N. Zanardini	Gildo Aluísio Schuck
Flaminio Albuquerque	Glaz Mary Chemin Glomb
Edith Ana Alberti	Iracenise Branco
Edmir da Rocha Loures	Ivone Leite
Egídia Sotomaior	Jorge Barreiro
Elirra Schoeder	José Newton da Silva
Elvira Bedin	Leda Barreiro
Estanislau Novicki	Ligia Regina Klein
Esther Araújo Cordeiro	Lucia Zocche
Felix Szeszerbicki	Lucina P. Fontanella
Flaminio Albuquerque	Maria Cristina Skibinski de Andrade
Geni de Lourdes Faé	Maria do Belém Chaicovski
Genoveva Valenga (religiosa)	Mary Ors
Iracenise Branco	Nair Brustolin
Italia Vendramini	Olga Marúcia Retcheski
Jandira Coutinho	Ondina Pereira Folda

¹²⁵Embora não conseguíssemos localizar o livro ponto dos professores ou livros de chamada em nenhum dos dois estabelecimentos, o que possibilitaria um registro mais preciso, em alguns documentos (manuscritos, provas de alunos, livros de registro, históricos das escolas) aparecem os nomes dos docentes. Outros nos foram citados nas entrevistas. Naturalmente esta lista está incompleta, no entanto, todos os que estão aqui registrados ministraram aulas nas Escolas Normais em determinados períodos entre os anos de 1946 a 1980.

Java Coelho Poletto João Rodrigues Oliveira Laura Folda Mezzomo Maria de Lourdes Potoski Maria Leonor Wilcieski Marilza Gomes Machado Matilde Boscardin do Vale Morvan Freire Brasil Nair Brustolin Neusa S. Maria Sobrinho Ondina Pereira Folda Ruy Luiz Faé Sebastiana Maria Vieira Severino Mirandola (padre) Tácito Carneiro dos Santos Terezinha Pelissari Lopes Terezinha Mathilde Zempulski Teófilo Piaceski Valfredo Machado Valmir Gomes da Rocha Loures Zaida Rocha da Rosa	Onilza Heise Moreira Ruy Luiz Faé Sebastiana Maria Vieira Severino Mirandola (padre) Sólon Branco Telma B. França Terezinha Becker Amaral Terezinha Maria Moretto Andreeta Terezinha Mathilde Zempulski Valderez Guedes Valentim Andreeta Valmir Gomes da Rocha Loures Valmir Mezzomo Valquiria Brzezinski Wilson Retcheski
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: quadro elaborado pela autora com base em depoimentos orais e documentos.

A partir do final da década de 1960 e, principalmente com a promulgação da LDB nº 5.692/71, o Brasil viveu a era do Tecnicismo que trazia a concepção de que os processos e meios eram a parte mais importante da atividade pedagógica. No entanto, até aquela data as Escolas Normais no Paraná, a exemplo de todo o Brasil, viveram uma época de orientação dos princípios da Escola Nova, pelos quais, o aluno era o centro do processo, e com o qual se deveria trabalhar a pedagogia ativa. Porém, apesar das orientações do Governo do Estado direcionarem o trabalho nesse sentido, não foi o que aconteceu nas Escolas Normais de Laranjeiras, onde a ênfase foi dada ao ensino tradicional que inibia a participação ativa do aluno e estimulava a memorização através de leituras e questionários em todas as disciplinas.

3.4 Os exames de admissão

Os exames de admissão também chamados exames vestibulares surgiram no século XIX por meio do Decreto nº 4.468, de 1º de fevereiro de 1870, especificamente para selecionar alunos que ingressariam no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, sendo

estendidos para o restante das instituições do país (AKSENEN e MIGUEL, 2013). Nacionalmente, tornaram-se obrigatórios após o Decreto nº 9.890, de 18 de abril de 1931 integrante da Reforma Francisco Campos que foi a primeira a dar organicidade à educação nacional, embora tivesse preterido os ensinos primário e normal. Em 1946, o Decreto-Lei nº 8.530 - Lei Orgânica do Ensino Normal, ratificou a sua necessidade para o ingresso nas Escolas Normais de 1º e de 2º ciclo prevendo a realização dos exames e também a comprovação de outros requisitos:

Art. 20. Para admissão ao curso de qualquer dos ciclos de ensino normal, serão exigidas do candidato as seguintes condições:

- a) qualidade de brasileiro;
- b) sanidade física e mental;
- c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente;
- d) bom comportamento social;
- e) habilitação nos exames de admissão** (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.530, 1946, Art. 20º, grifos nossos).

Os requisitos estabelecidos entre as letras a e d, configuram o perfil adequado ao docente da época, a saber, uma pessoa com boa saúde física e moral e conduta irrepreensível, ou seja, um professor que servisse de modelo de bom comportamento para os cidadãos em formação com os quais atuaria mais tarde. Desta forma, a cultura de saneamento na educação, herdada do movimento higienista da década de 1930, reforçava a ideia de uma população saudável para uma nação forte (HERVATINI, 2011).

Em 1961, a Lei nº 4.024/61 continuou exigindo os exames para o ingresso no 1º ciclo do ensino médio, mas dispensou-o para o ingresso no 2º ciclo prevendo que: “para matrícula na 1ª série do ciclo colegial, será exigida conclusão do ciclo ginásial ou equivalente” (BRASIL, Lei nº 4.024, 1946, Art. 37º). Uma década depois, a Lei nº 5.692/71, aboliu para sempre esse pré-requisito fundindo os antigos ensino primário e ginásial transformando-o em Ensino de 1º grau. Os exames permaneceram portanto, instituídos nacionalmente por quarenta anos e “[...] marcaram um período histórico de restrição no acesso ao ginásio” (AKSENEN e MIGUEL, 2013, p. 01).

Os exames de admissão não eram uma mera formalidade: com a justificativa de verificação do conhecimento dos conteúdos do ensino primário, eram uma forma de dificultar o acesso ao ensino médio, considerando a grande expansão ocorrida com o ensino primário após 1920. Apresentavam, portanto, um teor seletivo excluindo grande contingente que concluíra o ensino primário. Para Aksenén e Miguel, no entanto, o

motivo da existência dos exames não está tão claro e as autoras encerram um de seus trabalhos com a seguinte afirmação:

Cabe-nos refletir se os exames de admissão ao ginásio tiveram somente a função de bloquear o acesso de grande parte da população ao ginásio ou se realmente foram uma forma de verificar conhecimentos necessários à continuidade dos estudos (2013, p. 13).

Instituídos nacionalmente, a organização dos exames ficava sob responsabilidade de cada estabelecimento de ensino estando previsto no seu Regimento Interno¹²⁶ conforme determinava a lei. Para selecionar os primeiros alunos do Curso Normal Regional em 1946, os exames foram organizados pela Divisão de Educação do Governo Territorial. Por se tratar do primeiro processo seletivo para ingresso na instituição, foram feitas adaptações. Laudímia Trotta assim o descreveu em seu relatório à Dutra:

Os exames de admissão realizaram-se na segunda quinzena do mês de abril do corrente ano na sede de um Grupo Escolar. Os candidatos em número de 103, alguns procedentes do município de Iguazu, e outros, dos municípios de Xapecó, Mangueirinha, Clevelândia e Foz do Iguazu, de onde foram encaminhados à Capital às expensas do Governo Territorial, submeteram-se à provas organizadas por uma comissão de professores presididos pela Diretora da Divisão de Educação. Foram aprovados 90 candidatos. Dada a heterogeneidade do grupo de aprovados, pois entre seus componentes contavam-se alguns elementos que já possuíam certificado de Curso Ginásial, e outros que haviam feito o primeiro ano do extinto Curso de Emergência de Formação de Professores,¹²⁷ que funcionou no Território no ano letivo de 1945, foi mister a aplicação de novas provas, de nível cada vez mais elevado, a fim de ser feita a seleção dos candidatos em grupos mais homogêneos. Surgiram assim quatro grupos de alunos que após rigoroso exame de saúde, foram distribuídos do seguinte modo: 34 na 1ª série; 19 na 2ª série; 20 na 3ª série; 17 na 4ª série. A matrícula total elevou-se a 90 alunos, sendo 15 do sexo masculino e 75 do sexo feminino (BRASIL, Território Federal do Iguazu, 1947, p. 66).

Embora treze candidatos houvessem sido desclassificados no processo, ele não foi um exame de admissão convencional. Caracterizou-se também como uma seleção

126Na busca por fontes, localizamos apenas o Regimento Interno do Curso Normal Regional do ano de 1946. No entanto, não sabemos se ele foi utilizado como referência também para a Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto, criada em 1948. Não localizamos o Regimento Interno da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia.

127Não localizamos fontes documentais relacionadas a esse curso. Questionada acerca do assunto e moradora de Iguazu (Laranjeiras do Sul) desde o ano de 1944, a professora Ondina Pereira Folda não soube informar do que se tratava embora fosse uma das possíveis candidatas a ele considerando que, naquela época, já ministrava aulas, era concursada pelo Estado e possuía apenas o 4º ano primário.

para nivelamento em razão da heterogeneidade apresentada na formação dos candidatos aprovados na primeira avaliação considerando a necessidade premente de professores formados para atuar nos municípios e vilas do Território. Há porém, um outro detalhe acerca desse processo que não consta no relatório e nos expuseram as professoras Nair Brustolin e Ondina Pereira Folda. A professora Nair, que aos 15 anos participou da seleção em seu depoimento afirmou que:

No tempo do Território nós tínhamos professores só do Rio. Meus professores eram todos do Rio. Então, eles iam aproveitando os alunos à medida da capacidade de cada um, sabe? Eles iam aproveitando. Eu entrei na 1ª série, depois não sei porque *cargas d'água* me passaram para a 2ª série. [...] eu fiquei uns meses na 1ª. Essa minha amiga de Curitiba, essa outra que está no Rio de Janeiro e eu, fomos aproveitadas. Num ano, fizemos duas séries (BRUSTOLIN, 2014).

No entanto, no decorrer do depoimento ela corrige seu relato: “[...] voltei para terminar a Escola Normal Regional. Daí estadual, já não era mais federal. Fiz o 4º ano. [...] fiz até o 3º ano com esses professores. Então eu vim de lá [Porto Barreiro] pro 4º ano” (BRUSTOLIN, 2014). Dessa forma, concluímos que ela havia cursado até o 3º ano em 1946, portanto, promovida duas vezes naquele ano. Isso é comprovado no seu Certificado de Exames do Curso Normal Regional de Laranjeiras do Sul, localizado no Colégio Estadual Floriano Peixoto. Teoricamente, considerando que em 1947 o Curso Normal fora desativado e ela não cursou em outra instituição, em 1948 ela deveria estar na 2ª série. No entanto, nesse ano ela recebeu o certificado de conclusão do Curso Normal Regional. Nesse documento, as notas referentes à 1ª, 2ª e 3ª série estão em branco e no verso está registrado que:

Para os devidos fins, declaramos que nos certificados das diplomandas não constam notas nas 1ª, 2ª e 3ª série, em virtude de haverem as alunas da 4ª série iniciado os estudos no curso do ex-Território e cujos livros de escrituração se encontram no Ministério de Educação e Saúde no Rio de Janeiro. Laranjeiras do Sul, 30 de novembro de 1948 (ESCOLA NORMAL GINASIAL FLORIANO PEIXOTO, Certificado de Exames, 1948).

Como relatou a professora, isso não aconteceu somente com ela. Havia portanto, a possibilidade de adiantar séries dos alunos que obtivessem um bom rendimento. Analisando os documentos de outra aluna que também foi promovida mais que uma vez durante o ano letivo, constatamos que a mesma possui as notas da 1ª, 2ª, e 3ª série cursadas todas em 1946. No verso do documento há a seguinte explicação:

Devido a grande necessidade de professores primários naquela época, a Secretaria do Território Federal do Iguaçu resolveu aplicar exames de seleção das matérias da 1ª e 2ª séries, daí a aluna Angélica Piemontez ter ingressado na 3ª série, cursando-a completamente e posteriormente a 4ª série. Os exames seletivos foram realizados de conformidade com o Decreto-Lei nº 8.530 de 02/01/1946 do Território Federal do Iguaçu.¹²⁸ Laranjeiras do Sul, 12 de agosto de 1974 (ESCOLA NORMAL GINASIAL FLORIANO PEIXOTO, Histórico Escolar, 1974).

Desta forma, embora não se recorde claramente do fato ocorrido há quase 70 anos, em decorrência da análise dos documentos acreditamos que a professora Nair Brustolin, por apresentar um rendimento acima da média, tenha feito mais provas durante o ano de 1946, que deram legalidade a esses avanços. E foi realmente o que ocorreu considerando também o depoimento da professora Ondina: “[...] era tipo uma emergência. Porque era sertão, criaram o Território e não tinha professores. Então eles pegaram quem tivesse uma certa capacidade e iam fazendo exames” (FOLDA, 2014). Assim, a professora Ondina Pereira Folda também passou pelo mesmo processo e formou-se no Curso Normal Regional em 1946, cursando as quatro séries num único ano.

Nos anos seguintes, para fazer o exame de admissão era necessário encaminhar requerimento à direção do estabelecimento de ensino além de comprovar todos os requisitos legais apresentando atestado de bons antecedentes e de sanidade física e mental. As datas dos exames eram publicizadas nos meios de comunicação, especialmente no jornal escrito.

Nas pastas individuais de alguns alunos do Curso Normal Ginásial encontramos o exame de admissão feito pelos candidatos em 11 dezembro de 1961 para o ingresso no ano letivo de 1962. Naquele ano, a disciplina de Português foi avaliada por meio dos conteúdos que descrevemos a seguir. O primeiro é um ditado que tem como título *O índio e a fera*:

Ouviu-se um rumor de galhos que se despedaçavam como se uma árvore houvesse tombado na floresta e um vulto negro da fera passou no ar; de um pulo tinha ganho outro tronco e a medida entre si e o adversário uma medida de trinta palmos. O selvagem compreendeu imediatamente a razão disto: a onça com seus instintos carniceros e a sede voraz de sangue, tinha visto os cavalos e desdenhava o homem,

¹²⁸Há um claro equívoco por parte de quem redigiu esse histórico escolar. A lei citada não foi decretada no Território Federal do Iguaçu, mas trata-se da Lei Orgânica do Ensino Normal de janeiro de 1946.

fraca presa para saciá-la (ESCOLA NORMAL GINASIAL FLORIANO PEIXOTO, Exame de admissão, 1961).

Prosseguindo, o aluno teria que conjugar o verbo *dizer* no presente do indicativo. Na terceira e última questão, dada a seguinte frase: *Laranjeiras do Sul é uma cidade grande e bonita*, o candidato teria que analisar todas as palavras, classificando-as.

No mesmo dia, na prova de Matemática, exigia-se do aluno ingressante o conhecimento básico acerca de números fracionários, leitura de numerais, resolução de um problema e operações simples com expressões numéricas conforme descrito:

1. O que é fração ordinária e quais são suas partes?
2. Ler números: 10, 20, 130, 250, 490, 515, 99, 45, 25, 33.
3. Problema: Cai um raio e depois de 6 segundos houve-se um estrondo. A que distância caiu o raio, sabendo-se que o som percorre 340 metros por segundo?
4. Resolva: $(18 + 3) \times 7$ e $(9 + 6) \times (3+2)$ (ESCOLA NORMAL GINASIAL FLORIANO PEIXOTO, Exame de admissão, 1961).

Com relação aos exames acima, percebemos que na disciplina de Português, a ênfase é dada à análise formal das estruturas linguísticas, predominando a utilização da gramática tradicional. Não há portanto, a preocupação com os aspectos semânticos (de significação).

Na disciplina de História do Brasil, localizamos apenas um modelo de exame admissional que comprova a evidência da ênfase à memorização nessas avaliações. Na primeira questão era necessário dissertar sobre o seguinte tema: *Os primeiros estabelecimentos do Brasil*. A seguir eram propostas questões a serem respondidas.

1. Quem foi o primeiro administrador da capitania de São Vicente?
2. Quais as capitanias que mais prosperaram?
3. O que fez Brás Cubas?
4. Quantas foram as capitanias criadas? Todas prosperaram? Quantas sobraram?
5. Por que o regime de capitanias não deu bons resultados?
6. Quando partiu Colombo para sua primeira viagem?
7. O que Colombo descobriu na segunda viagem?
8. Na terceira viagem, onde Colombo chegou?
9. Foram boas todas as viagens feitas por Colombo?
10. Quem o auxiliou para empreender sua primeira viagem? (ESCOLA NORMAL GINASIAL FLORIANO PEIXOTO, Exame de admissão, sem data).

Embora a disciplina de Geografia constasse do documento comprobatório da realização dos exames de admissão para o ingresso no Curso Normal Regional, não

localizamos nenhum modelo ou avaliação realizada para apreciação.

A forma de ingresso na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia era similar. Em 1959, o professor Teófilo Piacieski prestou exames de admissão para entrar no Curso Normal Colegial e os documentos estão em sua pasta sob os cuidados do Colégio Professor Gildo Aluísio Schuck. Embora na entrevista ele se recorde apenas dos exames para o ingresso no nível ginásial, em seu depoimento afirmou que “[...] as vezes era escrito e as vezes completavam com oral também. Mas existia o exame de admissão.[...] Eles faziam na própria folha de papel almaço e passavam no quadro, cada um copiava.” (PIACESKI, 2014). Agendada e publicizada a data dos exames, todos os inscritos o realizavam ao mesmo tempo em folha de papel almaço timbrada fornecida pelo Serviço do Ensino Normal do Governo do Estado. Quanto a questão do exame oral, localizamos um documento expedido para determinada aluna pela diretora Anaracy Tizzot Penteado da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia atestando a aprovação nos exames realizados no dia 2 de março de 1959. As disciplinas avaliadas foram as seguintes: Português, Matemática, Geografia, História do Brasil e Ciências todas com notas nas modalidades escrita e oral.

Embora a Lei nº 4.024/61, em vigência na época, não exigisse mais a realização dos exames para o ingresso no 2º ciclo, ou colegial, eles continuaram ocorrendo na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia. No ano de 1964, a Portaria nº 4.498/64 normatizava a realização de testes de seleção para os ingressantes no Normal Colegial no ano de 1965. Tal portaria previa o período da inscrição, documentos necessários, disciplinas contempladas no Exame (Português modalidades oral e escrita e Matemática somente escrita), composição da Banca Examinadora, critérios para aprovação, entre outras recomendações (PARANÁ, Portaria nº 4.498, 1964). Não havia, no entanto na Portaria, uma justificativa para que os exames ainda estivessem em vigor no Estado do Paraná, uma vez que foram abolidos no início daquela década.

Localizamos exemplares de exame realizado em 20 de fevereiro de 1963 para a disciplina de Português. Eram datilografados em folhas de papel sulfite e reproduzidos, apresentando-se como uma pequena apostila de 6 páginas. Na capa, além dos dados de identificação do estabelecimento, do aluno e data, havia o campo para preenchimento com nome do aplicador, do avaliador e a nota obtida. O cabeçalho continha as identificações da Secretaria de Educação e Cultura, Serviço do Ensino Normal e Departamento de Assistência Técnica. Também continha explicações acerca da realização das provas:

Leia com atenção cada ordem e procure respondê-la com clareza;
Se não souber responder uma questão, passe para a seguinte;
Não use borracha nem faça emenda em qualquer parte da prova;
Se quiser, você poderá usar o último verso da folha para o borrão da redação (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNCIO CORREIA, Exame Vestibular, 1963).

A primeira questão era um ditado de um trecho de obra do escritor Coelho Neto. Na segunda, dado um fragmento adaptado de uma obra de Visconde de Taunay, seguia-se as seguintes perguntas: a) qual o assunto desse texto? b) transcreva duas expressões ou frases descritivas do texto acima c) substitua por expressões equivalentes os termos citados. Ainda relacionada ao mesmo texto, a terceira questão exigia análise sintática do período: *Correm as horas, refresca a brisa e sopra rijo o vento que vem do sul*. Na quarta e última questão havia a necessidade de produzir um texto, sendo desta forma orientado:

Você vai fazer uma narrativa de uma viagem imaginária por via marítima, partindo do Porto de Paranaguá com destino a Recife, capital de Pernambuco. Esta narrativa deverá apresentar uma sequência natural e historiada ligando o que se pede nos itens a, b, c e d, de acordo com a sua capacidade criativa:

- a- Começar pelo Porto de Paranaguá, dizendo alguma coisa de seu movimento e importância para o nosso Estado e país;
- b- citar pelo menos cinco (5) acidentes geográficos (baías, ilhas, cabos, portos, etc...) que deverá encontrar no seu roteiro, mencionando a sua localização;
- c- quando passar pelo Estado da Bahia, narrar um dos fatos históricos abaixo relacionados:
 - 1- Descobrimento do Brasil;
 - 2- Instalação do Governo Geral no Brasil;
 - 3- Catequese no Brasil;
 - 4- Primeira invasão holandesa;
 - 5- Chegada da família real ao Brasil.
- d- conclua a narrativa com o desembarque em Recife (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNCIO CORREIA, Exame Vestibular, 1963).

Na primeira parte desta avaliação, percebemos apenas a primeira pergunta como de interpretação de texto. Nas outras duas questões, prevalece a análise sintática. Pelas características da última questão, inferimos que as disciplinas de Geografia e História do Brasil estão implicitamente avaliadas nessa prova. Embora se tratasse da construção de um texto narrativo, o que estava enfatizada nessa questão era a capacidade de memorização do aluno quanto aos conhecimentos acerca do Porto de Paranaguá, nomes

dos acidentes geográficos e a descrição de fatos históricos. Em momento algum a avaliação indica que o poder de argumentação do aluno poderia ser considerado, como por exemplo, escrever sobre a importância econômica do Porto de Paranaguá para o Paraná e o Brasil, não se tratando portanto de uma dissertação.

No ano de 1966, os exames continuavam sendo feitos conforme matéria publicada no jornal *O Independente*:

A direção da Escola Normal Colegial Dr. Leôncio Correia, desta cidade, avisa os interessados que as matrículas para o exame vestibular ao Curso Normal de Grau Colegial acham-se abertas. Para a inscrição ao vestibular os candidatos devem apresentar os seguintes documentos: certidão de nascimento e certificado de conclusão do Curso Ginásial. Maiores esclarecimentos dirijam-se à secretaria da escola. Assinado: Sebastiana Maria Vieira – Diretora (O INDEPENDENTE, nº 259, de 19 de novembro de 1966, p.4).

Porém, não eram todos os ingressantes na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia que faziam os exames de admissão. Em alguns documentos de alunos existe o registro de dispensa dos exames conforme Portaria: “Art. 3º- Os portadores de diploma de professor regente de ensino já em exercício no Magistério Oficial do Estado, serão matriculados na 1ª série independentemente da prestação da Prova de Seleção e Habilitação” (PARANÁ, Portaria nº 4.498, 1964).

Encontramos dados suficientes para comprovar a realização do Exame de Admissão na Escola até o ano de 1968, no entanto não conseguimos explicar o motivo de continuarem existindo considerando que haviam sido extintos pela Lei nº 4.024/61. Porém, podemos afirmar que era uma situação que ocorria no Paraná todo, considerando que os próprios exames traziam a identificação do Serviço de Ensino Normal e a regulamentação dos mesmos continuava sendo feita por meio de portarias como a citada acima.

A partir do ano de 1969 alguns históricos escolares traziam a dispensa da realização dos exames e para a justificativa citavam a Portaria Estadual nº 9.730/69.¹²⁹ Assim, concluímos que a partir daquela data, ele deixou de acontecer em todo o Estado do Paraná.

3.5 As matrizes curriculares e Programas

¹²⁹Não conseguimos localizar essa portaria, portanto não sabemos o seu conteúdo.

Nessa seção investigamos quais eram as disciplinas e os conteúdos que os normalistas laranjeirenses apreendiam em sua formação. Embora não conseguíssemos localizar nenhum programa de disciplina, alguns documentos apontam e desvelam os conteúdos que eram trabalhados. Mas, quem define o currículo e os programas?

Quando se considera o currículo tão somente como um documento impresso, uma orientação pedagógica sobre o conhecimento a ser desenvolvido na escola ou mera lista de objetivos, métodos ou conteúdos necessários para o desenvolvimento dos saberes escolares, despreza-se seu caráter político, sua condição de elemento que pressupõe um projeto de futuro para a sociedade que o produz. Faz-se necessária, então, uma análise mais ampla e crítica, ancorada na ideia de que, nesse documento, está impresso o resultado de embates políticos que produzem um projeto pedagógico vinculado a um projeto social (PARANÁ, 2008, p. 18).

O currículo é, portanto, uma construção ligada a um projeto social almejado. Normalmente não é discutido no âmbito das instituições pelos profissionais da educação que estão no cotidiano de sala de aula, mas por técnicos que fazem parte de equipes que organizam os programas de governo ligados a determinado grupo político. No entanto, não há como exercer uma forma de controle efetivo sobre o professor em sala de aula e nesse caso podem ocorrer duas situações distintas: o professor pode apresentar-se como um mero executor do que já está determinado ou se posicionar como um sujeito que resiste por insegurança causada pela falta de domínio ou simplesmente por discordar do projeto no qual um determinado modelo curricular está inserido.

No final de 1948, quando já estava sob a dependência do Governo do Estado do Paraná, o certificado de conclusão da formanda da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto, Nair Brustolin, apresenta uma grade curricular idêntica à prevista no Regimento Interno do Curso Normal criado ainda em 1946 em consonância com o Decreto-Lei nº 8.530/46 e que pode ser visualizado a seguir:

Quadro 9 – Grade curricular do Curso Normal Regional em 1946.

1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Português Matemática Geografia Geral Ciências Naturais Desenho e caligrafia	Português Matemática Ciências Naturais Desenho e caligrafia	Português Matemática	Português

Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico
Trabalhos Manuais e Economia Doméstica Educação Física	Educação Física Geografia do Brasil Trabalhos Manuais e atividades econômicas da região	Trabalhos Manuais e atividades econômicas da região História Geral Noções de Anatomia e fisiologia humanas Desenho Educação Física, Recreação e Jogos	Desenho Educação Física, Recreação e Jogos História do Brasil Noções de Higiene Psicologia e Pedagogia Didática e Prática de Ensino

Fonte: Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal.

Quanto a este modelo curricular, Romanelli faz a seguinte observação:

Em se tratando de um curso profissionalizante e, portanto, terminal, era de se esperar que houvesse mais cuidado com as disciplinas de formação especial [...] não se deve esquecer do caráter eminentemente profissional desse curso: o curso normal regional como era chamado, foi por muito tempo, e em muitos locais, o único fornecedor de pessoal docente qualificado para operar no primário. Não se justificava, portanto, que disciplinas como Psicologia, Pedagogia e Didática só aparecessem na última série, enquanto Canto Orfeônico, por exemplo, aparecesse em todas as séries do currículo (2012, p.169).

Embora haja um consenso entre os autores visitados em afirmar que as disciplinas específicas concentravam-se apenas na última série desse ciclo, sem aprofundamento na questão, que poderia se constituir objeto de estudos posteriores, ousamos acreditar que não eram apenas essas duas disciplinas (Psicologia e Pedagogia e Didática e Prática de Ensino) que cumpriram uma função pedagógica voltada para a formação de docentes. Ao analisarmos, por exemplo, a matriz curricular do curso ginásial proposto pelo Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 não encontramos nela as disciplinas de Desenho e Caligrafia (apenas Desenho), Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, Educação Física, Recreação e Jogos, Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região, Noções de Anatomia e Fisiologia Humanas e

Noções de Higiene as quais consideramos como adequadas e com um maior direcionamento para a formação docente do que disciplinas que compunham a grade curricular do curso ginásial de formação geral. De acordo com o artigo 11, as disciplinas previstas seriam dessa forma distribuídas:

Primeira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Matemática. 5) História geral. 6) Geografia geral. 7) Trabalhos manuais. 8) Desenho. 9) Canto Orfeônico.

Segunda série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) História geral. 7) Geografia geral. 8) Trabalhos manuais. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

Terceira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

Quarta série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil 9) Desenho. 10) Canto orfeônico (BRASIL, Decreto-Lei nº 4.244,1942).

A presença do Canto Orfeônico citado por Romanelli, também é enfatizada na matriz curricular do curso ginásial de formação geral e isso é facilmente explicável considerando que seu ensino estava diretamente relacionado ao movimento escolanovista e também ao governo Getúlio Vargas e aos princípios do Estado Novo. A oferta da disciplina continuou até o final da década de 1960 e buscava incutir nos alunos noções de civismo, disciplina e arte por meio do estudo e aprendizado da música.

Uma década depois, em 1958, o professor Teófilo Piacessi concluiu o Curso Normal Regional. Nessa época, a grade curricular havia mudado e apresentava as seguintes disciplinas:

Quadro 10 – Grade curricular do Curso Normal Ginásial ofertado na Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto ao final de 1958.

1ª série 1955	2ª série 1956	3ª série 1957	4ª série 1958
Português Matemática Geografia Geral Ciências Naturais Desenho e caligrafia Canto Orfeônico Trabalhos Manuais e Economia Doméstica Educação Física, Recreação e Jogos	Português Matemática Ciências Naturais Desenho e caligrafia Canto Orfeônico Educação Física, Recreação e Jogos	Português Matemática Desenho e caligrafia Canto Orfeônico Educação Física, Recreação e Jogos	Português Matemática Desenho e caligrafia Canto Orfeônico

	Geografia do Brasil Trabalhos Manuais e atividades econômicas da região	Trabalhos Manuais e atividades econômicas da região História Geral Noções de Anatomia e fisiologia humanas	História do Brasil Noções de Higiene Psicologia e Pedagogia Didática e Prática de Ensino
--	-------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Diploma de Regente do Ensino Primário de Teófilo Piaceski, 1958.

Confrontando ambas as grades curriculares, percebemos que passados 10 anos, não houve mudança curricular significativa no Curso Normal Ginásial, não sendo alteradas as disciplinas que muitos autores caracterizam próprias do curso de formação de professores, ou seja, Psicologia e Pedagogia e Didática e Prática de Ensino. Aquelas que também consideramos como de cunho pedagógico ou específico do curso continuaram existindo: Desenho e Caligrafia, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região, Noções de Anatomia e Fisiologia Humanas e Noções de Higiene. A disciplina de Educação Física pode ser considerada como exceção: ela foi suprimida e em seu lugar a disciplina Educação Física, Recreação e Jogos ficou com carga horária maior e um ano a mais, ou seja, da 1ª a 3ª série possivelmente caracterizando-se como uma disciplina voltada para o ensino de técnicas, brincadeiras e jogos que seriam utilizadas com os alunos do nível primário, ou seja, uma disciplina apropriada a um curso de formação de professores. Houve ainda a supressão de Matemática na 4ª série e a retirada total da disciplina de Desenho. Em seu lugar foi ampliada a carga horária de Desenho e Caligrafia que passou de duas para as quatro séries. Por sua vez, a disciplina Trabalhos Manuais e Economia Doméstica ministrada na 1ª série denota bem o sentido do curso de formação de regentes e da profissão docente em si como algo caracteristicamente feminino. De acordo com depoimento da professora Anastácia Leonora Brum que ministrava essa disciplina no ano de 1955:

A gente trabalhava coisas *de verdade*. Trabalhava com agulhas, ensinava pontos. E uma aluna quis fazer fronhas com crivo, que hoje

tem gente que nem sabe o que é crivo...você desfia o tecido pra daí trabalhar naqueles desfiados. Essa aluna fez um par de fronhas e, modéstia a parte, ficou lindo! (BRUM, 2014).

Quase ao final do curso, no ano de 1966, a matriz curricular havia sofrido sensíveis alterações, e as disciplinas de Fundamentos da Educação e Teorias da Aprendizagem, continuavam sendo ofertadas na última série. Nesse momento, a perspectiva de uma formação geral estava bem mais evidente e isso provavelmente era fruto da Lei do Sistema Estadual de Ensino promulgada em 1964 e que previa a desativação gradativa das Escolas Normais Ginasiais e a ênfase no Normal Colegial como a via adequada para a formação de professores.

Quadro 11 – Grade curricular do Curso Normal Giniasial ofertado na Escola Normal Giniasial Floriano Peixoto ao final de 1966.

1ª série 1963	2ª série 1964	3ª série 1965	4ª série 1966
Português Matemática História Geografia Ciências Francês Desenho	Português Matemática História Geografia Ciências Francês Desenho Educação Artística	Português Matemática História Geografia Ciências Desenho Educação Artística Inglês	Português Matemática História Ciências Educação Artística Fundamentos da Educação da Teorias da Aprendizagem

Fonte: Histórico escolar expedido pela Escola Normal Giniasial Floriano Peixoto no ano de 1966.

O que percebemos prontamente é uma grade curricular bem mais enxuta do que as anteriores. Como citado, na época, essa modalidade de formação já estava perdendo força no Estado do Paraná, pois na maioria das cidades onde havia a Escola Normal Giniasial, havia também a Escola Normal Colegial. Chama a atenção a supressão do Canto Orfeônico que era muito valorizado nas duas versões anteriores e não encontramos uma razão plausível para essa retirada considerando a instalação do período de Ditadura Militar. Para os ideais militares, por suas características e objetivos, a disciplina representaria um papel importante na formação dos indivíduos. Percebemos

ainda a presença da língua Estrangeira Moderna por meio das disciplinas de Inglês e Francês e isso era uma orientação legal contida na Lei nº 4.024/61 que ainda previu:

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

§ 3º O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias (BRASIL, Lei nº 4.024, 1961)

A formação de professores em nível colegial iniciou-se no município em 1958, ou seja, mais de uma década depois da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal. No entanto, para fins de análise é importante visualizar a grade curricular que havia sido prescrita em 1946. Na comparação com a matriz curricular que orientava o ciclo ginásial havia um considerável aumento das disciplinas que enfatizavam conhecimentos pedagógicos:

Quadro 12 – Grade curricular do Curso Normal Colegial no ano de 1946.

1ª série	2ª série	3ª série
Português Matemática Física e Química Anatomia e Fisiologia Humanas Música e Canto Desenho e Artes Aplicadas Educação Física, Recreação e Jogos	Música e Canto Desenho e Artes Aplicadas Educação Física, Recreação e Jogos Biologia Educacional Psicologia Educacional Higiene e Educação Sanitária Metodologia do Ensino Primário	Música e Canto Desenho e Artes Aplicadas Educação Física, Recreação e Jogos Psicologia Educacional Metodologia do Ensino Primário Sociologia Educacional História e Filosofia da Educação Higiene e Puericultura Prática do ensino

Fonte: Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal.

Esse era o modelo curricular prescrito em 1946, no entanto, nessa época o município não possuía esse nível de formação. Por sua vez, a segunda turma de concluintes da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, que iniciou seus estudos no ano de 1959 apresentava a seguinte matriz curricular em seu histórico:

Quadro 13– Grade curricular do Curso Normal Colegial oferecido pela Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia ao final do ano de 1961.

1ª série 1959	2ª série 1960	3ª série 1961
Português e Literatura Matemática e Estatística Estudos Paranaenses Física e Química Didática e Prática de Ensino Anatomia e Fisiologia Humanas Música e Canto Orfeônico Desenho e Artes Aplicadas Educação Física	Português e Literatura Matemática e Estatística Didática e Prática de Ensino Música e Canto Orfeônico Desenho e Artes Aplicadas Educação Física Biologia Educacional Psicologia Educacional Higiene e Educação Sanitária	Didática e Prática de Ensino Música e Canto Orfeônico Desenho e Artes Aplicadas Educação Física Psicologia Educacional Sociologia Educacional História e Filosofia da Educação Higiene e Puericultura

Fonte: Diploma de Professor Primário de Teófilo Piaceski, 1961.

Como nessa época ainda não havia sido promulgada a Lei nº 4.024/61 que delegou aos Conselhos Estaduais de Educação a responsabilidade pela elaboração de suas matrizes curriculares, é possível que esse modelo fosse orientado pelo Decreto nº 17.503, de 23 de junho de 1958 ou Regulamento do Ensino Normal do Estado do Paraná de 1958.

É facilmente perceptível a diferença entre essa matriz e a do Curso Normal Ginásial, pois a ênfase na formação de docentes estava presente desde a 1ª série com as disciplinas de Didática e Prática de Ensino, Anatomia e Fisiologia Humanas, Música e Canto Orfeônico, Desenho e Artes Aplicadas e Educação Física. Na 2ª e na 3ª série há o natural aumento das disciplinas formativas. Notamos ainda a ausência da oferta de uma Língua Estrangeira Moderna e das disciplinas de História e Geografia que também não eram contempladas no formato anterior. Confrontando esse segundo modelo curricular

com o proposto em 1946, houve a exclusão da disciplina Metodologia do Ensino Primário que era ofertada para a 2ª e 3ª série e ampliação da carga horária das disciplinas de Matemática e Estatística (anteriormente Matemática) e Português e Literatura (anteriormente Português) que passaram a ser ofertadas em duas séries.

Ao finalizar o curso no ano de 1980, a grade curricular era a seguinte:

Quadro 14 – Grade curricular do Curso Normal Colegial ao final do ano de 1980.

1ª série 1975	2ª série 1979	3ª série 1980
Português Matemática Teoria e Prática da Escola Primária Fundamentos da Educação Ciências História Geografia Educação Física Música O.S.P.B	Português Matemática Teoria e Prática da Escola Primária Fundamentos da Educação Ciências História Educação Física História da Educação Artes Aplicadas	Português Matemática Teoria e Prática da Escola Primária Fundamentos da Educação Ciências Educação Física Administração Escolar Artes Femininas Educação Moral e Cívica
Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica	

Fonte: Diploma de Professor do Ensino Primário de Sueli Berger Kailer expedido pela Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, 1980.

O que aproxima essa matriz curricular da anterior apresentada é a ênfase na formação docente, com as disciplinas que consideramos próprias à formação presentes desde a 1ª série, no entanto, esse modelo é muito diferente daquele. Não podemos nos esquecer que o currículo é fruto de um determinado período, refletindo o projeto pensado para a sociedade em determinado momento histórico. Nesse caso é visível a influência da Ditadura imposta pelos militares a partir do Golpe de 1964 especialmente por meio das disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSP) e Educação Moral e Cívica presentes a partir do ano de 1969, amparadas pelo Decreto- Lei nº 869/68. Nesse momento, o Curso Normal Colegial já se encontrava em fase de cessação para que a formação de professores se adequasse à LDB nº 5.692/71. Para Tanuri:

Em decorrência dos dispositivos da LDB pertinentes ao núcleo

comum de currículo, obrigatório a todos os cursos médios, disciplinas de formação geral voltaram a ser introduzidas no curso normal de modo a continuar o processo de elevação do nível de formação do futuro professor. Ademais com a atribuição aos Conselhos Estaduais de fixar disciplinas complementares e arrolar optativas a serem escolhidas pelos estabelecimentos de ensino, há um crescimento do número de disciplinas de formação técnico-pedagógica nos currículos das escolas normais. Relativamente ao currículo anterior nota-se uma diversificação das metodologias e práticas de ensino¹³⁰ e o aparecimento de algumas disciplinas novas em alguns currículos como administração e organização escolar (2000, p.79).

Atualmente, a tendência que observamos na matriz curricular do curso de formação de professores é um retrocesso aos primeiros modelos curriculares com a oferta de disciplinas que abordam conteúdos pertinentes à Educação Básica. O questionamento que fica é: a quem interessaria essa política?

De uma forma geral, os programas referem-se aos conteúdos básicos a serem trabalhados em cada disciplina determinada pela matriz curricular. Quanto aos programas, não conseguimos localizar nenhum exemplar nas escolas pesquisadas. No entanto, tomamos por base os relatos orais e alguns modelos de provas encontrados nas pastas individuais dos alunos para que consigamos elucidar, minimamente, quais eram os conteúdos trabalhados com os normalistas.

No início do Curso Normal Regional

O programa seguido foi trabalho de cooperação de professores, do diretor do estabelecimento e da diretora da Divisão de Educação. Serviram de ponto de partida para Psicologia, Pedagogia, Didática e Prática de Ensino, o programa do Instituto de Educação do Distrito Federal, para as demais matérias o programa do Curso Ginásial e para Economia Doméstica e Atividades Econômicas da Região, um inquérito realizado entre os alunos (BRASIL, Território Federal do Iguazu, 1947, p. 68).

Acerca dos programas das disciplinas, o Regimento Interno do Curso Normal Regional trazia as orientações contidas nos artigos 13 e 14 da Lei Orgânica do Ensino Normal:

Art. 60. Os programas das disciplinas serão simples, claros e flexíveis e compor-se-ão segundo as bases e a orientação metodológica que o Ministério da Educação e Saúde expediu.

Art. 61. Atender-se-á na composição e na execução dos programas aos seguintes pontos:

a) adoção de processos pedagógicos ativos;

¹³⁰Não é o caso do modelo curricular em questão.

- b) a educação moral e cívica não deverá constar de programa específico, mas resultará do espírito e da execução de todo o ensino;
- c) nas aulas de metodologia deverá ser feita a explicação sistemática dos programas de ensino primário, seus objetivos, articulação da matéria, indicação dos processos e formas de ensino, e ainda a revisão do conteúdo desses programas, quando necessária;
- d) a prática de ensino será feita em exercícios de observação e de participação real no trabalho docente, de tal modo que nela se integrem os conhecimentos técnicos e técnicas de todo o curso;
- e) as aulas de desenho e artes aplicadas, música e canto, e educação física, recreação e jogos, na última série de cada curso, compreenderão a orientação metodológica de cada uma dessas disciplinas, no grau primário (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.530, 1946)

De acordo com Hervatini

No período de abertura das Escolas Normais Regionais em 1946, o Estado do Paraná estava sob o governo de Moysés Lupion. As orientações que regulavam a educação paranaense traziam a marca da educação para o povo e o perfil que se almejava para o professor primário era o de um educador que moldasse o futuro cidadão para a valorização dos valores da família e da pátria. Unir a necessidade da população por escolas públicas de qualidade e professores formados em igual qualidade para atendê-las com os interesses governamentais em organizar a sociedade e mantê-la sob sua tutela fez a realidade da expansão das Escolas Normais e da força da concepção escolanovista na formação de professores primários (2011, p. 174).

O programa para os cursos normais regionais regulamentado pelo Decreto nº 8.863/49 trazia orientações sobre as finalidades do curso que

[...] consistia em desenvolver nos alunos:
“I- o pleno e vivo domínio da linguagem;
II- o conhecimento dos problemas sociais, de suas soluções e a prática da interferência da escola isolada nos mesmos;
III- a formação didática” (PILOTTO citado por MIGUEL, 1997, p. 156)

Dessa forma, os programas de todas disciplinas deveriam contemplar esse eixo comum dando especial atenção aos três pontos citados.

Em um rascunho de avaliação sem data, assinado pela professora Ondina Pereira Folda que seria aplicada para a 4ª série do Curso Normal Regional na disciplina de Didática e Prática de Ensino, verificamos os seguintes conteúdos:

- Parte I:**
Dissertar sobre o desenvolvimento econômico da região;
- Parte II:**
a- cite as fases da composição;

- b- quais são os componentes fundamentais do ensino?
- c- como deve ser o material de leitura?
- d- dê exemplos de livros que uma escola deve possuir;
- e- quantas e quais são as formas fundamentais de ensino?
- f- o que é um plano de aula e qual sua vantagem?

Parte III:

- a- cite alguns tipos de problema;
- b- como se faz o treino de raciocínio?
- c- dê o conceito da Matemática;
- d- fale sobre os fatos fundamentais.

(ESCOLA NORMAL GINASIAL FLORIANO PEIXOTO, manuscrito, sem data).

Essa avaliação nos remete ao fato de que a disciplina considerada como de formação docente propriamente dita, como era de se esperar, não era totalmente prática. Além dos estágios de observação e participação, os alunos também aprendiam teoricamente sobre fundamentos do ensino primário da época, especialmente quanto a conteúdos e metodologia.

A professora Maria Izabel Marcinko afirmou:

[...] nós tínhamos a parte de Psicologia, depois ficou Fundamentos da Educação que era muito importante que era a parte da dona Olga e eram muito boas as aulas dela. E daí a parte de Teoria e de Didática que depois ficou Teoria e Prática da Escola Primária e daí todas as matérias e daí dona Ondina que era Matemática, mas matemática de 1^a a 4^a série, não era essas matemáticas, era Metodologia da Matemática lá...não essa que usam agora. Era o que a gente ia aplicar (MARCINKO, 2014).

O depoimento dela é corroborado pelas palavras da professora Ondina:

Era assim, por exemplo: na matemática a tabuada chamava-se fatos fundamentais. Então era graduado, não era assim como a gente vê na tabuada. 7×8 é considerado o caso mais difícil, ficava para o fim. A gente ia gradativamente, tinha uma tabela. Na tabuada do 9, todo resultado dá 9. $9 \times 2 = 18$, $1 + 8 = 9$. A gente dizia *noves fora*. E outros casos por exemplo, a leitura a gente antigamente começava pela palavra. Botava a palavra e depois ia desdobrando as palavras pelas sílabas. Eu tenho uma cartilhazinha¹³¹ aí muito antiga. Tem até a letrinha da Lígia. É bem didática para alfabetização. Tem adivinhações. Então tem uma adivinha assim: o que é, o que é? Um campo verde. No meio do campo um canteiro de flores amarelas. No meio do canteiro um lago refletindo o céu azul e sobre o lago uma ponte branquinha com 3 palavras. Que é a bandeira, né? Pra criança sair da rotina de repetir (FOLDA, 2014).

¹³¹Essa cartilha a qual a professora se refere chama-se *Ler, Escrever e contar* e foi escrita por Ofélia e Narbal Fontes.

Assim, os conteúdos trabalhados em Didática e Prática de Ensino era um misto dos conteúdos que seriam utilizados pelos normalistas na sala de aula e a parte teórica sobre os fundamentos da educação.

A professora Anastácia reforçou acerca da disciplina de Educação Artística que ela ministrou para o Curso Normal Ginásial:

[...] quando eu trabalhava, a gente fazia com os alunos trabalhos de verdade, não só *coisinhas de paperzinho*. Eram bordados, crivo. E a gente fez exposição porque sempre era feito até aquela data. Essa exposição era na escola, mais pro final do ano. A exposição mostrava pro povo que a gente realmente estava trabalhando (BRUM, 2014).

Conteúdos que constam num exame final de História da 1ª série da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto em 18 de novembro de 1964:

1. Fale sobre o descobrimento do Brasil 2. Donde partiam as entradas? 3. Por onde começou o povoamento do Brasil? 4. Quais as mais antigas entradas? 5. Quais foram as finalidades das expedições guarda-costas? 6. Qual foi o fundador de Paranaguá? 7. Que dia foi fundada Curitiba? (ESCOLA NORMAL GINÁSIAL FLORIANO PEIXOTO, prova final de história, 1964).

Já os conteúdos que constam num exame final da disciplina de Desenho em dezembro de 1963 nos remetem ao trabalho com os conteúdos e metodologia para o uso com as séries iniciais: “1. De o esquema para um plano de aula 2. Quem foi madame Perrelet? 3. Quando predomina a autocrítica? 4. Qual é a atitude de uma criança de 2 a 5 anos em relação a um desenho?” (ESCOLA NORMAL GINÁSIAL FLORIANO PEIXOTO, prova de Desenho, 1963).

Na mesma direção seguem os conteúdos avaliados em um exame final de Educação Artística da 4ª série em novembro de 1964:

1. Quais os objetivos do canto orfeônico? 2. O que devemos cuidar primeiro no Hino Nacional? 3. Como deve ser a música no Jardim de Infância? 4. O que é voz? 5. Como dividem-se as vozes femininas? 6. Que é quarteto? 7. De exemplo de forma de reger o compasso ternário. 8. Qual é a primeira coisa que fazemos para ensinar o canto? 9. Como devem ser os cantos corais nas escolas? 10. Como fazemos um pandeiro? (ESCOLA NORMAL GINÁSIAL FLORIANO PEIXOTO, exame final de Educação Artística, 1964).

Ou seja, há um forte direcionamento para os conteúdos e técnicas trabalhados no ensino primário.

Já na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, que oferecia o 2º ciclo do ensino médio no final da década de 1970 os conteúdos se distanciavam daqueles que seriam utilizados pelos professores primários em sala de aula. Localizamos uma avaliação da disciplina de Português ministrada pela professora Ligia Regina Klein¹³² para a 4ª série no 4º bimestre em 20 de novembro de 1978. Era uma avaliação padrão na qual os alunos deveriam responder as questões propostas:

1. O que caracteriza o longo período iconoclasta que precedeu o modernismo?
2. Quais as denominações diferentes que recebeu o modernismo nos outros países, conforme a linha que adotaram?
3. O que vem a ser o sincretismo brasileiro?
4. Quais foram os três poetas brasileiros que estrearam em 1917?
5. Quais modernistas iniciaram a valorização da modernidade brasileira?
6. Discorra sobre a Semana da Arte Moderna.
7. A quem coube implantar e divulgar o modernismo no Brasil?
8. Como se apresentou o primeiro momento do Modernismo brasileiro?
9. Caracterize a corrente desvairista.
10. Caracterize a corrente primitivista.
11. Indique o autor das obras: a) Raça b) Vamos caçar papagaios c) Macunaíma d) Cobra Norato e) Essa Nega Fulô
12. Caracterize a corrente espiritualista
13. Caracterize a linha independente
14. Quais os nomes mais representativos da segunda geração modernista?
15. Que grupo modernista se parece com o indianismo romântico? (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNICIO CORREIA, prova bimestral de Português, 1978).

A avaliação de Matemática (sem a série) localizada em pasta individual de aluno segue a mesma linha:

1. Resolver:
 - a) Interpolar 4 meios geométricos entre 4 e 128;
 - b) Quantas permutações é possível formar com 7 elementos?
2. Resolver:
 - a) $(x + 2)^4 =$
3. Determine os logaritmos:
 - a) $\log_5 125 =$
 - b) $\log_{125} 5 =$
 - c) $\log_{32} 1/2 =$

¹³²Filha da professora Ondina Pereira Folda, a laranjeirense Ligia Regina Klein é licenciada em Letras Português Francês pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Palmas (1975), Bacharel em Direito pela UFPR (2010), mestre em Educação História e Filosofia da Educação pela PUC de São Paulo (1992), doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC de São Paulo (1996) e pós-doutora em Educação, pela UNICAMP, sob supervisão do Dr. Dermeval Saviani (2012). Atualmente é professora da Universidade Federal do Paraná e desenvolve pesquisa nas áreas de: educação e trabalho, educação e sociedade, letramento e EJA, sob a perspectiva do materialismo histórico e da psicologia histórico-cultural. Coordena o NUPEMARX/UFPR (LATTES, CNPQ). No município de Laranjeiras do Sul, Ligia frequentou as escolas normal ginásial e colegial sendo professora desta última e de outras escolas de nível primário, ginásial e colegial. Foi minha professora na disciplina de Português na Escola Érico Veríssimo no início dos anos 1980. Também exerceu o cargo de Secretária de Educação e Cultura do município no início da década de 1980.

- d) $\log_{0,2} 0,0008=$
3. Com o auxílio da tábua de logaritmos, determine:
a) $\log 5,71=$
b) $\log 2377=$
c) $10000=$
d) $0,08=$
4. Passe os seguintes logaritmos a logaritmos preparados:
a) $-8,82452=$
b) $-3,42479=$
c) $-1,62475=$
d) $13,17526=$ (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNICIO CORREIA, verificação de Matemática, 1978).

Em depoimento, a professora Sueli Berger Kailer confirmou que eram realmente esses os conteúdos que estão citados nas provas vistas acima:

Quando eu fiz o 1º ano da Escola Normal era didática da Matemática, coisas pro primário, aí em 79, 80 tinha algumas coisas da matemática de 2º grau, tipo equações. Pra mim sempre foi um trauma. Português era Literatura que era a professora Ligia, bem rígida. Nós tínhamos Literatura, Gramática e Produção de Texto. O forte era Literatura (KAILER, 2014).

A disciplina de História da Educação era ofertada para a 2ª série e localizamos uma avaliação do ano de 1978, em forma de questionário, que apresentava as seguintes questões:

1. No século XVIII surge por excelência o que?
2. Dê 3 métodos da Educação Nova;
3. Quais os meios empregados na Educação Religiosa Reformada?
4. Quem foi o iniciador da Educação Nova?
5. Qual a característica comum do século XV?
6. Em que século foi criada a Escola Normal e a Escola de Aplicação?
7. Quais os dois pedagogistas e educadores da Educação Religiosa?
8. Filosoficamente, o século XVIII representa o que?
9. Por quem foi criada a Companhia de Jesus?
10. A quem foi dedicada a educação das Ursolinas? (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNICIO CORREIA, Avaliação de História da Educação, 1978)

Todos os exemplos acima citados nos reportam ao fato de que os questionários estavam sempre presentes, não importando a disciplina e caracterizam a memorização e repetição dos conteúdos trabalhados pelos professores. Acerca dessa questão, assim se manifestou a professora Anastácia Leonora Brum: “[...] e daí quem tinha cabeça boa era tipo papagaio e quem não tinha, tinha que estudar de novo o ponto pra dar outra vez e assim vai. Tipo papagaio...” (BRUM, 2014).

3.6 Os estágios docentes

“A gente ensinava a professora a ensinar.
A gente ensinava como fazer” (Ondina
Pereira Folda)

O estágio docente era um dos pontos altos dos Cursos Normais, pois era o momento em que os futuros regentes ou professores iam para as escolas para observar, intervir e atuar na regência de uma determinada turma, por determinado período. O Decreto-Lei nº 8.530/46 em seu artigo 14 estabeleceu que:

Atender-se-á na composição e na execução dos programas os seguintes pontos:

[...] c) nas aulas de metodologia deverá ser feita a explicação sistemática dos programas de ensino primário, seus objetivos, articulação da matéria, indicação dos processos e formas de ensino e ainda revisão desses programas quando necessário:

d) a prática de ensino será, feita em exercícios de observação e de participação real no trabalho docente, de tal modo que nela se integrem os conhecimentos teóricos e técnicos de todo o curso (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.530,1946)

Embora a Lei Orgânica do Ensino Normal deliberasse sobre o estágio, não o regulamentou plenamente, deixando essa tarefa a critério das escolas que, por meio de seus Regimentos Internos, normatizavam o período de estágio, etapa imprescindível para a conquista do diploma de regente ou professor do Ensino Primário.

No Curso Normal Regional, com duração de 4 anos, os estágios docentes eram feitos apenas na 4ª série. Por outro lado, no Curso Normal Colegial, segundo depoimentos, os estágios começavam na 2ª série com a observação. Na 3ª série, durante o ano, eram feitos estágios de observação e intervenção e a partir do mês de setembro eram realizadas as regências de classe, período normalmente de uma semana em que os normalistas tomavam para si a tarefa de conduzir uma classe primária: “[...] a gente se afastava para *a aluna* dar aula e ganhar nota” (FOLDA, 2014).

De acordo com uma determinação legal contida na Lei Orgânica do Ensino Normal, o campo de estágio para o Curso Normal Regional seria as escolas isoladas e para o Curso Normal Colegial deveria haver um Grupo Escolar anexo ao estabelecimento, ou seja, uma Escola de Aplicação. No entanto, nas instituições do município de Laranjeiras do Sul não foi bem isso que ocorreu. Não localizamos registros de que as escolas isoladas fossem utilizadas para as práticas das Escolas

Normais, especialmente a Normal Ginásial conforme determinava a lei. Se houvesse maior demanda de estagiários, haveria problemas, pois até o ano de 1967, a sede do município contava apenas com o Grupo Escolar Aluísio Maier¹³³ como campo de atuação para as práticas, embora já existissem também a Escola Adventista e o Colégio das Irmãs Vicentinas. Não temos nenhum indício de que algum estagiário tenha passado pela Escola Adventista, no entanto pelos depoimentos inferimos que em alguns anos a direção do Colégio Vicentino Santa Ana abria as portas para receber os estagiários.¹³⁴ A partir de 1968, os normalistas podiam se dividir entre a Escola de Aplicação, Grupo Escolar Aluísio Maier e o Colégio Vicentino Santa Ana quando era permitido, para realizar os estágios de observação, participação e regência de classe.

Desde o início da criação da Escola Normal Regional, os normalistas foram requisitados para auxiliar os professores do Grupo Escolar Tiradentes, única escola primária da sede da capital. Em 1946, segundo relatório da professora Laudímia Trotta os normalistas da 4ª série a ajudaram na verificação do rendimento escolar que foi realizado por meio de avaliação:

No Grupo Escolar Tiradentes, situado na capital e onde faziam a prática escolar 17 alunos da 4ª série do C.N.R foi possível um trabalho intenso, de orientação de professores, com métodos modernos e bons resultados nos exames de fim de ano. Desejando estabelecer um pouco de uniformidade na verificação do aproveitamento dos alunos dos Grupos Escolares¹³⁵ (de início era impossível fazê-lo nas escolas isoladas), organizei as questões para a primeira prova parcial. Furneci instruções para aplicação e correção, recolhi as provas, verifiquei e critiquei os resultados. Com auxílio das normalistas da 4ª série do C.N.R levantamos gráficos dos resultados das cinco séries, em cada um dos Grupos Escolares e forneci cópias aos professores. Em todos os diretores e professores encontrei boa vontade no cumprimento das instruções e desejo de melhorar o ensino (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 62-63).

Os estágios da primeira turma do Curso Normal Regional realizados no mês de julho de 1946 foram, por ela, descritos dessa forma:

133Em 22 de fevereiro de 1965, o Grupo Escolar Tiradentes passou a denominar-se Grupo Escolar Aluísio Maier conforme Decreto nº 17.209 assinado pelo Governador Ney Amintas de Barros Braga (ESCOLA MUNICIPAL ALUÍSIO MAIER, histórico sem data).

134Dos entrevistados, apenas o professor Teófilo Piaceski afirmou ter feito estágio no Colégio Vicentino Santa Ana, ou Colégio das Irmãs como é mais conhecido. A professora Maria Izabel Marcinko em seu depoimento afirmou que “[...] as freiras nunca aceitaram estagiários” (MARCINKO, 2014). Deduzimos que decidir autorizar a entrada de estagiários era uma prerrogativa que cabia ao diretor do estabelecimento, por isso em determinados anos era possível realizar o estágio docente naquele estabelecimento e em outros não.

135Grupo Escolar Tiradentes na capital e Grupo Escolar Eurico Gaspar Dutra no distrito de Virmond, hoje município.

Diariamente compareceram às classes desse curso primário que funcionava pela manhã, os alunos da 4ª série do Curso Normal Regional, a fim de ministrar aula aos pequeninos, sob a orientação da diretora do estabelecimento e do professor de Didática e Prática de Ensino do Curso Normal Regional (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947, p. 68).

No entanto, a professora Ondina Pereira Folda nos relata outra particularidade do Curso Normal Regional no ano de 1946. Nessa época, ela já atuava como professora primária há mais de uma década e era concursada pelo Estado exercendo suas funções no Grupo Escolar Tiradentes para onde fora transferida da cidade de Guarapuava. Ela contou que em decorrência da instalação do Território, houve um grande fluxo de famílias que se dirigiram para a capital, Iguaçu. As autoridades, despreparadas, não tinham condições de prover com professoras habilitadas todas as classes do Grupo Escolar de forma que os normalistas assumiram turmas nesse ano quando houve um grande aumento de matrículas.

[...] no tempo do Território era assim: a gente era professora e aluna ao mesmo tempo. A gente era professora do primário. Eu dava matemática, história, geografia e ciências. E a outra dava desenho, português, gramática. Não tinha professora, então puseram as alunas. Até o meio dia dávamos aula e do meio dia pra tarde estudávamos. Nossa, foi uma luta! (FOLDA, 2014).

Desta forma, as palavras da professora Ondina reforçam o que a secretária Laudímia escreveu em seu relatório, dizendo que havia grande interferência por parte dos normalistas no Grupo Escolar Tiradentes. Assim, a regência no ano de 1946 não foi de apenas uma semana, mas de meses. Sem termos informações detalhadas sobre como essa prática ocorria legalmente, é possível que houvesse, por parte da administração do Território, o uso de mão de obra barata para suprir a demanda por professores e essa é uma situação que mereceria um olhar mais detalhado em pesquisas posteriores.

Embora fizesse parte do programa inserido na disciplina de Didática e Prática de Ensino, os estágios supervisionados e a regência não recebiam notas, mas um parecer descritivo que confirmava a realização e validava essa atividade. Localizamos um manuscrito assinado pela ex-diretora e professora de Didática e Prática de Ensino Sebastiana Maria Vieira atestando a realização de estágio por parte de uma normalista.

Na qualidade de professora de Didática e Prática de Ensino da Escola Normal Colegial Dr. Leôncio Correia de Laranjeiras do Sul, durante

os anos de 1958 a 1960 atesto para todos os fins que a professora Angelina Guedes, cursou a Escola Normal durante os anos de 1958, 1959 e 1960 estagiando no Grupo Escolar de nossa cidade, seguindo o Regulamento exigido pela Chefia do Ensino Normal do Estado. Na 1ª série a referida aluna fez estágio de observação, na 2ª série deu aulas práticas de Português e Ciências Físicas e Naturais, na 3ª série, além das aulas práticas, a aluna fez a regência de classe durante uma semana na 3ª série do Grupo Escolar local seguindo todos os passos exigidos no planejamento, saindo-se muito bem. Laranjeiras do Sul, 8 de fevereiro de 1965. Sebastiana M. Vieira. Diretora (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNICIO CORREIA, declaração, 1965).

Com relação aos estágios realizados no Curso Normal Colegial, a professora Nair Brustolin assim se expressou:

Indicavam a turma pra gente. Nós íamos onde nos mandavam. No 1º e 2º ano a gente fazia estágio de observação e depois, no 3º era de aplicação. A regência era uma semana. Os professores assistiam e os colegas também. Tinha que fazer todo o material, não encontrava quase nada pronto. Eu tinha muita dificuldade com desenho, sabe? [...] a gente via em que ponto estava o programa e daí a gente preparava as aulas e a professora dava uma olhada (BRUSTOLIN, 2014).

A professora Ondina Pereira Folda reforçou as palavras de Nair dizendo que como professora de Didática e Prática de Ensino, trazia os livros que eram utilizados pelos alunos no Grupo Escolar no qual também lecionava, para que as normalistas preparassem suas aulas. Ainda segundo ela, o estagiário era avaliado em vários quesitos que incluíam desde a forma adequada de se vestir e se portar até o controle da disciplina dos alunos, a grafia no quadro e a metodologia que utilizava para ministrar os conteúdos. Ela ainda esclareceu:

Eu levava essas coisinhas, dos fatos fundamentais, da tabuada porque as normalistas, coitadinhas, a maior parte delas chegavam pra dar aula e não sabiam minuendo, subtraendo, resto, diferença. Elas não sabiam. Tinha que ensinar matemática pra depois chegar na Didática. Daí quando eu saía do Grupo, depois das cinco da tarde eu ficava na Escola Normal, no salão de festas que tinha um palco pra dar aula pra elas. Matéria, sabe? Foi muito difícil porque a maioria não sabia esses detalhes, porque no ginásio começavam com álgebra e isso elas não ocupavam no ginásio (FOLDA, 2014).

Além de ministrar a disciplina de Didática na Escola Normal Colegial, por um bom tempo, a professora Ondina trabalhou no Grupo Escolar. Desta forma, sabia exatamente quais os conteúdos indispensáveis às normalistas na hora do estágio de

observação e participação e principalmente da regência e auxiliava os alunos a se prepararem.

Embora soubéssemos que os estágios e regências não ocorriam nas escolas isoladas nem durante o tempo de existência da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto, encontramos o registro de uma visita a uma escola isolada feita pelos alunos da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia transcrito da seguinte forma:

Relatório de visitas às escolas isoladas. No dia 17 de abril de 1961, os alunos da 3ª série da Escola Normal Secundária: Anastácia L. Zempulski, Doralina da Silva, Edith Araújo Cordeiro, Edith Dilger, Enedina M. Nenevê, Erondina P. Roseira, Herminia Teresa Bedin, Olga P. da Silva, Rotildo Rodrigues, Teófilo Piasecki, Terezinha M. Zempulski fizeram uma visita à escola isolada de Passinhos regida pelas professoras Anice Oliveira da Luz e Nair Machado Santos. A primeira professora tem 21 alunos matriculados sendo 4 do 2º ano, 1 do 3º e 16 do 1º. Nair Machado Santos tem 28 alunos, sendo todos do 1º ano. As duas professoras lecionam no mesmo horário e também na mesma sala. Notamos, apesar do número excessivo de alunos, o bom comportamento da classe. A professoranda Herminia Teresa Bedin deu algumas orientações úteis sobre o programa escolar às professoras regentes. Foi também cantado um hino da Escola Normal sendo apreciado e ouvido com interesse e atenção pelas crianças. Em virtude da professora de Didática e Prática – Sebastiana Maria Viera – estar doente acompanhou nessa visita a professora Esther Araújo Cordeiro. Laranjeiras do Sul, 29 de abril de 1961 (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNICIO CORREIA, relatório, 1961).

O relatório, assinado pela professora Esther Araújo Cordeiro indica que embora não houvesse a realização de estágios nas escolas isoladas, estas recebiam a visita dos normalistas que davam orientações acerca do andamento pedagógico das classes para as professoras que provavelmente não possuíam formação adequada.

A professora Sueli Berger Kailer, em depoimento, nos contou sobre a sua regência ocorrida no ano de 1980:

Foi na Escola de Aplicação. Era a Zulsi¹³⁶ a professora regente. Era uma semana de aula de todas as disciplinas. Peguei um 4º ano. A professora ficava no fundo da sala, mas a gente não sabia o que ela estava avaliando. Acho que tudo (risos). A professora Valquíria [de Didática] veio lá um pouco. Ficou no fundo da sala e como nessa época eu já era professora, então elas não ficaram muito (KAILER, 2014).

136Refere-se a professora Zulsi Maria Teixeira Rohr que faz parte do quadro permanente do magistério estadual.

Quanto ao material utilizado ela esclareceu:

Você tinha que levar todo o material preparado, mas tinha que mostrar antes para a professora. Desde os cartazes que a gente fazia. Levava tudo pra professora de Didática avaliar, mostrar todo o planejamento pra ela. Tudo o que ia usar tinha que mostrar. [...] a professora da sala separava os conteúdos e baseado nos livros que ela usava a gente preparava o material e as aulas. A maior parte era quadro e giz e atividades nos livros que os alunos tinham os deles. E cartazes. Também alguma coisa que a gente fazia no mimeógrafo (KAILER, 2014).

Constituíam-se pois, os estágios, momentos distintos para os normalistas: para uns era um momento de bastante empenho, dedicação e preocupação. Para outros que já atuavam na docência, era apenas mais uma formalidade a ser cumprida antes da expedição do diploma.

3.7 A Escola de Aplicação

[...] e quando ele viu que eu não seria a professora dele, voltou embora revoltado e disse pra mãe:

- Eu nunca mais vou tomar banho, não vou usar perfume nem nada e não volto naquela escola.

- Por que, filho?

- Porque a minha professora não é mais a dona Anastácia...

Então...esqueça uma coisa dessas! Não posso (Anastácia Leonora Brum).

As primeiras escolas de Aplicação foram criadas no século XIX em São Paulo, fazendo parte das reformas implantadas naquele Estado que foi o pioneiro na reorganização do ensino no Brasil. A finalidade dessas instituições estava explícita na Lei Orgânica do Ensino Normal que determinava: “Art. 47. Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino” (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.530, 1946).

Desta forma, obedecendo a legislação e, para melhor cumprir com o objetivo da formação de professores primários, mesmo que tardiamente, em 1968 foi criada a

Escola de Aplicação na qual os alunos da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leônicio Correia faziam seus estágios de observação, participação e regência de classe. Além desse requisito legal, acreditamos que houve outro motivo que impulsionou a criação da escola. Segundo depoimentos orais dos entrevistados e artigos de jornais da década de 1960, o Grupo Escolar Aluísio Maier, que era o único a oferecer ensino primário público na zona urbana, estava superlotado, oferecendo aulas em três turnos com a ocupação do salão e outras dependências destinadas ao administrativo, para acomodar o grande número de turmas. Embora desde o ano de 1938, houvesse no município o Colégio Vicentino Santa Ana e a Escola Adventista desde o final da década de 1940 que ofereciam educação em nível primário, estas eram instituições particulares, destinadas, portanto às famílias que podiam pagar pelos estudos de seus filhos. Houve então a demanda da sociedade laranjeirense por uma nova escola pública que atendesse os alunos da sede do município.

A professora Anastácia Leonora Brum, que fez parte do primeiro quadro docente formado para trabalhar na instituição, sendo dessa forma uma das responsáveis pelo início da escola, apontou outro motivo para a abertura da Escola de Aplicação. Para nós, esse motivo também foi uma das justificativas para a criação do Curso Normal Regional, ou seja, a dificuldade que alguns normalistas tinham, especialmente as mulheres, de trabalhar nas escolas isoladas do interior:

[...] Eu sempre penso que eles tinham que dar mais condição pra quem trabalhava, e todo mundo sabe que pra ir pra fora, uma professora dona de família, ela não tinha condição. Então vários problemas que surgiam na época que daí eles se obrigaram a criar uma escola pra dar oportunidade pra mulherada, porque na maior parte era só mulher mesmo (BRUM, 2014).

Em seu depoimento, a professora Anastácia citou a criação da Escola de Aplicação como uma forma de inserir no mercado de trabalho *as normalistas* que não se interessavam ou que por algum motivo, não podiam lecionar no interior do município. Conforme Hervatini, a oferta do ensino seriado dos grupos escolares e, nesse caso, da Escola de Aplicação “[...] possibilitou o atendimento a um maior número de alunos, necessitando de mais professores, cada um responsável por uma turma, pertencente a uma mesma série” (2011, p. 104). Dessa forma, oportunizava-se mais vagas para professores que queriam lecionar, mas não podiam se deslocar para fora da sede do município.

A Escola de Aplicação de Laranjeiras do Sul, foi criada pelo Decreto nº 9.090 de 24 de fevereiro de 1968, assinado pelo ex-governador Paulo Pimentel e publicado no Diário Oficial do Estado em 29 de fevereiro do mesmo ano. As aulas se iniciaram naquele mês tendo como primeira diretora a professora Terezinha Mathilde Zempulski e como secretária a professora Esther Araújo Cordeiro. Nesse início de atividades não havia ainda a figura da coordenação pedagógica, ficando a escola sob a responsabilidade da direção e secretaria. Do início e até o ano de 1972, a escola funcionou anexa à Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia e apenas no período vespertino.

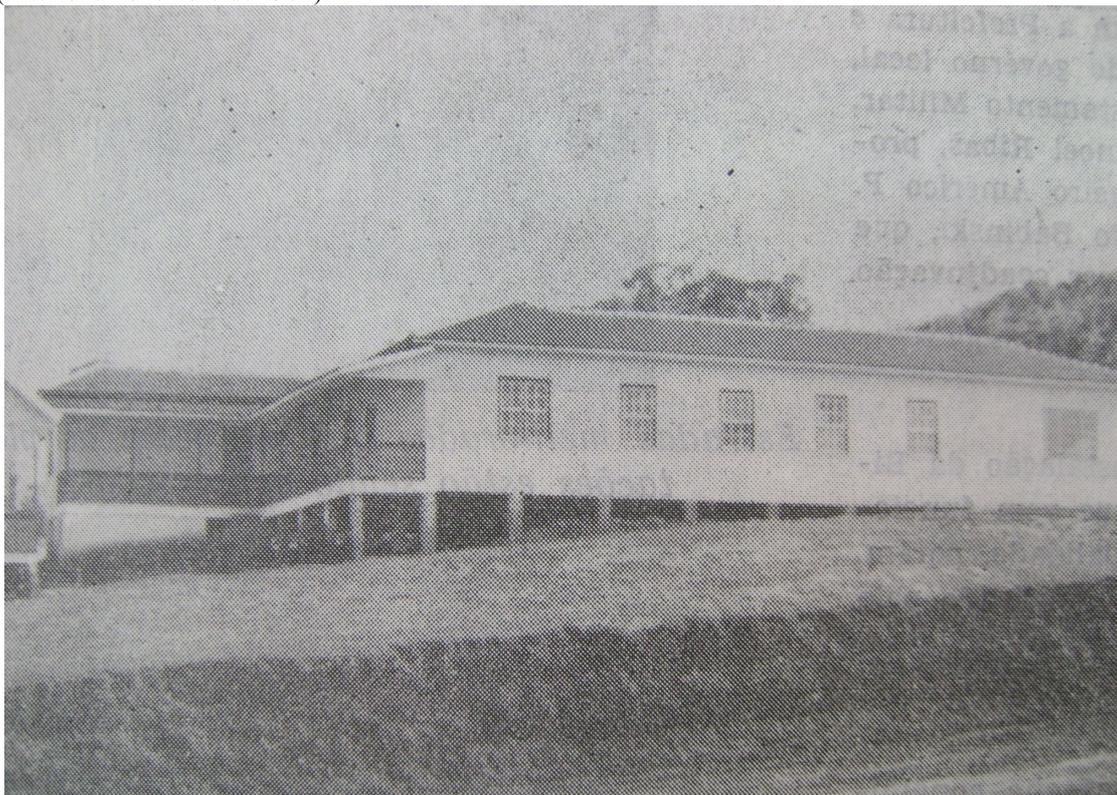
Fotografia 8 - Local onde funcionou a Escola de Aplicação entre os anos de 1968 a 1972 na Rua Marechal Rondon. Foto de 1945.



Fonte: Relatório de atividades do Governo do Território Federal do Iguaçu – 1946 (BRASIL, 1947)

No entanto, conforme histórico da escola, localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Alúcio Schuck, no final do ano letivo de 1972, devido a problemas na estrutura do prédio que havia sido condenado por estar em situação precária em decorrência da idade e falta de manutenção, as duas escolas foram transferidas. A Escola de Aplicação passou a funcionar em um prédio particular cedido pela Associação das Damas de Caridade situado à Rua Manoel Ribas, nº 280, no qual havia funcionado o Hospital de Caridade. Por sua vez, a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia foi transferida para a Rua Paraná, onde funcionava o Ginásio Estadual Floriano Peixoto, conforme visto anteriormente.

Fotografia 9 - Antigo Hospital de caridade. Vista lateral pela rua General Espírio Santo. Foto sem data (anterior a novembro de 1971).



Fonte: Revista Tribuna Laranjeirense. 1971, p. 8.

Embora, pela imagem, possamos perceber que se tratava de uma construção de tamanho considerável, o local, no qual anteriormente funcionara o Hospital de Caridade, não oferecia as condições ideais para as atividades de ensino. As salas eram pequenas e com pouca ventilação, havia uma varanda alta e perigosa para os alunos na parte dos fundos, não possuía instalações sanitárias no interior do prédio, entre outras dificuldades. No entanto, mesmo assim, de forma improvisada, ela foi utilizada até a construção de um novo prédio no final da década de 1970, permanecendo naquele espaço entre os anos de 1973 a 1977.

No mesmo ano em que a escola foi transferida para o antigo hospital (1973), a Prefeitura Municipal na gestão do prefeito Rangel de Souza Muller doou um terreno para a construção do prédio que abrigaria as escolas Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia e de Aplicação. Porém, sua construção, além de não ter sido realizada conforme a especificação do projeto original, foi um tanto morosa e a obra foi inaugurada apenas no início do ano de 1978 possuindo somente 6 salas de aula. Na foto seguinte podemos ver essa estrutura ainda em construção.

Fotografia 10 – Construção das novas instalações da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia e da Escola de Aplicação na Rua General Espírito Santo. Foto sem data.



Fonte: Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski

No entanto, após a mudança, o espaço foi dividido com mais uma instituição: a Escola de Comércio Otaviano Amaral que após reorganização e junção com a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia passou a denominar-se Colégio Estadual Honório Babinski – Ensino de 2º Grau oferecendo as habilitações Plenas de Magistério (diurno), Contabilidade (noturno) e Básica em Agropecuária (diurno) com a implantação gradativa das 1^{as} séries a partir de 1979, conforme visto no capítulo anterior.

Em 1980, o governador Ney Amintas de Barros Braga amparado pela Resolução nº 35/77, pelo Parecer nº 098/77 do Departamento de Ensino de 1º Grau e pelo Parecer nº 292/78 do Conselho Estadual de Educação assinou o Decreto nº 2.483 autorizando o funcionamento do Complexo Escolar Dom Manoel Koenner – Ensino de 1º e 2º Graus. Houve uma reorganização da Escola de Aplicação e Colégio Estadual Honório Babinski que passaram a se constituir um único estabelecimento de ensino com a denominação de Colégio Professor Gildo Aluísio Schuck – Ensino de 1º e 2º Graus. Do Complexo fazia

parte também o Ginásio Estadual de Laranjeiras do Sul que funcionava do outro lado da rua, a menos de 50 metros. O decreto nº 2.483 estabeleceu: “Em decorrência do disposto no artigo 1º, os estabelecimentos manterão em regime de extinção gradativa o funcionamento das séries referentes aos cursos regidos pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961” (PARANÁ, 1980).

Na década seguinte, pela resolução secretarial nº 2.121, de 22 de abril de 1993, devido à municipalização, o 1º Grau do Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck – Ensino de 1º e 2º Graus, ou seja, a Escola de Aplicação, passou a denominar-se Escola Municipal Padre Gerson Galvino funcionando anexa a esse estabelecimento de Ensino, porém sob dependência administrativa da Secretária de Educação do município e não mais do Governo do Estado do Paraná.

Entre a criação da Escola de Aplicação (1968) e a sua municipalização (1993) passaram-se vinte e cinco anos. No entanto, em nossa pesquisa enfatizamos a vida dessa escola até o ano de 1980, quando foi desativada a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leônício Correia a qual ela estava vinculada.

No início, trabalhavam na escola apenas professores do Estado, no entanto, com o passar do tempo a estes se juntaram professores do município. Com a municipalização em 1993 sobraram alguns poucos professores do Estado que permaneceram vinculados à escola até a aposentadoria.

Nem todos os docentes ingressaram na Escola de Aplicação da mesma forma. Embora já houvesse concurso público do Estado, no início das atividades da instituição, ainda funcionavam os contratos anuais e visivelmente havia ingerência política para a escolha dos professores que seriam contratados. Pelos depoimentos dos entrevistados, percebemos que essa interferência era mais acentuada com os professores do nível primário, do que por exemplo, na contratação de professores para as Escolas Normais. Infelizmente, conforme visto anteriormente, havia a contratação de professoras leigas em detrimento às que tinham se formado nas Escolas Normais. Vejamos os casos específicos de duas professoras que trabalharam na Escola de Aplicação:

[...] naquela época nomeação não era como hoje que você tem que se preparar porque você vai enfrentar um *testão*, uma coisa assim. Aquele tempo não. Era política. Então poderia ter sido nomeada, se fosse que nem fazer testes, coisa assim, uns três anos antes. Mas, como era problema político então quem não rezava de acordo com o que era da época...Foi me dito na cara: “Anastácia, você não teve sorte dessa vez”. E daí, uma vez eu fui pedir que fizessem o favor de pensar

em mim porque eu não tinha pai mais, porque eu perdi meu pai tinha só dez anos. [...] mas o problema era demais porque numa das vezes que a gente soube que tinham trazido nomeações, só para uma casa três foram sorteadas e a gente não tinha ainda oportunidade. Daí eu disse: “Graças a Deus, agora tenho condições de trabalhar, só eu preciso minha nomeação” (BRUM, 2014).

A professora Maria Izabel confirma as palavras de Anastácia quanto à interferência político partidária e explica a sua forma de ingresso no magistério:

Sim. Eu sou concursada. Eu sou do segundo concurso do Estado.¹³⁷ [...] antes não tinha. Era só nomeado, apadrinhado. Achava os padrinhos lá...no nosso tempo já não era mais. Já era através de concurso (MARCINKO, 2014).

Depois de assumir e lecionar por dois anos no Grupo Escolar Eurico Gaspar Dutra em Virmond, ela conta como foi sua transferência para a Escola de Aplicação, na qual permaneceu até se aposentar no início da década de 1990:

[...] eu fui convidada porque faltou professora aqui, sabe? Eu era bastante amiga e também fui aluna da Tereza, da Anastácia e tudo, e elas que trabalhavam lá e solicitaram ali no Núcleo e daí me chamaram para passar pra cá. Mas para mim foi surpresa que eu não sabia. Eu fiquei *louca de faceira*, imagina! Trabalhar aqui na cidade, não precisava me deslocar. E daí trabalhei até me aposentar na mesma escola (MARCINKO, 2014).

Ao cruzarmos os dados que estão no quadro nº 15 localizado entre as páginas 227 a 228 com a documentação expedida pelas Escolas Normais, observamos que a professora Ione Barbosa Levandoski assumiu uma 1ª série da Escola de Aplicação no ano de 1968. No entanto, nesse ano ela estava na 1ª série da Escola Normal Secundária onde se formaria apenas no ano de 1970, sendo portanto, uma professora inabilitada para trabalhar naquela escola. Na época, ela possuía apenas o Normal Ginásial que a habilitava ao trabalho em escolas isoladas. Esse fato ia, portanto, de encontro a legislação estadual promulgada em 1964 quando foi criado o Sistema Estadual de Educação. A única explicação plausível, considerando que na época já existiam muitas professoras formadas no Curso Normal Colegial, é a interferência política conforme relatado pelas professoras Maria Izabel e Anastácia, embora ambas não houvessem

¹³⁷Embora a professora Maria Izabel Marcinko se referisse ao segundo concurso, inferimos que na verdade, não foi o segundo considerando que a professora Ondina Pereira Folda havia feito concurso ainda na década de 1940. Não localizamos fontes documentais que elucidassem quando ocorreu o primeiro concurso público do Estado.

citado nomes, apenas situações.

Até o ano de 1980, verificamos que o quadro docente da Escola de Aplicação foi essencialmente feminino conforme era comum na época, pois os professores do primário eram, na maioria, mulheres. Nesse caso, não localizamos nos documentos e nem nos depoimentos o nome de nenhum professor que houvesse trabalhado na escola.

Fotografia 11- Professoras da Escola de Aplicação.



Fonte: acervo pessoal de Anastácia Leonora Brum.

A fotografia acima mostra um dos primeiros quadros docentes da escola. Apesar de estar sem data, sabemos que ela foi tirada entre os anos de 1968 a 1972, devido ao local, no qual também funcionava a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia. Embaixo, da esquerda pra direita: Geni F. do Nascimento, Laura Folda Mezzomo, Iria da Silva Motta, Esther Araújo Cordeiro e Olga Musyka. Acima, também da esquerda para a direita as professoras: Iwelda Kossatz Mattos, Jurema Marques Fritz, Terezinha Mathilde Zempulski, Amélia Josefi e Anastácia Leonora Brum.

A direção da escola foi exercida pela professora Therezinha Mathilde Zempulski entre os anos de 1968 a 1975, quando por meio do ofício nº 83/75 datado de 24 de novembro, o Inspetor Felix Szeszerbicki, da 46ª Inspeção Regional de Ensino,

determinou que a professora Esther Araújo Cordeiro assumisse a direção em decorrência do pedido de demissão¹³⁸ da diretora anterior. A professora Esther ficou temporariamente na direção até a indicação da professora Olga Pereira Muzyka que respondeu pela direção a partir de 1976 até meados da década de 1980.

Em relação às práticas pedagógicas, a Escola de Aplicação era considerada escola- modelo, pois sua finalidade era servir de campo para as práticas das modernas teorias e procedimentos pedagógicos apreendidos pelos normalistas. Embora fosse o local onde teoricamente os normalistas exerceriam a prática, não existem registros escritos da passagem de estagiários pela escola, a não ser o relato oral da professora Sueli Berger Kailer que fez sua regência na escola no ano de 1980 quando esta fazia parte do 1º Grau do Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck.¹³⁹

No início, o quadro docente era formado basicamente por professoras recém-formadas na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia e pelos relatos, percebemos que as docentes realmente inovaram em algumas práticas. Segundo depoimento da professora Maria Izabel Marcinko, em sua vida profissional sempre trabalhou com 3ª e 4ª séries, e no ano de 1975¹⁴⁰ participou de uma experiência inovadora com os alunos de 4ª série. Ela assim relatou:

[...] foi feita uma experiência de um ou dois anos que a gente fez aquilo. Uma trabalhava Português, outra trabalhava a parte de Estudos Sociais e a outra trabalhava Matemática. Nosso objetivo era preparar o aluno para o ginásio. [...] Mas depois, na outra escola mudou a direção. Quando a Tereza saiu foi a Olga Muzyka. No tempo da Olga a gente não fez mais assim. Daí cada uma era responsável pela sua turma (MARCINKO, 2014).

Segundo seu depoimento, essa foi uma forma encontrada pelos professores para reduzir os impactos sentidos pelos alunos quando ingressassem no ginásio onde encontrariam um professor para cada disciplina. Embora, para ela, a experiência tenha sido bem-sucedida, não soube dizer exatamente porque não teve continuidade.

138Embora o termo utilizado no ofício fosse *demissão* sabemos que não era o termo correto. Na verdade, a professora não pediu demissão e sim entregou o cargo para assumir a direção de um outro estabelecimento de ensino.

139Em conversa informal com a professora Ligia Regina Klein, esta afirmou também ter feito estágio na Escola de Aplicação no final da década de 1960.

140Embora ela não se recorde exatamente os anos em que isso ocorreu, em conversa informal com a ex-aluna Lusmary Jeane Nunes ela relatou ter sido aluna da professora durante um dos anos que ocorreu essa inovação pedagógica. Verificando o livro de registro de matrículas, sabemos que Lusmary cursou a 4ª série na Escola de Aplicação no ano de 1975, ano em que pela ata de registro dos resultados finais a professora Maria Izabel Marcinko foi professora da 4ª série.

Os programas a serem trabalhados pelos docentes vinham prontos do Governo do Estado e eram repassados por meio da 46ª Inspeção Regional de Ensino. Na escola, eram separados por bimestre e entregues aos professores pela direção ou supervisão. Com os conteúdos em mãos era feito o planejamento, no princípio aos sábados quando as professoras se reuniam, discutiam, planejavam e trocavam atividades.

Separados por bimestre. Tudo direitinho, daí todos os professores já trabalhavam dentro dos mesmos conteúdos. A gente se organizava e fazia reuniões. Uma vez fazia no sábado. Muito tempo foi no sábado. Fazia os planos mais ou menos iguais e por série. Daí trocava as atividades e ia trabalhando (MARCINKO, 2014).

Com relação à formação continuada, localizamos o registro de encontros do Curso de Aperfeiçoamento e Fundamentação Didático-pedagógica – 1º grau Expansão III para o pessoal técnico e administrativo organizado pelo CETEPAR¹⁴¹ entre os meses de agosto a outubro de 1975 coordenado pela diretora, à época professora Terezinha Zempulski. Tratava-se da preparação para a implantação da Lei nº 5.692/71. Os encontros dos dias 05, 08, 12, 16 e 25 de agosto foram realizados na escola e a ata registrou a participação e discussão das questões e o bom entendimento por parte dos professores. As reuniões seguiam uma metodologia básica de leitura e estudos individuais, trabalho em grupos menores e socialização para o grande grupo formado por aproximadamente 10 pessoas. Os temas trabalhados nessa etapa foram: Reforma do Ensino; deficiências do antigo sistema (excesso de memorização e pouca compreensão, programa extenso); conceitos como equilíbrio, assimilação, acomodação, afetividade,

141O Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Paraná – CETEPAR tinha como finalidade selecionar candidatos ao Magistério, preparando-os para atuar como professores, bem como prestar assistência técnica para a melhoria da formação de pessoal, oferecer treinamento em serviço e outras funções equivalentes contemplando todos os níveis de ensino. É possível afirmar que na década 1970 a intenção maior do Governo do Estado era a implantação da Reforma do Ensino de 1º Grau e a capacitação e aperfeiçoamento dos professores estavam voltados para os fundamentos que sustentavam a Lei nº 5.692/71. A capacitação se resumia num único fim: a formação de uma postura que possibilitasse a instituição e manutenção dos princípios sobre a educação contidos na Lei e para isso foi planejado o Programa de Implantação da Reforma do Ensino de 1º Grau. A Estratégia utilizada foi a implantação progressiva e gradativa, constituindo cinco grupos denominados de Piloto e Expansão. A fundamentação didático-pedagógica, apontava os motivos da Reforma, inculcando a ideia de que o professor era o elemento responsável pelo sucesso de sua implantação. Além disso, eram apresentados os princípios psicopedagógicos necessários para a Reforma, as determinações legais da Lei nº 5.692/71, os fundamentos do planejamento do ensino de 1º Grau, a ação pedagógica por meio de projetos desenvolvidos em sala de aula e por fim a concepção de avaliação e seus instrumentos. Em se tratando de uma expansão gradativa conforme informou o autor, o município de Laranjeiras do Sul, por ser de pequeno porte, não esteve entre os primeiros a receber a formação que se iniciou em 1972. Laranjeiras fazia parte do grupo Expansão III, conforme visto anteriormente (COSTA, 2012).

motivação e incentivação; estágios do desenvolvimento mental segundo Piaget (estrutura, esquemas inatos do recém-nascido, estágio pré-conceitual, transdução, sincretismo, estágio das operações concretas); Lei nº 5.692/71 e pareceres a ela relacionados; planejamento: o que é? quais suas etapas? que elementos deve conter? princípios filosóficos da escola; projetos.

A ata indica que no dia 08 de setembro foi dado início a uma nova fase chamada de Curso de Treinamento que contou com a presença de professores das demais escolas e também de outros municípios no salão do Grêmio Estudantil José da Maia pertencente à Escola Érico Veríssimo. Nesse evento foram socializadas as dúvidas de todos os professores que se resumiram às seguintes: diferenciação entre transdução e sincretismo; terminalidade do 1º grau; como atender aluno infra e superdotados; prazos para implantação do plano da Reforma; diferença entre matéria, disciplina e área de estudo; atendimento ao desenvolvimento das potencialidades e diferenças individuais; objetivos da Reforma e o homem que se quer formar; proposições de Rogers; aprendizagem.

A continuação dessa nova etapa ocorreu nos dias 9, 10 e 11 de setembro, e também nos dias 4, 8, 29, 30 e 31 de outubro com um trabalho conjunto entre as professoras da Escola de Aplicação e do Colégio Vicentino Santa Ana. Nesse primeiro dia, trabalhou-se com a seguinte provocação:

Uma patologia de certas escolas é a seguinte: 1. professores que se tornam profissionais do falar; 2. alunos profissionais do ouvir; 3. uns vendem saliva, outros preenchem fichário de memória. Nesse caso, professores e alunos apresentam-se como respectivamente sendo: os que sabem e os que não sabem (saber o que?); os que mandam e os que são mandados (mandar o que?); os que decidem e os que executam (executar o que?); os que educam e os que são educados (educados pra que?); os que disciplinam e os que são disciplinados (disciplinados pra que?). A questão é: na nossa escola existe esse tipo de relacionamento? Até que ponto? (ESCOLA DE APLICAÇÃO, ata, 1975)

Percebemos a contemporaneidade dos assuntos estudados há quase quatro décadas e o quanto eles continuam atuais e presentes no cotidiano das escolas. Outros assuntos/temas trabalhados pelos professores durante o curso foram: o ato de educar: quem educa quem? a quem se educa? por que se educa? como se educa? com que meios se educa? quando e onde se educa? Trabalhou-se ainda: a indisciplina: possíveis causas e soluções; sugestões de técnicas de ensino; criação e funcionamento de APPs;

planejamento de aulas; confecção de material didático; Plano de Implantação da Reforma de ensino. Os professores reuniram-se também por série para fazer o Plano de Atividades por disciplina; trabalharam os conteúdos, objetivos, seleção e organização, avaliação do rendimento escolar (instrumentos, critérios, formas de avaliação); Conselho de Classe.

Desta forma, durante essa capacitação, as discussões giraram em torno da implantação da Lei nº 5.692, também chamada de Reforma, que reorganizou o ensino primário, atrelando-o ao ginásio compondo o Ensino de 1º Grau e foi um período de intenso trabalho, discussão e reflexão para os professores de todo o município.

Ainda com relação aos encontros de professores e reuniões pedagógicas, localizamos alguns registros¹⁴² que indicam que os problemas enfrentados na Escola de Aplicação eram os mesmos que ocorriam e ainda ocorrem em qualquer outro estabelecimento de ensino. São temas e assuntos que permeiam as reuniões pedagógicas cujo enfrentamento requer um rigoroso planejamento de atividades. Segundo atas destas reuniões, era atribuição dos professores: cobrar dos alunos o uso do uniforme, a pontualidade e assiduidade e o cuidado com o próprio material; corrigir as tarefas solicitadas aos alunos; evitar aulas monótonas e rotineiras; ser simpático e agradável mostrando-se otimista e alegre com os alunos incentivando e nunca humilhando; ter um olhar especial sobre os alunos que apresentavam dificuldades; evitar faltas e atrasos; não interferir no trabalho alheio; usar o uniforme (jaleco cor-de-rosa de manga curta que aparece na fotografia nº 11, página 221; cultivar a harmonia e respeito no ambiente de trabalho (ESCOLA DE APLICAÇÃO, Atas, 1975 e 1977). Também há o registro de agendamento de Conselhos de Classe e divisão de tarefas para atividades como comemoração do dia das mães e festa junina. Percebe-se que havia um constante apelo para que as professoras ficassem atentas à determinadas ações do dia a dia que eram importantes e certamente contribuíam para o bom andamento das atividades pedagógicas e conseqüentemente para o sucesso do aluno. Em ata de reunião ocorrida no dia 19 de abril de 1977, há o seguinte registro:

A orientadora da escola Valquiria Brzezinski,¹⁴³ falou sobre:

142Embora estes sejam de grande importância para a pesquisa, nos ficou claro que não havia um único livro para o registro devido ao fato de que, por exemplo, após a reunião do início do ano letivo de 1975 o registro seguinte é apenas em 1977. É evidente que houve mais reuniões durante o ano de 1975 e também em 1976. Infelizmente, esses registros não foram localizados.

143Nessa época, a professora Valquiria Brzezinski também era professora de Teoria e Prática da Escola Primária da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia.

preparação de leitura, leitura variada, jogral, júri, histórias. Intercalar atividades com recreação, preparar o diário. Uso correto dos termos matemáticos. Procurar escrever corretamente no quadro. Aplicação de teste com severidade para que o aluno seja medido da melhor forma possível. Não deixar de ministrar aulas de Educação Física, observar leitura silenciosa e todos os bons hábitos, preparar bem o assunto a dar. Fixar bem qualquer assunto ministrado. Novamente a diretora dirigiu a palavra, dando conselhos diversos para que a escola tenha bom nome perante a comunidade (ESCOLA DE APLICAÇÃO, ata, 1977)

Há um registro em especial que chamou a atenção e o qual posso validar com conhecimento de causa: a solicitação nas reuniões, de que os professores insistissem para que os alunos levassem o *chininho* de casa colaborando com a limpeza do local. Cursando a 1ª série na escola no ano de 1975, tenho claro na memória esse detalhe: tínhamos que levar o chinelo nos dias de chuva e calçar para usar dentro da escola. Nesses dias, éramos proibidos de sair no pátio, de forma que ficávamos brincando pelos corredores. Quando, por algum motivo esquecíamos o chinelo, tínhamos que ficar de meia ou descalços. Estando de meia era uma festa escorregar pelos corredores da escola que à época nos davam a sensação de serem imensos.

Segundo a professora Maria Luiza, nessa época, início dos anos 1970, não havia muitos recursos audiovisuais que pudessem ser utilizados. Tudo era de difícil acesso. Mas, já havia o mimeógrafo e seu uso se apresentava como uma grande novidade que facilitava a vida do docente na hora da confecção das provas e trabalhos para colorir.

Acerca da sintonia que havia no grupo de docentes da Escola de Aplicação, a professora Anastácia destacou:

Éramos muito unidas. E daí houve esse problema,¹⁴⁴problema político, claro! Porque não tinha nada pra justificar que essa colega fosse tirada do quadro de professores. Daí a Tereza falou: “se for pra tirar ela, saio eu também”. Então eles entenderam que alguém tinha falado fiado, porque não era motivo pra prejudicar a professora, porque ela era uma boa professora, cumpridora dos deveres, sempre levando as coisas da vida dela numa boa e de repente, recebeu castigo (BRUM, 2014).

O quadro abaixo apresenta o número de turmas e alunos matriculados na escola entre os anos de 1968 a 1980,¹⁴⁵ bem como o nome dos professores. Esses dados foram

144A professora nos relatou um problema que caracterizou como perseguição política pelo fato de que algumas pessoas ligadas à Inspetoria Regional de Ensino queriam tirar uma professora do quadro da instituição, transferindo-a para outro estabelecimento. A transferência compulsória seria o “castigo” ao qual ela se refere.

145Optamos por descrever até este ano em virtude deste ter sido o ano da desativação da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leônicio Correia a qual a Escola de Aplicação estava vinculada.

coletados por meio do livro de registro de matrículas e das atas de Exames Finais da Escola de Aplicação. Os alunos que faziam os exames finais eram avaliados por uma Banca Examinadora composta pela professora regente, uma aplicadora e uma fiscal. Além dos membros da banca, assinava a ata também a diretora do estabelecimento. Nessa ata estavam os resultados finais do rendimento escolar durante o ano letivo de todos os alunos.

Quadro 15 - número de turmas, alunos e os respectivos professores da Escola de Aplicação entre os anos de 1968 a 1980.

Ano	Professor	Série	Número de alunos	Total
1968	Laura Folda Mezzomo	4 ^a	22	125
	Olga Pereira Muzyka	3 ^a	25	
	Jurema Marques Fritz	2 ^a	35	
	Ione Barbosa Levandoski	1 ^a	43	
1969	Amélia Josefi	4 ^a	19	134
	Iwelda Kossatz Mattos	3 ^a	29	
	Geni F. do Nascimento	2 ^a	15	
	Olga Pereira Muzyka	2 ^a	21	
	Iria da Silva Motta	1 ^a	23	
	Albertina Alberti Piasecki	1 ^a	27	
1970	Laura Folda Mezzomo	4 ^a	26	126
	Amélia Josefi	3 ^a	25	
	Jurema Marques Fritz	3 ^a	26	
	Albertina Alberti Piasecki	2 ^a	24	
	Iraci Franciosi	1 ^a	25	
1971	Albertina Alberti Piasecki	4 ^a	32	119
	Olga Pereira Muzyka	3 ^a	21	
	Amélia Josefi	2 ^a	21	
	Iraci Franciosi	2 ^a	17	
	Iria da Silva Motta	1 ^a	28	
1972	Anastácia Leonora Brum	4 ^a	28	129
	Iria da Silva Motta	3 ^a	26	
	Maria Izabel Marcinko	2 ^a	32	
	Albertina Alberti Piasecki	1 ^a	27	
	Jurema Marques Fritz ¹⁴⁶	Pré-primário	16	
1973 M e T	Edith Rocha Mezzomo	4 ^a	18	204
	Olga Pereira Muzyka	4 ^a	20	
	Maria Izabel Marcinko	3 ^a	23	
	Ione Valderez Cordeiro Henke	3 ^a	29	
	Terezinha Odete Dallago Volkman	2 ^a	27	
	Ligia Forvelli de Andrade	2 ^a	21	
	Albertina Alberti Piasecki	1 ^a	22	
	Anastácia Leonora Brum	1 ^a	23	

¹⁴⁶Esse não foi o primeiro e único ano que foi ofertado o ensino pré-primário, mas como constava na ata de registros julgamos conveniente apresentar esse dado.

	Ione Levandoski	1 ^a	21	
1974	Terezinha Odete Dallago Volkman Ione Valderez Cordeiro Henke Evanildes dos Santos Leite Henke Maria Izabel Marcinko Anastácia Leonora Brum Olga Pereira Muzyka Albertina Alberti Piasecki Ione Levandoski	4 ^a 4 ^a 3 ^a 3 ^a 2 ^a 2 ^a 1 ^a 1 ^a	17 15 19 29 26 24 18 19	167
1975 M e T	Maria Izabel Marcinko Anastácia Leonora Brum Evanildes dos Santos Leite Henke Olga Pereira Muzyka Terezinha Odete Dallago Volkman Amélia Josefi	4 ^a 3 ^a 2 ^a 2 ^a 1 ^a 1 ^a	42 25 18 18 19 17	139
1976 ¹⁴⁷	Terezinha Odete Dallago Volkman Anastácia Leonora Brum Ione Valderez Cordeiro Henke ? ?	4 ^a 4 ^a 3 ^a 2 ^a 1 ^a	26 22 32 42 37	159
1977	Anastácia Leonora Brum Maria Izabel Marcinko Ione Valderez C. Henke/Amélia Josefi Albertina A. Piasecki/ Ione Levandoski	4 ^a 3 ^a 2 ^a 1 ^a	34 49 43 49	175
1978	Maria Izabel Marcinko/ ? Amélia Josefi/ ? Francisca de Oliveira/? Albertina A. Piasecki/ Ione Levandoski	4 ^a 3 ^a 2 ^a 1 ^a	63 62 58 66	249
1979	? ? ? ?	4 ^a 3 ^a 2 ^a 1 ^a	66 58 63 63	250
1980	? ? ? ?	4 ^a 3 ^a 2 ^a 1 ^a	41 61 53 60	215

Fonte: elaborado pela autora com base nos livros de registro de exames finais, livros ponto e livro de registro de matrículas.

¹⁴⁷Até o ano de 1975, os dados para construir essa tabela foram retirados do livro de registro das atas de exames finais da Escola de Aplicação. No entanto, esse livro encerra com o registro de apenas parte das turmas do ano de 1976 e não localizamos o livro que daria a continuação a ele. Para os anos de 1976 e 1977, cruzamos os dados de livros pontos com o livro de registro de matrículas. No entanto, no livro ponto não há, ao lado da assinatura da professora, a série que ela ministrava. Desta forma não sabemos quantos alunos estavam em cada turma (quando havia mais que uma) porque o livro de registro de matrículas estava organizado por série e não por turma. Não localizamos o livro ponto que registrasse os anos de 1979 e 1980. Até a 3^a série de 1976 o número de alunos equivalia aos que concluíram o ano e seus resultados. Após, contamos o número de matriculados, no entanto retiramos os transferidos e abandonos, quando havia esse registro, de forma que acreditamos que esse número se aproxima do número exato de alunos que concluíram cada ano. É importante ressaltar ainda que havia as turmas do pré-escolar que, não sabemos o motivo, mas não aparecem nos registros de matrículas.

Observando o quadro, notamos o salto do número de matriculados nos anos de 1973 e 1978. Em ambas as datas, o aumento do número de alunos está relacionado com a transferência da escola para outro local. Em 1973 quando deixou de dividir espaço com a Escola Normal Colegial e foi para um local maior que continha mais salas disponíveis e a escola poderia inclusive, funcionar em dois turnos como de fato ocorreu. Já em 1978 a transferência foi para o prédio novo da escola inaugurado no início daquele ano.

Quanto aos turnos de funcionamento da escola, não podemos afirmar com exatidão, devido a falta de registros precisos, no entanto é possível fazermos um exercício de inferência para concluir que entre 1968 a 1972 ela funcionou apenas no período vespertino considerando que pela manhã funcionava a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia no mesmo local. No entanto, entre 1973 a 1977 quando ocupou sozinha as instalações cedidas pela Associação das Damas de Caridade, é possível que tenha ofertado turmas nos períodos matutino e vespertino, ou apenas um, variando conforme a demanda. Entre 1978 a 1980 acreditamos que ela funcionou apenas no período vespertino, em razão da existência dos cursos de Magistério (em implantação), Básico em Agropecuária e Contabilidade que funcionavam no Colégio Estadual Honório Babinski.

Ainda com relação ao corpo docente, não podemos esquecer que havia também as professoras que exerciam os cargos técnicos como diretora, secretária e coordenadora, além da professora das turmas de pré-primário que não aparecem nos registros, com exceção do ano de 1972. Além destas docentes citadas no quadro acima, encontramos, em documentos diversos, o registro de outras professoras que deram aulas na Escola de Aplicação até o ano de 1980: Amélia Carvalho, Arlete Amaral, Adair Cordeiro Rabel, Beatriz Camargo, Conceição Oliveira, Elaine M. Camargo, Glayz Mary Chemin Glomb, Leticia Molinari, Luiza Molinari, Maria das Graças Taques, Nilza Rosa Rodrigues, Sebastiana Maria Vieira, Valquíria Brzezinski e Zulsi Maria Teixeira Rohr.

Apesar de não constar nos registros de matrículas ou em qualquer outro documento, de acordo com depoimentos das professoras Maria Izabel Marcinko e Anastácia Leonora Brum, no ano de sua fundação a escola foi inovadora oferecendo vagas para uma turma de Jardim de Infância ou Pré-Primário. Até aquela data, não havia o atendimento aos alunos nessa faixa etária no Grupo Escolar Aluísio Maier, na Escola Adventista e nem no Colégio Vicentino Santa Ana, embora essas instituições já estivessem em atividade há décadas.

Fotografia 12 – Turma do Jardim de Infância da Escola de Aplicação em novembro de 1968.



Fonte: Acervo pessoal de Anastácia Leonora Brum

Na foto acima, alunos do Jardim de Infância, durante o desfile comemorativo do aniversário do município, acompanhados da professora Iria da Silva Motta. Desta forma, já no ano de sua fundação, a Escola de Aplicação se inseriu nas atividades cívicas e patrióticas que já eram realizadas pelas instituições consolidadas.

Com relação à merenda escolar, a professora Maria Izabel Marcinko afirmou que ela era oferecida e que os alunos a recebiam por meio da FUNDEPAR, órgão criado pelo Governo do Estado no ano de 1962, que além da construção de prédios escolares, realização de cursos de capacitação, atendimento à saúde do educando, entre outras ações, gerenciava o programa de Merenda Escolar nas instituições de ensino públicas. Quanto ao uniforme, era adotado pela escola e ficava sob a responsabilidade dos pais sendo calça ou saia azul-marinho e camisa branca. Aos alunos do Jardim de Infância não era exigido o uso do uniforme, no entanto solicitava-se o uso de jaleco em tecido xadrez vermelho, conforme visto na foto anterior. Este tinha como função, proteger a

roupa das crianças nas atividades ao ar livre e também com tinta ou outros materiais.

No que se refere aos livros didáticos utilizados, a professora Maria Izabel afirma que:

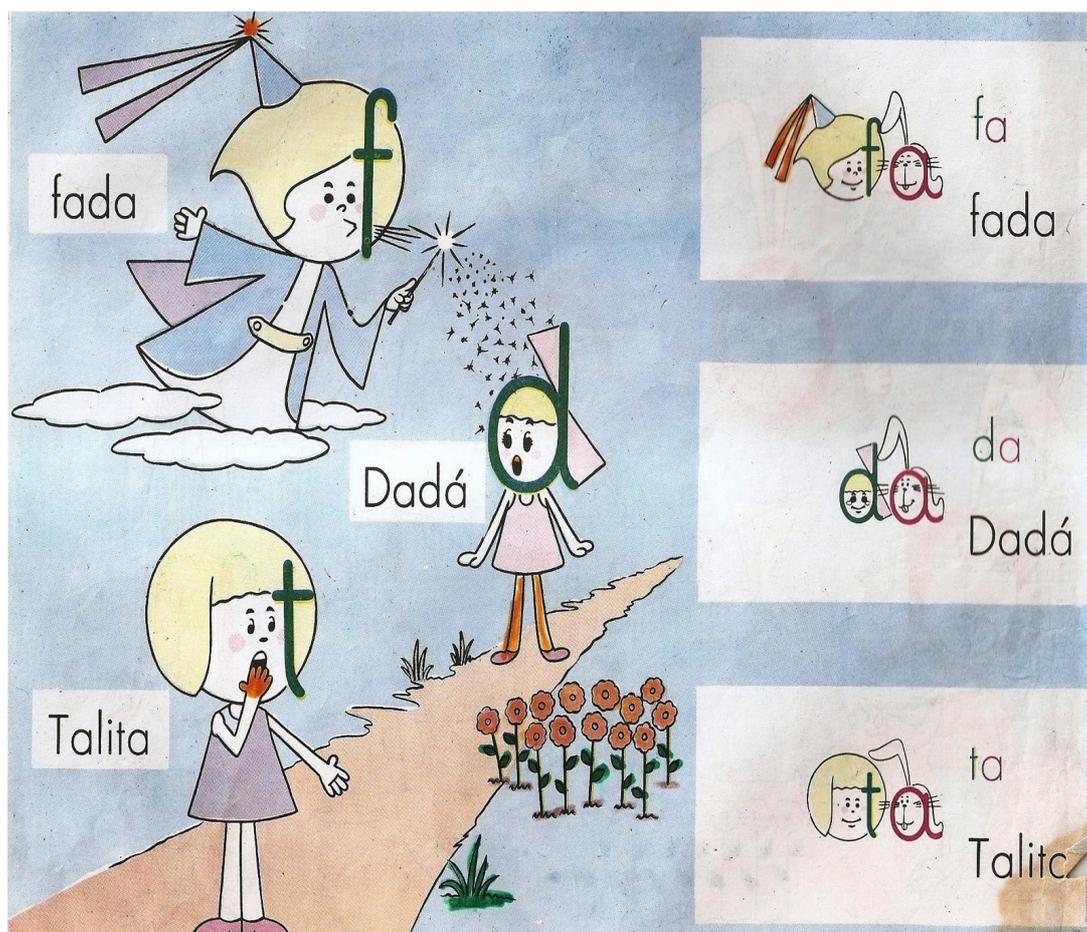
[...] os pais compravam. Naquele tempo a gente já recebia das editoras os exemplares. Antes do final do ano já começavam a mandar e daí a gente escolhia. No meu tempo, teve uns anos que a Tereza fazia o pedido. Fazia o pedido e cobrava da piaçada. Nas livrarias não sei se a gente usou. Nos últimos anos, já vinha pelo Estado, mas geralmente era comprado (MARCINKO, 2014).

Embora a professora não se recorde, o registro em ata de reunião ocorrida no dia 1º de março de 1977 indica que não haveria mais a interferência da escola na venda dos livros naquele ano e os pais deveriam comprar diretamente nas livrarias da cidade. Acreditamos que essa prática passou a ocorrer quando a professora Olga Pereira Muzyka assumiu a direção em 1976 no lugar da professora Terezinha Mathilde Zempulski.

A professora Maria Izabel não soube informar os títulos dos livros didáticos utilizados por ela nas atividades com os alunos de 3ª e 4ª séries. No entanto, como uma das protagonistas da história da Escola de Aplicação, em minha memória ainda está viva a imagem da cartilha *O sonho de Talita*¹⁴⁸ com a qual fui alfabetizada pela professora Amélia Josefí no ano de 1975. Essa cartilha era impressa sob a forma de brochura e no sentido horizontal (paisagem). O livro de atividades, além dos exercícios propostos, trazia ainda a possibilidade de pintar as figuras, considerando que era em preto e branco. Isso nos era permitido pela professora após concluirmos os exercícios. De toda a minha experiência com a alfabetização no ano de 1975, duas coisas ficaram bem claras na memória: a sala de aula pequena e com duas janelas de madeira que dava para a rua e a cartilha com seus personagens e suas histórias.

148A cartilha *O sonho de Talita* foi publicada pela Editora E. C. D – Editora Didática e Científica LTDA do Rio de Janeiro. Escrita por Manoelita Marcello Pimenta Bueno e Maria do Carmo Freitas Guimarães com ilustrações de Luiz César (Instituto de Educação do Rio de Janeiro – BLOG, 2014). Com a cartilha vinha o *Caderno de Atividades* onde fazíamos os exercícios. Sua proposta de alfabetização era partir de *palavras-chave* que fossem significativas para os alunos e eram retiradas de contexto onde havia história, gravura, conversa ou leitura feita por um adulto (professor). As novas letras eram associadas à personagens que se envolviam em histórias com a fada e a menina Talita, personagens centrais da cartilha. Havia a preocupação com a gradação das dificuldades, começando pelas vogais de forma isolada, na sequência apresentadas as sílabas mais simples e em seguida as complexas. Assimilado um número de sílabas e palavras, partia-se para a formação de frases. De maneira geral, o método dessa cartilha pode ser classificado como silábico e sintético (quando se avança das partes para o todo).

Imagem 4- Página da cartilha *O sonho de Talita*.



Fonte: <http://gisasanti.blogspot.com.br/2011/03/sonho-de-talita.html>

Embora o primário fosse o nível elementar da educação formal, hoje chamado de anos iniciais do Ensino Fundamental com cinco séries, ele era muito importante, considerando que nem todos os alunos prosseguiram os seus estudos até mesmo em razão da existência dos exames de admissão até o ano de 1971 ou por outras dificuldades encontradas. Desta forma, o encerramento da 4ª série era considerado um fechamento de ciclo e ao mesmo tempo uma importante conquista na vida dos alunos. Assim, era comum a realização de cerimônias de *formatura* com a entrega dos certificados de conclusão do ensino primário para os alunos da Escola de Aplicação.

Na foto a seguir vemos os alunos da 4ª série durante uma cerimônia de conclusão do ensino primário no início da década de 1970. Esse evento aconteceu nas dependências do Centro Paroquial e além da entrega dos certificados, aconteceram inúmeras apresentações artísticas. A imagem demonstra a singeleza do momento com os alunos vestidos de maneira mais formal que o cotidiano e sendo os grandes personagens do dia.

Fotografia 13 – Alunos da 4ª série da Escola de Aplicação durante cerimônia de entrega de certificados de conclusão do ensino primário. Sem data.



Fonte: Acervo pessoal de Anastácia Leonora Brum

No histórico da Escola de Aplicação encontramos descritas ainda as seguintes atividades realizadas pela direção, corpo docente e funcionários:

[...] participação em todas as atividades extra-classes como: desfiles em datas especiais, festas juninas, teatros, jogos, visitas com fins educativos, campanhas visando angariar fundos para a compra de material didático e outras campanhas de remédios para um ambulatório de emergência (Semana da Higiene e Saúde), atividades religiosas (Semana da Bíblia), campanhas de cartazes, visitas aos pais de *alunos-problemas*, campanha para auxílio de merenda escolar (ESCOLA DE APLICAÇÃO, histórico sem data, grifos nossos).

Infelizmente, assim como aconteceu com as outras escolas pesquisadas, a reconstrução de aspectos históricos da Escola de Aplicação ficou prejudicada considerando a existência de poucos e incompletos documentos. Estes, foram se perdendo com a passagem do tempo e até mesmo pelas mudanças de local pelas quais ela passou, com a documentação ficando aos cuidados de um grande número de pessoas. O fato de ter estado sob a dependência administrativa do Estado e depois do município também pode ter contribuído para que se perdessem fontes relevantes que ajudariam a reconstruir sua história. Para a pesquisa, encontramos parte da

documentação da Escola de Aplicação no Colégio Estadual Professor Gildo Aluisio Schuck e parte na Escola Municipal Padre Gerson Galvino, no entanto é uma quantidade irrisória de documentos considerando toda a riqueza de fontes que são produzidas no interior de uma instituição de ensino.

Hoje a Escola de Aplicação, pela qual passaram centenas de crianças, atende pelo nome de Escola Municipal Padre Gerson Galvino e se encontra em prédio próprio construído pelo município. E, infelizmente, confirmando a falta de espaço para as atividades educativas, há mais de uma década cede parte de suas instalações e também suas salas de aula no período noturno para o funcionamento de cursos ofertados pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, instituição na qual me graduei em 2004.

3.8 As atividades extracurriculares, trabalhos complementares e eventos

Nem só de livros, cadernos, quadro e giz viviam os normalistas. Desde o início das atividades das Escolas Normais de Laranjeiras do Sul até a cessação de cada uma delas sempre houve um clima de união, camaradagem e cooperação entre todos e era comum a recepção as novas turmas de forma a integrá-las ao restante do grupo. Durante os anos essas práticas de integração foram as mais diversas desde aulas inaugurais até brincadeiras, festas e piqueniques para recepcionar os novos alunos. Além das atividades de integração, durante o ano letivo eram realizados inúmeros e variados eventos que transcendiam as salas de aula e até mesmo os portões da escola.

A Lei Orgânica do Ensino Normal promulgada em 1946 previu que:

Art. 29. Como trabalhos complementares os estabelecimentos de ensino normal deverão promover entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições para-escolares, destinadas a criar, em regime de autonomia, condições favoráveis à formação dos sentimentos de sociabilidade e do estudo em cooperação. Merecerão especial cuidado as instituições que tenham por objetivo despertar entre os escolares o interesse pelos problemas nacionais (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.530, 1946).

Assim, as atividades extracurriculares eram também uma forma de inserção social dos alunos e mais tarde, na década de 1950, este seria um dos pontos-chave das orientações de Erasmo Pilotto para os Cursos Normais Regionais. Veremos de que

forma essas atividades ultrapassaram os muros das Escolas Normais pesquisadas e acabaram incidindo na sociedade laranjeirense. É inegável ainda que, muitas delas, estavam relacionadas a um comportamento típico da classe média, ajudando de certa forma, na preservação do *status quo*.

Laudímia Trotta, em seu relatório enviado ao presidente Dutra, assim descreveu a mudança de comportamento dos alunos do Curso Normal Regional durante o ano de 1946:

Os alunos que chegaram no início, bisonhos, acanhados, pouco sociáveis, tornaram-se graças ao trabalho intenso de sociabilidade do C.N.R., a prática de esporte, as aulas de ginástica, as aulas de Canto Orfeônico, rapazes e moças alegres, tratáveis, unidos por um só ideal, que serviu de lema para a 1ª turma que terminou o curso no C.N.R de Iguazu: *Na Educação a Grandeza da Pátria* (BRASIL, Território Federal do Iguazu, 1947, p. 68, grifos nossos).

O Regimento Escolar do Curso Normal Regional previu em sua seção IV que haveriam aulas, exercícios e trabalhos complementares que se integrariam à vida escolar dos educandos e em seu artigo 48, parágrafo 2º orientava:

Os alunos deverão ser conduzidos não apenas a aquisição de conhecimentos discursivos, mas a realização de técnicas de trabalho intelectual mais recomendável a futuros docentes. Assim sendo, os professores deverão estimular os alunos a consultar a biblioteca, a pesquisar nos laboratórios, a visitar os museus e a trabalhar no campo da cultura, cuidando também do aviário, apiário e da criação do bicho da seda quando houver (BRASIL, Território Federal do Iguazu, 1947, p. 88).

Referendando a Lei Orgânica do Ensino Normal, o artigo 49 do Regimento Escolar esclareceu:

Como trabalhos complementares o estabelecimento promoverá entre os alunos o desenvolvimento de instituições para escolares, destinadas a criar, em regime de autonomia, condições favoráveis à formação de sentimentos de sociabilidade e do estudo em cooperação, merecendo especial atenção as instituições que tenham por objetivos, entre os escolares, o interesse pelos problemas nacionais (BRASIL, Território Federal do Iguazu, 1947, p. 88).

Uma dessas instituições para escolares foi o Clube Agrícola fundado no ano de 1946. Ele fazia parte da instituição e seu funcionamento estava regulado pelo Regimento Interno do Curso Normal Regional que definiu seus objetivos:

[...] dignificar o trabalho manual, elevar e engrandecer a vocação e a

profissão do lavrador, inculir na consciência de seus sócios o amor à terra o sentimento da nobreza das atividades agrícolas e a ideia de seu valor econômico e patriótico” (REGIMENTO INTERNO DO CURSO NORMAL REGIONAL, BRASIL, 1946, Art. 50, alínea b).

O documento determinou que haveria um campo de experimentação junto ao estabelecimento para o cumprimento das práticas agrícolas. Esse fato é confirmado em depoimento pela professora Nair Brustolin ao afirmar que “[...] atrás da escola tinha a parte de agricultura que a gente fazia prática de plantar e cada turma se encarregava de cuidar” (BRUSTOLIN, 2014).

Fotografia 14 - Normalistas em atividade no Clube Agrícola do Curso Normal Regional em 1946.



Fonte: Relatório de atividades do Governo do Território Federal do Iguazu – 1946 (BRASIL, 1947).

Conforme citado anteriormente, são poucas as fontes localizadas e, dessa forma, não conseguimos afirmar se o Clube Agrícola continuou suas atividades quando a Escola foi reaberta pelo Governo do Estado no ano de 1948.

A partir do ano de 1948, com Erasmo Pilotto assumindo a Secretaria de Estado da Educação e Cultura, seu Programa do Curso Normal Regional aprovado em 17 de novembro de 1949, pelo Decreto nº 8.862 abrangeu o interior do Estado tendo como um dos objetivos dar a toda prática pedagógica um cunho social. Embora não tendo localizado registros dessas orientações de Pilotto nas Escolas Normais pesquisadas, podemos afirmar que elas não atingiram plenamente o seu objetivo entre os normalistas

laranjeirenses, pois foram raras as práticas de cunho filantrópico ou assistencialista exercidas por eles e isso nos foi confirmado pelos depoimentos. Uma das poucas práticas que podemos considerar como de cunho social é a que descrevemos a seguir.

Como os alunos da Escola Normal Colegial tinham maior maturidade, pois legalmente eram maiores de 15 anos, normalmente eram os que mais se envolviam em atividades com a comunidade e a eles eram delegadas algumas responsabilidades como a inserção em atividades que dessem à sociedade o retorno que deles era esperado. No dia 12 de agosto de 1962, o jornal *O Independente* publicou matéria de primeira página sobre a instalação de um curso de alfabetização de adultos que funcionou no Grupo Escolar Tiradentes e estava sob a responsabilidade dos alunos do 4º ano da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto e também dos alunos da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia. Os normalistas seriam orientados pelos professores Ondina Pereira Folda e Gildo Aluísio Schuck. De acordo com a matéria, os alfabetizados foram separados em grupos conforme seu grau de dificuldade/avanço e acompanhados de maneira individualizada pelos normalistas. O artigo indicava ainda que 44 pessoas estavam inscritas para esse curso de alfabetização. Segundo convite enviado ao presidente da Câmara de Vereadores pelas diretoras das Escolas Normais Java Coelho de Souza Poletto e Sebastiana Vieira, a cerimônia de abertura ocorreu no dia 06 de agosto de 1962 às 19 horas nas dependências do Grupo Escolar (COMISSÃO ORGANIZADORA, ofício s/nº, 1962). Nas edições subsequentes do jornal *O Independente* não há relatos sobre os resultados dessa iniciativa de professores e alunos e, tampouco localizamos registros sobre ela nos documentos da escola. Entre 1958 e 1967, muitas atividades eram promovidas em conjunto entre as duas escolas e isso se intensificou quando ambas passaram a utilizar as mesmas instalações físicas no velho casarão do antigo Grupo Escolar Tiradentes na Rua Marechal Rondon a partir do ano de 1960.

No ano de 1965, os normalistas tinham uma coluna semanal no Jornal *O Independente* que segundo seu redator teria como objetivo “permitir que os jovens colegiais de nossa terra exteriorizassem suas ideias, começassem a tomar parte numa comunidade, que no amanhã, por força das circunstâncias, caberá aos mesmos dirigir” (O INDEPENDENTE, nº 241, de 09 de outubro de 1965, p. 3).

No início do ano de 1967, o jornal *O Independente* noticiou que as Escolas Normais promoveram um evento diferente: tratava-se de uma *Aula Inaugural* proferida

pela professora Déris de Matos.¹⁴⁹ Deste evento participaram professores, normalistas e membros da comunidade. Na ocasião, a palestrante fez uma retrospectiva histórica da educação desde a antiguidade até o final daquela década. O texto foi assim veiculado:

Iniciou a professora Déris por fazer um histórico da educação pois sua aula tinha como ponto principal esse tema para então defini-la de conformidade com as diversas correntes, optando por uma definição que atingisse integralmente o ser humano no qual se poderia ver a *Educação Física, a moral e a intelectual*. Entrou pelo estudo da educação antiga e a moderna na qual o eixo se deslocou do magister-centrismo para o puericentrismo. Citou conceitos de Claparede, Rousseau, Pestalozzi, D. Bosco, Maritain e entre nós Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Abguar Renault entre inúmeros outros (O INDEPENDENTE, nº 275, de 11 de março de 1967, p. 4, grifos nossos).

A primeira de muitas refeições de grau que ocorreram nas duas escolas foi no dia 3 de dezembro de 1946 no salão nobre do Hotel Monte Castelo e uma fotografia dessa turma pode ser vista no anexo D desta pesquisa. Naquela data, 17 formandos receberam seus diplomas de normalistas habilitados como regentes do ensino primário e o salão estava repleto. Após a cerimônia houve baile de despedida de alunos e mestres (BRASIL, Território Federal do Iguaçu, 1947). Durante a refeição de grau houve vários pronunciamentos de autoridades:

[...] por fim o paraninfo, Major Frederico Trotta, que em patriótico improviso concitou seus paraninfados a trabalharem nos rincões de onde provieram, não se deixando seduzir pelos atrativos e confortos dos grandes povoados, lembrando-se sempre que o Brasil precisava recuperar, para completa integração da nacionalidade, os elementos esparsos pelas regiões longínquas e desamparadas da assistência governamental (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.530, 1947, p. 69).

O discurso proferido pelo ex-governador Frederico Trotta na refeição de grau da primeira turma denota bem o sentido e finalidade dados ao Curso Normal Regional, ou seja, capacitar regentes para atuar nas regiões mais afastadas, especialmente nas escolas isoladas, firmando-se como um pilar daquela comunidade. Percebe-se no discurso a

149 Não conseguimos informações detalhadas sobre a professora Déris de Matos. No entanto a professora Ondina Pereira Folda disse que a procurou para orientações de como trabalhar a disciplina de Didática com os alunos da Escola Normal: “[...] naquele tempo eu vim até Guarapuava, a dona Déris era mulher de um pastor protestante. Ela me deu uma porção de dicas de leitura que eu já não lembro muito bem. Por exemplo: a professora deixar sair do aluno, soltar o aluno para que ele perguntasse e partisse da curiosidade dele” (FOLDA, 2014). Inferimos que a professora Déris tinha um bom conhecimento tanto da prática de sala de aula quanto das teorias utilizadas e era referência para profissionais que estavam iniciando na carreira docente.

função redentora da escola e o professor tratado como elemento indispensável para o engrandecimento e desenvolvimento da nação, pois apenas por meio da escola se geraria o progresso, ou seja, o ofício de mestre tratado como *missão*.

Pelos relatos orais, artigos de jornais e por meio de fotografias, concluímos que as formaturas das Escolas Normais eram eventos grandiosos aos quais compareciam representantes da sociedade local, bem como políticos e pessoas influentes do município e Estado. Nair Brustolin falou sobre a sua formatura do Curso Normal Ginásial:

Nossa! Umas formaturas! Da Regional foi um luxo! Fomos a Guarapuava tirar fotografias da formatura. Em Guarapuava porque aqui não tinha nada. Ficamos uns dois ou três dias lá fazendo festa (risos). Veio o Lupion na nossa formatura, foi nosso paraninfo, patrono não lembro, só sei que era *gente graúda* (BRUSTOLIN, 2014).

Fotografia 15 - Formanda da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto recebendo o anel de formatura no ano de 1962.¹⁵⁰



Fonte: acervo pessoal de Anastácia Leonora Brum

A imagem anterior traduz a estreita relação entre educação e Igreja Católica que

¹⁵⁰Na fotografia acima, a formanda Terezinha Dagostin recebe o anel de formatura das mãos da professora Ondina Pereira Folda durante cerimônia ocorrida na Igreja Matriz Santana no ano de 1962. Ao seu lado estão as formandas Irene Popia e Ocidentina Gomes da Silva.

havia na época. Embora houvesse uma cisão entre Igreja e Estado desde a Proclamação da República e mais tarde reforçada pelos debates entre educadores escolanovistas e católicos acerca das modernas teorias educacionais nos anos 1920, escola e Igreja caminharam lado a lado durante muitos anos. Essa proximidade se tornava ainda maior nas cidades pequenas onde grande parte da população professava a fé católica. Recebendo formação para educar crianças de acordo com preceitos e valores morais cristãos aceitos pela sociedade, era comum a presença de representantes da Igreja Católica em eventos das Escolas Normais.

Habitualmente, o dia da formatura seguia um ritual que abrangia missa, a colação de grau com a entrega dos certificados e coquetel ou jantar, oferecidos pelo patrono e patronesse e finalizava com o esperado baile de formatura. Para a colação de grau eram compostas as mesas de honra, com a presença do juiz de direito, secretário de educação, inspetor regional de ensino, prefeito, vigário e muitas vezes o bispo diocesano e o governador do Estado. Via de regra, essas pessoas discursavam e eram homenageadas pelos estudantes e pela direção da escola.

Fotografia 16 - Formatura da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia. Sem data.



Fonte: acervo pessoal de Anastácia Leonora Brum.

Na foto anterior, o registro de uma cerimônia de formatura da Escola Normal Colegial. Composto a mesa estão os professores: Anastácia Leonora Brum, Esther

Araújo Cordeiro, não identificada, não identificada, padre Severino Mirandola, Gildo Aluísio Schuck, Clarice Fontanella, não identificado, não identificado.

Nos cabe ressaltar que a disciplina de Religião poderia ser ofertada pelas Escolas Normais de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal previsto em seu artigo 15: “O ensino religioso poderá ser contemplado como disciplina dos cursos de primeiro e segundo ciclos do ensino normal não podendo constituir, porém, objeto de obrigação de mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos” (BRASIL, Decreto-Lei nº 8.530, 1946). Não encontramos registro da disciplina nas grades curriculares das Escolas Normais pesquisadas, e por isso não podemos afirmar como elas ocorriam. Sabemos apenas que existiam, pois nos requerimentos de matrícula, o aluno manifestava-se com relação a essa disciplina informando se queria ou não frequentá-la. É possível, portanto que ela fizesse parte do horário,¹⁵¹ no entanto sem frequência ou avaliação e ofertada apenas na fé católica.

A década de 1960 foi rica em acontecimentos sociais. Infelizmente, terminou num contexto ditatorial, que cerceava as liberdades individuais reprimindo qualquer espécie de manifestação contra o sistema. Porém, seu início foi marcado pelo acirramento das lutas ideológicas, participação crescente dos movimentos sociais, ampliação do movimento sindical operário, crescimento econômico, intensa urbanização, revolução tecnológica. Foram os anos do cinema novo, da Jovem Guarda e dos Festivais da Canção, das campanhas de alfabetização, da organização da sociedade em favor da cultura e da educação, do movimento estudantil engajado entre outras ações (SOUZA, 2008). Esse movimento que aconteceu em todo o Brasil pode ser percebido nas ações promovidas pelos atores que compunham as Escolas Normais pesquisadas.

No início da década de 1960 foi fundada a União Laranjeirense do Estudante Secundário (ULES) que tinha por objetivo movimentar a camada estudantil secundarista do município promovendo atividades desportivas e culturais a fim de auxiliar na formação física, intelectual e moral dos estudantes, além de defender seus interesses (O INDEPENDENTE, nº 245, de 06 de novembro de 1965, p. 5). Constituíam-se, portanto, em um espaço político e segundo o artigo citado, no ano de 1963, a entidade havia promovido dois congressos estudantis na cidade, no entanto fora desativada e novamente reativada por meio de uma Assembleia Geral de Fundação em 06 de novembro de 1965. Naquele ano, o município possuía quatro estabelecimentos de nível secundário: a Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto e o Ginásio Estadual de

¹⁵¹Em nenhuma das escolas pesquisadas encontramos registros de grade de horários.

Laranjeiras do Sul (nível ginásial) e a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia e a Escola de Comércio Otaviano Amaral (nível colegial). Quanto aos órgãos de representatividade discente dessas instituições, sabemos que o Grêmio Estudantil Gabriela Mistral era atuante na Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto e o Grêmio Estudantil Emilia Faraco na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia (GRÊMIO ESTUDANTIL EMILIO DE MENESES, ofício nº 02, 1967).

A União Estudantil Laranjeirense (ULES) foi responsável pela organização dos II Jogos Estudantis da Primavera no ano de 1963. O evento ocorreu no prédio onde funcionavam as duas Escolas Normais entre os dias 05 a 08 de setembro de 1963. Participaram, além das Escolas Normais, o Ginásio Estadual de Laranjeiras do Sul e duas agremiações esportivas do município.¹⁵² As modalidades disputadas foram caçador (ou queimada), voleibol, tênis de mesa e dama (COMISSÃO ORGANIZADORA, Ofício s/nº, 1963).

No início do ano de 1967, os normalistas da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia lançaram seu próprio jornal denominado *A palavra*. No entanto, embora levasse esse nome, não se tratava propriamente de um jornal, mas sim de uma coluna como a que existira anteriormente, mas com maior espaço dentro do jornal *O Independente*. Deste espaço reservado aos normalistas, era redatora a jovem estudante Lígia Regina Folda¹⁵³ (O INDEPENDENTE, nº 277, de 25 de março de 1967, p. 6). Os assuntos tratados nessa coluna eram os mais diversos: convites para eventos promovidos na cidade, pequenas crônicas, sonetos e poesias, felicitações pela passagem de aniversário de normalistas, professores e munícipes. *A palavra* tinha ainda um espaço fixo chamado *Janela Indiscreta* no qual eram relatadas as fofocas referentes aos namoros de adolescência dos normalistas.

Os normalistas promoviam ainda Concursos de Declamação¹⁵⁴ como registrado na edição nº 254 do jornal *O Independente*, datada de 08 de outubro de 1966. Esses concursos se repetiram por vários anos consecutivamente e se tornaram tradicionais conforme indica o ofício enviado ao presidente da Câmara Municipal de Vereadores Bacilides André Faé no qual a diretora Ondina Pereira Folda convida “[...] para o

¹⁵²É possível que a Escola de Comércio Otaviano Amaral que funcionava desde o ano de 1965 não tivesse participado do evento por ser a única instituição que funcionava apenas no período noturno. Por essa razão, a maioria dos alunos trabalhava durante o período diurno.

¹⁵³Ou Lígia Regina Klein, conforme já citada nessa pesquisa.

¹⁵⁴Em conversa informal, o advogado Marco Aurélio Pellizzari Lopes nos contou que esteve em algumas edições dos concursos de declamação e que eram eventos muito concorridos com grande entusiasmo dos participantes e plateia.

tradicional concurso de Declamação que este estabelecimento realiza anualmente” (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNICIO CORREIA, ofício nº 23, 1971)

As datas importantes como o aniversário do município e datas comemorativas nacionais eram eventos de grande destaque e visibilidade, sempre incentivados pelo Poder Público. Neles, exigia-se a presença dos normalistas e seus professores, pois afinal, aqueles seriam encarregados de preparar os cidadãos do futuro alicerçados por uma educação que exaltasse os valores tradicionais da família e da sociedade. A participação das Escolas Normais era imprescindível, pois elas traduziam o que de mais moderno havia no país: uniformizados, os alunos e professores eram a personificação da disciplina, obediências às regras e a ordem, conceitos altamente valorizados na época. Eram períodos de intenso trabalho para os professores, especialmente os de Educação Física, que organizavam as fanfarras, bandas e apresentações de ginástica rítmica.

Fotografia 17 – Normalistas e parte da fanfarra da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto no ano de 1967.



Fonte: acervo pessoal de Léo Thadeu Folda¹⁵⁵.

Na foto anterior, está uma pequena parte de normalistas da Escola Normal

¹⁵⁵ O filho da professora Ondina Pereira Folda, Léo Thadeu Folda, é o primeiro integrante da fanfarra e está à direita na foto.

Regional Floriano Peixoto em 1967, último ano em que a escola funcionou ofertando a formação de professores. Atrás das normalistas é possível ver ainda a fanfarra da escola que começava a se estruturar naquela época. A foto foi tirada em frente a Igreja Matriz Santana e não sabemos se diz respeito ao desfile comemorativo ao dia 7 de setembro ou ao aniversário do município em novembro. É perceptível a busca pela homogeneização dos alunos por meio do uso do uniforme.

Hervatini sustenta que o fato dos alunos das Escolas Normais

[...] utilizarem os uniformes publicamente, nos desfiles e nas aulas da Escola Normal, não só traduzia a ideologia nacionalista de serem disciplinados, inclusive com seu visual, mas também representava o modelo ideal de saúde e beleza para a sociedade moderna, urbana e industrial que se formava. Eram eles modelos para a sociedade (2011, p.142).

Fotografia 18 - Professores representando a 46ª Inspetoria Regional de Ensino em desfile. Sem data.



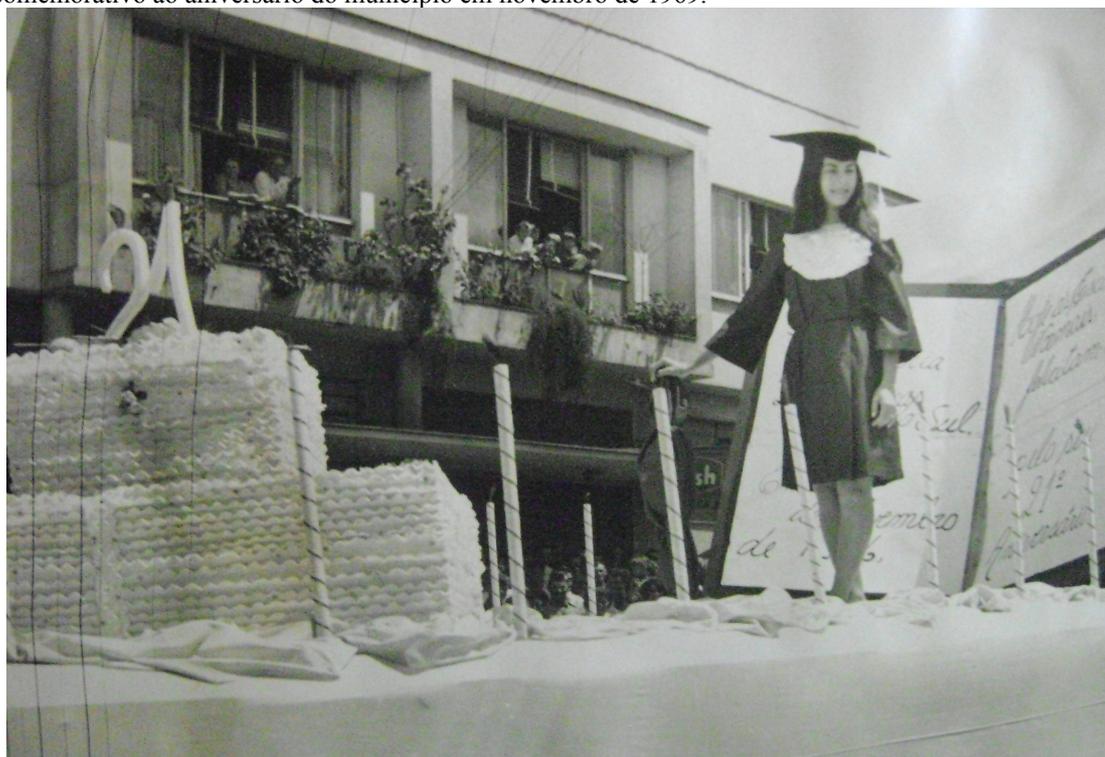
Fonte: Acervo pessoal de Anastácia Leonora Brum

Na foto acima vemos em primeiro plano a professora Anastácia Leonora Brum. Atrás dela estão os professores Tácito Carneiro dos Santos (a esquerda na foto) e Felix Szeszerbicki (a direita na foto). Em seguida vem um pelotão formado por professores. Da mesma forma que ocorria com os alunos, os docentes também deveriam usar uniforme durante esses eventos que tinham grande importância. Uma prova de que o

momento exigia uma atitude solene e respeitosa é o uso da luva ao carregar o pavilhão. De acordo com a professora Anastácia “[...] a Inspetoria era um órgão importante e fazia questão de abrir o desfile. Logo atrás vinham todas as escolas” (BRUM, 2014).

Entretanto, o que se apresentava publicamente não traduzia a realidade vivida no cotidiano das escolas. Embora o discurso apregoado fosse o de modernidade, o que acontecia com a formação de professores no município era o mesmo que ocorria em todas as regiões do país: prédios depredados e em número insuficiente, instalações precárias e sem as mínimas condições de conforto, mobiliário sucateado, insuficiência de material didático, falta de biblioteca e laboratórios para as pesquisas e de locais adequados à prática de esportes, professores não habilitados entre outras mazelas educacionais. O improvisado e as adaptações ao que se exigia legalmente era uma constante nas instituições e isso ficou evidente nos depoimentos dos entrevistados.

Fotografia 19 - Normalista da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia em desfile comemorativo ao aniversário do município em novembro de 1969.



Fonte: acervo pessoal de Ondina Pereira Folda.

Nos desfiles eram comuns os carros alegóricos. Na fotografia anterior, vemos uma normalista, provavelmente da 3ª série, num carro, no qual a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia parabeniza o município pelo seu 21º aniversário com a entrega simbólica de um bolo confeccionado em papel.

Além dos desfiles comemorativos, em algumas cerimônias e atos realizados pelo Poder Público, as Escolas Normais eram convidadas a se apresentar. Uma passagem nos contou em depoimento a professora Ondina Pereira Folda:

Uma vez abriram os Jogos da Primavera em Laranjeiras e foi da Secretaria de Educação [do Estado] um manda-chuva. O doutor Novicki¹⁵⁶ era o Inspetor de Ensino e a Zaida¹⁵⁷ preparou o coral, vinte e cinco alunos em quatro vozes. Era uma coisa de louco! Ela foi com as alunas e tavam todas arrumadinhas lá na frente e o Inspetor disse pro manda-chuva aqui de Curitiba: “a professora de música e as alunas vão apresentar”. “Só uma!” - ele disse. Porque achou que ia ser uma porcaria. Quando as meninas abriram a boca! Elas cantaram uma música de Manuel Bandeira em quatro vozes! Aí, até eles cantaram no final! E engraçado que ela nunca teve aula de Canto Orfeônico (FOLDA, 2014).

Além disso, as escolas promoviam sessões cívicas comemorativas a datas históricas importantes. Em ofício enviado ao presidente da Câmara Municipal Valdemar Becker, a diretora da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia convidava os integrantes daquela Casa de Leis para participarem da sessão cívica comemorativa à Independência do Brasil. O evento ocorreu no salão nobre da escola às 20 horas do dia 05 de setembro de 1968 (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNICIO CORREIA, ofício nº 42, 1968).

Conforme citado anteriormente, em nossa pesquisa localizamos o registro de raras práticas de caráter assistencialista ou filantrópicas. Confirmamos, por meio dos depoimentos que elas praticamente não existiram durante os anos em que os entrevistados estudaram. Localizamos apenas dois registros. O primeiro se refere a uma programação de atividades recreativas pelas normalistas da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia nos anos de 1961 na qual estava inclusa arrecadação de brinquedos:

Ao transcorrer a SEMANA DA CRIANÇA, várias foram as homenagens. Desde o início da semana foram realizadas palestras sobre vários assuntos referentes à criança pelas professorandas da Escola Normal Secundária às crianças do Grupo Escolar. Dia 11: por gentileza especial do proprietário do parque que ora se encontra em nossa cidade, as crianças tiveram a oportunidade de ali se divertirem durante algumas horas da tarde. Dia 12: no dia consagrado à criança, graças a cooperação e boa vontade do proprietário do cinema local, foi

156Refere-se ao professor Estanislau Novicki que era advogado e foi professor das Escolas Normais e chefe da 46ª Inspetoria Regional de Ensino entre os anos de 1968 a 1970.

157Refere-se à professora de Canto Orfeônico Zaida Rocha da Rosa.

exibido em matiné bellissimo filme que por certo foi ótima distração à criançada. Dia 13: no pátio do grupo, realizaram-se vários jogos que haviam sido programados para os primeiros dias da semana, mas que em vista do mau tempo não puderam ser levados a efeito naquele dia, com competição de prêmios oferecidos por casas comerciais locais. Dia 14: finalizando a semana – véspera do dia do professor – pequeno show de alunos em homenagem ao professor e entrega dos brinquedos arrecadados na campanha promovida pelas normalistas (O INDEPENDENTE, nº 43, de 15 de outubro de 1961, p. 6).

O segundo evento, em 1967, foi também de arrecadação de brinquedos, mas pela passagem do Natal: “As nossas colegas da Escola Normal Colegial, em francas atividades em prol do Natal da criança pobre. Muitas crianças vão sorrir neste Natal e será para você que doou o brinquedo e para você, normalista, que soube fazê-los sorrir” (O INDEPENDENTE, nº 310, de 11 de novembro de 1967, p. 4). Percebemos que, infelizmente, as crianças que estudavam nas escolas isoladas eram privadas da participação em atividades lúdicas como teatro e festas promovidas pelos normalistas. Provavelmente devido a problemas com o deslocamento tanto das crianças para a sede como dos normalistas para as escolas isoladas e essas práticas acabavam se restringindo às escolas da sede do município.

Ficou registrado ainda nos jornais da época promoções de bailes com a escolha da *Rainha dos Estudantes* e também desfile de modas para angariar fundos para o caixa dos formandos. Com relação à questão financeira, era comum, por parte dos alunos do último ano, a realização de eventos para que a arrecadação auxiliasse nas despesas oriundas dos eventos relacionados à formatura. Essas promoções eram variadas como bailes e desfiles. Muitas vezes, os formandos pediam ajuda externa como no caso dos formandos do ano de 1964 da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia que solicitaram ajuda à Câmara de Vereadores para que pagasse o deslocamento dos normalistas até a cidade de Foz do Iguaçu em uma excursão que visitaria a Escola Normal Colegial daquele município, bem como seus pontos turísticos (ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNICIO CORREIA, ofício s/nº, 1964).

A excursão de final de ano era um evento aguardado com ansiedade pelos alunos e aconteceu praticamente durante toda a existência das duas escolas. Segundo relatos orais da professora Ondina Pereira Folda, na foto da página seguinte estão normalistas e professores, na frente da escola, preparados para uma viagem à cidade de Foz do Iguaçu.

Fotografia 20 – Normalistas e professores da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia preparados para viagem de final de ano. Foto sem data.



Fonte: acervo pessoal de Ondina Pereira Folda.

No ano de 1966, os formandos da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto fizeram uma promoção um tanto inusitada: selecionaram músicas, compondo um repertório, que foram gravadas em Long Play (LP) pelo estúdio Simonetti Produções Artísticas da cidade de São Paulo. O conteúdo desse disco são músicas orquestradas e que fizeram sucesso principalmente nas décadas de 1950 e 1960. A renda obtida com a venda de exemplares foi revertida para o caixa da formatura. Um desses exemplares pertence ao advogado e colecionador Marco Aurélio Pellizzari Lopes e fotografias da capa e contracapa do vinil podem ser vistas no anexo C.

Uma das últimas promoções da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia foi uma *Recreação Social* promovida na Rua Marechal Rondon (lateral da escola) no dia 04 de junho de 1980, conforme ofício expedido pelo Secretário de Educação e Cultura de Laranjeiras do Sul para o Delegado de Polícia comunicando a ação (PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, ofício s/nº, 1980).

Embora não se dedicassem com afinco às atividades filantrópicas no envolvimento direto com os problemas da comunidade laranjeirense, observamos que as Escolas Normais no município eram centros de grande atividade, onde a vida pulsava

intensamente dentro e fora das salas de aula com promoções, festas, desfiles, piqueniques, excursões, eventos culturais e desportivos entre outros, ou seja, eventos próprios da classe média.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou os resultados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2012 a 2014. O estudo teve como intuito investigar a constituição de duas instituições responsáveis pela formação de professores do município de Laranjeiras do Sul – PR.

No decorrer do estudo constatei que a medida em que se propagava a ideia de que o desenvolvimento econômico brasileiro estaria vinculado ao aumento do nível de escolaridade da população, as políticas públicas ligadas à educação se intensificaram especialmente na segunda metade do século XX. Visando aumentar o nível de escolaridade da população foram criadas vagas no nível primário por meio do aumento do número de escolas, fato que gerou a demanda por mais docentes. Por sua vez, a formação inicial de professores passou a ser vista como um fator preponderante para alcançar os objetivos propostos especialmente nas regiões mais afastadas dos grandes centros onde o desenvolvimento caminhava a passos lentos.

Encarada como um problema de ordem social e também como a possível solução para a questão do entrave no desenvolvimento econômico, a educação passou a ser discutida nas mais variadas esferas, desde os congressos e encontros dos quais participavam especialistas, até a sociedade de forma mais ampla. A legislação educacional, que até aquele momento se concentrava de forma fragmentada nos estados, passou a ser (re) organizada em nível nacional. A publicação do *Manifesto dos Pioneiros* em 1932 constituiu-se em ponto de partida para que isso se intensificasse. Essa reorganização visava atender, por meio da educação formal, toda a população em idade escolar, considerando que, desde a chegada dos jesuítas até aquele momento, havia beneficiado majoritariamente as elites. Para que fosse possível compreender melhor todo o processo de formação de professores, além da legislação educacional, foi necessário investigar os aspectos históricos relacionados ao objeto de pesquisa também no Estado do Paraná, especialmente os fatos ocorridos a partir da década de 1920.

Embora tenha feito uma pesquisa que abordou a história no âmbito regional com o estudo de instituições educacionais específicas, considero que elas não estavam isoladas: pertenceram a um contexto macro reproduzindo e refletindo em seu contexto micro, as circunstâncias, mudanças e processos da sociedade que as gerou. No entanto, elas também geraram particularidades e singularidades que as distinguiram das demais instituições e isso aconteceu por variados fatores: desde suas condições estruturais até a

individualidade dos atores que as compuseram. A pesquisa teve como questão problematizadora a maneira como se constituiu a formação inicial de professores e regentes para o ensino primário nas duas instituições que ofertaram o curso de formação de professores em nível secundário no município de Laranjeiras do Sul – PR entre os anos de 1946 a 1980: a Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto e a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia. Delimitei a pesquisa entre os anos de 1946 a 1980, ou seja, entre o ano em que foi criada a modalidade Normal Regional por meio do Decreto-Lei nº 8.530 – Lei Orgânica do Ensino Normal e instituição dessa escola em Laranjeiras do Sul. Já o ano de 1980 marca a extinção definitiva dessa modalidade de formação docente, em decorrência da aprovação da LDB nº 5.692 em 1971.

Ao investigar como ocorreu essa formação ao longo do período em que as escolas funcionaram, busquei compreender quais foram os determinantes sociais que criaram a necessidade dessas instituições (*como, quando e por que* foram criadas), e quais foram os desafios pedagógicos e estruturais por elas encontrados, bem como as possíveis soluções para resolvê-los. Também busquei investigar os fatores que causaram o fechamento das duas instituições, ou seja, *quando, como e por que* elas deixaram de ser relevantes, perdendo seu sentido social. Assim, acabei reconstituindo historicamente alguns aspectos relacionados à vida e às atividades dessas escolas, bem como dos seus discentes e docentes.

Neste texto amparei-me especialmente na investigação e análise de fontes documentais correlatas ao objeto pesquisado. Esta análise apenas foi possível, devido aos estudos sistematizados de obras de autores que percorreram esse caminho antes, deixando-nos como legado. Esses estudos foram apresentados no primeiro e segundo capítulos e dizem respeito aos condicionantes históricos que determinaram as políticas públicas e legislação educacional no Brasil e no Estado do Paraná.

A demanda pelo ensino primário e pela formação de professores no município de Laranjeiras do Sul, ocorreu concomitantemente com boa parte dos municípios do Paraná e também do país, com o processo de urbanização crescente. Aconteceu também paralelamente à promulgação do Decreto-Lei nº 8.529 - Lei Orgânica do Ensino Primário e Decreto-Lei nº 8.530 - Lei Orgânica do Ensino Normal no ano de 1946.

No entanto, é importante salientar que no município de Laranjeiras do Sul, esse processo foi singular devido a um importante acontecimento e a partir dele se acentuou a necessidade de elevar o nível de escolaridade da população. No ano de 1943 foi criado, pelo presidente Getúlio Vargas, o Território Federal do Iguazu, sendo sua capital

instalada em 7 de setembro de 1944, na cidade de Iguaçu, antiga Vila Xagu e atual município de Laranjeiras do Sul. Com a instalação da capital e intensificação do fluxo migratório, com famílias chegando de todos os lugares, principalmente do Sul do Brasil, e com o mercado de trabalho se expandindo, era imprescindível e até mesmo urgente que a escolaridade da mão de obra fosse ampliada. Havia ainda a necessidade de suprir a falta de escolas para os filhos das famílias abastadas que aqui chegaram bem como os filhos dos servidores públicos federais vindos, quase que exclusivamente, das cidades de Curitiba e da capital federal, o Rio de Janeiro.

Desta forma, foi instalado em abril de 1946, o Curso Normal Regional com finalidade precípua de capacitar regentes do ensino primário para trabalhar no grande número de escolas que estavam espalhadas pelo interior do Território Federal do Iguaçu, nas quais trabalhavam professores que, muitas vezes, tinham sido apenas alfabetizados. Extinto o Território e fechada a escola, ela foi reaberta no ano de 1948 pelo Governo do Estado do Paraná, que compactuava da política do Governo Federal de suprir, ao menos minimamente, a demanda por professores no interior do Estado intensificando sua política para que isso ocorresse.

Essa escola foi uma importante conquista para a população local. No entanto, não há como negar que, embora houvesse formado um considerável número de regentes para o ensino primário, não atingiu o objetivo principal a que se propunha o Curso Normal Regional que era capacitar profissionais para o trabalho nas escolas isoladas na periferia e na zona rural do município, além de formar líderes que disseminariam a cultura de uma forma geral e auxiliariam no desenvolvimento dessas comunidades. Estas, continuaram por muitos anos, mais precisamente até meados da década de 1980, com professores leigos, pois os normalistas formados não assumiam turmas no interior do município em função das dificuldades encontradas como distância, estradas malconservadas, escolas e casas escolares deterioradas, falta de mobiliário e material para os alunos, entre outros problemas. Quem mais se beneficiou com o Curso Normal Regional foi uma minoria da população e as instituições que se encontravam na zona urbana do município, como o Grupo Escolar e as escolas particulares, pois os professores optavam por lecionar nesses locais. Na sede, esses docentes vislumbravam maior possibilidade de ascensão na carreira em um município em franco processo de urbanização. Por sua vez, nas escolas isoladas com todas as condições interferindo negativamente, os alunos tinham dificuldades para avançar nos estudos considerando a precariedade de sua formação em nível primário, ocasionada pelos fatores acima

citados.

Durante a década de 1950, a elite local começou a pressionar as autoridades do município para a criação de uma escola que ofertasse o 2º ciclo do ensino secundário, considerando que ainda não havia a oferta desse nível de ensino. Quem quisesse continuar os estudos precisava se deslocar para outras cidades maiores e essa era uma prerrogativa apenas das famílias mais abastadas. Como já havia a formação de professores no 1º ciclo, o natural foi que se estendesse a formação de professores para o 2º ciclo, como de fato ocorreu, em 1958, com o início do funcionamento da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia.

As dificuldades que se apresentaram ao longo dos anos para que essas instituições desenvolvessem suas atividades foram inúmeras que vão desde as condições estruturais até os aspectos pedagógicos, passando pela falta de condições materiais, docentes capacitados e até mesmo dificuldades em adequar-se às leis federais e estaduais.

Além do espaço físico, durante muito tempo compartilhado com outras escolas e entre ambas, e a composição dos grupos docente e discente serem muito próximos, existia muita similaridade entre as duas escolas em relação aos aspectos observados na pesquisa. No que se refere a estrutura física essa se apresentou como um problema para ambas as escolas, principalmente para a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, que foi obrigada a realizar várias mudanças no decorrer das duas décadas. Portanto, a infraestrutura não foi a esperada para o desenvolvimento das atividades formativas e essa foi uma situação que permaneceu no município durante muito tempo, inclusive afetando outros estabelecimentos. Até meados da década de 1960, por exemplo, havia apenas dois prédios para atender cinco estabelecimentos de ensino diferentes: o Grupo Escolar, as Escolas Normais, o Ginásio Estadual e a Escola de Comércio. Essa situação expressava o que ocorria no âmbito nacional e estadual, período em que havia a superlotação dos prédios, chegando a situações de muito escolas funcionarem em até 4 períodos diários.

O corpo docente que atuou nas duas escolas não era capacitado na forma adequada conforme previa a legislação. Muitas vezes, nem concluíam ou recém-saídos do Curso Normal (1º ou 2º ciclo), retornavam no ano seguinte, na condição de docentes e não foi um caso isolado. Os poucos portadores de diploma de ensino secundário, e principalmente superior, que residiam no município eram recrutados pela direção das escolas para contribuir com a formação dos futuros professores assumindo disciplinas

que nem sempre eram afins as suas áreas de estudo. Em sua maioria eram advogados, dentistas, médicos com raros casos de licenciados nas áreas. Em função dessa formação deficiente, a metodologia empregada por eles nem sempre era a adequada e embora as orientações legais previssem métodos mais modernos, era no ensino tradicional que se alicerçava a maioria das suas práticas. Não podemos desconsiderar ainda que a falta de estrutura física como uma quadra de esportes adequada, laboratórios e biblioteca com um bom acervo, por exemplo, e a falta de materiais pedagógicos como mapas, globos, esqueletos, cartazes, recursos audiovisuais, obrigava o professor a se voltar apenas para o giz, o quadro-negro, a cópia e o ditado. A memorização era supervalorizada e aparecia com muita frequência nas avaliações.

Quanto aos normalistas que frequentaram essas instituições podemos afirmar que em sua grande maioria eram mulheres, fato comum às Escolas Normais e oriundos de famílias de classe média. Muitos já exerciam atividades docentes quando se matriculavam no curso de formação de professores, estando inclusive, especialmente no caso das mulheres, casadas e com filhos. Mas, havia também aqueles que não se interessavam pelo magistério e frequentaram as Escolas Normais porque, no início, elas eram as únicas que ofereciam aqueles determinados ciclos de ensino e foram usados apenas para aumentar o nível de escolaridade ou como forma de possibilitar o acesso a níveis mais elevados, considerando que não havia opção.

Atuando na formação de docentes, ambas as escolas eram requisitadas e desenvolviam ainda práticas extracurriculares participando ativamente em sessões cívicas, desfiles e outros eventos promovidos pelo Poder Público e pela sociedade local.

Conforme observei durante a realização da pesquisa, algumas determinações legais não foram cumpridas pelas escolas que buscaram fazer adaptações, procurando adequar-se a legislação nacional e estadual da melhor forma possível, ao mesmo tempo em que buscavam solucionar os problemas educacionais locais. Porém, outras determinações foram cumpridas, mesmo tardiamente, como por exemplo, a criação da Escola de Aplicação anexa à Escola Normal Colegial. Esta teria como finalidade ser um campo para o desenvolvimento das práticas de docência, porém, não consegui constatar um vínculo real e efetivo entre as atividades da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia com a Escola de Aplicação e, conforme já citado, isso pode ser reflexo da escassez de fontes documentais escritas. Por este motivo, não pude comprovar se houve ou não o desenvolvimento das práticas nas escolas isoladas pelos alunos do Curso Normal Regional como determinava a lei desde o ano de 1946.

Ambas as instituições escolares foram criadas por determinantes específicos da sociedade no período em questão e cessaram suas atividades em função de mudanças ocasionadas na legislação educacional, que por sua vez, refletiram e foram consequência das mudanças dessa mesma sociedade. A Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto cessou suas atividades em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61 que empoderou os Conselhos Estaduais de Educação. No Paraná optou-se pela desativação gradativa da modalidade formação de professores nesse nível de ensino (1º ciclo) a partir de meados da década de 1960. Por sua vez, a Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia foi cessada pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71 que reorganizou o ensino de 1º e 2º graus extinguindo as Escolas Normais, enquanto *locus* de formação profissional.

De forma geral, ambas as escolas foram criadas apenas quando condições sociais e históricas determinaram a sua existência e, embora não tivessem cumprido o seu papel na íntegra, atingindo especialmente aqueles que mais necessitavam de boas escolas e professores, como era o caso dos moradores do interior do município, contribuíram para a elevação da escolaridade da população regional. A elite local, responsável diretamente pela criação da Escola Normal de 2º ciclo foi a classe que primeiro se beneficiou de seus serviços, reforçando a ideia de que essa modalidade de ensino, desde o início, não tinha características populistas e era destinada especialmente às filhas das elites. Além de elevar o nível de escolaridade da comunidade, as Escolas Normais foram importantes também à medida em que intensificaram as suas relações com a sociedade local, deixando de ser apenas instituições de ensino, para se transformarem em modelos de cultura e comportamento ético e patriótico adequados àquele momento.

Cabe ainda ressaltar que as duas instituições de ensino pesquisadas realizaram a formação inicial de muitos profissionais da educação que foram de extrema relevância para o desenvolvimento educacional e social do município. Muitos professores se destacaram e exerceram funções, que vão desde a docência, propriamente dita até cargos como vereador, Inspetor de Ensino, diretor de escolas, secretário de educação do município entre outras funções. Por sua vez, esses professores foram responsáveis pela alfabetização e pela educação formal nas séries iniciais de milhares de cidadãos laranjeirenses, inclusive a minha.

Realizar a pesquisa me causou imensa satisfação pessoal. Foram dois anos de busca por fontes que ajudaram a reconstruir uma parte importante da história local e, conseqüentemente de minha própria história como filha desse município. Percorri uma

trajetória extensa e ao mesmo tempo fiz novas amizades e descobri o quanto as pessoas podem ser generosas. As entrevistas e o contato com os entrevistados foi um capítulo a parte nessa jornada. Sabia de antemão que a escassez de fontes se apresentaria como um problema o qual teríamos que enfrentar e resolver. Dessa forma, programei as entrevistas. Os depoimentos foram de extrema relevância e hoje tenho a certeza de que contatei as pessoas certas, aquelas que, contando suas experiências pessoais e profissionais, ajudaram a reconstituir aspectos significativos da vida de toda uma comunidade recontados por meio das Escolas Normais. São pessoas admiradas e bem quistas por todos os laranjeirenses, que guardam um carinho imenso por esses professores que conduziram a educação municipal por muitas décadas. Os entrevistados foram profissionais que enfrentaram adversidades na docência, especialmente no início de suas carreiras. Entre os problemas cito a ingerência política, as condições estruturais das instituições, a falta de materiais, a distância das primeiras escolas onde atuaram, entre outras dificuldades. Porém, o compromisso com a educação esteve sempre presente e as conquistas individuais e coletivas realizadas com alunos e nas escolas marcaram a trajetória desses profissionais e serão sempre lembradas e marcadas pela frase que ouvi de quase todos eles: “Eu faria tudo novamente”. As experiências e as histórias de vida dessas pessoas enriqueceram a minha história quando imergi no passado das instituições educativas que fizeram parte do meu processo formativo desde o início, aos 7 anos de idade.

O caminho que tive que percorrer, ligado à fundamentação teórica, proporcionou a compreensão dos determinantes sócio-históricos que contribuíram para o quadro educacional que ora está posto. O que fica de pesaroso é a constatação de que a memória das instituições e do próprio município não é assunto emergencial nas agendas do Poder Público e de muitas instituições de Laranjeiras do Sul. No entanto, creio que o trabalho realizado no levantamento, catalogação e registro dessas fontes documentais, contribuiu não apenas para a realização dessa pesquisa, mas pode ser um incentivo à preservação dessas fontes e também para a preservação da memória histórica do município.

Esta pesquisa se propôs a contribuir para o estudo da história da educação no município de Laranjeiras do Sul, contemplando também o país e o Estado do Paraná, enfocando a formação de professores e a trajetória das Escolas Normais ginásial e colegial. Espero ter alcançado êxito no que me propus e acredito que abri o caminho para outros pesquisadores que poderão estender a investigação, pesquisando novas

temáticas, as quais, certamente ampliarão o conhecimento que temos sobre a história desse região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AKSENEN, E. Z. ; MIGUEL, M. E. B. **Desvelando os exames de admissão ao ginásio na educação paranaense.** In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá/ MT. Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. Cuiabá/ MT: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. p. 01-18.

AZEVEDO, Fernando de [et al.]. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122 p. – (Coleção Educadores). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em 20 de set. De 2013.

BERTOLLETI, Vanessa Alves, COELHO, Marcos Pereira Coelho. **Anísio Teixeira e o projeto de educação brasileira.** In: Anais da XI Jornada do HistedBr, Cascavel – PR. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_1028_vanessabertolleti@hotmail.com.pdf (UNICAMP). Acesso em 28 de jul. de 2014.

CAMARGO, João Olivir. *Nerje* Laranjeiras do Sul. **Raízes da Nossa Terra:** a história épica e contemporânea. Curitiba. Vicentina, 1999.

CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. **Revista HISTEDBR On-line.** Número especial, p. 309-331, abr.2011.

CERRI, Luis Fernando. Cidade e identidade. Região e Ensino de História. In: **Temas e Questões para o ensino de história do Paraná.** Regina Célia Alegro; et. (organizadoras). - Londrina: Eduel, 2008.

COSTA, Reginaldo Rodrigues da. A capacitação e aperfeiçoamento de professores que ensinavam matemática no Estado do Paraná 1972-1982. In: Anais eletrônicos do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: “História, sociedade e educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba, 2012.

COSTA, Julio Cesar Zorzeno. **Desenvolvimento Econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas (1930 – 1945).** São Paulo : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado), 2007.

COSTA, R.R. A capacitação e aperfeiçoamento de professores que ensinavam matemática no estado do Paraná 1971-1982. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2012, João Pessoa. – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5 Disponível em: acesso dia 24 de maio de 2014 http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.12.pdf

DAVILA, Jerry. Construindo o homem brasileiro: educação e eugenia na Era Vargas. In: **A educação escolar em perspectiva histórica**. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Campinas: Autores Associados, 2005. 368 p. (Coleção memória da educação).

ENGELS, Friedrich. **El origen de la familia, la propiedad privada y el estado**. [S.l]: [S.n.], 1975. 231 p

FACCHI, Jehny Zélia Kalb. **História da formação de professores em Cascavel entre 1951 e 1971**: a trajetória das Escolas Normais Carola Moreira e Irene Rickli. Cascavel : Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Dissertação de mestrado, 2013.

FERNANDES, Velocino Bruck. **O Paraná é assim**. 3 e. Rev. E atualizada. - Curitiba: V.B.Fernades, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (orgs.). - 5ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. - (O Brasil Republicano; v. 1)

FLACH, Angela e CARDOSO, Claudira do S. C. O sistema partidário – A redemocratização (1945-64). In: **República**: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985) / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira ; Diretor do volume René Gertz. - Passo Fundo: Méritos, 2007. v.4 - (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

FONSECA, Sônia Maria. **AULAS RÉGIAS**. Glossário. História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR – Faculdade de Educação – UNICAMP. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_aulas_regias.htm#_ftn1>. Acesso em: 31 de mar. de 2014.

FORJAZ, Maria Cecilia Spina. **Tenentismo e Política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 117 p. Ilust.

FREITAG, Liliâne da Costa. **Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937 – 1954).** - Cascavel : EDUNIOESTE, 2001.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira.** Barueri, SP : Manole, 2003.

_____. **História da educação brasileira.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HERVATINI, Luciana. **A escola normal regional e suas práticas pedagógicas: dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná.** Maringá : Universidade Estadual de Maringá. Dissertação de mestrado, 2011.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras.** - São Paulo : Cengage Learning, 2011.

IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **GRUPO ESCOLAR.** Glossário. História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR – Faculdade de Educação – UNICAMP. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm>. Acesso em: 05 de out. De 2013.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história.** 2 ed. Francisco Beltrão: GRAFIT, 2004.

LEDESMA, Maria Rita Kaminski. **Evolução Histórica da Educação Brasileira: 1549-2010.** Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2010.

LELIS, Isabel Alice. **A formação da professora primária: da denúncia ao anúncio.** - São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. - (Coleção Educação Contemporânea).

LOPES, Sergio. **O Território do Iguaçu no contexto da “marcha para oeste”.** Cascavel. Edunioeste, 2002.

LOURENÇO FILHO, M.B. A educação rural no México. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v. 18. n. 45. p. 108-198.

MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava: história de luta e trabalho**. Guarapuava: UNICENTRO, 1998.

MENDES, Véspero. **A educação no Paraná**. Relatório apresentado ao governador do Estado. Secretaria de Educação e Cultura, 1964.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

_____. Políticas Educacionais, modelos pedagógicos e movimentos sociais. In: **A educação escolar em perspectiva histórica**/ Maria Elisabeth Blanck Miguel, Rosa Lydia Teixeira Corrêa (orgs.). - Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MUSSOI, Arno Bento. **Laranjeiras do Sul: O espaço em construção**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. 174 p.

NASCIMENTO, Maria Izabel Moura. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR**. Campinas : Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Tese (doutorado), 2004.

NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (orgs.). - 5ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. - (O Brasil Republicano; v. 1)

NOSELLA, Paolo. A escola Brasileira no final de século: um balanço. In: **Educação e crise do trabalho**. Gaudêncio Frigotto (org.). 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PILOTTO, Erasmo. **Educação no Paraná: Síntese sobre o Ensino Público, Elementar e Médio**. Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME). Publicação nº 3, MEC/INEP, 1954.

PONTAROLO, Fábio. **O Brasil republicano: a cidadania entre passos e tropeços**. Guarapuava : Unicentro, 2012.

PONTAROLO, Luizangela Padilha. **Francisco das Chagas Lima**: a atuação de um padre secular no povoamento dos campos de Guarapuava (1808-1828). Curitiba: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – UFPR. Dissertação de mestrado, 2012.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O governo de Flores da Cunha. In: **República**: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985) / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira ; Diretor do volume René Gertz. - Passo Fundo: Méritos, 2007. v.4 - (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o Liberalismo Oligárquico. In: **O tempo do liberalismo excludente** – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (orgs.). - 5ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. - (O Brasil Republicano; v. 1)

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**:(1930/1973). 37.ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. - 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed., rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008 A, 474 p. (Coleção memória da educação).

_____. **Da Nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008 B. 334 p.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan/abr. 2009.

_____. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 283 p. (Coleção educação contemporânea)

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX** : (ensino primário e secundário no Brasil). - São Paulo: Cortez, 2008. - (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v.2)

SZMRECSANY, Tamás; GRANZIERA, Rui G.(orgs.). **Getúlio Vargas e a economia**

contemporânea. Campinas : Editora da UNICAMP, 1986. (Série Debates)

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n 14, mai/jun/jul/ago.2000.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Capitalismo e escola no Brasil:** a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

_____. Políticas Educacionais, modelos pedagógicos e movimentos sociais. In: **A educação escolar em perspectiva histórica.** MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Campinas: Autores Associados, 2005. 368 p. (Coleção memória da educação).

XIMENES, Sérgio. **Dicionário da Língua Portuguesa.** - 3. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Ediouro, 2001.

ZANIN, Tatiane. **A história da escolarização de Guaraniaçu:** da colonização aos nossos dias. Cascavel : Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização), 2010.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. A educação nas Mensagens Presidenciais (1890 – 1986). **Mensagem apresentada à Assembleia Constituinte pelo Chefe do Governo Provisório, Getúlio Dornelles Vargas, no ato de sua instalação em 1933.** Brasília, MEC/INEP, 1987. v.1.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934,** decretada em 16 de julho de 1934. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de set. De 2013.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil,** decretada pelo

Presidente da República em 10.11.1937. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pe.html>>. Acesso em: 30 de set. De 2013.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada pela Assembléia Constituinte** em 18 de setembro de 1946. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de set. de 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Populacional 2010**. Disponível em
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_parana.pdf>. Acesso em: 27 maio 2013.

_____. **Decreto nº 19.482, de 12 de Dezembro de 1930**. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 de set. De 2013.

_____. **Decreto nº 19.850, de 11 de Abril de 1931**. Cria o Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 de set. De 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938**. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 de set. De 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 616, de 9 de junho de 1969**. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Centro Nacional de Aperfeiçoamento para a Formação Profissional – CENAFOR – e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-616-9-junho-1969-374276-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 de jul. de 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 868, de 18 de Novembro de 1938.** Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 30 de set. De 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 1.164, de 18 de Março de 1939.** Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1164-18-marco-1939-349147-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 de set. De 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 1.968, de 17 de Janeiro de 1940.** Regula as concessões das terras e vias de comunicação, bem como o estabelecimento e indústria, na faixa de fronteiras. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-1968-17-janeiro-1940-411939-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 de set. De 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm>. Acesso em 17 de julho de 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 5.812, de 21 de setembro de 1943.** Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm>. Acesso em 11 de julho de 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de Setembro de 1943.** Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5839-21-setembro-1943-415958-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 11 de julho de 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de Maio de 1944.** Retifica os limites e a divisão administrativa dos Territórios do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã, e do Iguassú. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6550-31-maio-1944-451989-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 11 de julho de 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de Janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 de set. De 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de Janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 de set. De 2013.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 de set. de 2013.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para o ensino de 1º e 2º graus.

_____. Território Federal do Iguaçu. **Decreto nº 2, de 21 de abril de 1946.** Cria o Curso Normal Regional. In: Relatório de atividades do Governador Frederico Trotta encaminhado para o presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

_____. Território Federal do Iguaçu. **Relatório de atividades do Governador Frederico Trotta encaminhado para o presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

_____. Território Federal do Iguaçu. Regimento Interno do Curso Normal Regional do Território Federal do Iguaçu. In: **Relatório de atividades do Governador Frederico Trotta encaminhado para o presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL. **Decreto Lei nº 29, de 31 de outubro de 1958.** Localizado na Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul, 2014.

_____. **Decreto Lei nº 74, de 07 de julho de 1968.** Autoriza o Poder Executivo a abrir

crédito especial para complementar o pagamento ao convênio firmado entre FUNDEPAR e esta prefeitura. Localizado na Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul, 2014

_____. **Decreto Lei nº 22, de 27 de maio de 1968.** Autoriza o pagamento de salas de aluguel ao Instituto Santa Ana para funcionamento do Ginásio Estadual Floriano Peixoto. Localizado na Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul, 2014.

COLÉGIO ESTADUAL FLORIANO PEIXOTO. **Histórico sem data.** Localizado no Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2013.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR GILDO ALUÍSIO SCHUCK. **Histórico sem data.** Localizado no arquivo do Colégio Estadual Professor Gildo Aluisio Schuck, 2013.

COLÉGIO ESTADUAL SILVEIRA DA MOTTA. **Projeto Político Pedagógico.** São José dos Pinhais. Disponível em:
<http://www.sjpsilveiradamotta.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/3/2570/60/arquivos/Fil e/projetopoliticopedagogico.pdf>. Acesso em 5 de out. De 2013.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CURSO DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS. **Ofício s/nº de 4 de agosto de 1962.** Convida para abertura do curso. Localizado na Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul, 2014.

COMISSÃO ORGANIZADORA DOS II JOGOS ESTUDANTIS DE PRIMAVERA. **Ofício s/ nº de 30 de agosto de 1963.** Convida para os II Jogos Estudantis de Primavera. Localizado na Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul, 2014.

COORDENAÇÃO DO CURSO PARA TREINAMENTO DE PROFESSORES NÃO TITULADOS. **Ofício s/ nº de 20 de fevereiro de 1970.** Convida para abertura do curso. Localizado na Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul, 2014.

CURSO NORMAL REGIONAL. **Ata de inauguração do Curso Normal Regional de 27 de abril de 1946.** Arquivo da Escola Normal Regional Floriano Peixoto, localizado no Colégio Estadual Floriano Peixoto.

_____. **Relação de formandos do ano de 1946.** Sem data. Arquivo da Escola Normal Regional Floriano Peixoto, localizado no Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2013.

CURSO NORMAL REGIONAL DE LARANJEIRAS DO SUL. **Diploma de professor regente de ensino conferido à Teófilo Piaceski.** Laranjeiras do Sul, 13 de dezembro de 1958. Acervo pessoal de Teófilo Piaceski.

ESCOLA ADVENTISTA. **Ofício s/nº de 22 de abril de 1959.** Solicita auxílio

financeiro. Localizado na Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul, 2014.

ESCOLA DE APLICAÇÃO. **Histórico sem data.** Arquivo da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2013.

_____. **Ata do Curso de Aperfeiçoamento e Fundamentação Didático-pedagógica – 1º grau Expansão III.** 1975. Localizado no arquivo inativo da Escola Municipal Padre Gerson Galvino, 2014.

_____. **Ata de reunião pedagógica realizada em 1975.** Localizada no arquivo inativo do Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck. 2014.

_____. **Ata de reunião pedagógica realizada em 1977.** Localizada no arquivo inativo do Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck. 2014.

_____. **Ata de registros dos exames finais. 1968 a 1976.** Localizado no arquivo inativo da Escola Municipal Padre Gerson Galvino, 2014.

_____. **Histórico.** Sem data. Localizado no arquivo inativo Colégio Estadual Prof. Gildo Aluísio Schuck, 2013.

_____. **Livro de registro de matrículas.** Sem data. Localizado no Arquivo Inativo da Escola Municipal Padre Gerson Galvino, 2014.

_____. **Livro de registro de Exames Finais.** 1968 a 1976. Localizado no Arquivo Inativo da Escola Municipal Padre Gerson Galvino, 2014.

_____. **Livro de registro de Ponto dos docentes.** Sem data. Localizado no Arquivo Inativo da Escola Municipal Padre Gerson Galvino, 2014.

ESCOLA ESTADUAL ÉRICO VERÍSSIMO. **Histórico sem data.** Localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2013.

ESCOLA MUNICIPAL ALUÍSIO MAIER. **Histórico sem data.** Localizado no Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2013.

ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNCIO CORREIA. **Ata de inauguração da Biblioteca.** 1968. Localizada no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2014.

_____. **Avaliação de História da Educação feita pela aluna Dely Regina Mendes Boeira da 2ª série.** 1978. Localizada no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2014.

_____. **Declaração de conclusão de estágio. 1965.** Localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2014.

_____. **Declaração de 24 de fevereiro de 1973 feita para a aluna Mariza Cristina Benvenuti.** Arquivo da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2014.

_____. **Diploma de Professor do Ensino Primário de Sueli Berger Kailer.** Expedido pela Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia. Laranjeiras do Sul, 13 de dezembro de 1980. Acervo pessoal de Sueli Berger Kailer.

_____. **Exame Vestibular.** 1963. Localizado no Arquivo Inativo do Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2014.

_____. **Ofício nº 07 de 26 de maio de 1980.** Solicita ampliação do prédio destinado à Escola Normal. Arquivo da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2013.

_____. **Anexo do ofício nº 07 de 26 de maio de 1980.** Expõe os motivos da solicitação da ampliação do prédio destinado à Escola Normal. Arquivo da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, localizado no Colégio Estadual Prof. Gildo Aluísio Schuck, 2014.

_____. **Ofício nº 23 de 22 de junho de 1971.** Convida para Concurso de Declamações. Localizado na Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul. 2014.

_____. **Ofício s/ nº de 27 de agosto de 1964.** Solicita ajuda financeira para viagem a Foz do Iguaçu. Localizado na Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul. 2014.

_____. **Ofício nº 42 de 30 de agosto de 1968.** Convida para a sessão cívica. Localizado na Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul, 2014.

_____. **Prova bimestral de Português feita pela aluna Dely Regina Mendes Boeira**

da 2ª série. 1978. Localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2014.

_____. **Relação de matriculados.** 1980. Localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2014.

_____. **Relatório de visita à escola isolada.** 1961. Localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2014.

_____. **Verificação de Matemática feita pela aluna Dely Regina Mendes Boeira da 2ª série.** 1978. Localizada no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2014.

ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA DE LARANJEIRAS DO SUL. **Diploma de professor primário conferido à Teófilo Piaceski.** Laranjeiras do Sul, 10 de dezembro de 1961. Acervo pessoal de Teófilo Piaceski.

ESCOLA NORMAL GINASIAL FLORIANO PEIXOTO. **Certificado de Exames da aluna Nair Brustolin.** 1948. Localizado no Arquivo Inativo do Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2014.

_____. **Convite de formatura.** 1967. Localizado no Arquivo dos ofícios recebidos da Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul, 2014.

_____. **Exame de admissão realizado pela aluna Leda Maria Folda.** 1961. Localizado no Arquivo Inativo do Colégio Floriano Peixoto, 2014.

_____. **Exame de admissão.** Sem data. Localizado no Arquivo Inativo do Colégio Floriano Peixoto, 2014.

_____. **Exame final de Educação Artística feito pela aluna Nilva Bombardelli da 4ª série.** 1964. Localizada no Arquivo Inativo do Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2014.

_____. **Histórico da Escola Normal Regional Floriano Peixoto. Sem data.** Arquivo da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto, localizado no Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2013.

_____. **Histórico Escolar da aluna Angélica Piemontez.** 1974. Localizado no Arquivo Inativo do Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2014.

_____. **Manuscrito**. Sem data. Localizado no Arquivo Inativo do Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2014.

_____. **Prova final de História feita pela aluna da 1ª série Edvigés Burdella**. 1964. Localizada no Arquivo Inativo do Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2014.

_____. **Prova de Desenho feita pela aluna Valdívnia Guedes**. 1963. Localizada no Arquivo Inativo do Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2014.

_____. **Regimento Interno da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto transformada em Ginásio Estadual e da 5ª série Regente de Ensino Primário**. 1968. Localizada no Arquivo Inativo do Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2014.

GRÊMIO ESTUDANTIL EMILIO DE MENESES. **Ofício nº 02 de 06 de junho de 1967**. Comunica a posse na nova diretoria para o biênio 67/68. Localizado no Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2014.

INSPETORIA REGIONAL DE ENSINO. **Ofício nº 83 de 24 de novembro de 1975**. Determina substituição de direção na Escola de Aplicação. Histórico da Escola de Aplicação. Localizado Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2013.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do Paraná – Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Paraná, 2008.

_____. **Decreto nº 8.862, de 17 de novembro de 1949**. Aprova os programas dos cursos normais regionais. Diário Oficial do Estado, 24 jan. 1950.

_____. **Decreto nº 11.292 de 11 de julho de 1957**. Diário Oficial do Estado em 13 de julho de 1957. Cria a Escola Normal Secundária em Laranjeiras do Sul. In: Histórico da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, sem data. Localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluisio Schuck, 2013.

_____. **Decreto nº 20.226 de 22 de novembro de 1958**. Altera o nome de Escola Normal Secundária de Laranjeiras do Sul para Escola Normal Secundária Dr. Leôncio Correia. In: Histórico da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, sem data. Localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluisio Schuck, 2013.

_____. **Decreto nº 8.142, de 22 de dezembro de 1967**. Transforma a Escola Normal de Grau Ginásial Floriano Peixoto em Ginásio Estadual com a mesma denominação e sede. Diário Oficial do Estado, 28 dez. 1967. Arquivo da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto, localizado no Colégio Estadual Floriano Peixoto, 2013.

_____. **Decreto nº 9.090 de 24 de fevereiro de 1968.** Cria a Escola de Aplicação anexa à Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia. Localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluisio Schuck, 2013.

_____. Decreto nº 2.483 de 12 de junho de 1980. Autoriza o funcionamento do Complexo Escolar Dom Manoel Konner. In: Histórico do Colégio Estadual Professor Gildo Aluisio Schuck, localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluisio Schuck, 2013.

_____. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. **Mapas Históricos do Paraná.** Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html>. Acesso em 13 de outubro de 2013.

_____. **Lei Estadual nº 4.978 de 5 de dezembro de 1964.** Estabelece o Sistema Estadual de Ensino. Conselho Estadual de Educação, 1965, nº 1, Governo do Estado do Paraná.

_____. **Resolução Secretarial nº 2.121 de 22 de abril de 1993.** Modifica a nomenclatura do 1º Grau do Colégio Estadual Professor Gildo Aluisio Schuck para Escola Municipal Padre Gerson Galvino. In: Histórico da Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia, localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluisio Schuck, 2013.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. **Governador Caetano Munhoz da Rocha.** Curitiba – Paraná, 1924-1928.

_____. Mensagem dirigida ao chefe do Governo Provisório da República Dr. Getúlio Vargas. **Interventor Federal do Paraná, General Mario Tourinho.** Curitiba – Paraná, 1931.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. **Governador Moysés Lupion.** Curitiba – Paraná, 1948.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. **Governador Moysés Lupion.** Curitiba – Paraná, 1950.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. **Governador Moysés Lupion.** Curitiba – Paraná, 1958.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. **Governador Ney Braga.** Curitiba – Paraná, 1964.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. **Governador Ney Braga**. Curitiba – Paraná, 1965.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. **Governador Paulo Cruz Pimentel**. Curitiba – Paraná, 1967.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. **Governador Paulo Pimentel**. Curitiba – Paraná, 1968.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. **Governador Jayme Canet Junior**. Curitiba – Paraná, 1977.

_____. Secretaria da Educação e Cultura. **Portaria nº 4.498 de 20 de setembro de 1964**. Institui normas para Seleção e Habilitação de candidatos à matrícula inicial nas Escolas Normais de Grau Colegial do Estado. In: MENDES, Véspero. A educação no Paraná. Relatório apresentado ao governador do Estado. Secretaria de Educação e Cultura, 1964.

_____. Secretaria da Educação e Cultura. **Circular nº 52 de 1959**. Dispõe sobre a necessidade do Corpo docente das Escolas Normais ser constituído de normalistas. In: MENDES, Véspero. A educação no Paraná. Relatório apresentado ao governador do Estado. Secretaria de Educação e Cultura, 1964.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL. **Biografia de Otaviano Amaral**. Sem data. Localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2013.

_____. **Ofício nº 80 de 14 de maio de 1959**. Encaminha à Câmara Municipal o resultado do exame de suficiência realizado com os professores municipais. Localizado na Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul.

_____. **Lei nº 01/65**. In: Histórico da Escola Érico Veríssimo – Ensino Fundamental. Localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2014.

_____. **Projeto de Lei nº 28/68**. Autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública para fins de compra, permuta ou desapropriação os lotes nº 3 e nº 9 da quadra nº 34 do Quadro Urbano desta cidade. Localizado na Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul, 2014.

_____. **Mensagem enviada à Câmara Municipal de Vereadores pelo prefeito Alcindo Natel de Camargo em 03 de novembro de 1959**. Localizado na Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul, 2014.

_____. **Ofício nº 80/59, de 14 de maio de 1959**. Localizado na Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul, 2014.

_____. **Ofício s/nº de 2 de junho de 1980.** Comunica a realização de Recreação Social na Escola Normal Colegial Estadual Dr. Leôncio Correia e solicita fiscalização por parte da Delegacia de Polícia. Localizado no Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, 2013.

OUTRAS REFERÊNCIAS

REVISTA TRIBUNA LARANJEIRENSE. **Edição comemorativa pelo 25º aniversário do município**, ano III, 29/11/1971, composto e impresso na editora Lítero-técnica, Curitiba – PR.

BIBLIOTECA VIRTUAL ANISIO TEIXEIRA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/index.html>. Acesso em 05 de nov. De 2013.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Guia SJP. Com. Disponível em http://www.guiasjp.com/opcoes.php?option=5&id_noticia=6152. Acesso em 05 de out. De 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.ufpr.br/portalfpr/historico-2/>. Acesso em 17 de mar. De 2014.

UM TERRITÓRIO CHAMADO IGUAÇU. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1394287&tit=Um-territorio-chamado-Iguacu>. Acesso em 27 de jul. de 2014.

<http://gisasanti.blogspot.com.br/2011/03/sonho-de-talita.html>. Acesso em 04 de maio de 2014.

<http://institutededucacao.blogspot.com.br/2006/04/cartilha-da-talita.html>

JORNAIS

O INDEPENDENTE. Semana da Criança. Domingo, 15 de outubro de 1961. Laranjeiras do Sul, Ano I, nº 43, p.2. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski, 2013.

_____. **Velho prédio da Normal sem mobiliário.** Domingo, 25 de março de 1962. Laranjeiras do Sul, Ano II, nº 66, p.5. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski, 2013.

_____. **Curso de alfabetização de adultos.** Sábado, 12 de agosto de 1962. Laranjeiras do Sul, Ano II, nº 85, p.1. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski, 2013.

_____. **A cidade.** Sábado, 06 de março de 1965. Laranjeiras do Sul, Ano V, nº 210, p.1. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski, 2013.

_____. **Esclarecimento.** Sábado, 09 de outubro de 1965. Laranjeiras do Sul, Ano V, nº 241, p.1. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski, 2013.

_____. **União Laranjeirense do Estudante Secundário - Histórico da Fundação.** Sexta-feira, 06 de novembro de 1965. Laranjeiras do Sul, Ano V, nº 245, p. 5. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski, 2013.

_____. **O povo reclama.** Sábado, 25 de novembro de 1966. Laranjeiras do Sul, Ano VI, nº 260, p. 1. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski, 2013.

_____. **Aula Inaugural.** Sexta-feira, 11 de março de 1967. Laranjeiras do Sul, Ano VII, nº 275, p. 4. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski, 2013.

_____. **Novo jornal: A palavra.** Sexta-feira, 25 de março de 1967. Laranjeiras do Sul, Ano VII, nº 277, p. 6. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski, 2013.

_____. **Natal das crianças.** Sábado, 11 de novembro de 1967. Laranjeiras do Sul. nº 310. Arquivo da Biblioteca Pública de Laranjeiras do Sul, 2013.

_____. **Professor Aluisio Maier.** Sábado, 02 de dezembro de 1967. Laranjeiras do Sul. nº 313. Arquivo da Biblioteca Pública de Laranjeiras do Sul, 2013.

_____. **Teatro para as crianças.** Sábado, 19 de outubro de 1968. Laranjeiras do Sul. nº 359. Arquivo da Biblioteca Pública de Laranjeiras do Sul, 2013.

_____. **Escolas**. Sábado, 1º de março de 1969. Laranjeiras do Sul, Ano IX, nº 373, p. 3. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski, 2013.

ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL DR. LEÔNCIO CORREIA. **Aviso**. In: O INDEPENDENTE. Sábado, 19 de novembro de 1966. Laranjeiras do Sul, Ano VI, nº 259, p. 4. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski, 2013.

INSPETORIA REGIONAL DE ENSINO. **Aviso**. In: O INDEPENDENTE. Sábado, 20 de junho de 1964. Laranjeiras do Sul, Ano IV, nº 162, p. 5. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski, 2013.

_____. **Aviso**. In: O INDEPENDENTE. Sábado, 18 de dezembro de 1965. Laranjeiras do Sul, Ano V, nº 251, p. 3. Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Elizeu Anacleto Babinski, 2013.

FONTES ORAIS:

BRUM, Anastácia Leonora. **Entrevista**. [fev. 2014]. Laranjeiras do Sul, Paraná. 2014. (57 min 54s). Entrevista concedida à Lucimara Lemiechek.

FOLDA, Ondina Pereira. **Entrevista**. [mai. 2014]. Curitiba, Paraná. 2014. (2h 16min 46s). Entrevista concedida à Lucimara Lemiechek.

BRUSTOLIN, Nair. **Entrevista**. [maio 2014]. Laranjeiras do Sul, Paraná. 2014. (1h 6 min 51 s). Entrevista concedida à Lucimara Lemiechek.

KAILER, Sueli Berger. **Entrevista**. [jun. 2014]. Laranjeiras do Sul, Paraná. 2014. (1h 14min 12 s). Entrevista concedida à Lucimara Lemiechek.

MARCINKO, Maria Izabel. **Entrevista**. [abr. 2014]. Laranjeiras do Sul, Paraná. 2014. (1h 2min). Entrevista concedida à Lucimara Lemiechek.

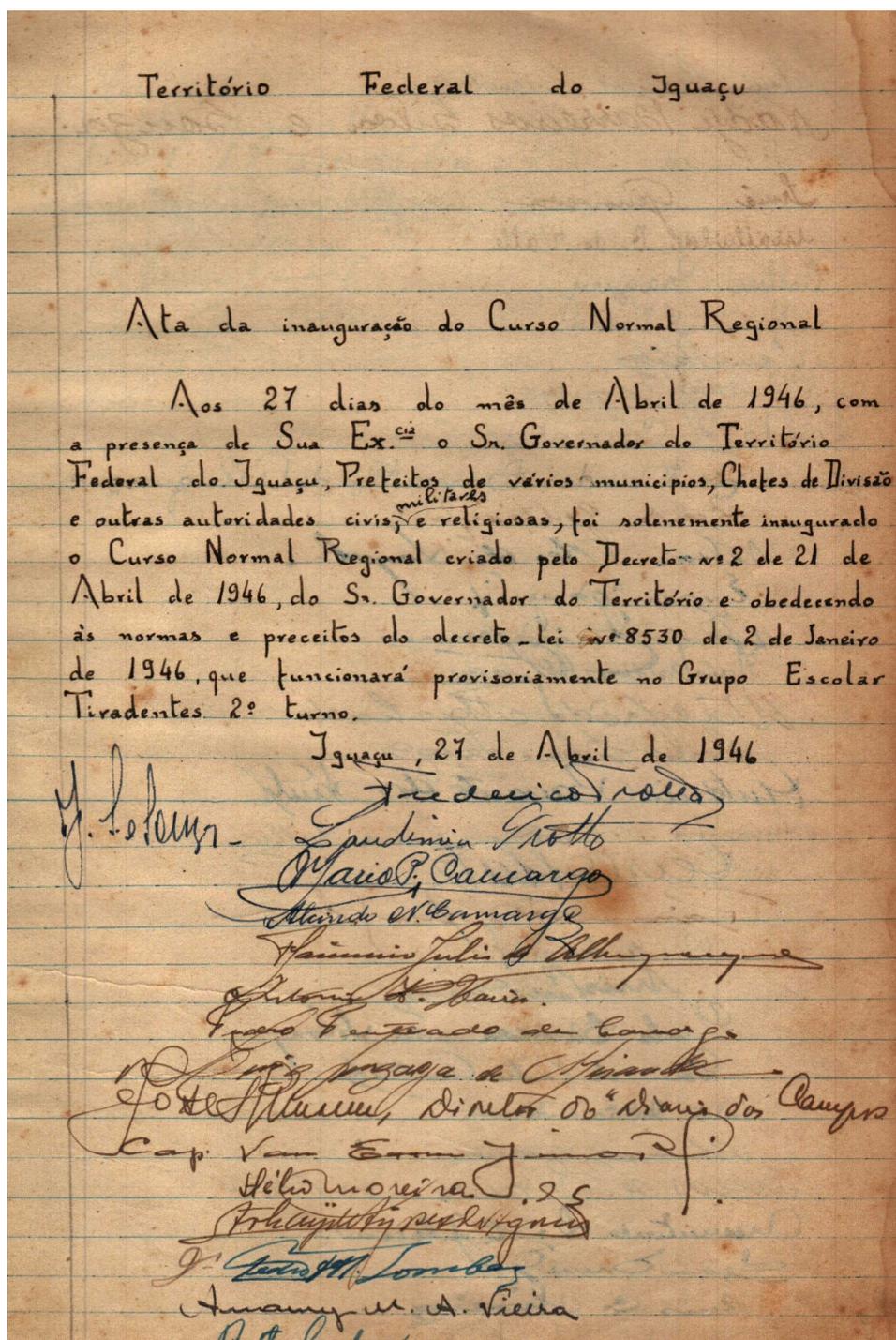
PIACESKI, Teófilo. **Entrevista**. [fev. 2014]. Laranjeiras do Sul, Paraná. 2014. (40 min 35s). Entrevista concedida à Lucimara Lemiechek.

ANEXO A



Professoras do Grupo Escolar Tiradentes (Aluisio Maier). Fotografia sem data, no entanto tirada depois de 1956, pois o Grupo já estava em sua nova sede. Da esquerda pra direita: Juraci Sá, Sebastiana Maria Vieira, Eronina Penteado, não identificada, Eugenia Zempulski, não identificada, Ondina Pereira Folda, Esther Araujo Cordeiro, não identificada, Herminia Teresa Bedin Cordeiro Fonte: acervo pessoal de Ondina Pereira Folda.

ANEXO B



Ata de inauguração do Curso Normal Regional no dia 27 de abril de 1946 em Iguazu, capital do Território Federal do Iguazu. Fonte: Colégio Estadual Floriano Peixoto.

ANEXO C



Capa e contracapa do disco de vinil produzido em 1966 com repertório escolhido pelos formandos da Escola Normal Ginásial Floriano Peixoto para fins de comercialização. Fonte: acervo pessoal de Marco Aurélio Pellizzari Lopes.

